

**Flávia de Sá Pedreira**

**Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e  
cotidiano de guerra em Natal  
1920 – 1945**

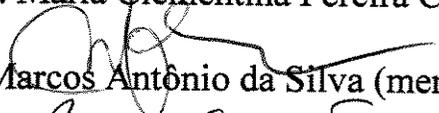
Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas,  
sob a orientação da Profa. Dra. Maria  
Clementina Pereira Cunha.

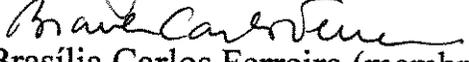
200407952

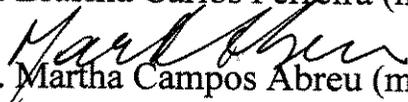
Este exemplar corresponde à redação  
final da tese defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora, em 29/03/2004.

BANCA:

  
Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)

  
Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva (membro)

  
Profa. Dra. Brasília Carlos Ferreira (membro)

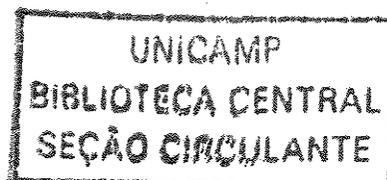
  
Profa. Dra. Martha Campos Abreu (membro)

  
Profa. Dra. Cristina Meneguello (membro)

Prof. Dr. Robert W. Slenes (suplente)

Prof. Dr. Leonardo Affonso M. Pereira (suplente)

Março de 2004



UNIDADE PC  
Nº CHAMADA UNICAMP  
P343c  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 58109  
PROC 16-114-04  
C \_\_\_\_\_ D 9  
PREÇO 11,00  
DATA 28/5/04  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM0019B074-0

BIBID-316903

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**P343c**      **Pedreira, Flávia de Sá**  
**Chiclete eu misturo com banana : carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945) / Flávia de Sá Pedreira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.**

**Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Carnaval. 2. Guerra. 3. Identidade. 4. Natal (RN) – Carnaval. I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

## Agradecimentos

Hora difícil essa em que paramos para recordar todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a tecitura de uma tese. Esta, como muitas outras, representa um trabalho ao mesmo tempo solitário e coletivo, pois nem sempre estive isolada do mundo digitando páginas e páginas, em meio a montes de livros e papéis espalhados. Desde o início da pesquisa até a colocação do ponto final, vários foram meus colaboradores nessa empreitada acadêmica - verdadeiro “calvário doutoral”, como me disseram certa vez. Vou tentar não esquecer ninguém, mas sei que corro o risco de fazê-lo.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pelo esforço em criar e educar seus cinco rebentos, sonhando em vê-los todos “na faculdade”. O seu Pedreira já se foi, mas sua presença ainda é forte nas minhas recordações: um folião de primeira linha ensinando-me o gosto por todas as festas.

A todos os meus informantes devo agradecer a gentileza de terem me recebido para contar suas histórias de vida, fundamentais ao andamento desta pesquisa. Da mesma forma, agradeço aos meus ex-alunos, hoje quase todos dedicados ao ofício de historiadores, que sempre acreditaram no meu trabalho: Milena, Wanderley, Rogério, Eliane, Francisco Carlos, Viltany, entre outros.

Agradeço ao professor Ivonildo Rego, à época reitor da UFRN, por ter se colocado inteiramente favorável à minha saída para o doutorado, naqueles dias difíceis, e ao apoio financeiro da CAPES e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.

Aos professores dos departamentos de História da Unicamp e Uff, agradeço pelos debates acalorados e enriquecedores, e especialmente à Maria Clementina Pereira Cunha, pela orientação segura deste trabalho.

Aos colegas do curso agradeço pelo companheirismo e descontração nos bastidores, sem o que a vida acadêmica seria fatigante por demais: Claudia, Cristiany, Alexandre, Wlamyra, Fabiane, Diorge, Camila, João Paulo (Unicamp) e Larissa (Uff).

Agradeço à Márcia, Ana Laudelina, Rosa, Cinara, Luciana, Wicliffe, Hélder, Almir, Brasília e Mineiro, pela força em Natal. Aos meus tios Raimundo, José e Helena, pelo apoio amigo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Aos funcionários das instituições onde pesquisei, também estendo os meus agradecimentos e ao Alcebiades Júnior, por desatar os nós burocráticos nessa etapa final do curso.

Faço um agradecimento especial à minha amiga Maione, por todas as nossas andanças, algumas bem festivas, outras nem tanto, mas sempre inesquecíveis.

Ao Fred, agradeço pelas “raízes buarqueanas”, gênese de meus questionamentos modernistas na Brasiléia Desvairada e, claro, pelos seus sempre bem-vindos conselhos yoguianos.

Ao Arthur Neto, pelo incentivo mesmo de longe, ansiando por dizer-lhe “bem vindo ao clube”, quando concluir seu curso de História. Ao Othon, pelas reflexões filosóficas e místicas, tão necessárias quanto desconcertantes. Ao Manoel Júnior, por sua sensibilidade na vida e na arte.

Ao Flávio Reis, agradeço pelo carinho e paciência em me conduzir pelos caminhos do “Brasil e seu desmanche”, do nosso cinema marginal, de Bressane a Sganzerla, além de suas imprescindíveis sugestões de leitura, que muitas vezes acabaram no cine Praia Grande, em São Luís do Maranhão.

Por fim, a convivência amigável e essencial com o meu filho Vinícius, que mesmo detestando mudanças, participou de cada uma delas, tendo que se adaptar às diferentes cidades e seus ritmos de vida, nesse meu período de afastamento da UFRN: de Natal a Campinas, de Niterói a Brasília, e agora voltando ao ponto de partida... minha imensa gratidão, Vini, valeu!



## **Resumo**

Este trabalho aborda a questão da construção de nossa “identidade nacional”, através do estudo de caso de Natal, seu Carnaval e o conturbado cotidiano de guerra, na primeira metade do século XX; as diferentes concepções de “modernidade” presentes nos debates intelectuais e artísticos desde 1920 até o término da Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, o contato entre brasileiros e americanos talvez possa mostrar como as diferenças identitárias ultrapassaram a polêmica noção de nacionalidade.

## **Abstract**

This work talk about the construction of our “national identity”, through of the Natal’s case, its Carnival and the troubled everyday life during the war, in the first half of 20<sup>th</sup> century; the different conceptions of “modernity” included in artistic and intelectual discussions since 1920 until the end of Second World War.

In this context, the contact between Brazilians and Americans maybe can show us that the differences of identity passed over the controversial notion of nacionality.



# Índice

<b>Introdução</b>	01
<b>Capítulo 1 – Aviadores, cangaceiros e foliões</b>	07
1. Moderno e regional	25
2. Rebeliões e festa	50
3. Carnaval em tons oficiais	66
<b>Capítulo 2 – Natal era só festa?</b>	83
1. Pródromos da ocupação	93
2. Deus estava em todo canto...	108
3. <i>Blackout</i> , seca e esforço de guerra	129
<b>Capítulo 3 – Deve ou não haver Carnaval?</b>	145
1. Conferência X Carnaval	149
2. <i>Do off limits ao dollar line</i>	170
3. Potiguares, cariocas e americanos na folia	191
4. Identidades e ambigüidades	209
<b>Considerações finais</b>	221
<b>Fontes</b>	229
<b>Bibliografia</b>	233
<b>Anexos</b>	245



## Introdução

Observando a “clássica” fotografia de um jeep conduzindo dois presidentes sorridentes, Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, pelas ruas da cidade de Natal nos anos 40 do século passado, têm-se a impressão de que a confraternização entre as duas nações por eles representadas teria atingido seu clímax, e isso em um momento de guerra mundial. Mas, afinal, o que estava por trás de tanta cordialidade e por que justamente a capital nordestina foi o palco daquele encontro memorável?

Assim como esse, outros registros apontam a necessidade de ir mais a fundo nessa história, como por exemplo, uma desprezível foto (não menos “clássica”) de um certo folião natalense, conhecido por Zé Areia, travestido de mulher ao lado de vários soldados e marinheiros americanos, flagrados em plena terça-feira gorda. Guerra, Carnaval e o contato entre brasileiros nordestinos e norte-americanos. Esse, o pano de fundo a partir do qual tento problematizar o reconhecimento do Carnaval como um dos símbolos da “cultura popular brasileira”, expoente máximo de nossa suposta identidade nacional.

Consultando a bibliografia especializada, pode-se perceber o esforço que os pesquisadores das Ciências Humanas têm empreendido para situar com precisão os primórdios do debate entre as diferentes concepções de um “sentido de brasilidade”. Alguns estudos apontam como marco inicial dessa discussão os anos de ouro da “geração de 70” do século XIX, outros optam por 1850, e ainda há os que vêm nos escritos de Alberto Torres e Oliveira Viana o início de um questionamento que teria seu corolário sob o regime do pós-1930. Seja como for, não pretendo entrar no mérito dessas origens

fundadoras, mas apenas tangenciar o referido debate em um estudo de caso onde isso parece inevitável, dado o contato-confronto sócio-cultural que então se evidenciou.

Devo esclarecer que dei início à pesquisa há cerca de oito anos, através do projeto integrado “Cultura e participação popular: Carnavais na cidade de Natal (1920-1995)”. Aos poucos, delimito melhor o tema e sua periodização, passando a dedicar especial atenção ao material dos anos 20 até o final da Segunda Guerra, dada a enorme quantidade de informações que foram aparecendo (e me surpreendendo) ao longo da pesquisa. Um exemplo disso foi quando, em meio aos papéis envelhecidos do IHGRN, emocionei-me ao receber das mãos de Olavo de Medeiros Filho, um de seus mais assíduos sócios fundadores, um recorte de jornal amarelado pelo tempo com um artigo de Luís da Câmara Cascudo, onde ele se queixava de ainda inexistirem estudos sobre o carnaval natalense, fazendo uma analogia com o livro recém-lançado de Eneida sobre o carnaval carioca:

[...] Naturalmente, o gostoso Carnaval de rua, de grupos improvisados, papangús e troças, está murchando e sumindo. Cedendo ante o Carnaval oficializado, com desfiles, indumentária de convenção, Carnaval para turista ver. Baile nos clubes. A loucura rueira e contagiante diminui. O Carnaval está mudando de rumo. Ficando exibicionista, quando era genericamente uma festa de tolos. De participação coletiva com a inventiva pessoal e não programada. Um Carnaval de catálogo e não de criação popular.

O assunto é sugerir que o exemplo de Eneida tenha continuação. Não levo, naturalmente, minha sugestão aos amigos pernambucanos que, tendo o mais alucinante, telúrico e maravilhoso Carnaval de rua, não possuem uma história de suas agremiações antigas, foliões desaparecidos, elementos humanos que animavam a vida sonora nas ruas do Recife.

[...] Falo aqui do Natal. Dos clubes mortos e dos carnavais defuntos que deixaram saudades. Dos clubes bem pobres e bem buliçosos [...] o Carnaval da

Ribeira, Rua das Virgens e Tavares de Lira, bisnaga e serpentina, língua-de-sogra, confete doirado para agradar a namorada, e depois da Cidade Alta, Rua Vigário Bartolomeu, Zé Pereira do inesquecível Natal Clube agora cataléptico, baile à fantasia, cordões, as Maxixeiras da segunda-feira de manhã, pilotadas por Diolindo Lima, de maracá na mão, irresistível de bom-humor.

[...] Era ocasião de lembrar nossos compositores esquecidos. Adivinhar onde está muita fotografia preciosa, escondida nas gavetas olvidadas. Músicas e alegrias que tanto merecem ressurreição [...] Por que não reviver esses dias jubilosos do velho Natal anterior a 1930? [...] Carnaval de balisas ginásticas e dos grupos horrorosos e sugestivos que vinham das Rocas e dos fundos do Alecrim.

[...] Lendo Eneida, lembrei-me que a grande cronista brasileira mostrou-se idônea para pesquisar, reconstruir, recompor, relembrar o macrocosmos que é o Carnaval do Rio de Janeiro.

E nós da Província? Por que não seguir a tentação do exemplo e reavivar o nosso Carnaval?<sup>1</sup>

Afinal, seria apenas mera coincidência, obra do acaso, que eu ali estivesse justamente colocando em prática um desejo de pesquisa inconcluso do renomado folclorista potiguar? O fato é que naquele momento já iniciara a pesquisa, a partir da qual pude elaborar o projeto para seleção do curso de doutorado em História Social da Cultura, na Unicamp e, felizmente, sob a orientação de quem também nutre uma grande paixão pelo tema.

Sem sombra de dúvida, muito já se escreveu e discutiu sobre os diferentes carnavais do país do Carnaval, especialmente a partir dos anos setenta para cá, mas sempre fica a impressão de que somente através de estudos de caso, contextualizados

---

<sup>1</sup> *A República*, Natal, 27/01/1960.

historicamente, pode-se chegar a alguns resultados interessantes que extrapolem as querelas conceituais.<sup>2</sup>

Por outro lado, ao contrário do que afirma a maioria da produção acadêmica local e algumas publicações autobiográficas, a cidade de Natal não “entrou na modernidade” pelas mãos dos norte-americanos que aqui se instalaram durante a Segunda Guerra. Consultando outras fontes, como periódicos de época, depoimentos orais, boletins do Exército e a documentação arquivística do Judiciário, entre outros, pude constatar a necessidade de se fazer um recuo cronológico para entender o processo de “modernização” como algo que não se deu de forma linear, mas repleto de contradições, colocando em xeque esse viés interpretativo.

No primeiro capítulo, faço uma abordagem sobre os embates entre os defensores dos ideários modernista e regional-tradicionalista, que marcaram os anos 20/30, incorporando-se às diferentes formas de manifestações culturais, especialmente às comemorações carnavalescas. Através das tentativas de se “modernizar” a festa “tradicional” e as saídas apontadas pelos foliões de todas as classes para driblar a sua normatização pelos poderes públicos, pode-se delinear algumas das diferenças identitárias, que não se deram exclusivamente a nível de distinção das nacionalidades. Procuro mostrar o início de uma polêmica sobre a “conveniência” de se comemorar o Carnaval em épocas de rebeliões sociais e/ou disputas políticas, como no episódio da passagem da Coluna Prestes pelo estado do Rio Grande do Norte, período que coincidiu com as invasões de grupos de cangaceiros, a Intentona Comunista e outros acontecimentos que contribuíram

---

<sup>2</sup> O artigo de Jaime de Almeida, “Todas as festas, a festa?” in Tânia Navarro Swain (org.) *História no Plural*, Brasília, EdUnB, 1994, faz uma abordagem dos avanços da historiografia dedicada ao assunto; ver também, a recente coletânea organizada por Maria Clementina Pereira Cunha, *Carnavais e outras f(r)estas*, Campinas, Editora da Unicamp, 2002; e de minha autoria, “Os sentidos do Carnaval” in *Vivência – Dossiê A Festa*, vol. 13, n.1, Natal, CCHLA, UFRN, jan / jun 1999.

para fazer aflorar esse tipo de questionamento, devido ao forte caráter político e à possibilidade de transgressão social presentes na realização da festa pagã.

No segundo capítulo, abordo a época inicial da guerra e a conseqüente ocupação da cidade pelos milhares de militares e civis norte-americanos. Direciono o olhar aos transtornos presentes no cotidiano da cidade, marcado pelo esforço de guerra e sucessivos exercícios de escurecimento contra os ataques aéreos, além da afluência dos migrantes flagelados da seca, que se dirigiram à capital tentando sobreviver ao caos que assolava o interior do estado.

Procuró discutir como que, em contrapartida ao aumento da divulgação de manifestações da cultura *yankee* (principalmente através do rádio e imprensa locais, que enfatizavam o pan-americanismo como justificativa maior para essa propagação), o Carnaval passaria a ser caracterizado como um verdadeiro baluarte de nossa identidade *tupiniquim*, nesse cotidiano de guerra.

A partir de um artigo do jornal natalense *O Diário*, de onde retirei o título do terceiro capítulo, retomo a polêmica sobre a “conveniência” de se comemorar o Carnaval, desta vez no período mais crítico da guerra, quando o assunto ganhou espaço na imprensa local e na da capital federal (alguns jornais cariocas foram também consultados). Pretendo fazer uma abordagem detalhada sobre os rumos desse debate e seus possíveis significados para uma reafirmação da idéia de maior festa popular brasileira atribuída ao Carnaval, sem perder de vista as transformações no cotidiano da cidade, em diversos de seus aspectos, privilegiando os acontecimentos nada harmoniosos e pacíficos entre americanos e potiguares nos bares e pensões alegres (cabarés) da Ribeira, Cidade Alta e nos espaços da folia.

Nas minhas considerações finais, tentarei dar fechamento a algumas suposições que foram surgindo com base nos relatos e escritos encontrados. Aqui, vale lembrar a letra de um samba que muito tem me inspirado ao redigir estas linhas:

Não posso mais, ai que saudade do Brasil  
Que vontade que eu tenho de voltar  
Adeus, América, essa terra é muito boa  
Mas não posso ficar porque  
O samba mandou me chamar  
[...] Chega de rock, fox-trots e pinotes  
Que isso não me convém  
Eu vou voltar pra cuíca,  
Bater na barriga,  
Tocar tamborim  
[...] O samba mandou me chamar....<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Haroldo Barbosa e Geraldo Jaques. *Adeus América*, 1948.

## Capítulo 1

### Aviadores, cangaceiros e foliões

Carnaval de confeti, de jetoni, de flor na lapela e policiado pelo Joca do Pará, grave, a cavalo, doido para cair na fuzarca.

(Câmara Cascudo, *Acta Diurna*)

O progresso é inegável, mas a sua limitação, que faz englobá-lo ironicamente com o atraso em relação ao qual ele é progresso, também.

(Roberto Schwarz, *Que horas são?*)

Nas recordações de muitos norte-riograndenses, Natal era apenas uma cidadezinha atrasada e provinciana, “antes da chegada dos americanos”. Estes teriam finalmente trazido consigo a “modernidade”, quando de sua estadia durante a Segunda Guerra Mundial. Essa interpretação tem sido freqüentemente reafirmada em algumas publicações autobiográficas e mesmo pela produção acadêmica<sup>1</sup>, posta como uma real oposição entre um “tradicional” modo de vida da sociedade local e outro “moderno”, vindo de fora a partir daquela época. Contudo, esse exercício de memória pode ir se ampliando, à medida em que aqueles que vivenciaram as mudanças ocorridas começam a se lembrar que, bem antes disso, vários foram

---

<sup>1</sup> Ver a respeito: Lenine Pinto, *Os americanos em Natal e Natal/USA*. Brasília, Senado Federal, 1976; Protásio Pinheiro de Melo, *Contribuição norte-americana à vida natalense*. Brasília, 1993; Clyde Smith Junior, *Trampolim para a Vitória*. Natal, Editora Universitária, 1993; Maria do Livramento Miranda Clementino, *Impacto urbano de uma base militar: a mobilização militar em Natal durante a 2ª Grande Guerra*. Natal, Coleção Humanas Letras, Cooperativa Cultural/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, 1995; Josimey Costa da Silva, *A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal*. (Dissertação de Mestrado) Natal: UFRN, 1998; entre outros.

os indícios da chegada do progresso às terras potiguares. Um processo tortuoso, não linear, mostrando-se em toda a sua ambígua complexidade.

Pelas páginas dos jornais natalenses das primeiras décadas do século XX pode-se acompanhar, entre outras coisas, que um certo projeto de saneamento estava sendo executado, que as principais casas comerciais nos bairros da Ribeira e Cidade Alta prosperavam, bondes trilhavam as ruas calçadas, criavam-se novos serviços urbanos, aviadores de outros continentes faziam aqui seus pousos arriscados, enquanto nas rodas de intelectuais e artistas começavam a ser divulgadas as propostas de modernistas e tradicionalistas-regionalistas, ao mesmo tempo em que as festividades populares enchiam as principais ruas da cidade.

Neste capítulo inicial, procuro dirigir o olhar a este mosaico de acontecimentos, tentando inserí-lo num contexto mais amplo, passando pela discussão das diferentes concepções de “modernidade” que marcaria o período. A noção de progresso propagandeada pelas elites locais contrapunha-se às árduas experiências de uma realidade marcada por práticas “tradicionais”, como por exemplo, o costumeiro embate entre os grupos de cangaceiros e as volantes da polícia em vários municípios vizinhos à capital do estado, revelando que a tal “modernização” trazia embutida sua própria limitação. Tudo isso perpassava as práticas festivas locais, especialmente durante o Carnaval, quando por diversas vezes houve a tentativa de sua interdição pelos poderes públicos.

Como quase todas as capitais dos demais estados nordestinos, Natal apresentava-se como uma cidade em crescimento, atravessando um processo de urbanização inédito. Alguns estudos apontam para o fato de que, de certa forma, esse processo de mudanças relacionava-se à prosperidade econômica advinda com o surto algodoeiro de fins do século XIX – o algodão firmava-se como o principal produto agrícola de exportação do estado, após o declínio canavieiro, dirigindo-se não apenas ao exterior, mas principalmente impulsionando

as indústrias têxteis nacionais<sup>2</sup>. De acordo com outras interpretações, o período da segunda metade da década de 20 teria sido marcado pelos indícios de uma política de planejamento, do governo federal, como forma de intervenção do Estado na economia do nordeste: “A modernização chegava através das rodovias, das comunicações aéreas (foram criados vinte e oito “campos de pouso” no interior), do voto feminino, do combate ao cangaceirismo e do incentivo à industrialização.”<sup>3</sup>

A própria situação geográfica do estado norte-riograndense, apontada como estratégica para os avanços dos países aliados contra as tropas do Eixo no norte africano, durante o período da Segunda Guerra, teria sido um fator já conhecido e utilizado para outros fins. A partir dos anos 20, dava-se o início da busca por pontos estratégicos para encurtar distâncias entre os continentes, tendo em vista a precária estrutura e potência dos motores dos aviões utilizados, constituindo-se em uma das preocupações dos países líderes na exploração das rotas aéreas comerciais<sup>4</sup>. Muitos dos aviadores que se aventuraram nessa fase de experimentação passaram por Natal e a imprensa diariamente noticiava, com grande

---

<sup>2</sup> “É no desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional que residem os elementos explicativos para o quadro econômico norte-riograndense na República Velha [...] O consumo interno do produto no Brasil chegou mesmo a se fazer em detrimento das exportações para o exterior [...] O Rio Grande do Norte encontrava-se entre os estados exportadores de algodão para o porto de Santos e para o do Rio de Janeiro.” Denise Takeya, “A cultura do algodão no Rio Grande do Norte” in Marcos A. da Silva (org.), *República em Migalhas: História Regional e Local*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990 (p.164-165).

<sup>3</sup> Humberto Hermenegildo de Araújo, *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*, Natal: Editora Universitária, 1995 (p.25); ver ainda os trabalhos de Janice Theodoro da Silva, *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste*, São Paulo: Ciências Humanas, 1978; Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Marconi Gomes da Silva, Márcia de Oliveira Bezerra e Geraldo Gurgel de Azevedo, *A economia norte-riograndense e a crise de 29*, Natal: Editora Universitária, 1986.

<sup>4</sup> Tarcísio Medeiros, *Estudos de História do Rio Grande do Norte*, Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001 afirma que “a terra de Augusto Severo, pioneiro da aviação, marcaria [...] a sua presença no momento consagrador de sua evolução, testemunhando rasgos de audácia, coragem, sacrifícios, fracassos, daqueles que buscavam a glória em luta com o tempo.[...] Natal acolheu muitos desses aviadores vindos da África, ou em vôos percorrendo as Américas. Poucos ficaram para o retorno, apenas franceses e alemães em competição para a exploração do correio aéreo internacional [...] A travessia das 1.890 milhas entre a África e o Brasil (Natal) foi iniciada em 1922, pelos portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que executaram o trajeto com muitas dificuldades entre Lisboa e Rio de Janeiro, em etapas, arrebatando aviões até Fernando de Noronha [...] Nesse ano de 1922, já o estuário do Potengi abrigava os primeiros hidroaviões que começavam a percorrer as Américas.” (p. 93-97).

estardalhaço, os avanços da aviação, uma vez que as idas e vindas das novas máquinas de aço tornavam-se uma constante na vida da pacata cidade:

Natal é o primeiro porto brasileiro em que pisa o marquês De Pinedo. Há três dias a alma inteira da cidade vibra de emoção para saudar o grande aviador italiano. O coração do povo queria aplaudir o feito do famoso conquistador dos ares, que hoje é considerado uma das verdadeiras glórias da aviação internacional.

[...] Natal está destinada a ser excelente estação da aviação mundial.

[...] Sarmento de Beiris transpõe o Atlântico e amarra nas águas do Potengi [...] o Argos renova as épicas façanhas dos gloriosos heróis da Lusitânia. A terra de Augusto Severo, primeira escala americana do “Raid”, viu ontem estourar o coração dos brasileiros ao acolher os bravos aeronautas.

[...] Pela fraternidade Pan-americana - Esteve ancorada, domingo último, em nosso porto, a esquadrilha “yankee” que fez o circuito aéreo do Continente [...] A esquadrilha, ao sair dos Estados Unidos, compunha-se de cinco aviões. Na Argentina houve um desastre, perdendo-se dois deles, o New York e o Detroit.<sup>5</sup>

Sobre a passagem desses pioneiros da aviação por sua provinciana Natal e como ela entraria na rota dos vôos nacionais, continentais e mesmo internacionais, o intelectual potiguar Luís da Câmara Cascudo compilou vários de seus artigos jornalísticos no livro intitulado *No Caminho do Avião*, de 1933. Definindo seus textos como “notas de repórter”, Cascudo “não se limitou ao simples registro dos eventos, [passando] ao leitor seus questionamentos sobre essa grande epopéia do homem moderno. [...] O conjunto de textos constitui-se também num registro de como esses reides não eram fruto do empenho de aviadores destemidos e que as nações mais ricas marcavam presença na conquista das rotas aéreas. Assim, está noticiada a passagem por Natal, em março de 1927, de uma esquadrilha de

---

<sup>5</sup> *A República*, Natal, 24/02, 26/02, 19/03 e 22/03/1927, respectivamente.

cinco aviões norte-americanos, liderados pelo major Herbert Dargue [...] e de uma esquadrilha de doze hidroaviões italianos, comandados pelo general Ítalo Balbo, em missão oficial do governo Mussolini. Duas outras nações também marcam presença no registros do repórter, a França e a Alemanha, por meio de companhias de vôo comercial, respectivamente a Latécoère e a Condor [...] Natal tornou-se uma das sedes dessa companhia que construiu, para suas atividades, a primeira pista da cidade, em Parnamirim.”<sup>6</sup>

Muitos dos antigos hábitos e valores da população norte-riograndense e, em especial, dos moradores da capital do estado, também foram se modificando. Um elemento que contribuiu para isso foi a maior utilização do porto<sup>7</sup>, devido à necessidade de escoamento da produção algodoeira para outros estados, acarretando uma valorização dos bairros da Ribeira e arredores, havendo intensa movimentação no local – construção de novos edifícios, aberturas de casas comerciais e bancárias, inauguração de salas de espetáculos, além dos famosos cafés-concerto, cabarés e pontos de jogo. O calçamento da cidade expandia-se, atingindo principalmente as ruas Dr. Barata, Travessa Venezuela e Quintino Bocaiúva, levando consigo o prolongamento das linhas de bondes elétricos, inaugurada ainda em 1911 (ano em que também chegavam a Natal a luz elétrica e o telefone): “[...] atingindo o percurso de 1500 metros, a nova linha irá do Alecrim até a Lagoa Seca, onde inaugurada essa parte, prosseguirá a outra que ligará o Alecrim ao Tirol.”<sup>8</sup>

No jornal *A República*, uma crônica intitulada “A transformação da cidade de Natal”, fazia transparecer o deslumbramento de seu autor com alguns desses novos hábitos,

---

<sup>6</sup> Maria Amélia M. Dantes, “No Caminho do Avião” in Marcos Silva (org.) *Dicionário Crítico Câmara Csacudo*. São Paulo, Perspectiva, USP, Fapesp; Natal, EdUFRN, Fundação José Augusto, 2003 (p. 21-23).

<sup>7</sup> “Inaugura-se hoje às 13 e ½ horas o cais da Tavares de Lira. Em regozijo por esse notável melhoramento, os nossos clubes náuticos realizam, após aquela solenidade, brilhante regata.” Idem, 11/06/1927.

<sup>8</sup> *A República*, Natal, 10/01 e 10/02/1926.

dando ênfase somente aos aspectos favoráveis de um processo que nem de longe atingia a todos os setores sociais:

[...] Quem conheceu a nossa cidade há três ou quatro anos e agora a contempla não deixa de escapar uma exclamação de surpresa, tamanha a transformação porque ela está passando. Contamos já com um ótimo passeio à beira-mar, graças à estrada de automóveis que se estende de Natal à praia da Areia Preta, desvendando belíssimo panorama, cuja perspectiva, começando do antigo Forte dos Reis Magos até os rochedos da atraente praia-balneário, deixa em nosso espírito a impressão verdadeiramente encantadora.

Aos domingos, tenho observado a concorrência de automóveis num curso permanente que constitui a distração mais querida das famílias natalenses, todas desejosas de respirar o ambiente reconfortante da praia movimentada, alegre, concorridíssima.

Isto não existia até bem pouco tempo, sendo Natal aos domingos e feriados, uma cidade silenciosa, sem um passeio atraente.

Outro fato que agrada extraordinariamente a nossa vista é a limpeza das ruas, *livre também do impressionante espetáculo dos mendigos*.

[...] O engenheiro Omar O'Grady vai conquistando pelo seu esforço e inteligência realizadora o respeito dos habitantes de nossa capital [...] Entretanto, todo o nosso progresso é filho dos nossos próprios recursos, o que representa mais um título de recomendação para a capacidade do administrador.

Depois de completo o serviço de calçamento da Avenida Junqueira Aires, veremos os benefícios que causa e a feição diferente da cidade.<sup>9</sup>

Como se pode perceber, havia uma identificação direta entre as melhorias urbanas e os anseios das classes privilegiadas – numa época em que se contavam nos dedos os automóveis da cidade, o progresso alardeado pelas elites era bastante parcial, mostrando mesmo que “limpar as ruas” significava sobretudo a retirada de seus indesejáveis habitantes.

---

<sup>9</sup> Idem, 04/01/1927 (grifos meus).

Com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes, Natal desenvolvia-se em meio a enormes contradições e desigualdades que atingiam todo o estado. Neste sentido, o índice de analfabetismo era expressivo: “Em 1920, o censo escolar havia revelado que 81% dos 547.000 habitantes do estado eram analfabetos. Na década de 1930 o índice continua praticamente inalterado. Em 1933, por exemplo, por ocasião da Assembléia Constituinte, a população do estado era de 764.571 habitantes, sendo que apenas 18.959 puderam se inscrever para votar. Em 1934, menos de 2% dos 22.000 jovens em idade escolar tinha acesso à escola. No censo de 1940, o índice de analfabetismo continua praticamente o mesmo (80% da população), e algo em torno de 90% das crianças em idade escolar continuavam não tendo acesso à escola.”<sup>10</sup>. Da mesma forma, outros dados são esclarecedores sobre a Natal desse período: “Praticamente não havia indústrias, a não ser pequenos estabelecimentos. Os dados existentes quanto à produção industrial de 1936 revelam que, das 245 fábricas existentes no estado, a maioria, 151, era de calçados e 77 eram fabriquetas de bebidas, empregando um número muito pequeno de trabalhadores. Dessas, 126 ficavam em Natal, 89 das quais tinham até seis empregados e 37 de seis a 12 empregados [...]”, de onde conclui o autor que “a classe operária no estado era pouco numerosa, considerado o conjunto da população economicamente ativa.”<sup>11</sup>

Também tiveram início, nessa época, as obras do “novo abastecimento de Natal” e é bem ilustrativo o pronunciamento do engenheiro Saturnino de Brito Filho, responsável pelo projeto, durante a solenidade de sua inauguração, quando teve a oportunidade de elencar as diversas fases de um processo que já vinha se dando há algum tempo:

---

<sup>10</sup> Homero de Oliveira Costa, *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*, São Paulo: Editora Ensaio/ Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1995 (p. 82-83).

Datava de fins do Império o primitivo abastecimento potável desta capital, feito mediante o regime de concessões que perdurou até 1910, ano em que foram as instalações encampadas pelo Governo Estadual.

Decorreram sucessivas administrações sem que o serviço acompanhasse o progresso urbano. A única iniciativa digna de especial registro foi a do governo José Augusto, que em 1924 estabeleceu uma comissão de saneamento para levantar a excelente planta topográfica que temos da cidade e projetar serviços de água e esgoto, sob a direção do eminente engenheiro Henrique de Novais. Essa administração executou também poços no Baldo e adquiriu materiais para as obras, que infelizmente não foi possível executar.

A aglomeração urbana progredia, entretanto, e a falta de solução para os problemas de seu abastecimento e esgotamento [sic] tornava-se cada vez mais grave. Em 1935, esse retardamento era de ordem tal que exigia a elaboração de novos projetos. Estes e a respectiva execução foram contratados ao final do governo do ilustre Interventor doutor Mário Câmara. Nesse mesmo ano assumiu [...] Rafael Fernandes. Não era risonha a situação com que se defrontava o novo governo [tendo havido uma] grande jornada desenvolvida desde a aprovação dos projetos até a presente etapa inaugural [...]<sup>12</sup>

Essas mudanças foram sentidas em pormenores da vida cotidiana da cidade. Mesmo entre pessoas de famílias abastadas é recorrente a lembrança dos transtornos de quando ainda não havia água encanada:

[...] eu era pequeno e me lembro bem de uma espécie de sala de banho com reservatórios de água, do lado de fora da casa e a gente tomava banho de cuia. Assim como também as privadas ficavam numa casa própria, separada dos cômodos da casa, fora do corpo da casa, e dentro tinha urinol em cada quarto.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>12</sup> *A República*, Natal, 14/05/1939.

<sup>13</sup> Luís Carlos Lenine Seabra Varella, músico natalense, em entrevista à autora, Niterói, maio de 2002.

Por outro lado, é importante não perder de vista que esse processo de urbanização não se deu de modo uniforme e extensivo à toda a população, deixando muitas áreas em completo abandono – isso sem falar na precariedade em que se encontravam os municípios e vilarejos interioranos, de onde chegavam alertas contra os constantes ataques de grupos de assaltantes e cangaceiros. Sem sombra de dúvida, o tão propalado progresso fazia-se acompanhar por uma dura realidade que insistia em se mostrar nas mesmas páginas dos noticiários locais. No ano de 1927, por exemplo, houve uma sucessão de acontecimentos relacionados ao “combate ao cangaceirismo”. Se, no mês de janeiro daquele ano, noticiara-se o êxito de uma reunião dos chefes de polícia de seis estados nordestinos, promovida pelo governador pernambucano Estácio de Albuquerque Coimbra, cuja finalidade fora a discussão das medidas repressivas aos “abusos dos famigerados bandoleiros”, alguns meses depois o bando de Virgulino Ferreira, o Lampião, tomara a cidade de Mossoró e seus arredores.

A grande ironia do acontecimento que marcou o episódio, foi o representante do governo norte-riograndense na referida reunião, o então diretor geral do Departamento da Segurança Pública, doutor Benício Filho, haver acabado de pronunciar um extenso discurso sobre a situação de verdadeira calma no interior do estado, dando em seguida algumas de suas (não muito convincentes) declarações à imprensa local sobre esse fato inusitado:

[...] Felizmente, o Rio Grande do Norte há muitos anos está livre desse contato pernicioso, o que muito recomenda a índole pacata e ordeira dos nossos habitantes, empenhados exclusivamente na exploração do trabalho honesto.

[...] Tão boa, acrescentei, é nesse particular a situação de paz que desde alguns anos desfrutamos, que eu me aventurava a dizer que, com o desaparecimento de

Jesuino Brilhante, ocorrido ainda nas eras de 1870, viu o Rio Grande do Norte extinguir-se no seu território o tipo do cangaceiro<sup>14</sup>.

Com tamanha convicção, acrescentava ainda o ilustre representante do governo do estado, que a população deveria até mesmo se desarmar e confiar exclusivamente na ação da polícia:

[...] Por último, lembrei que o primeiro passo para o bom êxito do serviço saneador que os estados, naquela hora coligados, desejam tornar efetivo seria o do desarmamento da população civil, isto é, da população que constrói casas blindadas, que possui armas e munições de guerra, em quantidade muitas vezes superior ao que lhe seja necessário para a defesa individual, reivindicando, destarte, o Estado para si o direito de possuir forças armadas, direito que lhe é privativo em face das leis da República.<sup>15</sup>

O que nunca poderemos saber ao certo é se Lampião resolveu incluir o Rio Grande do Norte em seu roteiro somente após tomar conhecimento desse tipo de declaração ou não. Mas o fato é que, em junho do mesmo ano, os jornais noticiavam a sua mais recente ousadia:

Os bandidos invadem o nosso território – A nossa força policial oferece-lhes enérgica repulsa [...] no município de Luís Gomes, onde foram assaltadas várias fazendas e aprisionados cidadãos respeitáveis. Segundo informações que dali chegam, pertencem os famigerados bandoleiros ao grupo sinistro de Lampião, que vem roubar as nossas populações sertanejas a paz e a tranqüilidade necessárias à sua vida honesta e laboriosa.

---

<sup>14</sup> *A República*, Natal, 06/01/1927.

<sup>15</sup> *Idem*, *ibidem*.

[...] Os bandidos invadem novamente o Rio Grande do Norte – Assalto à população de São Sebastião e à cidade de Mossoró.

[...] A população desta capital tem estado em contínuo sobressalto pelas notícias que nos chegam do interior, narrando o assalto à mão armada às várias fazendas e localidades pelo numeroso grupo de cangaceiros chefiados por Lampião e Sabino.<sup>16</sup>

Jerônimo Laíre Rosado, farmacêutico e funcionário público mossoroense, deixaria registradas as suas impressões sobre a invasão de sua cidade pelo bando de Lampião em uma famosa entrevista, publicada somente muitas décadas depois.<sup>17</sup> Através de seu depoimento, podemos vislumbrar alguns detalhes muito significativos do episódio, alguns até mesmo de cunho anedótico, apesar do pânico que tomava conta da população sitiada:

O que sei sobre Lampião é o que vivi. Nunca li nada sobre o assunto, pois os fatos vivenciados foram terríveis [...] Eu tinha 16 anos e estava no sítio do meu avô Jerônimo Rosado, que ficava por trás da cadeia pública, à beira do rio.

[...] Estávamos em junho de 1927. Começou a correr o boato no sábado, pois soubemos através do aviso do telégrafo de São Sebastião, hoje Dix-sept Rosado, que o bando estaria vindo em direção a Mossoró.

[...] Lampião atacou Mossoró no dia 13, não me lembro que dia foi 13, mas sempre achei que era um domingo. O que me lembra que o pessoal da estrada de ferro de São Sebastião transmitiu a mensagem, abandonou suas posições e o trem já tinha saído a não sei quantas horas para Mossoró, quando o bando lá chegou. Já pensou se Lampião tivesse chegado a Mossoró de trem? Teria desembarcado numas das trincheiras mais fortes da cidade, a da estação ferroviária.

[...] Era um corre-corre danado, gente tirando seus familiares da cidade em direção a Tibau, Areia Branca. Teve gente que até ficou embarcado no mar. Lampião trouxe tanto aperseio, que não tive tempo de ter medo.

---

<sup>16</sup> *A República*, Natal, 12/05, 12/06 e 14/06/1927.

<sup>17</sup> Laíre Rosado, *Depoimento sobre Lampião em Mossoró*, Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, série B, n. 674, 1989.

[...] O velho Rosado, meu avô, com quem eu morava desde a morte do meu pai, Jerônimo Rosado Filho [...] passou a transportar todos [os da família], em várias viagens de automóvel, na manhã do dia do ataque. Foram todos para o “Canto do Junco” [...] fora da cidade. Na casa da rua só ficaram o velho Enéias [...] e “seu” Chicó, antigo empregado da farmácia, com as portas e janelas trancadas [...] Como minha mãe estava muito mal e não podia ir junto, [fomos] para outro sítio de minha avó materna [...] Um trabalhador, que tinha levado um bule de leite, um depósito grande, para a cidade, como sempre fazia, lá chegando encontrou tudo deserto. Voltou às pressas para o sítio de meu avô, encostou o bule num canto da casa, correu e atravessou o rio a nado. Ouvi o tiroteio e rumei para o outro sítio, por dentro, pulando cercas, cortando caminho.

[...] No meio de tanto aperseio, sempre acontecem fatos pitorescos. João de Melo, um rapaz que morava na casa de dona Marola Silva, que também estava lá, foi até a beira do rio e viu um sujeito de chapéu de couro no sítio vizinho, encostado na cerca. Deu de volta, contou o fato e saiu gente correndo até pelos arames farpados das cercas pra tudo que é lado.<sup>18</sup>

[...] Foram horas e mais horas de angústia e nós lá dentro trancados. Eu tomando conta de minha mãe. Já tinha havido a refrega. Amaro Silva, que estava nas trincheiras foi até o sítio [e] contou o que tinha acontecido na cidade. Trouxe enrolada nuns panos a orelha de Colchete, o cangaceiro que havia sido morto no largo da Igreja de São Vicente [...]

[...] Lampião mandara um bilhete para o prefeito coronel Rodolfo Fernandes, exigindo 400 contos de réis, caso contrário, incendiaria a cidade. O prefeito mandou dizer que ele viesse receber a quantia. Mossoró praticamente não tinha soldados e Natal não mandara reforços. *A cidade foi defendida pela população civil.* [...] O curioso é que os bandidos se movimentavam, não paravam para desviar as balas.

[...] Havia muitas trincheiras, por trás dos parapeitos dos prédios altos da cidade, em vários lugares. Durante muitos dias depois ainda se viam sacos empilhados [...] Da população ninguém [morreu], do bando, Colchete [e] Jararaca, outro do bando [...] Aconteceu que Jararaca deixou de se movimentar e se abaixou para tirar o

---

<sup>18</sup> Isso porque era costume dos cangaceiros incluir em sua indumentária o característico chapéu de couro, muitas vezes enfeitado pelas mulheres que compunham o bando. Ver a respeito do papel das mulheres no cangaço, o depoimento de Sila, viúva de Zé Sereno, ambos sobreviventes do bando de Lampião: Ilda Ribeiro de Souza (Sila), *Sila: Memórias de guerra e paz*, Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1995.

armamento de Colchete, tendo sido atingido por uma bala [...] a versão que sei é que ele teria ido até uma casa pedir ajuda em troca de dinheiro e o entregaram à polícia. [...] Ele foi preso e levado para a cadeia. Eu fui vê-lo, como muita gente que esteve lá [...] era uma coisa asquerosa, todo sujo, um bicho [...] Acho que pensaram que ele ia morrer, mas como isso não aconteceu, resolveram matá-lo, temendo que Lampião voltasse para buscá-lo [...] *Natal reclamou muito porque ele foi morto*. O major Laurentino, de Mossoró, se justificou com esse argumento. Pois bem, levaram Jararaca para o cemitério, fizeram-no cavar a cova, mataram-no com uma faca ou um punhal, segundo eu soube, e o enterraram.

[...] Passamos uns dias de incerteza, por não sabermos onde Lampião se encontrava. Uma volante da Paraíba cruzou Mossoró em perseguição ao bando, mas sem notícias dele. Com o passar dos dias, as lojas do comércio foram abrindo suas portas. A qualquer boato ou alarme, os sinos da igreja repicavam e todos fechavam as portas e corriam. Só respiramos aliviados, quando chegou a foto de Lampião e seu bando, tirada em Limoeiro. Aí tivemos a certeza de que ele tinha ido embora.<sup>19</sup>

Essa situação de abandono em que se encontravam os municípios interioranos acabava por fortalecer um sentimento de autonomia, onde o que prevalecia era um verdadeiro “fazer justiça com as próprias mãos” – como o que aconteceu aos dois integrantes do bando de Lampião que acabaram sendo “justiçados”, mesmo com a desaprovação das autoridades da capital. Nessa época, o apoio policial era bastante deficiente – poucas viaturas, despreparo de seus homens, ausência de boletins de ocorrências policiais, grande defasagem numérica frente aos bandos armados que costumavam percorrer os sertões, além da morosidade que prevalecia nos deslocamentos de contingentes policiais da capital aos municípios. Tudo isso contribuía para fortalecer uma imagem negativa da polícia, com os seus soldados ameaçadores, armados com facões, por vezes embriagados, desregrados e perigosos.

---

<sup>19</sup> Idem, *ibidem* (grifos meus).

Apesar de ter sido intensificada uma política de repressão aos bandos armados, de maneira explícita, nos anos de 1926 e 1927, principalmente a partir da Conferência dos Chefes de Polícia do Nordeste, que tinha por objetivo traçar “uma mais eficiente ação conjunta contra o banditismo nos sertões nordestinos”, a extinção do cangaceirismo ainda estava longe de ocorrer. Estácio Coimbra, o idealizador dessa intensificação, enfatizou na sua plataforma de governo, que o problema principal a ser encarado era o da vinculação dos coronéis com os cangaceiros, chegando a afirmar ser “urgente e necessário extinguir o mandão<sup>20</sup> e com ele mais facilmente [eliminar-se-ia o] banditismo que, desabrigado e desprotegido, caminhará ao léu, na sua trajetória de depredações, atentados e assassínios, até desaparecer afinal, lavada a nossa precária civilização sertaneja dessa vila ignominiosa [...] O mandão gera o cangaceiro, ou porque dele precise para dilatar o seu prestígio e fazer-se mais temido, ou para instrumento feroz de seus ódios, apetites ou vinganças.”<sup>21</sup>

Numa ação paralela à do governador pernambucano, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ao assumir a administração paraibana, colocando-se como “adversário dos interesses dominantes no sertão, representados por João Dantas, João Suassuna, José Pereira etc”, também procurou reprimir o banditismo rural, com o mesmo propósito de combater os seus protetores e responsáveis diretos pela sua sobrevivência e multiplicação. No seu discurso de posse, por exemplo, em outubro de 1928, ele esclarecia que:

---

<sup>20</sup> “O *mandão*, ao qual, seguidamente, Estácio Coimbra referia-se, mesmo não esclarecendo-lhe o conceito, não é senão o coronel-coiteiro.” - Cf. “Governo Estácio Coimbra (1926-1930): estatuto e retórica de uma perseguição política ao cangaço” in Maureli da Costa Santos, *Folia de Rei: uma sociologia da vida e da morte do cangaço*, Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1984 (p. 138 a 157). A autora ainda comenta sobre a ascensão política de Coimbra, que de Prefeito da cidade de Barreiros, passou pelos mandatos de Deputado Estadual, Presidente do Senado Federal, Vice-Presidente da República e, finalmente, Governador de Pernambuco, quando resistiu ao movimento de 1930 e se exilou em Portugal, levando consigo o sociólogo Gilberto Freyre (p. 143).

<sup>21</sup> *A Província*, Recife, junho de 1926, n. 146, p. 4, *apud* Idem, *ibidem* (p. 140).

Não trago a convicção de extinguir o cangaceirismo nos nossos sertões, mas venho com o propósito de não lhe dar tréguas, esteja onde estiver e seja quem for o seu protetor ou o seu hominizador. [...] O cangaceirismo é o produto da falta de justiça e da nossa viciada educação política [...] Não é possível corrigir hábitos inveterados de um povo, apenas em um ou dois quadriênios. Façamos, portanto, sua reeducação, persistindo na perseguição uniforme ao cangaceiro, sem preferências e também sem crueldade.<sup>22</sup>

Não somente as autoridades políticas ocuparam-se do assunto, sucessivas gerações de intelectuais interessaram-se em estudar a origem e tentar propor algumas soluções para o problema do cangaceirismo. Gustavo Barroso, por exemplo, já afirmara em 1917, que os cangaceiros teriam surgido, primeiramente ligados aos chefes de grandes parentelas ou políticos, para ajudar na proteção das fazendas e mais tarde como grupos de homens armados liderados por um chefe independente, sem vínculo permanente com um líder político ou chefe de parentela, vivendo de assaltos e saques; a partir do momento em que formaram grupos autônomos, teriam passado a ser combatidos pela polícia.<sup>23</sup> José Américo de Almeida, por sua vez, também discutiu a questão no seu *A Paraíba e seus problemas*, afirmando que esse fenômeno remontava à época das capitânicas e seu sentido tinha sido reafirmado durante o Império:

O cangaceiro originou-se da instituição do guarda-costas, como uma necessidade de defesa das fazendas ameaçadas pelo gentio. Essa organização chegou a ter um caráter de milícia, permitida e, depois, tolerada pelas autoridades, incapazes de manterem a segurança pública num extenso território de população escassa e

---

<sup>22</sup> *A Província*, Recife: outubro de 1928, n. 248, p. 2 *apud* Idem, *ibidem* (p.150-151). E a autora complementa que, “ao contrário de Estácio Coimbra, que convocou os Chefes de Polícia do Nordeste, João Pessoa convocou os Chefes Políticos da Paraíba, para uma conversa a respeito do esquema estadual de repressão ao cangaceirismo, que teria por objeto, antes o coiteiro, do que o cangaceiro.”

<sup>23</sup> Gustavo Barroso, *Heróis e bandidos, os cangaceiros no Nordeste*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917 e *Almas de lama e aço – Lampião e outros cangaceiros*, São Paulo: Melhoramentos, 1930.

disseminada: cada casa de campo tinha sua panóplia [...] Quando a região se desassombrou da hostilidade dos selvagens, os fazendeiros não quiseram abdicar desse elemento, que lhes assegurava a força moral do domínio e alimentava a vaidade. E, além dessa função interna, ele seria utilizado em outros fins. A indivisão das grandes sesmarias foi originando sangrentas questões de terras entre confinantes e o partidarismo monárquico criou o mandonismo com prerrogativas feudais.”<sup>24</sup>

Da mesma forma, o termo “cangaço” era muito antigo no Nordeste: “Em 1834, já se dizia de certos indivíduos que ‘andavam debaixo do cangaço’, isto é, apresentavam-se muito armados, ‘de chapéu de coiro’, clavinotes, cartucheiras de pele de onça pintada, longas facas intercaladas batendo na coxa.”<sup>25</sup> As constantes lutas entre famílias por questões de terra, teriam sido utilizadas como justificativa para que os “cabras” fossem assalariados e seguissem “ensangüentando vilas e estradas, amedrontando populações e queimando propriedades”, surgindo desse meio “os Cunha, Pataca, Liberato, Cabeleira, Brilhante, Viriato, José Antônio, Rio Preto, Antônio Silvino e Lampião.”<sup>26</sup>

Também antigas (e, por vezes, contraditórias) seriam as intenções de alguns políticos em colocar um fim a essa situação de insegurança e intranqüilidade que atingia os sertões e cidades de quase todos os estados nordestinos, como o exemplo que segue pode ser ilustrativo: “A 4.X.1911, chefes políticos de dezessete municípios da ribeira do Cariri (Ceará), inclusive o Pe. Cícero Romão Batista, lavram um documento, ‘fé-política’, onde no artigo VII se lê: ‘A bem da moral e da ordem os chefes terminarão a proteção aos cangaceiros.’ Um ano mais tarde, Antônio Silvino, que inundava o sertão de dinheiro falso, assaltava, matava,

---

<sup>24</sup> José Américo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas*, João Pessoa: A União, 3ª edição, 1980 (p. 556).

<sup>25</sup> Norma Mamede Hernades, *Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo*, Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado, 1989 (p. 59-60).

protegia, era chamado pelo chefe político de São Miguel de Jucurutu e o juiz de direito de Acari (ambos do Rio Grande do Norte), - Dr. Vicente Veras e Vicente Dutra, num entendimento para fins eleitorais.”<sup>27</sup>

Uma situação de difícil escolha para os habitantes dessas “regiões esquecidas por homens e governos”, onde se vivia

entre dois dilemas: o cangaceiro, ameaçando-o [o sertanejo] de morte em caso de traição, protegendo-o, vingando seus desafetos e remunerando a sua hospitalidade de algumas horas. A polícia: espancando-o para descobrir um roteiro imaginário, requisitando seus cavalos e desrespeitando a sua hospitalidade:

O sertanejo infeliz  
Com a polícia e o cangaço  
É que sofre as conseqüências  
Dizendo não sei que faço  
Se sirvo a polícia, apanho  
Sirvo Lampião levo banho  
Apanhando em qualquer passo.”<sup>28</sup>

Embora continuassem a ser requisitados “a torto e a direito”, tendo que resolver à sua maneira querelas políticas que terminavam em sangue, usados como instrumentos, perseguidos, admirados ou acoitados, os cangaceiros teriam tido, segundo o autor, “sua carreira cortada por dois elementos da civilização: o caminhão e o telégrafo.”<sup>29</sup>

Talvez seja possível entender como um reflexo dessa situação contraditória, onde o ideal de modernização e progresso perseguido pelas elites esbarrava com os aspectos

---

<sup>26</sup> Oswaldo Lamartine, *Cangaço e coiteiros*, Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, série B, n.1296, co-edição com EFRN/UNED de Mossoró/ Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do estado do Rio Grande do Norte, agosto de 1995 (p.3-4).

<sup>27</sup> Idem, *ibidem* (p.3).

<sup>28</sup> Idem, *ibidem* (p.4-5).

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*.

cotidianos que reforçavam a noção de atraso e miséria, a recorrência de afirmações de que “progresso mesmo” só teria surgido com a guerra e os americanos, duas décadas depois:

Nossa cidade em 1939, quando iniciou a guerra, terminava ali no Aero Clube, pra lá não havia absolutamente nada, nada... era mato. O quartel do 16º. RI [Regimento de Infantaria] foi inaugurado em 42, em 39 não tinha nada. O começo de tudo foi em 42. O aspecto físico da cidade mudou, foi se expandindo lá pros lados do Tirol em princípio (...) Houve uma mudança muito grande em Natal.<sup>30</sup>

Alguns estudos reafirmam essa interpretação, chegando a mencionar que a “*urbanização enlatada, precoce, feita de fora*, foi aproveitada pelos segmentos dinâmicos da economia estadual (algodão, cana-de-açúcar) que então, diversificados pela economia de guerra, aceleraram o processo de integração dessa economia ao mercado nacional.”<sup>31</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, embora afastando-se da análise econômica e enveredando por uma leitura sociológica do imaginário herdado daquele período, em outra pesquisa afirma-se que a cidade teria sido “completamente transformada pelas bases americanas” - isto implicando em que “as imagens emblemáticas da guerra, na forma como ela foi vivida e reconstruída em Natal, interferiram vivamente, embora nem sempre conscientemente, na formação de *uma imagem mental identitária da cidade*.”<sup>32</sup>

O fato de a cidade ter expandido seus limites geográficos principalmente a partir do marco beligerante mundial, acaba sendo confundido com uma total ausência de medidas “modernizantes” anteriores, desde aquelas que foram sendo implementadas pelos poderes públicos visando a alteração e ampliação dos traçados urbanísticos, saneamento e melhoria de

---

<sup>30</sup>Cleantho Homem de Siqueira, ex-combatente da FEB, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>31</sup>Maria do Livramento Miranda Clementino, op. cit. (p.29; grifos meus).

<sup>32</sup>Josimey Costa da Silva, op. cit. ( p. 19 e 63; grifos meus).

transportes, até a institucionalização dos serviços de segurança pública e reaparelhamento policial, ainda nas primeiras décadas do século passado. Ou seja, por esse viés interpretativo, tudo acaba sendo lembrado como decorrência direta das modificações no período posterior – ocorridas com maior intensidade, talvez - acentuando-se uma certa visão mitificadora que elegeira os interesses externos como determinantes dos rumos das mudanças na história da cidade. Partindo de um recuo cronológico, pretendo melhor situar como foram sendo forjadas algumas das diferentes concepções de “modernidade” - anteriores à presença (física) dos norte-americanos na sociedade local - e sua relação com as variadas formas de comemorações carnavalescas da época.<sup>33</sup>

## **1. Moderno e regional**

Diferentes abordagens teóricas procuram situar a emergência da chamada “sensibilidade moderna” em períodos históricos distintos – alguns argumentam em defesa do marco dos 1500, quando se deu o advento do mercado mundial, outros afirmam que só se pode falar em “modernidade” por volta do século XVIII. Em um artigo “clássico” sobre o assunto, Perry Anderson se propõe a examinar a tentativa de Marshall Berman em discutir a utilização do termo “modernidade” (significando uma modalidade de experiência vital que

---

<sup>33</sup> Antes de sua presença física na cidade, já havia toda uma idealização do *American way of life*, além das inúmeras influências culturais veiculadas pelas películas hollywoodianas, músicas, programas de rádio, revistas e

seria hoje compartilhada por homens e mulheres em toda parte do mundo) mediando a idéia de “modernização” (sócio-econômica) e o “modernismo” (visões, ideais, valores).<sup>34</sup> Para Anderson, Berman teria cometido um equívoco ao utilizar como conceito central de seu argumento a noção de desenvolvimento, na medida em que “a idéia de modernização envolve uma concepção de desenvolvimento fundamentalmente plano – um processo de fluxo contínuo em que não há diferenciação real de uma conjuntura ou época em relação à outra, exceto em termos de mera sucessão cronológica do velho e do novo, do anterior e do posterior, categorias que são elas próprias sujeitas a uma incessante permutação de posições numa única direção [...]”.<sup>35</sup> Por outro lado, à leitura que Berman faz do modernismo como um todo, sem estabelecer distinções, Anderson contrapõe uma maneira alternativa de compreender as origens e as aventuras do modernismo, que consistiria em “examinar mais de perto a temporalidade histórica diferencial em que se insere” – afirmando ter havido uma verdadeira multiplicidade dos modernismos, sendo a sua distribuição geográfica bastante desigual, ou seja, mesmo o espaço do modernismo seria necessariamente diferencial.

Anderson arremata suas críticas apontando uma explicação conjuntural para diversas práticas e doutrinas estéticas, que ao longo do século, foram agrupadas como “modernistas”. Tal explicação contemplaria a intersecção de diferentes temporalidades históricas, que ele distingue em três coordenadas decisivas: a primeira delas, antes da Primeira Guerra Mundial, com a codificação de um academicismo altamente formalizado, nas artes visuais e outras; a segunda, com a emergência das tecnologias ou invenções-chaves da segunda revolução industrial (telefone, rádio, automóvel, avião etc.); e, por fim, a

---

outras publicações etc.

<sup>34</sup> Perry Anderson, “Modernidade e Revolução” in *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.14, fevereiro, 1986 (p.2-15) e Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

<sup>35</sup> Perry Anderson, op. cit. (p. 6).

proximidade imaginativa da revolução social que começava a variar amplamente. Essa alternativa interpretativa é por ele concluída com o seguinte enunciado:

O modernismo europeu nos primeiros anos deste século floresceu assim no espaço situado entre um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível. Dito de outro modo, ele surgiu da intersecção de uma ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semiindustrializada e um movimento operário semi-emergente, ou semi-insurgente.<sup>36</sup>

David Harvey também postula a importância de não se perder de vista a emergência do modernismo como anterior à Primeira Guerra Mundial, como uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicações) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas), em vez de entendê-lo como um pioneiro na produção dessas mudanças. Por outro lado, a relação entre a efemeridade da vida cotidiana moderna e a definição de uma estética modernista é enfatizada na análise de Harvey, que observa a enorme preocupação dos modernistas com a linguagem e formas de representação: “imensa preocupação com a criação de novos códigos, novas significações e novas alusões metafóricas nas linguagens que construíram [...]”<sup>37</sup>

No Brasil, as inquietações com o avanço tecnológico e toda a gama de transformações sociais ocorridas na virada do século XIX – XX, quando o processo de industrialização iniciado no Império acentuou-se, influenciaram decisivamente nossa

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, (p. 9).

<sup>37</sup> David Harvey, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo: Edições Loyola, 1999 (p. 30 e seguintes). É interessante sua afirmação de que “como o único ponto de partida consensual para a compreensão do pós-moderno reside em sua possível relação com o moderno, é ao sentido deste último que devemos dar atenção em primeiro lugar.” (p.20).

produção intelectual e artística. O sentimento de brasilidade e o projeto intelectual de conhecer a realidade nacional, tanto no campo literário com o Romantismo, quanto nos estudos historiográficos desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – mais que isso, a incorporação do tema da Nação no conjunto de obras desse período correspondia aos postulados cientificistas em voga, ou ao que se denominou posteriormente de “paradigma objetivista”.<sup>38</sup>

Apesar da diversidade de correntes que se opunham aos “passadistas”, ser modernista representava sobretudo uma *atitude* na busca de definições que o ingresso na modernidade suscitava. Embora estivessem afinados com o discurso da vanguarda européia, nossos modernistas *tupiniquins* logo demonstraram suas especificidades: “Diferentemente do que ocorre em outros modernismos, onde a idéia de revolução ou de descrédito do passado se situa no centro das indagações, no caso brasileiro a modernização vem caracterizada como atualização onde não está afastado o compromisso com a tradição”.<sup>39</sup>

Neste sentido, a preocupação com o futuro não se achava desvinculada da necessidade de investigação sobre o nosso passado colonial. E esta idéia central do projeto modernista inspirou inúmeros seguidores, especialmente a partir de 1924, data que marcaria o início da “segunda fase” do movimento<sup>40</sup>, relacionada à defesa da modernização cultural sem perder de vista sua caracterização para o ambiente brasileiro, tomando por referência o elemento tradicional e popular. Antonio Candido, Alfredo Bosi e Wilson Martins, dentre outros estudiosos da evolução intelectual brasileira, constróem a idéia de um “nacionalismo

---

<sup>38</sup> Ver a respeito Luís Costa Lima, *Sociedade e discurso ficcional*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986; Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; entre outros.

<sup>39</sup> Eduardo Jardim de Moraes, “Modernismo revisitado” in *Estudos Históricos*, vol.1, n.2, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998 (p.220-238).

<sup>40</sup> De acordo com Ruben George Oliven (*A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis: Editora Vozes, 1992), já em seu “primeiro tempo”, o modernismo brasileiro teria conjugado a “reatualização do

programático” do modernismo brasileiro, onde estariam amalgamadas técnicas estilísticas cosmopolitas e a temática nacional. Teria havido uma espécie de “cosmopolitismo dos nacionalistas”, de acordo com Martins, marcando o tom paradoxal do nosso modernismo, peculiaridade que talvez tenha sido a responsável por tantas dissidências e polêmicas internas ao movimento.<sup>41</sup>

Pelas páginas das revistas *Papel e Tinta* (1920), *Klaxon* (1922) *Estética* (1924), *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), divulgavam-se (e diversificavam-se) os rumos do movimento modernista em território nacional. Antes mesmo da Semana de 22, alguns dos intelectuais que tiveram participação direta nesses periódicos já anunciavam pelos jornais a discussão sobre os significados de tantas transformações e a necessidade de atualização das artes e do pensamento brasileiro com o mundo contemporâneo. A consciência nacionalista atrelada às leituras científicas também se fez presente no editorial de lançamento da *Revista do Brasil*, sob o título “A nacionalização da arte”, publicada ainda em 1916:

[...] Nós não somos um povo inferior, nem decadente. Apenas não atingimos ainda a maturidade de nação, no sentido científico do vocábulo, isto é, de agremiação política e social, tendo um pensamento, um sentir, uma ação, que sejam verdadeiramente a síntese da energia coletiva.<sup>42</sup>

Em seu artigo “Registro Bibliográfico – Arte Moderna”, publicado n’*A Imprensa* de agosto de 1924, o intelectual natalense Luís da Câmara Cascudo chegou a ironizar o “ineditismo” do movimento modernista:

---

Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos ocorridos no exterior” com a busca de “nossas raízes nacionais, valorizando o que haveria de *mais autêntico* no Brasil” (p.32; grifos meus).

<sup>41</sup> Abílio Guerra, “Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda” in *Revista de História*, n.1, São Paulo: USP, 1989 (p. 127-141).

<sup>42</sup> Apud Wilson Martins, *A Literatura Brasileira*, vol.VI, São Paulo: Cultrix, s/d. Ver também Tania Regina De Luca, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, UNESP, 1999.

Causaria maior escândalo se o senhor Joaquim Inojosa [intelectual modernista de Recife] dissesse que o Modernismo tem três mil anos em suas linhas gerais. Pensamos no que diria muita gente se soubesse que o sr. Graça Aranha usou de períodos, pensamentos, palavras e obras de... Tobias Barreto, em... 1882, quando afrontando os manos conselheiros do ilustre Osório, chamou a Academia disso, daquilo, daquilo outro. Interessante pensar que muito francês célebre está recapitulando os apócrifos e lápides gregas... a fazer modernismo.<sup>43</sup>

Mário de Andrade, protagonista do modernismo paulista, afirmava então que a principal peculiaridade do movimento encontrava-se na “fusão de três princípios fundamentais: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional” – sem esquecer de mencionar a ausência de inovação, uma vez que “de tudo encontramos exemplos na história artística do país [sendo que] a novidade fundamental, imposta pelo movimento, foi a conjugação dessas três normas num todo orgânico da consciência coletiva.”<sup>44</sup> Embora o próprio Mário tivesse publicado no *Jornal do Comércio* uma série de artigos intitulada “Os Mestres do Passado”, no início do movimento (de agosto a setembro de 1921), tecendo críticas a cinco poetas parnasianos, não encarava o confronto entre os “novos” e os “velhos” como tema mais importante. Findo o período inicial de exaltação e “destruição” dos cânones academicistas, ele e outros tantos modernistas começaram a relativizar essa oposição.

Os fundadores da revista carioca *Estética* (setembro de 1924), Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, preocuparam-se sobretudo em divulgar artigos que discutissem os caminhos teóricos do movimento modernista brasileiro, uma vez constatada

---

<sup>43</sup> Humberto Hermenegildo de Araújo, op. cit (p. 108).

sua tremenda diversificação. Buscando a unidade de uma frente ampla na vanguarda modernista, importava ir além do teor estético, repensando e problematizando temas políticos e sociais, que refletissem nosso descompasso frente ao mundo moderno. Da mesma forma, o grupo que criou a revista *Festa* – que esteve em circulação em duas fases, respectivamente de 1927 a 1929 e de 1934 a 1935 – achava-se inserido no debate que projetava a “modernização” para o país, embora um pouco retardatário em se tratando de movimento modernista:

Talvez mesmo devido a preocupações de ordem espiritual um pouco abstrata que o animam, tem um grupo de literatos no Brasil, que vai passando por demais na sombra. Esse grupo afinal resolveu chamar a atenção do brasileiro leitor para ele e está publicando uma revista, *Festa*. Fez muito bem. Se mais ou menos ele vivia na sombra, não se pode culpar disso os que viviam chamando a atenção, conseguindo em um momento quase monopolizar a preocupação literária brasileira. [...]

A agitação, a vida nova principiou com essa gente. É possível que o pessoal de *Festa* não carecesse do movimento modernista para ser o que é. Mas é incontestável que vivia apagado, numa torre de marfim, muito orgulhosa e isolada.<sup>45</sup>

Embora representassem “lugares de sociabilidade intelectual”, a breve existência dessas revistas explica-se pelas imensas dificuldades financeiras para a sua manutenção, cobrindo suas crescentes despesas com assinaturas, subscrições e anúncios: “As subscrições dos proprietários foram de 10\$000 e o preço dos anúncios variava de 300\$000, na contracapa, até 20\$000, 1/16 de página. No número 1, as informações são de que a assinatura anual

---

<sup>44</sup> Margarida de Souza Neves, “Da Maloca do Tietê ao Império do Mato Virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos” in Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (org.) *A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998 (p. 271).

<sup>45</sup> Mário de Andrade, artigo publicado na revista *Festa*, n. 6, 1927 - *apud* Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio... - Modernismo e Nacionalismo*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999 (p. 43). O grupo de *Festa*, segundo a historiadora, “assume o espiritualismo e o universalismo na arte, não renegando o epíteto de novos simbolistas e procurando capitalizar a tradição que vinha do romantismo [...] modernos e tradicionalistas; enfim, `modernistas

custava 5\$000, o número avulso 500 réis e o número atrasado 1\$000. Apenas para se ter uma idéia de valor, em inícios dos anos 30, um livro como *As minas de prata*, de José de Alencar, com dois volumes, custava 10\$000; a assinatura anual (quatro números) de *A Ordem* custava 20\$000 e o número avulso 5\$000. Já o preço de um par de sapatos era cerca de 30\$000.”<sup>46</sup> Essas revistas representariam “lugares de articulação de pessoas e idéias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos, sem o que eles perdem significado. Os ganhos, portanto são de ordem não instrumental, estando fora da lógica dos cálculos de custos e benefícios materiais, e inserindo-se no universo das paixões, crenças e vaidades intelectuais, como nos lembra Mário de Andrade.”<sup>47</sup>

Nessa fase de rivalidades entre diferentes propostas de nacionalidade, no momento que se segue às comemorações do Centenário da Independência – “o ano de 1922 é obviamente paradigmático, tanto para São Paulo, com a Semana e os festejos do Ipiranga, quanto para o Rio, com a Exposição Internacional” - o “campo artístico-cultural” teria sido “mais até que o campo político formal (o dos partidos e outras instituições políticas)” um espaço oportuno para a construção de projetos de intervenção social, “sendo os intelectuais vistos e se representando como atores pioneiros e privilegiados na ‘condução’ do futuro do país.”<sup>48</sup>

Por outro lado, é sabido que a questão do regionalismo não se iniciou nessa época, já se fazendo presente desde algumas das proposições do Romantismo (1836-1870), segundo as análises de Antonio Candido, o qual afirma que “o nosso nacionalismo foi antes forjado em

---

espiritualistas’, como se designavam, para demarcar o seu espaço [...] a posição de *Festa* é difícil e ambígua em muitos pontos, por procurar transpor dicotomias, tornando o perfil modernista tridimensional.” (p. 60).

<sup>46</sup> Idem, *ibidem* (p. 57-58).

<sup>47</sup> Idem, *ibidem* (p.58).

<sup>48</sup> Idem, *ibidem* (p.21, 22 e 49). De onde a autora conclui: “A modernidade da nação e seu futuro projetado estão no cerne de todos esses acontecimentos, bastante freqüentados pela literatura acadêmica, que é consensual ao assinalar as disputas e a multiplicidade de propostas de modernidade então em pauta.” (p.49).

posições regionalistas”, concluindo o autor que a contribuição decisiva para o movimento regionalista só seria possível após a publicação de “Os sertões”, de Euclides da Cunha, em 1902, concomitante à divulgação dos primeiros estudos de etnografia e folclore no país.<sup>49</sup> A própria noção de regionalismo foi se modificando, ao longo desses anos, passando de uma interpretação naturalista, onde o meio, o clima e a raça eram tomados como responsáveis pela diferenciação entre os espaços, para o surgimento das primeiras considerações sobre os diversos aspectos sociológicos presentes em cada região. Neste sentido, pode-se afirmar que “o espaço perdia cada vez mais sua dimensão natural, geográfica, para se tornar uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem.”<sup>50</sup>

Gilberto Freyre tornou-se, então, um dos principais defensores do regionalismo tradicionalista, escrevendo extensa obra histórico-sociológica que elegia o Nordeste como centro irradiador da própria nacionalidade. Para ele, a modernização/progresso ameaçava o equilíbrio da sociedade patriarcal (canavieira), cujas relações de poder estariam calcadas nas relações pessoais, e não em relações entre classes ou instituições sociais. Fazendo a defesa dos valores tradicionais presentes na sociedade patriarcal nordestina, apoiada num certo tipo de miscigenação, o intelectual pernambucano definiu em termos sociológicos a matriz básica da organização social do Brasil. Segundo ele, a sociabilidade burguesa trazida pelos agentes desse processo modernizador (usineiros e industriais), tornava-se extremamente prejudicial à conservação de uma certa tradição cultural de toda a região.

Freyre fazia uma clara distinção entre ser “moderno” e ser “modernista”, criticando o cosmopolitismo dos modernistas de 22 e reafirmando seu “regionalismo

---

<sup>49</sup> Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro/Folha de São Paulo, São Paulo: Publifolha, 2000 (p. 103 – 105).

<sup>50</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes*, Recife: Editora Massananga/Fundação Joaquim Nabuco e São Paulo: Cortez Editora, 2001 (p. 49).

moderno”, já que, para ele, o tema moderno designava apenas mudança de forma, com a manutenção dos mesmos conteúdos. Entretanto, concordo com a interpretação de que essa dubiedade entre uma forma moderna e conteúdos tradicionais, a crítica à ética e sociabilidade burguesas, não tenha sido privilégio apenas do tradicionalismo regionalista, estando presente também nas correntes mais conservadoras do modernismo paulista.<sup>51</sup>

A emergência desse “novo regionalismo”, portanto, dava-se enquanto uma tentativa de enfrentamento da crise do modelo agrário-exportador em vários estados brasileiros. O que estava em jogo era a própria defesa dos privilégios das antigas elites rurais, ameaçadas pelo processo de modernização e pelos códigos burgueses adotados nos centros urbanos: “A elaboração da região se dá, no entanto, no plano cultural, mais do que no político. Para isso contribuirão decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa ‘elite regional’ desterritorializada, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória da região, o fausto da casa-grande, a ‘docilidade’ da senzala, a ‘paz e estabilidade’ do Império.”<sup>52</sup>

Os intelectuais regionalistas e tradicionalistas fundaram, então, o Centro Regionalista do Nordeste (1924), de onde surgiu a idéia de se realizar um Congresso Regionalista, dois anos depois, com carácter de divulgação das principais diretrizes a serem tomadas, para além do âmbito do Recife, propondo-se a congregar “os elementos de vida e cultura nordestinas”, promovendo excursões, organizando conferências, exposições de arte, inaugurando uma biblioteca com a produção dos intelectuais da região no passado e no presente e editando a revista *O Nordeste*. O *Manifesto Regionalista* lançado em 1926 (mas editado e divulgado por Freyre somente em 1955, “com alguns pequenos acréscimos à

---

<sup>51</sup> Idem. Ibidem. ( p. 92-93).

<sup>52</sup> Idem. Ibidem (p.35).

reconstituição do manuscrito [...] divulgado em parte por jornais da época”), atinha-se a determinados aspectos do cotidiano “nordestino”:

Creio que não haveria exagero nenhum em que este Congresso, pondo no mesmo plano de importância da casa, a mesa ou a cozinha regional, fizesse seus os seguintes votos: 1° - Que alguém tome a iniciativa de estabelecer no Recife um café ou restaurante a que não falte cor local – umas palmeiras, umas gaiolas de papagaios, um caritó de guaiamu à porta e uma preta de fogareiro, fazendo grude ou tapioca – café ou restaurante especializado nas boas tradições da cozinha nordestina. 2° - Que os colégios de meninas estabeleçam cursos de cozinha em que sejam cultivadas as mesmas tradições. 3° - Que todos quantos possuírem em casa cadernos ou Mss antigos de receitas de doces, bolos, guisados, assados etc, cooperem para a reunião dessa riqueza, hoje dispersa em manuscritos de família, esforço de que o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste tomará a iniciativa, nomeando uma comissão para a colheita do material tão precioso e digno de publicação.<sup>53</sup>

Pode-se perceber claramente o viés conservador presente nesses “votos” dos regionalistas, onde a extrema valorização do que seria uma “culinária tradicional nordestina” não deixava de incluir por extensão a presença necessária de uma “preta de fogareiro” - o que sugere uma aceitação/convivência desses intelectuais oriundos da “Casa Grande” com a também “tradicional” divisão social do trabalho...

Em contrapartida, os divulgadores do modernismo paulista nas capitais nordestinas, como Joaquim Inojosa, José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo, sendo o primeiro o fundador da *Revista Mauricéia*, uma referência explícita à *Paulicéia Desvairada* de Mário de Andrade, fizeram um contraponto ao regionalismo tradicionalista,

---

<sup>53</sup> Gilberto Freyre, *Manifesto Regionalista*, Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, 1955 (p. 43).

criticando duramente seu saudosismo contemplativo das glórias passadas, ao invés de privilegiar os problemas do Brasil contemporâneo.<sup>54</sup>

Inojosa fazia as mais contundentes críticas ao que considerava mais uma “estória” de Freyre, pois a repercussão do “movimento” regionalista teria sido mínima em comparação ao teor bombástico do movimento modernista, afirmando que: “não me preocupa o tecer o elogio do passado, um passado muito pouco nosso, porque o construímos auxiliados por elementos a que ainda hoje nos sentimos presos, dos quais nos procuramos desvencilhar na hora presente”; em depoimento dado em 1981, Inojosa situou o ano de 1925 como “aquele que o Modernismo efetivamente vingou no Norte/Nordeste”, enfatizando a importância do seu manifesto de 1924, *A Arte Moderna*, “como impulsionador das polêmicas, embora já contasse com as adesões de Bruno de Menezes, Luís da Câmara Cascudo, Austro-Costa e Raul Machado”.<sup>55</sup>

Isso não significava que os intelectuais modernistas tivessem desprezo pelo regional; muito pelo contrário, o problema relacionava-se à maneira como seria elaborada a questão da tradição. Câmara Cascudo, por exemplo, mesmo tendo assinado o manifesto modernista de 24, não deixava de manter afinidades com algumas idéias regionalistas tradicionalistas de Gilberto Freyre, chegando a afirmar que “Pernambuco de história tão vasta e tão longa que é a própria história do Brasil por muitos séculos, está na obrigação moral de agir fortemente [...] Pernambuco efigia tipicamente o Brasil”.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> A polêmica entre Inojosa e Freyre estendeu-se por décadas, até a publicação de *Um “movimento” imaginário – resposta a Gilberto Freyre*, Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Editora, 1972, onde o modernista acusa o sociólogo de ter tentado (em vão) “anular a influência do Modernismo paulista na renovação literária do Nordeste”, invocando depoimentos de autores como Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, Jorge Amado e outros que teriam admitido essa influência marcante em suas obras; além de publicar uma série de declarações contrárias a Freyre no *Estado de São Paulo*, em 25/06/1972.

<sup>55</sup> Antônio Paulo Rezende, *(Des)Encantos Modernos*, Recife, Fundarpe, 1997 (p. 170–174).

<sup>56</sup> Citado por Humberto Hermenegildo de Araújo, “Joio” in Marcos Silva (org.) op. cit. (p. 148).

Sérgio Buarque de Holanda fez uma referência a este ponto crucial – a questão da tradição - para esclarecer as diferenças de proposições entre os movimentos Modernista e Regionalista Tradicionalista, em resposta à crítica feita por Gilberto Freyre no prefácio do seu livro *Região e Tradição*, quando concedeu uma entrevista alguns anos depois da tormenta, preferindo elencar inúmeros exemplos de autores regionalistas dentro do modernismo paulista (a citação pode parecer longa, mas pelo tom de indignação do historiador paulistano, vale a pena reproduzi-la):

Não me parece que Gilberto tenha sido justo nessa crítica [...] Se o Modernismo foi contrário à rotina literária e artística, é porque seus líderes estavam empenhados em criar alguma coisa original e diferente. Não acho, porém, que tenha sido, como escreve o eminente sociólogo, “inimigo de toda a forma de regionalismo”. Ao contrário, houve até, desde o princípio, a preocupação de criar coisas não apenas originais ou diferentes, como acima frisei, mas também brasileiras. De 1924, por exemplo, é o extraordinário poema de Mário de Andrade, “Noturno de Belo Horizonte”, aparecido no terceiro número de “Estética” e que traduz uma evidente preocupação não direi nacionalista, mas certamente nacional e até regional. Anteriores, ainda, ao “Noturno de Belo Horizonte”, são vários poemas do “Clã do Jabuti”, inspirados em motivos tipicamente brasileiros, como também o “Carnaval carioca”, escrito já em 1923, no mesmo ano, pois, em que Gilberto Freyre chegava ao Recife e muito antes de serem conhecidos no sul os estudos brasileiros e regionalistas do notável escritor [...] É bem conhecido, de resto, o interesse que Mário sempre mostrou pelo folclore luso-brasileiro e pelos motivos populares regionais e tradicionais da nossa terra. Preocupação que o levou a percorrer todos os estados do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Mas, para não citar apenas o autor de “Macunaíma”, o “Pau-Brasil” de Oswald de Andrade, que traz a data de 1925, reflete as tendências indisfarçadamente brasileiras do nosso Modernismo.

[Cita ainda Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Paulo Prado] Será necessário alinhar outros exemplos para demonstrar que o Modernismo não foi, em

absoluto, antitradicionalista e anti-regionalista? Ao escrever aquelas palavras do seu livro, Gilberto sem dúvida cometeu um erro de interpretação. E note que me sinto inteiramente à vontade para dizer isto, porque, pessoalmente, não sou tradicionalista.

[...] [Em seguida, Sérgio Buarque registra, magistralmente, o que pensa a respeito do papel do historiador frente à questão da tradição:]

Compreendo o tradicionalismo como atitude estética. Mas acho que o culto à tradição, o amor do passado pelo passado, do ponto de vista social e político, é infecundo e negativo. Admito que os poetas gostem da tradição, como nós gostamos de ver velhas ruínas, mas o passado, como simples espetáculo, não me interessa. Observe que o tradicionalista, em geral, procura não a Tradição, mas certa tradição, mais de acordo com suas idéias e conveniências às vezes momentâneas. Com o recurso à palavra “tradição”, palavra naturalmente prestigiosa, o que ele procura é apenas um endosso para suas idéias, quase sempre reacionárias e que precisam de muletas para se apoiarem.<sup>57</sup>

O tom paradoxal em algumas das formulações de Freyre acentuavam-se na “dificuldade de seu modernismo conviver com seu conservadorismo, a própria concepção de história petrificada, encantada com os feitos e os exemplos do passado” e, se ele inovou “com seu estilo direto e solto de escrever, na busca de temas pouco valorizados na época, trazendo para a cena histórica personagens antes desprezados, tentando entender a especificidade da cultura brasileira e redefinindo a importância da miscigenação, ele nos deixou [...] dúvidas profundas sobre a maneira de preservar as tradições, sem fugir do imobilismo, e evidências de sua simpatia com a sociedade patriarcal, com os valores aristocráticos.”<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Sérgio Buarque de Holanda, “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo” in Homero Senna, *República das Letras*, Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1987 (p. 111 e seg.). Ver também a coletânea organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

<sup>58</sup> Antonio Paulo Rezende, op.cit. (p. 163). Freyre afirmou em depoimento de 05/11/1978 que: “Não sei se me interpreta bem quem diz que sou o homem das matizes. Sou, antes, o homem dos paradoxos. Creio que sou chocante sobretudo pelos paradoxos. Acredito muito na verdade que os paradoxos apresentam. Acho que quase todas as verdades estão em paradoxos. Sou francamente paradoxal e, com isso, tenho tendência a escandalizar os bem-pensantes. Os paradoxos chocam os bem-pensantes e chocam também os matemáticos.” (p. 138).

As discussões sobre o regionalismo redefiniram-se, articuladas diretamente à temática da unidade nacional, a partir do chamado segundo tempo modernista (1924 em diante), quando os modernistas procuravam dar conta da peculiaridade cultural do Brasil para integrá-lo à “modernidade universal”<sup>59</sup>. O grupo “Verde e Amarelo”, do qual era representante Cassiano Ricardo, procurava defender a hegemonia de São Paulo na organização brasileira, buscando na “Bandeira” paulista, ou seja, nos valores do bandeirantismo, o cerne da nacionalidade. Polemizando com Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre buscou na “Casa Grande” o núcleo da nacionalidade, negando a hegemonia cultural de São Paulo, segundo ele, muito afastado das tradições ibéricas e africanas da cultura brasileira.<sup>60</sup> O “modernismo-regionalista”, portanto, não era exclusividade do grupo de Freyre, do qual também participaram José Lins do Rêgo, Luís Jardim, Luís Cedro, Cícero Dias, Sílvio Rabelo, entre outros. E, “embora tenha sido uma base evidentemente conservadora [...] o modernismo-regionalista foi uma maneira de explicar o Brasil e acreditar na criação de uma identidade cultural e seus defensores, a nível do discurso, não se mostraram contra a modernidade, mas alegavam eles ser contra os seus possíveis excessos.”<sup>61</sup>

As influências que nortearam o movimento modernista foram realmente bastante ecléticas e até díspares, sendo que em todas as suas vertentes, “a arte sempre foi a grande eleita, o caminho capaz de garantir o acesso à brasilidade.”<sup>62</sup> Antonio Candido aponta para a coexistência de várias linhas dos modernos, sendo duas delas fundamentais: a dos escritores

---

<sup>59</sup> Eduardo Jardim de Moraes, *A brasilidade modernista*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>60</sup> Alcir Lenharo apontou a importância dessa imagem bandeirante da obra de Cassiano Ricardo, especialmente em sua *Marcha para Oeste*, na elaboração do projeto político estado-novista (1937-1945), visando estabelecer um “reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas” – para Ricardo, essa experiência política teria sido “várias vezes bandeirante”. In *Sacralização da Política*, Campinas: Papirus/Editora da Unicamp, 1986 (p.56 e 61). Ver também: Elizabeth Cancelli, *Estratégia para o flagelo*, Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1984.

<sup>61</sup> Antonio Paulo Rezende, op. cit. (p. 158).

<sup>62</sup> Lúcia Lippi Oliveira, “Repensando a tradição” in *Ciência Hoje*, vol.7/38 (p.60).

que procuravam *exprimir* a forma e a essência do seu país e aquela dos que *pesquisavam/experimentavam* formas novas. Dentre os primeiros, ou até mesmo como um desvio dessa linha, algumas correntes do modernismo passaram do nacionalismo estético (de Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho) ao político (Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado); e, numa segunda linha, autores que abordaram temas análogos com espírito diferente - com mais humor, mais ousadia formal e irreverência mais conseqüente, elaborando uma crítica mais profunda (Oswald de Andrade, Raul Bopp e Mário de Andrade).<sup>63</sup>

Nesses anos em que as diferentes concepções de “modernidade” estavam em pauta, alguns intelectuais brasileiros também se manifestaram quanto ao modelo norte-americano, o famoso *American way of life*, como exemplo a ser seguido em nosso país. Monteiro Lobato, escritor e adido comercial do Brasil em New York (1927 a 1931), também participou dessa discussão, propondo a industrialização do Brasil, dentro de uma perspectiva fordista de progresso, exaltando o binômio “ferro e petróleo” como alternativa para “vencer o atraso da sociedade brasileira”. Afirmava, entre outras coisas, que “podemos nos equiparar aos Estados Unidos em grandeza, cultura, eficiência e poder, se tomarmos os mesmos caminhos. No dia em que o Brasil se convencer de que a sua fraqueza decorre da falta de eficiência do homem que o habita, e ponderar que o crescimento da eficiência só poderá vir com a produção de ferro (matéria prima da máquina) e do petróleo (a fonte de energia que move a máquina), o primeiro passo para sua definitiva restauração econômica e financeira

---

<sup>63</sup> Antonio Candido, op. cit (p.112-113)

estará dado.”<sup>64</sup> Entre algumas de suas propostas, podemos observar o tom marcadamente fordista, pois “para não se perder tempo, o fordismo recomenda o trabalho”:

A fórmula *time is money* traduz uma determinada visão de mundo, na qual o tempo é um dos fatores da produção, tornando-se também uma mercadoria. Nada mais criminoso, nesta lógica, que “matar o tempo”, [...] um dos esportes prediletos dos brasileiros, sobretudo nas pequenas cidades do interior.<sup>65</sup>

Lobato demonstrava seu fascínio não somente pelos aspectos de desenvolvimento econômico nos Estados Unidos, mas também por uma cultura voltada às praticidades e comodidades da vida cotidiana, enfatizando o seu espanto com as estradas e máquinas daquele país:

[...] as habitações rurais e urbanas [...], o rádio, a máquina de lavar, a máquina de passar, a máquina de aspirar pó, a máquina de lustrar, a máquina de descascar laranjas, a máquina de matar mosquitos... e, fora, a máquina de devorar milhas – esse Ford inconcebível, cabrito de aço mais abundante nessa terra de Tio Sam do que besouros num país tropical.

[...] Como fosse o meu primeiro contato com as estradas americanas, abri-me em espantos [...] Estradas são o sistema de veias e artérias de um organismo. Tê-las assim à moda americana é dar meios do sangue circular sem entraves, de jeito a verificar todas as células do organismo. Cada americano é um glóbulo de sangue dentro da mais completa rede de veias circulatórias.

Aquela estrada de asfalto concreto, perfeita, dizia mais que todo um tratado de dialética que *sem estradas não há país* [...]

---

<sup>64</sup> Monteiro Lobato, *O escândalo do petróleo*, São Paulo: Brasiliense, 1948 *apud* André Luís Vieira de Campos, *A República do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*, Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 1985 (p. 131) – conclui o autor que “Ao publicar *América* (1932), de volta dos Estados Unidos [...] o fordista Lobato propunha o caminho liberal, inspirado no modelo norte-americano, pois toda a argumentação contra a política oficial de petróleo no Brasil, nos leva a tal conclusão. Pertence pois ao campo da mitologia, a imagem de um Monteiro Lobato precursor da Petrobrás, uma vez que ele jamais defendeu o monopólio estatal de petróleo e, pelo contrário, sempre propugnou pela ação da livre-empresa nesse campo da economia.” (p. 135).

[...] De fato, é assim tudo na América. Evolução a galope, mas sempre procurando conciliar as formas do passado com a essência do presente.<sup>66</sup>

Essa tão sonhada “modernidade à americana” tivera seu início desde o entreguerras, sendo reforçada durante a ocupação das tropas norte-americanas no nordeste dos anos 40. A enxurrada de filmes hollywoodianos nas telas dos nossos cinemas, bem como a multiplicação de músicas em inglês executadas pelas principais emissoras de rádio a partir desse período são elementos ilustrativos da crescente influência cultural *yankee*<sup>67</sup> - “com a Primeira Guerra a indústria cinematográfica européia entra em colapso e nos países latino-americanos não havia mais como comprar celulóide e equipamentos baratos do mercado europeu. Os Estados Unidos herdaram tudo, construindo uma situação de monopólio virtual de produção, distribuição e exibição em todo o mundo [...] Desde inícios dos anos 20, impulsionado pela situação privilegiada da indústria cinematográfica americana, o mercado de distribuição cresceu rapidamente e as salas de cinema se multiplicaram por toda parte, se tornando mais importantes, suntuosas, edificadas segundo o código modernista e ousado do art déco. Ir ao cinema pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social.”<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Monteiro Lobato, *América*, São Paulo: Brasiliense, 1957, 8ª edição (p.207).

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*. (p. 63, 64, 105).

<sup>67</sup> Ver a respeito: Nicolau Sevcenko (org.), *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998; Revista USP – *Dossiê Sociedade de Massa e Identidade*, São Paulo: USP, 1996-1997, especialmente os artigos de José Jorge de Carvalho, “Imperialismo cultural hoje: uma questão silenciada” (p. 66-90) e Rafael José dos Santos, “Globalização e americanidade: o caso da publicidade no Brasil dos anos 30” (p. 44-56).

<sup>68</sup> Nicolau Sevcenko, *op. cit.*, 1998 (p. 598-599). Concluindo, o historiador afirma que “o cinema hollywoodiano é uma arte complexa, um somatório de técnicas revolucionárias de comunicação visual, como o close-up, os efeitos emocionais dos recursos de edição, cadência, ritmo, iluminação, som, música, expressão facial, corporal, os encantos da juventude, os movimentos coreográficos, atléticos, a maquiagem, os penteados, as roupas e fantasias, as peças e figuras de estilo e essa força de poder tão esmagador quanto misterioso que é o sex-appeal, tudo isso ampliado na tela colossal, irradiando seu hipnótico brilho prateado no escuro do teatro. O que Hollywood levou às últimas consequências foi a descoberta [...] de que o cinema é uma arte feita para os olhos e o subconsciente, não para a razão ou a explanação verbal. O cinema não explica nem persuade, ele seduz.” (p.600). Ver também: Cristina Meneguello, *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das*

Nas letras de músicas de alguns compositores evidenciava-se o modismo dos cinéfilos, como no sucesso do “samba-sonho” *Cinermania*, assinado por Fernandinho e Konstantin, em 1936:

Fui a Hollywood  
Pra filmar com a tal Grace Moore  
Eu cantei  
Mas quando na Broadway  
Me apresentei  
Bateram no meu quarto... eu acordei.  
Levei o meu chapéu de palha  
Só não levei tamanco nem navalha  
E quando de cartola encasacado  
O meu samba cantei  
Bateram no meu quarto... eu acordei  
E o diretor da Metro Goldwin  
Trouxe o contrato e eu assinei  
Mas quando fui ao banco da miséria  
Retirar o “money” (que eu ganhei)  
Bateram no meu quarto... eu acordei.<sup>69</sup>

Nomes como Assis Valente e Noel Rosa também entraram na discussão, fazendo críticas à americanização da sociedade brasileira através de suas composições. Noel alertava que o cinema falado era o grande culpado, aproveitando para criticar o modismo anterior do uso do idioma francês (símbolo de modernidade na *Belle Époque*) e do atual modismo do inglês americano, no samba *Não tem tradução*:

---

*décadas de 40 e 50*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996; e Antônio Luiz Macedo e Silva Filho, “Coca-cola, cinema e black-out: Fortaleza nos anos 40” (mimeo), Fortaleza:UFC, 1996.

<sup>69</sup> Folheto avulso de músicas carnavalescas de 1936, sem paginação, Divisão de Música da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O cinema falado  
É o grande culpado  
Da transformação  
Dessa gente que sente  
Que um barracão  
Prende mais que um xadrez  
Lá no morro, se eu fizer uma falseta  
A Risoleta  
Desiste logo do francês e do inglês

A gíria que o nosso morro criou  
Bem cedo a cidade aceitou e usou  
Mais tarde o malandro deixou de sambar  
Dando pinote  
E só querendo dançar o fox-trot!

Essa gente hoje em dia  
Que tem a mania  
Da exibição  
Não se lembra que o samba  
Não tem tradução  
No idioma francês  
Tudo aquilo que o malandro pronuncia,  
Com voz macia,  
É brasileiro, já passou de português

Amor lá no morro, é amor pra chuchu,  
As rimas do samba não são "I love you"  
E esse negócio de "alô", "alô, boy"  
"Alô, Johnny"  
Só pode ser conversa de telefone<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> Cf. Almir Chediak, *SongBook Noel*, Rio de Janeiro, Lumiar Discos, 1991.

Assis Valente, por sua vez, não ficou atrás, ganhando o primeiro lugar no Concurso Oficial de Músicas Carnavalescas, no Rio em 1933, com a marcha *Good-bye*:

Good-bye, good-bye, boy  
Deixa a mania do inglês  
É feio pra vocês  
Moreno frajola  
Que nunca freqüentou  
As aulas da escola  
Good-bye, good-bye, boy  
Antes que a vida se vá,  
Ensinaremos cantando:  
B E be, B I bi, B A ba  
Não é mais boa noite  
Nem bom dia  
Só se fala good-morning  
Good-night  
Já se desprezou o lampião de querosene  
Lá no morro só se usa  
A luz da Light.<sup>71</sup>

Nessa época, em algumas de suas cartas a Mário de Andrade, Luís da Câmara Cascudo chegou a utilizar expressões em inglês, como “estava all right” e o já popularizado “OK”.<sup>72</sup> O intelectual potiguar também aproveitou a oportunidade para comentar o Congresso

---

<sup>71</sup> Folheto avulso de músicas carnavalescas de 1933, sem paginação, Divisão de Música da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>72</sup> A amizade entre Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo iniciou-se a 25 de agosto de 1924, quando este enviou sua primeira carta para estabelecer contato com o modernista paulista. Um ano depois, Cascudo comentou com o amigo sobre uma importante inovação: o uso da máquina de escrever: “Verdade seja que v. tem de desculpar-me o *modus* de datilografar. Estou desasnando agora. Vantagens das convivências com o senhor dono de Manuela [...] A minha máquina tem o nome de Escrava Isaura. V. será o padrinho e breve.” (Carta de 22/08/1925 – Instituto de Estudos Brasileiros, USP). O uso das expressões em inglês datam de 03/09/1939 – Idem, IEB – USP.

Regionalista e a repercussão da *Paulicéia Desvairada* de Mário no Recife e em Natal, fazendo sutilmente sua opção pelo modernismo:

Quanto ao Congresso... que tenho eu com ele? As suas idéias ficaram justinhas na minha cabeça [...] Releia “Paulicéia”. É impossível que você não esteja doido de pedra. Há sangue, grito, rebelião, ternura e o inesquecível carinho pelas coisas irremediavelmente perdidas [...] Não há cidade no Brasil que me dê a impressão heterogênea de São Paulo. O Rio é rítmico dentro de seu policolorismo. Paulicéia é atordoante. Cidade-maionese. Todo este atabalhoante minuto está em seu livro.

[...] V. , seu Mário, é ali em Recife, um ser anormal, enorme, gigantesco, temido, apavorando tudo. Só ouvi a seu respeito exclamações de medo a *espantosa cultura*, a *curioso estilo*, ao *singular temperamento*. Juízo propriamente não ouvi. Com exceções (fortuitas e raras) estamos ainda na fase da interjeição.

[...] Os verdadeiros, *los raros*, vivem como esse maravilhoso M. Bandeira, como Gilberto Freyre [...] cercados pelo ódio e pelo respeito de um mundosinho de literatos gaasnadores [sic]. Olhe que é uma quase ingratidão minha. Sou festejado. Querido. Meio incensado [...] A um falta o livro. A outro, emoção. A quase todos sensibilidade. O que não rareia é a coragem.<sup>73</sup>

No afã de entender os problemas brasileiros de seu tempo, Mário de Andrade também desconfiou do “conceito de regionalismo” adotado pelos participantes do referido congresso - para ele, a construção da consciência de uma nacionalidade era primordial, embora não chegasse a descartar as singularidades e especificidades de cada rincão do país, dizendo-se contrário ao regionalismo, apenas “em tese”.<sup>74</sup> Em Natal, a tônica da discussão era a mesma, sendo Câmara Cascudo o principal de seus articuladores<sup>75</sup> - época em que ele e seus

<sup>73</sup> Cartas de Câmara Cascudo a Mário de Andrade, 12/10/1925 e 09/12/1925 (IEB, USP).

<sup>74</sup> Mário de Andrade. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991 (p. 39-41).

<sup>75</sup> Humberto H. Araújo afirma que “dentro de um mesmo círculo de intelectualidade existiam simultaneamente as influências tanto do Modernismo quanto do Regionalismo, diferentemente do que aconteceu em Recife [...] havia simpatias a ambos os movimentos, principalmente por parte de Luís da Câmara Cascudo, o que não

amigos jornalistas, professores, literatos, costumavam discutir idéias e acontecimentos os mais variados no Bar Majestique e no Bar das Delícias – o primeiro, situado na rua Ulisses Caldas e o outro, na Praça Augusto Severo:

Estes eram os dois pontos mais freqüentados em Natal, na época. A minha geração toda passou por lá: Othoniel Meneses, Jorge Fernandes etc; era o bar – o Majestique – da bebida, da classe média, da intelectualidade. [...] Quanto ao Grande Ponto, eu, muito acidentalmente, passava por lá; e quando isto ocorria, bebia-se cerveja assistindo ao jogo de bilhar – aí por volta de 23, 24, 25.<sup>76</sup>

Na mesma época, Câmara Cascudo iniciava seus estudos etnográficos e começava a organizar algumas idéias sobre a criação do que veio a ser a Sociedade Brasileira de Folclore, em grande parte devido à influência de Mário de Andrade, que o incentivara a trocar suas pesquisas sobre o Conde D’Eu, ou sobre Stradelli, por “estudos mais necessários e profundos”: “Por que em vez do príncipe vazio você não pegou a Nísia Floresta, cheia, não escarafunchou, não analisou, não descreveu ela?”<sup>77</sup>

Assuntos de ordem política também ficaram registrados em suas cartas, revelando-nos que apesar de grande admirador do líder da Ação Integralista Brasileira, Câmara Cascudo respeitava as posições “internacionalistas” de Mário:

---

significa dizer que ele, Câmara Cascudo, não fosse o líder e o representante do ideário *modernista* em Natal.” Op. cit. ( p. 27 - 44).

<sup>76</sup> Na verdade, o famoso “Grande Ponto” tinha sido uma casa comercial do centro da cidade, à esquina da rua João Pessoa com a avenida Rio Branco, que fechara nos anos 30, mas se tornara um ponto de referência mesmo depois de seu desaparecimento – Cf. Câmara Cascudo, “Grande Ponto” in Socorro Trindad, *Grande Ponto: laboratório de criatividade*, Natal: Editora Universitária, 1981 (p.9-10).

<sup>77</sup> Mário de Andrade, op. cit.. (p.17), Mário chamou a atenção de Cascudo para a ausência de obras sobre a vida da escritora norte-riograndense Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em Papari, em 1810, e que desde a sua primeira publicação adotara o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Conhecida por sua abordagem sobre a condição feminina de seu tempo, escreveu a maior parte de seus livros quando morava na Europa, onde veio a falecer de uma pneumonia em 1885.

O que espero receber na volta do correio aéreo é o endereço do Plínio Salgado. Ele mandou mas perdi e preciso escrever ao homem. Não esqueça, Mário, desse pedido e mande logo que possa. Quanto mais rápido melhor.

Aqui... Nem é bom falar. O governo vinga-se da derrota criando um ambiente irrespirável. Você deve ter lido nos jornais. Nunca fomos tão falados.<sup>78</sup>

A troca de informações e sugestões com o amigo paulista fazia-se de maneira recíproca, como ficou registrado em suas correspondências. Um exemplo histórico desse intercâmbio foi quando Mário, por carta, revelou a Cascudo que acabara de escrever um “romance ou coisa que o valha, nem sei como se pode chamar aquilo. Em todo caso chama-se Macunaíma”, aproveitando para tecer alguns comentários sobre seu receio em se tornar regionalista: “Misturei completamente o Brasil inteirinho como tem sido minha preocupação desde que tentei me abasileirar e trabalhar o material brasileiro. Tenho muito medo de ficar regionalista e me exotisar pro resto do Brasil. Assim lendas do norte botei no sul, misturo palavras gaúchas com modismos nordestinos ponho plantas do sul no norte e animais do norte no sul etc. Enfim é um livro tendenciosamente brasileiro” – e, concluindo, pedia que Cascudo lhe enviasse alguma lenda do Nordeste para colocar no livro, pois que “meu livro já está escrito porém tenho ainda um ano pra maturar sobre ele e modificá-lo à vontade. Eu queria botar uma lenda aí do nordeste nele, você não pode me ceder uma das que recolheu?”<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Cartas de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade (05/06/1933), IEB, USP. Cascudo referiu-se nesta carta à oposição ao governo do interventor federal Mário Leopoldo da Câmara, que “irmanado com o chefe de polícia, multiplicou os empregos para seus apaniguados e uma série de infâmias foi serenamente positivada, dia a dia. São Paulo monopolizou as simpatias imediatas. As insígnias, as recusas de assinar telegramas de solidariedade ao Ditador, as recusas de falar em público, de ir em comissão a palácio oferecer o sangue para defender Miguel Costa ou Dulcídio Cardoso foram a pedra de toque. A Associação Comercial [que protestara ante o Ditador e Ministros contra o empastelamento da Tarde no dia simbólico de 5 de julho], o Instituto da Ordem dos Advogados, a Sociedade de Medicina, enfim, as associações que sintetizavam a inteligência, o trabalho e a coragem, foram postas no Index [...]” (carta de 04/01/1933). Nas cartas seguintes pode-se ler os cumprimentos de: “Mário, querido, do coração bolchevista” e “seu internacionalista”, datadas de 20/10/1934 e 14/10/1936.

<sup>79</sup> Idem, ibidem. (a carta é de 1º de março de 1927 - p.74-76).

Por sua vez, Câmara Cascudo também fez algumas sugestões de pesquisa ao modernista paulista:

[...] Penso que v. deveria musicar o carnaval carioca. Uma porção de coisas ali estão literárias porque não foram “ouvidas” [...] Eu estou me convencendo que de futuro escrever-se-á música exclusivamente. Como expressão mental [...] <sup>80</sup>

A valorização das tradições populares, onde as festas desempenhavam um papel primordial, também fazia parte do ideário modernista e, neste sentido, o Carnaval figurava com um peso extraordinário, ao ser considerado por seus principais expoentes como a festa popular e nacional por excelência<sup>81</sup>. Em uma de suas cartas a Câmara Cascudo, em plena terça-feira gorda, Mário de Andrade fez o seguinte comentário:

[...] Bom, conversemos coisas sérias. Hoje é dia de Carnaval, terça, e imagino que gostusura de carnaval de cantigas você está tendo por aí... Aqui em S. Paulo inda não escutei nem sequer algum maxixe novo, maxixe do ano! Qual o que! Os maxixes vêm do Rio e a gente aqui inda vai esperar no mínimo um mês pra saber quais as músicas que pegaram de verdade. Sei que está se cantando lá um maxixe Braço de Cera bastante engraçado na melodia. De certo será o canto do dia. Aqui carnaval é uma merda. <sup>82</sup>

A partir dessa época de embates entre os ideais modernistas e tradicionalistas regionalistas, que marcaram os anos 20 e as duas décadas seguintes, é possível situar historicamente o reconhecimento do Carnaval como um dos símbolos da *cultura popular*

---

<sup>80</sup> Carta de Câmara Cascudo a Mário de Andrade, 02/02/1928 (IEB – USP).

<sup>81</sup> Acrescente-se que o pré-modernista Manuel Bandeira também já se dedicara ao tema através de suas poesias, publicando o seu *Carnaval*, em 1919.

<sup>82</sup> Mário de Andrade, op. cit, (a carta é de 1º de março de 1927; p.74). É interessante como seu comentário contrasta com a “surpreendente metamorfose do Carnaval paulista”, apontada pelo historiador Nicolau Sevchenko, afirmando que a partir de 1919 “a festa, que se tornara a mais importante dentre as de data fixa no calendário da cidade, passou nesse ano por uma mudança profunda em sua natureza, identidade e propósito, que

*brasileira*. Procuo vislumbrar de que forma foi se dando a construção das identidades local/regional e nacional na cidade de Natal, antes e durante o contato com os americanos, através das transformações na realização dos festejos carnavalescos, comparando-as às mudanças ocorridas na festa da então capital do país, no mesmo período.

## **2. Rebeliões e festas**

Nessas primeiras décadas do século XX, o carnaval de rua em Natal concentrava-se no bairro da Ribeira, especialmente na avenida Tavares de Lira, rua das Virgens e arredores, espaço privilegiado pelos foliões devido à sua proximidade ao cais do porto, onde tiveram início os famosos “banhos de mar à fantasia”. Da sede do Centro Náutico Potengi, também situada à Tavares de Lira, onde era costume realizarem-se em sua “sede social danças promovidas por grupos de sócios da benemérita associação”<sup>83</sup>, saíam os animados bondes decorados conduzindo os integrantes dos blocos, ranchos e cordões, além do desfile do corso, que se iniciava “nas últimas horas da tarde”, nele tomando parte “caminhões e automóveis lindamente ornamentados, que conduziam figuras de destaque de nossa sociedade”,

---

se tornaria definitiva daí por diante, pelo restante da década.” – *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p.104).

<sup>83</sup> *A República*, Natal, 11/02/1925.

ostentando suas ricas fantasias, além da presença de “numerosos cordões ao som de canções carnavalescas.”<sup>84</sup>

Apesar da tão alardeada entrada na “modernidade”, as clivagens sócio-econômicas continuavam a ser determinantes para a distribuição espacial da festa. E disto decorria que os lugares mais “adequados” às comemorações carnavalescas eram nitidamente diferenciados: as ruas periféricas destinavam-se aos foliões de baixo poder aquisitivo, que se divertiam nas “bagunças improvisadas” das troças, cordões, zé pereiras e grupos de *papangús*<sup>85</sup>, reservando-se às classes médias e setores elitizados o desfile do curso nas principais avenidas da Ribeira e a utilização dos salões de baile dos clubes particulares, cujo ingresso fazia-se mediante o pagamento de caras mensalidades, como o Natal Clube, Clube Noturno e, a partir de 1928, com a sua inauguração, o Aero Clube, que despontava como um dos mais “bem freqüentados” da cidade<sup>86</sup>:

Nas principais ruas, e com especialidade na Avenida Tavares de Lira, onde se realizou imponente curso, era extraordinária a animação e o entusiasmo pelos festejos de Momo [...] O Natal Clube foi o centro preferido pela nossa melhor sociedade, que ali encontrou deliciosos instantes de prazer [...] suntuoso baile à fantasia, trajes bizarros e interessantes, danças animadas até alta madrugada, grande curso e o animado “combate” de lança-perfume e serpentina.

[...] Foram brilhantes as festas realizadas no Teatro Carlos Gomes [atual Teatro Alberto Maranhão], o América Football Club abriu os salões de sua sede à rua Pedro Soares para recepcionar as famílias de seus associados, que ali compareceram em grande número.

---

<sup>84</sup> Idem, 03/03/1927. “O número de carros foi de mais ou menos 130, durante os três dias de curso”, Idem, 14/02/1929.

<sup>85</sup> No próximo item deste capítulo, voltarei a essas denominações e seus significados para os participantes da folia natalense.

<sup>86</sup> “Já existem no país quatro Aero Clubes [Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Pará], mas o de Natal será único no país por ter sede própria e os outros filiados à Fideration International Aeronautique[sic]”, *A República*, Natal, 14/02/1928.

[...] As vias destinadas ao curso estavam apinhadas pela grande massa popular [...] Durante o carnaval, à hora do curso, tocaram em coretos as bandas de música da Polícia Militar e do 29º Batalhão de Caçadores [...] <sup>87</sup>

O controle policial durante a realização dos festejos carnavalescos também fazia-se de maneira diferenciada, por mais que o discurso das autoridades envolvidas o negassem. Eram exigidas medidas para a “manutenção da ordem” principalmente no âmbito do carnaval de rua, enquanto que ao carnaval realizado nos clubes grã-finos esse controle mostrava-se muito mais benevolente, chegando mesmo a “atrapalhar” o andamento da festa – como pode sugerir este anúncio de jornal: “Dizem que o carnaval do Natal Clube será de bom pra lá... se a polícia não atrapaiá!”<sup>88</sup> A repressão ao que era considerado como “excesso” nos festejos carnavalescos fazia-se “necessária” em relação às comemorações dos bairros mais pobres da cidade, como Rocas, Alecrim e Lagoa Seca, onde se davam as mais animadas batalhas de confete, que na visão das autoridades poderiam transformar-se a qualquer momento em verdadeiros campos de batalha, justificando a atuação policial:

As atribuições da polícia, considerando-se a complexa realidade social, não limita-se [sic] apenas a manter a ordem e coibir o crime. Mas também zelar pela moral familiar, coibindo os abusos que pessoas sem pudor ou indivíduos sem a necessária decência costumam praticar [...] em determinados lugares.

*O carnaval é uma das festas que, pelo seu cunho popularíssimo, dá lugar a certos exageros perfeitamente reprováveis [...] e é aí que a repressão da polícia se torna necessária [...] e a Secretaria de Segurança com a publicação de um edital regulamentando o carnaval, já deu provas que pretende agir energeticamente para com os que cometem deslizes.*<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> *A República*, Natal, 26/02/1925; 03/03/1927; 14/02/1929.

<sup>88</sup> *Idem*, 16/01/1932.

<sup>89</sup> *Idem*, 11/02/1934 (grifos meus).

Esses “deslizes” nunca eram explicitados, mas as pessoas eram detidas “correcionalmente”, por “suspeita”, por “embriaguez”, por “ofensas à moral”, por “desordens” e também por “pequenos furtos”.<sup>90</sup> Fazia-se obrigatória a retirada de licenças na polícia para que os blocos, ranchos, troças, clubes e demais agremiações carnavalescas pudessem desfilar em público. E, para isso, havia algumas exigências que, quase sempre, eram divulgadas pela imprensa com alguma antecedência através dos editais, primeiro dos chefes de polícia e, a partir do período pós-30, pelo Departamento da Segurança Pública. Na realidade, esses procedimentos repetiam as mesmas fórmulas utilizadas pelos órgãos de segurança de outras capitais, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>91</sup> Isto sugere que a repressão aos festejos locais tenha sido elaborada e executada obedecendo a uma lógica de indiferenciação do Carnaval, dentro de um projeto de “modernização” da festa.<sup>92</sup>

É interessante lembrar a denominação utilizada pelos seguidores de Momo para uma prática que se tornava cada vez mais comum durante o Carnaval na cidade: os “assaltos”. Era o costume de os blocos “assaltarem” as residências de pessoas ilustres, avisadas com antecedência algumas vezes, em outras não. O “assalto” consistia na entrada de determinados blocos nas casas para fazer uma grande farra, com banda de música, danças e brincadeiras diversas, ao final do que os proprietários teriam que oferecer bebidas e comidas a todos os

---

<sup>90</sup> Idem, 05/02/1929.

<sup>91</sup> Cf. a bibliografia especializada, principalmente em Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IUPERJ (Dissertação de Mestrado), 1988; Nicolau Sevcenko, Op. Cit 1992; Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na ‘Belle époque’*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001; Rita de Cássia Araújo, *Festas: máscaras do tempo – Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*, Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 1992; Rachel Soihet, *A subversão pelo riso – estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; Raimundo Arrais, *Recife, culturas e confrontos*, Natal: Editora da UFRN, 1998; entre outros.

<sup>92</sup> No próximo item, retomarei estas colocações, ao abordar a “oficialização do Carnaval.”

presentes. Às vezes o “assalto” era anunciado previamente pelos jornais, na tentativa de serem evitadas surpresas desagradáveis.<sup>93</sup>

É provável que essa denominação estivesse relacionada aos constantes assaltos que ocorriam literalmente nos municípios vizinhos e propriedades rurais do interior do estado, promovidos pelos grupos de cangaceiros. Como vimos, na mesma época, eram noticiados os feitos de Lampião e seu bando em Mossoró e arredores do oeste norte-riograndense, além de outros grupos menores, como o de Francisco Pereira e Sabino, que invadiram a cidade de Apodi:

Despachos telegráficos do interior informam haver sido assaltada, às primeiras horas da manhã, de ante-ontem, por um grupo de cerca de vinte cangaceiros chefiados pelos célebres Francisco Pereira e Sabino, a cidade de Apodi, onde o bando criminoso, pelo inesperado do ataque, pode causar sensíveis danos e a morte de um comerciante, cujo nome até o presente se ignora.

Vários estabelecimentos comerciais daquela cidade foram incendiados [...] Os prejuízos materiais resultantes dos incêndios e roubos foram consideráveis, mas faltam ainda elementos para um cálculo mesmo aproximado, pois os bandidos inutilizaram o aparelho telegráfico daquela cidade, dificultando assim a transmissão de informes a respeito do assalto.<sup>94</sup>

Contudo, na distante capital do estado, ainda havia espaço para se fazer humor sobre o sufoco da situação das populações interioranas. Temas ligados a críticas de cunho político-social também eram bastante recorrentes nos blocos do carnaval de rua natalense nesse período de entre-guerras, como o “Bloco dos Fascistas”, “Bandeira da Itália”, “Aliados”, “Verde e Amarelo”, “Lampião”, entre tantos outros:

---

<sup>93</sup> “O bloco Lampião comunica um assalto às residências dos senhores Fernando Pedrosa, Oswaldo Medeiros, Melchiades Barros, João Miranda Galvão e Felinto Manso.” In *A República*, Natal, 08/02/1928.

<sup>94</sup> *A República*, Natal, 12/05/1927.

O *Bloco Lampião* [...] compõe-se de uma plêiade de destemidos “cangaceiros” [e] dada a originalidade do referido bloco carnavalesco é de [se] esperar o maior êxito. [...] *Os Fascistas* encontram-se também em preparativos para tomar de assalto a cidade de Ceará-Mirim, onde se prepara terrível resistência às hostes de Mussolini.<sup>95</sup>

A utilização do tema do cangaço pelos foliões natalenses, na mesma época em que ocorria toda uma propaganda oficial contrária às suas práticas, pode representar um indício de que havia contestação por parte da população à manipulação das informações veiculadas através da imprensa e do rádio, onde nunca eram relatados os fatos de maneira imparcial - sem dar nenhuma explicação sobre a origem e os propósitos dos participantes dos grupos de cangaceiros, a destruição e desordem que causavam eram os únicos aspectos relevantes a serem mencionados nos noticiários locais.

Um exemplo de como o Carnaval natalense chamou a atenção das autoridades locais por seu caráter de sátira política e perturbação da ordem pública encontra-se nos relatos da passagem da Coluna Prestes pelo estado, quando uma série de artigos publicados nos principais jornais da capital advertiu a população sobre os “perigos” da realização dos festejos carnavalescos:

O nosso distinto confrade *Diário de Natal* opinara, numa série de artigos, pela não realização do Carnaval, no corrente ano. O pretexto alegado era, sem dúvida, de natureza cívica: os fatos ainda recentes que atravessou o Rio Grande do Norte.

O Departamento de Segurança Pública não proibiu o Carnaval. A bem da ordem, permitiu-o, entretanto, dentro de restrições: sem máscaras e caracterizações e,

---

<sup>95</sup> Idem, 10/02/1928.

ademais, cerceando as expansões dos chamados bailes populares carnavalescos, que degenerou as mais das vezes, em casos policiais.

Prevê-se, porém, facilmente que muitas coisas teriam contribuído para o deslustre das festas em homenagem a Momo.

A Avenida perdeu as suas alas de automóveis, que se acham a serviço da legalidade, conduzindo tropas, munições e armamentos. Sem eles, perdem os “corsos” – a expressão elegante das ruas - toda a sua razão de ser. A “máscara”, por sua vez, era a curiosidade e o chiste de nossas artérias.

A questão do Carnaval é, em suma, no momento, uma questão de civismo. Ainda há pouco, em São Miguel e em Luís Gomes, lutas fratricidas agitaram nossa alma de brasileiros e, em particular, de norte-riograndenses. Era invadido o nosso território. Um pelotão de voluntários resistia a um exército de centenas. Fazendas, casas de comércio, casas particulares eram depredadas. Um quadro de prejuízos e, provavelmente, de miséria.

Os nossos conterrâneos do Seridó ainda pegam em armas neste momento, retribuindo à Paraíba o auxílio que nos prestou.

Em boa lógica, não estamos de todo livres da possibilidade de um regresso das tropas rebeldes.

[...] [E, concluindo, o autor chega ao seguinte raciocínio:]

*Os norte-riograndenses, de sentimentos civicamente educados, não poderão sentir prazer nas gargalhadas artificiais do Carnaval, quando ainda sentem que marea de lágrimas os olhos e conturba os corações de tantos conterrâneos.*<sup>96</sup>

Permitia-se, como se vê, a realização do Carnaval naquele ano, mas as restrições eram muitas, visando atingir em cheio seu forte potencial político e até a possibilidade de haver algum tipo de transgressão social.<sup>97</sup> A proibição do uso de máscaras é um exemplo

---

<sup>96</sup> Idem, 14/02/1926 (grifos meus). A Coluna Prestes cumpria em cada cidade uma rotina: “destruição do telégrafo, requisição de numerário junto às repartições públicas, de provisões junto ao comércio, prisões das autoridades locais que manifestassem intenção de reagir [...] destruição de trechos da linha férrea [...]”, cf. Brasília Carlos Ferreira, *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem / Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997 (p. 49); para uma visão detalhada do cotidiano e das manobras da Coluna, ver também: Domingos Meirelles, *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*, Rio de Janeiro: Record, 1995.

<sup>97</sup> A interpretação do Carnaval como uma festa de transgressão social pode ser encontrada na análise de Natalie Zemon Davis sobre as manifestações culturais européias de início dos tempos modernos: “O Carnaval não

importante: participar da festa carnavalesca sem poder ocultar sua verdadeira identidade tornava-se um problema para os foliões, afinal, a máscara representava um verdadeiro escudo à repressão, ou seja, sem máscara, sem proteção. Isto porque, desde há muito, e não apenas no carnaval local, “quem se escondia por trás das máscaras tornava-se o ponto central das preocupações e da ação das autoridades e da imprensa”<sup>98</sup>.

Tanto pela passagem da Coluna Prestes no interior do estado, quanto pelos freqüentes sobressaltos com os ataques de grupos armados (de cangaceiros ou não), várias foram as vozes que se levantaram contra as comemorações carnavalescas. Havia, inclusive, uma certa indiferenciação pela população civil entre esses dois levantes (Prestes e Lampião) que marcaram os anos de 1926 e 1927, como se pode perceber pelo depoimento de uma professora primária de Mossoró, Ozelita Cascudo Rodrigues, que chegou a ser convidada para um almoço com o Estado Maior da Coluna Prestes:

A notícia da chegada não era propriamente da Coluna Prestes. Corria na cidade a notícia de que a cidade ia ser assaltada pelo bando de Lampião [...] mas soubemos logo que não se tratava de Lampião e sim da Coluna Prestes. Contudo, tínhamos também a Coluna Prestes.<sup>99</sup>

---

reforça as instituições sérias e o ritmo da sociedade como [supõem as] teorias funcionalistas [...] ele ajuda a transformá-las. No tempo de Rabelais, diz Bakhtin, ele oferecia às pessoas uma experiência concreta de vida não-hierárquica contra as categorias fixas da cultura medieval ‘oficial’[...] em vez de ser uma mera ‘válvula de escape’, desviando a atenção da realidade social, a vida festiva pode, por um lado, perpetuar certos valores da comunidade (até garantindo sua sobrevivência) e, por outro, fazer a crítica da ordem social.” – Natalie Zemon Davis, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, São Paulo: Paz e Terra, 1990 (p. 87; 91-92). Ver também Carlos Eugênio Libano Soares, “Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro (1809-1890)” in Maria Clementina P. Cunha (org.) *Caranavais e outras F(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*, Campinas: Editora da Unicamp / Cecult, 2002.

<sup>98</sup> Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecoss da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (p. 31).

<sup>99</sup> O referido almoço aconteceu no dia 05 de fevereiro de 1926, na casa do telegrafista da cidade de Luís Gomes-RN, conhecido por Vilas-Boas, reunindo figuras que se tornaram históricas após o movimento, como Miguel Costa, Luís Carlos Prestes, João Alberto, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra, Ari Salgado Freire, Pinheiro Machado, entre outros. Cf. entrevista da professora Ozelita, publicada na coletânea *Luís Carlos Prestes e Mossoró*, Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, série C, volume 866, co-edição com ETRN/UNED de Mossoró e Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Rio Grande do Norte, setembro de 1995 (p. 217 e seguintes).

Confusões à parte, seu relato pode ilustrar um misto de temor e reverência que a população local nutria pelos “rebeldes” tão insultados pela imprensa oficial – onde eram comuns as manchetes com os seguintes dizeres: O Rio Grande do Norte acha-se livre da ação nefasta dos inimigos da lei e da ordem (*A República*, 10/02/1926); A invasão dos rebeldes (*A República*, 12/02/1926); entre outros adjetivos:

Ao chegar à casa de Vilas-Boas, fui entrando e me deparando com aqueles oficiais que iam se dirigindo à mesa para a refeição. Então Vilas-Boas me convidou e me apresentou como professora da cidade [com 19 anos de idade, na época], colocando-me ao lado de Luís Carlos Prestes. Ali começou a conversa, estando muito nervosa ainda, lembro-me bem de que, quando fui levantar o talher para me servir, o garfo caiu da minha mão e ele, Prestes, me olhou de novo e disse que estava nervosa e eu respondi sim, que devia estar nervosa com muita razão, porque as notícias que circulavam aqui eram primeiro a respeito de Lampião e depois tivemos a certeza de que não se tratava disso e sim da Coluna Prestes; mas eu estava nervosa porque os comentários que corriam ali eram de que levavam moças, senhoras, muita gente para se integrar à Coluna. Ele foi enfático: “Não, absolutamente. A senhorita deve saber que há mulheres e moços que nos acompanham voluntariamente, ninguém obriga e nem posso fazer isso. Portanto, a senhorita fique tranqüila de que não acontecerá nada de mal.” Fiquei, fiz a refeição com eles e conversaram muito a respeito da Coluna, por onde ia ser cumprido o roteiro que devia fazer parte da rotina deles.<sup>100</sup>

Uma outra versão dos fatos pode ser exemplificada pelo discurso do deputado que participou da resistência à Coluna Prestes em São Miguel, João Pessoa de Albuquerque, mostrando-se contundente em sua propaganda negativa:

---

<sup>100</sup> Idem, *ibidem*.

[...] Os rebeldes deixaram de sua passagem traços vivos de seus maus instintos, que bem caracterizam este movimento condenável e nefando que, sem ideal e sem programa se intitula de revolucionário. Não há que confundir, entre uma revolução que desfralda uma bandeira de combate por qualquer causa, obra [...], obedecendo a uma inspiração patriótica, pugnando pelas reformas sociais e políticas de uma época, com um grupo de ambiciosos que infestam os sertões, depredam e destróem a fazenda pública, seqüestram a propriedade particular, saqueiam o comércio e incendiam cartórios, arrombam as portas das cadeias e soltam os facínoras, ultrajam as famílias, não têm mãos a medir em sua loucura!<sup>101</sup>

Em conseqüência desse estado de coisas, algumas agremiações carnavalescas, desde blocos até clubes, decidiram-se pela não realização do Carnaval naquele ano.<sup>102</sup> Mas, por sua vez, sempre havia aqueles que defendiam veementemente a realização dos festejos carnavalescos, apesar das dificuldades do momento político, invocando o “caráter popular” de uma festa “tão tradicional”. Mesmo a imprensa oficial não escondia que “[...] desprovidos de muitos elementos, os foliões ou adoradores de Momo nem por isso desistiram de intensas expansões nos chamados dias de Intrudo [sic]. E, com uma certa surpresa geral verificou-se bastante o brilho dadas as condições, entretanto, naturalmente dificultadoras dos festejos carnavalescos” - ou seja, apesar dos pesares e “malgrado acharem-se ainda no interior do estado muitos dos nossos automóveis de praça, servindo à condução de forças legalistas, correu relativamente animado o curso, que se efetuou na Avenida Tavares de Lira e Praça Leão XIII [...] Apesar da justa proibição do uso de máscaras, exibiram-se, por outro lado, muitas fantasias de acentuado gosto.”<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> *A República*, Natal, 12/02/1926.

<sup>102</sup> As diretorias do Natal Clube e do bloco “Os Jandaias” anunciaram pela imprensa que não haveria a realização dos bailes carnavalescos em suas sedes e nem tomariam parte nos festejos de rua. *A República*, Natal, 13/02/1926.

<sup>103</sup> *Idem*, 18/02/1926.

Nesse mesmo ano, foi publicado um outro artigo, assinado por Pedro Leiros, intitulado “Um deus decadente...”, onde o jornalista criticava “um velho inimigo do Carnaval”, que no caso era ninguém menos que o escritor Coelho Netto, a quem dirigia as seguintes palavras:

O senhor Coelho Netto é um velho inimigo do Carnaval. Todos os anos sua pena se enrasta e protesta contra as arlequinadas e disparates do Momo.

O carioca tem o culto do Carnaval. Sofre as misérias durante trezentos e sessenta e um dias, compra à prestação, engana o turco, “mata na cabeça”, na expressão canalha para em três ou quatro dias adquirir o direito de praticar asnicas de toda ordem, continuando na quarta-feira de cinzas na mesma monotonia, na mesma tristeza. Arrasta o ano inteiro um cortejo tétrico, afivela máscaras de toda espécie, esmagado pelo horror de uma vida de apertumes [sic] infinitos, sem um derivativo, sem uma atenuante. Bastam a polícia, a carestia da vida, o estado de sítio, velhos males crônicos a que já se afez o carioca.

*O Carnaval é, por isso, uma instituição necessária.* Ali mesmo, onde em anos passados registraram-se fatos clamorosos, essa festa, *a única genuinamente popular*, carece apenas de diretivas policiais bem entendidas.

O povo é naturalmente, em suas expansões, desbragado. É necessário sempre saber contê-lo. Bastava que a essas medidas de caráter coercitivo, a imprensa, as sociedades artísticas ajuntassem [sic] o seu contingente de preparação estética.. Sob este aspecto, o Carnaval seria até uma excelente escola de educação. Mas, no Brasil não se cogita de educação popular, sobretudo depois que os batalhões policiais muniram-se de automóveis blindados.

Há muita gente que acha absurdo a Prefeitura do Distrito Federal anualmente escorrer dos seus magros cofres umas dezenas de contos de réis em auxílio dos préstitos carnavalescos. Ora, esses préstitos são a nota mais importante do Carnaval, muitas vezes deficientes, outros trabalhados por um partidatismo estreito, mas abala uma população de um milhão de habitantes. Além disso, aquele dinheiro saiu do bolso do povo, é justo que sirva para divertí-lo, quando ele tem a volúpia dessa passageira alegria.

O general Pershing, de passagem em 1925 pelo Rio, em princípio de fevereiro, quando a feição ansiosa da cidade refletia a proximidade do Carnaval, lamentou que não pudesse demorar mais uns dias para presenciar aquele espetáculo celebrado em todo o mundo. Pershing poderia ter escolhido as galas da natureza para ser gentil conosco, mas, norte-americano, preferiu dar expansão ao gênio de sua raça, que ama a vida pelo grande bem da vida.

O senhor Coelho Netto, que eu, sem querer, esqueci no começo destas linhas, acaba de matar definitivamente o Carnaval no Rio, do mesmo modo que querem matar o defunto daqui... Aquele escritor citou Thamós, Pan, as ilhas Echiniotesi, até Renan, para chegar à falsa evidência de que Momo bateu a bota, ali ao pé da Guanabara...

Coelho Netto pode se ufanar de ser uma grande inteligência, aberta às luminosas inspirações do bem. Eu o creio piamente. Mas, há de convir que investindo contra o Carnaval carioca claudica tristemente em seu senso psicológico. Mostra desconhecer o que representa para o povo escorchado alheiar-se por um instante das torturas que lhe são a vida, cheias das grandes desigualdades e das pequeninas compensações inúteis.

O que precisa o Carnaval não é de *réquiem* ou de missa de sétimo dia, é de um pouco de polícia e de uma larga contribuição artística. E eu não sou folião...<sup>104</sup>

Na verdade, não só Coelho Netto, mas um grande número de intelectuais brasileiros inquietava-se à procura de uma suposta identidade nacional, desde as décadas finais do século XIX, tentando adequar alguns aspectos da cultura do país e, em particular, o Carnaval, aos seus projetos cívico-nacionalistas.<sup>105</sup> No caso específico do criticado escritor,

---

<sup>104</sup> Idem, 14/02/1926 (grifos meus). Infelizmente, não foi possível localizar o artigo que teria desencadeado estas críticas do referido jornalista ao renomado escritor carioca, que já tinha sido duramente criticado também por Lima Barreto em “Histrião ou literato”, artigo de sua autoria, em que ele “espinafra o fecundo prosador” - Cf. Edgard Cavalheiro, *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1955.

<sup>105</sup> “Autores como Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Artur Azevedo e até mesmo o já experiente Machado de Assis não se cansavam de tratar em suas crônicas dos dias de Momo – em textos provavelmente escritos muitas vezes ainda com a ressaca das brincadeiras da véspera. De divertimento público a tema de uma geração literária que tentava consolidar a literatura nacional, o carnaval se afirmava como uma das importantes questões do período” - Leonardo Affonso de Miranda Pereira, *O Carnaval das Letras*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (p.5); ver também Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo: Brasiliense, 1983.

foi nos anos 20 que ele resolveu intervir mais enfaticamente nesse debate político-cultural, atribuindo aos ranchos do carnaval carioca, mesmo que “a despeito das intenções desses grupos carnavalescos”, aquilo que pudesse vir a “restabelecer, traduzir e difundir a dignidade da pátria.”<sup>106</sup>

A concepção do Carnaval enquanto uma “válvula de escape”, sublinhada pelo autor do referido artigo, que enfatizava a festa como uma “instituição necessária”, também não era novidade na época, uma vez que a utilização dessa imagem fazia-se recorrente entre aqueles intelectuais que pretendiam justificar a sua permanência como uma necessidade de tranquilização social, alguns chegando a afirmar que “ele era a tradição, ele era o Carnaval dos nossos avós, irmão gêmeo do Entrudo [...]”<sup>107</sup> Mesmo sem se considerar um folião, o autor mostrava-se preocupado com a falta de “senso psicológico” nos escritos de Coelho Netto ao diagnosticar a proximidade do fim dessa festa, “a única genuinamente popular.”

Nas correspondências trocadas entre Monteiro Lobato e Lima Barreto (final de 1918 a março de 1922), também encontramos comentários preciosos sobre a importância do Carnaval nas duas maiores cidades do país:

[...] ainda ninguém tratou do livro na imprensa paulistana porque o Carnaval tem absorvido todas as atividades, mas sei que vai ter boa crítica. [Carta de março de 1919 de Lobato a Lima sobre o livro *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*].

[...] Meu caro Lobato [...] não foi aí só que o Carnaval absorveu todas as atividades. Aqui, mas isto quase um mês antes, e depois ainda temos os comentários e as discussões sobre o ‘vencedor’ etc, etc. O meu Rio é

---

<sup>106</sup> Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit. (p. 261).

<sup>107</sup> Raul Pompéia, crônica publicada no *Jornal do Commercio* de 23 de fevereiro de 1890, apud Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit. (p. 256).

essencialmente carnavalesco e, ao que parece, *vai pegando a moléstia em todo o Brasil*.<sup>108</sup>

Essa idéia de uma expansão dos festejos do carnaval carioca ao restante do país, como aludiu Lima Barreto, seria retomada ao longo dos anos 30, sendo incorporada ao próprio discurso oficial do regime.<sup>109</sup>

Por sua vez, também a Igreja não deixou de preocupar-se com a festa pagã, alertando sobre os “perigos” do Carnaval, através de artigos na imprensa nacional e local – principalmente pelo jornal *A Ordem*, fundada em 1922 pelo Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, cujo homônimo de propriedade da Arquidiocese de Natal seguiu-lhe as mesmas diretrizes ideológicas, tendo circulado diariamente a partir de 1935, condenando determinados temas em sua coluna “Moral e Costumes”, que transitavam desde a crítica à “literatura perniciososa”, a “má imprensa”, o “mundanismo”, as “praias de banho”, o “noticiário escandaloso” até o que chamavam de “festa profana”, ou seja, o Carnaval:

Nestes três dias de loucura, em que a carne em delírio pretende dominar o espírito, é justo que as igrejas se abram para recolherem os sensatos que sabem dominar os instintos e as paixões [...] A Igreja, absolutamente, não é contra o divertimento, nem estranha a alegria [...] Claro que o carnaval, revivescência do paganismo, só pode ser por ela condenado. O homem esquece a própria espiritualidade, ultraja a bondade divina, física e moralmente. E no reinado fatídico dos três dias se cometem tantos crimes, arruinam-se tantas situações e vidas, que uma existência inteira de lamentações não consegue refazer o que foi perdido.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Edgard Cavalheiro, Op. Cit. (p.28 e seguintes – grifos meus). Monteiro Lobato foi um dos editores dos livros de Lima Barreto, pela sua *Monteiro Lobato e Companhia*, no citado período.

<sup>109</sup> Adiante voltarei a este tópico.

<sup>110</sup> *A Ordem*, Natal, 23/02/1936. O movimento de renovação católica iniciado em 1921, no Rio de Janeiro, com a publicação da revista *A Ordem* e a criação do Centro Dom Vital no ano seguinte, só foi divulgado em Natal a partir de 1935, tendo o jornal circulado desse ano até 1953, quando fechou devido a dificuldades financeiras. Ele incorporou todo o acervo do extinto jornal *Diário de Natal*, fundado em 1924, seguindo a mesma linha religiosa. Sua tiragem era de 2000 exemplares, sendo 1000 enviados para o interior do estado e 1000 vendidos na capital.

Por várias vezes o movimento católico da capital federal enviou ao jornal natalense artigos de alguns de seus expoentes mais destacados, como Everardo Backheuser, Jackson de Figueiredo e Perillo Gomes, que igualmente opunham-se à realização da “festa da carne”, pelo menos no tocante às suas mais recentes formas de comemoração. Em seu “Em torno do Carnaval”, Perillo Gomes condenava a participação das famílias católicas numa “festa de caráter tão escandalosamente pagão e desmoralizante como o Carnaval”, lembrando que “sem dúvida os nossos antepassados, bem mais ancorados na fé católica do que o somos hoje em dia, admitiam entre os costumes o Carnaval. Há, porém, a observar, que se operou uma transformação quase radical na economia mesma desta festa popular”, que de uma “festa de pura alegria” passava a “ser uma bacanal, [podendo dizer-se que, anteriormente] ela tinha um sentido místico, era como uma despedida da alegria para dar início a um período de austeridade e penitência como é o tempo quaresmal”.<sup>111</sup> O tom de saudosismo presente no texto é característico desse movimento de renovação católica, que tomava por sua tarefa principal “recatolizar a elite contaminada pelo ceticismo e individualismo burguês”, sendo que “o tempo de sua utopia [situava-se] no Brasil colonial”.<sup>112</sup>

Assim como os regionalistas tradicionalistas, os intelectuais católicos temiam o aspecto individual e racionalista dos tempos modernos, mas ao invés de se aterem a proposições de cunho político-cultural, chegavam à conclusão de que o país precisava passar pelo que denominavam de “uma reforma moral”. E, neste sentido, o Carnaval soava como uma verdadeira aberração para a concretização de seus intentos moralizadores.

---

<sup>111</sup> Idem, 23/02/1936.

<sup>112</sup> Lúcia Lippi Oliveira, op. cit. (p.60).

O coro dos descontentes com a realização dos festejos carnavalescos durante os “momentos difíceis” era então acrescido com as vozes dos integrantes do movimento católico. Após o levante comunista em Natal, no ano de 1935, quando o prédio de *A Ordem* foi ocupado pelos revoltosos<sup>113</sup>, acentuou-se o clamor dos católicos contra o Carnaval:

Está anunciado para o próximo Sábado, às 19 horas, o início do retiro espiritual que a Congregação Mariana de moços promove, ao qual poderão associar-se todos os homens. Se nos outros anos um retiro nos dias de carnaval representou alguma coisa de novo, num mundo que faz questão de ser velho, desiludido, neste ano de 1936, em pleno estado de sítio, após uma convulsão profundamente anárquica, maiores são os motivos de séria meditação. *A consciência da gravidade do momento equivaleria a um golpe de morte nas festas carnavalescas.*<sup>114</sup>

Outros tantos artigos jornalísticos, a partir de então, passaram a alimentar essa polêmica sobre a “conveniência” de se comemorar ou não o tríduo momesco em períodos de rebeliões sociais, o que seria reforçado durante as décadas seguintes, especialmente em tempos de guerra propriamente dita.

---

<sup>113</sup> Foi interrompida por uma semana a circulação do jornal *A Ordem* por causa da ocupação do prédio onde funcionava sua oficina de composição, localizada à rua Dr. Barata, no bairro da Ribeira. Os comunistas permaneceram em suas dependências de 24 a 30/11/1935. Ver a respeito: Homero de Oliveira Costa, Op. Cit., que afirma ser esse jornal o “porta-voz do integralismo no estado [...] No primeiro número, por exemplo, traz um artigo de Plínio Salgado e informações a respeito da criação de núcleos integralistas em vários municípios.” (p.68).

### 3. Carnaval em tons oficiais

A idéia do Carnaval como uma “festa de todos”, apesar da manutenção de um senso de hierarquização muito forte a partir de sua própria distribuição espacial, era quase um senso-comum nessas primeiras décadas do século XX. Costumava-se assim adjetivar o Carnaval como uma forma de justificar a sua permanência até mesmo durante épocas de conturbações sociais. Inicialmente, “de todos” teria a conotação de “popular”, uma festa pública de muita relevância para acalmar os ânimos do povo, servindo como uma verdadeira “válvula de escape” frente às dificuldades vividas no cotidiano. Retomando uma expressão do já citado artigo de Pedro Leiros, que, ao questionar os propósitos anti-carnavalescos de Coelho Netto, demonstrava sua preocupação com os rumos da festa, chegou-se a defini-la como uma “instituição necessária”.<sup>115</sup> Na capital do país, na medida em que “esses carnavais pareciam cada vez mais incapazes de encobrir a diferença e a tensão”, criava-se uma imagem de “festa de todos”, unívoca e patriótica, apresentada como “uma boa solução para os impasses criados pelo falso consenso, fazendo da folia uma expressão reveladora e irmanadora do ‘povo’ nos braços da nação.”<sup>116</sup>

A transformação desse discurso sobre o Carnaval em um outro que visasse estabelecer o seu caráter de “festa nacional” foi sendo forjada a partir daí e não apenas através das diretrizes político-ideológicas adotadas pelo regime Vargas, como tornou-se recorrente atribuir na bibliografia especializada. O próprio “modelo” de carnaval que seria oficializado através de decretos-leis e “exportado” para os demais estados, recuperava uma imagem já

---

<sup>114</sup> *A Ordem*, Natal, 20/02/1936 (grifos meus).

<sup>115</sup> *A República*, Natal, 14/02/1926.

bastante conhecida anteriormente, a do carioca enquanto exemplo do “carnavalesco autêntico”, estabelecendo-se como o ideal da maior festa popular brasileira o exemplo das escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro. Em um interessante artigo assinado por J. A. Seabra de Melo, por exemplo, essa espécie de “índole” do carioca seria então reafirmada, ou até mesmo extrapolada:

Já se tornou proverbial a maledicência do carioca, essa maneira deliciosa de zombar e de enfeitar de ridículo as coisas mais sérias, tanto assim que tomou fóros de axioma aquela velha afirmativa de que no Rio o riso não é privilégio do Carnaval, ele é de todos os dias, todas as horas e eu acrescento que em qualquer atitude do carioca, ainda a mais grave e solene, percebe-se a presença escondida de uma zombaria.

Essa disposição alegre e jovial que faz do brasileiro e, particularmente do carioca, o povo menos reservado do mundo, tem a sua expressão mais legítima no ritmo livre e ágil da nossa música popular. Até mesmo o samba, que em outros tempos era dolente e melancólico, terminou nessa música esfuziante, adorável, que por si mesma dá a impressão melhor da nossa índole expansiva e tropical [...] <sup>117</sup>

Por outro lado, em tempos de embates entre modernistas e regionalistas-tradicionistas, muitas foram as práticas festivas que buscaram demonstrar as especificidades dos carnavais regionais. Em 1929, o jornal *A Província* de Recife publicou um artigo de Mário de Andrade, que apontava à necessária manutenção das brincadeiras e músicas tradicionais de cada localidade:

O frevo é uma invenção maravilhosa [...] Mas Recife está fazendo o impossível para estragar a invenção maravilhosa. Corso, e inda por cima curso duplo,

---

<sup>116</sup> Maria Clementina Pereira Cunha, op. cit (p. 261).

<sup>117</sup> *A República*, Natal, 21/07/1939.

iluminação pobre, ausência de música nas ruas. Matado o frevo, o carnaval pernambucano ficará um carnaval carioca em ponto pequeno. E sem espírito.<sup>118</sup>

Em Natal, havia entre os diversos grupos organizadores dos festejos carnavalescos uma crescente preocupação em manter suas especificidades potiguares, desde fantasias como a dos grupos de *papangús* - mascarados com roupas coloridas e maltrapilhas, que saíam espalhando grande algazarra pelas ruas, dando sustos nos transeuntes, principalmente no público infantil – até o acompanhamento musical feito pelas bandas que se empenhavam em executar as “modinhas genuinamente nossas” e as “lindas marchas regionais.”<sup>119</sup> Em 1931, um carro ornamentado chamava a atenção em meio aos demais que participavam do sofisticado corso nas avenidas Tavares de Lira e Sachet, no festivo bairro da Ribeira, sob a tabuleta *A Palhoça do Meu Bem*, que “representava uma choupana coberta de palhas de coqueiro entrelaçadas de trepadeiras silvestres.”<sup>120</sup> Mostrar as “coisas da terra” passava a ser, a partir de então, a tônica da festa. No ano seguinte, os blocos carnavalescos *Miss Guariba*, *Pássaros da minha terra* e *Os Boêmios*, percorriam as várias ruas da Cidade Alta e do Alecrim acompanhados por “orquestras de pau e corda”, tocando “músicas originais”.<sup>121</sup>

A abertura do Teatro Carlos Gomes à comemoração do Carnaval, realizando-se a cada ano três grandes bailes populares, sob o sugestivo nome de *Casa de Caboclo*, também marcaria uma tendência em divulgar as práticas festivas consideradas como tipicamente potiguares:

---

<sup>118</sup> O referido artigo foi transcrito em *A República*, Natal, 22/02/1929. Num período um pouco anterior a este, o regionalismo gaúcho também se fazia presente nos festejos carnavalescos de Porto Alegre, como podemos ver em Alexandre Lazzari, *Certas coisas não são para que o povo as faça: Carnaval em Porto Alegre, 1870-1915*, Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1998 (publicada pela Editora da Unicamp/Cecult, 2001).

<sup>119</sup> *A República*, Natal, 20/02/1925 e 02/03/1933.

<sup>120</sup> *Idem*, 19/02/1931.

<sup>121</sup> *Idem*, 29/01/1932. Nesse mesmo ano há referência a um jornal que teria circulado no domingo de Carnaval, intitulado *Zé Pereira*, contendo crônicas carnavalescas e se destinando “exclusivamente a apresentar aos amadores da folia a crítica de figuras desconhecidas em nossa história.” (*A República*, 06/02/1932).

Casa de Caboclo: É a festa do funcionário público, do estudante, do pequeno comerciante, de todos que não recebem os sorrisos da fortuna, mas que indiscutivelmente, têm também direito a, no burburinho dos confetes, esquecer as fadigas e as decepções da vida. A exemplo do ano próximo passado, o Teatro Carlos Gomes, cedido pelo governo do estado, será transformado, graças a sua artística e farta ornamentação, numa “casa de caboclo”, com todas as originalidades rústicas das festas sertanejas. A finalidade desta iniciativa está bem patente: incentivar os festejos carnavalescos, emprestando-lhes esse caráter popular que predomina noutros centros.<sup>122</sup>

No entanto, apesar das inquietações dos defensores do regionalismo tradicionalista, o que se via pelas ruas era que predominava um grande ecletismo das agremiações, uma mistura de estilos, sob influências diversificadas e múltiplas, atendendo a todos os gostos. Assim, quando se deu a oficialização do carnaval em 1933, seguindo o exemplo do que ocorrera na capital federal no ano anterior, as diferentes práticas festivas não chegaram a passar por grandes modificações, até mesmo porque pelo discurso adotado pretendia-se modernizar os festejos mantendo sua “tradicionalidade”. De luxuosos corsos a blocos de sujos e *papangús*, o carnaval natalense continuava a imprimir uma imagem de “festa de todos”, mesmo que fosse à base do “cada qual em seu lugar”:

O Carnaval antigamente era um negócio muito engraçado e muito interessante, porque naquela época as donzelas da alta sociedade se fantasiavam de fadas, de anjos, de Vênus, de lua, de não-sei-de-quê, bem cheias de coisas esvoaçantes, de filó, sabe? Negócio bem lindo pra andar no curso dos automóveis, que eram as

---

<sup>122</sup> Idem, 09/02/1938. Lamentavelmente, nem mesmo no acervo do próprio Teatro (hoje chamado Alberto Maranhão), foi possível encontrar algum registro iconográfico desses bailes populares, apenas recortes de jornais.

Baratinhas, carros antigos, arreavam a capota, aí ficavam sentadas ali, com aquelas saionas imensas de espanholas, portuguesas, essas coisas bem alinhadas.

[...] E havia também as pessoas que se fantasiavam e saíam nos blocos de sujeitos, pessoas que se travestiam de ursos, com argola na focinheira do urso e saíam vários homens e mulheres travestidos: homem de mulher, mulher como homem. E as máscaras quem fazia era até um senhor, seu Manoel Andrade, ele mesmo moldava as máscaras, de bicho, de cachorro, de gato...

Era um carnaval animadíssimo, se usava lança-perfume, confete e serpentina, não havia droga, não havia nada disso. Os rapazes botavam lança-perfume nas moças que eles estavam interessados, que era pra despertá-las [...] <sup>123</sup>

A novidade que se observava a partir dos anos 30/40 no carnaval natalense podia ser sentida no crescente intercâmbio de influências tanto musicais (e o samba é um forte exemplo disso) como de outros aspectos festivos (fantasias, alegorias, danças, brincadeiras, sátiras etc.), entre o carnaval local e o da capital federal. Com a introdução das primeiras emissoras de rádio na cidade, passou-se a executar os sucessos das marchinhas e sambas cariocas sempre em maior número que o frevo pernambucano e a produção dos compositores locais, na qual predominavam as marchas e o frevo-canção. <sup>124</sup>

É possível que essas influências tenham se dado de maneira recíproca, uma vez que, alguns sambas e marchinhas passavam a desenvolver enredos sob temáticas regionais, bem como a realização dos “bailes de frevo”, que se tornava habitual também no carnaval carioca. <sup>125</sup> Mário de Andrade, nas suas descobertas musicais, já havia anotado suas

---

<sup>123</sup> Glorinha Oliveira, ex-radioatriz e cantora natalense, em entrevista à autora, Natal, junho de 1996. Ela recentemente lançou um livro autobiográfico, organizado por Nelson Patriota, *A estrela conta: memórias de Glorinha Oliveira*, Natal, A.S. Editores, 2003; e já foi homenageada por duas escolas de samba campeãs dos carnavais natalenses: a Babelô Asa Branca e a Imperatriz Alecrinense, em 1978 e 1990.

<sup>124</sup> Rubens Pessoa, carnavalesco natalense, em entrevista à autora, Natal, fevereiro de 1996.

<sup>125</sup> Edigar de Alencar, *O Carnaval carioca através da música*, Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980, 4ª edição, menciona alguns exemplos, como os sucessos carnavalescos “O siri tá no pau”; um maxixe-molhado de fundo folclórico de Orlando Vieira, de 1927 e as marchinhas “Mamãe eu quero” de Jararaca e Vicente Paiva, de 1937, “Seu condutor” de Alvarenga e Ranchinho e “Nós temos banana!” de João de Barro e Alberto Ribeiro, de

impressões sobre essa reciprocidade, chegando a vislumbrar uma origem para o samba a partir daí:

Mas o que me interessa no Carnaval neste momento é a nossa música que sempre teve nele uma das fontes fecundas da sua evolução. O Maxixe nasceu do Carnaval, parece quase certo [...] Nele ainda a nossa dança cantada principal evoluciona. Ao contato dos temas melódicos nordestinos se tornou melodicamente mais pesada, menos irrequieta na rapidez de movimento. E retomou por isso e com isso o nome de Samba, que hoje é uma variante do Maxixe carioca mais importante que ele, até no próprio Rio de Janeiro.<sup>126</sup>

O alcance dessa reciprocidade pode não ter sido muito equitativo, mas também não se deve entender esse processo como uma via de mão única, onde só o que acontecia no Carnaval da capital do país pudesse vir a influenciar os demais festejos dos diferentes estados.

Algumas das afirmações de Gilberto Freyre, que continuaria a defender suas convicções regionalistas-tradicionistas ao longo dos anos 40, frente às propostas dos modernos, considerados por ele como “unitaristas” ou “metropolitanistas”, podem ser bastante esclarecedoras sobre a suposta oposição entre uma cultura regional e uma cultura nacional:

Passou o tempo de considerar-se um desdouro a condição de provinciano: ela é antes uma condição de vitalidade, de autenticidade, de vigor, de permanência e de espontaneidade, para a nossa arte, para a nossa literatura, para a nossa cultura em formação [...] Que a unidade brasileira se afirme cada dia mais vigorosa é [...] desejo de todos; mas sem que tal unidade abafe filipicamente a diversidade

---

1938 – já que alguns de seus compositores pertenciam ao grupo de artistas mais voltado para a música folclórica ou típica e canções regionais (emboladas, cateretês, toadas etc.). (p. 175, 255 e 263).

<sup>126</sup> Mário de Andrade, “Carnaval tá aí”, *Diário Nacional*, 18/02/1931.

provinciana no Brasil, deixando-se de reconhecer diferentes expressões regionais da chamada “realidade brasileira”.

[...] Para o Presidente Getúlio Vargas, a unificação do Brasil [...] vem-se consolidando pelo “ajustamento orgânico” das províncias ou regiões “como membros de um só corpo a serviço do ideal e do engrandecimento comum” [...] De ajustamento orgânico é precisamente do que necessitam as energias de província no Brasil, para com elas se enriquecer o todo cultural brasileiro.<sup>127</sup>

Essa valorização do provinciano, local, específico a cada região do país, respaldava-se na busca por uma tradição cultural que embasasse a pretensa construção da nacionalidade. Não se tratava de nenhum paradoxo, mas de propostas complementares e interdependentes, sendo que outros intelectuais atuantes como colaboradores nos periódicos e publicações afins, de origem oficial, não se cansavam em reafirmar esse pressuposto, como Almir de Andrade, diretor da revista *Cultura Política*.<sup>128</sup> Para esse autor, o problema fundamental consistia em “recuperar na tradição os aspectos que representam os elementos de continuidade da vida social brasileira, configurada em uma unidade nacional”, sendo que a tradição se constituía em “uma direção histórica imanente à própria vida social.”<sup>129</sup>

Almir de Andrade também inquietava-se com os rumos do Carnaval brasileiro, chegando a vincular a festa ao que afirmara, em uma de suas publicações, ser a nossa “alma nacional”.<sup>130</sup> Para ele, “nada mais expressivo da psicologia do brasileiro que o seu carnaval”, o qual não seria “apenas esse delírio coletivo onde tudo se esquece e se mistura: há nele

---

<sup>127</sup> Gilberto Freyre, “A condição de provinciano no Brasil” in *Cultura Política*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), n.15, maio de 1942 (p. 13-15).

<sup>128</sup> “[...] o editor esclarecia que a revista não tinha ‘partidos’ e estaria aberta a intelectuais de diferentes cortes político-ideológicos, importando tão somente o mérito das contribuições que pudessem oferecer.” - Angela Maria de Castro Gomes, op. cit. (1996, p. 127). A historiadora faz uma abordagem sobre o lugar dos intelectuais no regime estado-novista e o papel dessa revista, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, entre 1941 e 1945.

<sup>129</sup> Almir de Andrade, *Força, cultura e liberdade*, Apud Lúcia Lippi Oliveira, “Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade” in op. cit. (p. 35-38).

alguma coisa de profundamente doloroso [...] É uma alegria cheia de coloridos nostálgicos, de esquecimento de si mesmo, de abandono à fatalidade das suas próprias tendências desconhecidas. É uma alegria inquieta, desordenada, incoerente, uma espécie de fuga diante de si próprio, uma espécie de capitulação resignada da personalidade conciente [sic] ao imperativo de forças subterrâneas e indefiníveis que explodem de repente e arrastam multidões inteiras numa só correnteza, como que levadas por certa mão misteriosa e invisível que sai das nossas entranhas e que abarca todo o nosso eu.”<sup>131</sup> Preocupado com o aspecto psicológico do “ser brasileiro”, Almir de Andrade enfatizava ainda um lado “selvagem” presente na comemoração carnavalesca, vendo a festa como uma manifestação de protesto:

O carnaval brasileiro é como que um *protesto* – protesto gigantesco, protesto de multidões delirantes e alucinadas – contra todas as fórmulas que nos separam uns dos outros, contra todos os artificios que a ordem social exige para a conservação de si mesma. O homem selvagem surge no fundo de cada um de nós, não com os instintos “ferozes” com que a civilização soi [sic] descrevê-lo, para condená-lo, mas com as suas verdadeiras tendências naturais, com a sua espontaneidade rica de simpatia *humana*, com o seu espírito aberto para tudo o que é verdadeiro e sincero.

[...] Há um sabor indescritível, meio selvagem, meio melancólico, nesse anonimato de cada um, que se esconde sob a máscara, nessa identificação com a grande massa desconhecida que nos envolve e nos devora.<sup>132</sup>

O autor via com perplexidade os três dias de “expansão natural e selvagem” que envolviam “o brasileiro”, concluindo que “no carnaval, o brasileiro não é feliz. Não é tão pouco [sic] um revoltado. É um resignado, dolorosamente um resignado com a contradição eterna, em que se debate a sua alma, entre os seus *ideais* de vida e as exigências cruéis da

---

<sup>130</sup> Almir de Andrade, “A alma brasileira e o Carnaval” in *Aspectos da cultura brasileira*, Coleção Pensadores Brasileiros, vol. III, Rio de Janeiro: Schimidt Editora, 1939.

<sup>131</sup> Idem, *ibidem* (p.15-16).

<sup>132</sup> Idem, *ibidem* (p. 16-17).

ordem social e civilizadora” – visão que se afinava com o ideário estado-novista de reconstrução da sociedade brasileira sob a orientação de um presidente identificado com o povo-nação<sup>133</sup>.

Por outro lado, a idéia de disciplinar o Carnaval, colocando-lhe regras bem definidas, normas de conduta para os seus ecléticos participantes, na tentativa de imprimir um sentido unívoco à maior “festa popular brasileira”, já se propagava pela sociedade, antes mesmo que os poderes públicos tomassem as primeiras providências nesse sentido. Uma das primeiras aparições da expressão “carnaval oficializado” ocorrera ainda em fins do ano de 1927, quando no Teatro Recreio, no Rio de Janeiro, a revista *Cangote Cheiroso*, apresentara um quadro assim intitulado.<sup>134</sup>

Alguns anos depois, essa expressão seria incorporada pelo ideário político do regime Vargas, respaldando a necessidade de realizar um “carnaval ordeiro”, coerente com as diretrizes de seu projeto de cooptação das massas urbanas. Em 1932, o presidente oficializou o Carnaval brasileiro (leia-se: carioca), procurando agregar à tradicional festividade uma organização “perfeitamente moderna” e, no ano seguinte, Mário Leopoldo da Câmara, interventor federal no estado do Rio Grande do Norte, também oficializou o Carnaval natalense, no intuito de direcionar os festejos ao projeto de transformação urbanística que estava sendo efetuado:

---

<sup>133</sup> A respeito do projeto político-ideológico implementado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, ver a coletânea de artigos *A Revolução de 30: Seminário Internacional*, Brasília: Editora da UnB, Coleção Temas Brasileiros, vol. 54, 1982; Lúcia Lippi Pliveira, Mônica Pimenta Velloso e Angela de Castro Gomes, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982; Angela Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988 e *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996; Dulce Pandolfi (org.) *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999; entre outros. Adiante, voltarei ao assunto.

<sup>134</sup> Edigar de Alencar, op. cit. (p. 179).

As tradicionais festividades do carnaval deste ano revestir-se-ão, é certo, de uma animação nunca vista e de um brilhantismo todo especial, a par de uma organização *perfeitamente moderna*. É que o carnaval será oficializado [sic] [...] era uma necessidade que se impunha pela sua finalidade artística. A cidade precisava de encanto, de sonoridade, de mais entusiasmo e *tradicionalidade* durante os três dias dedicados ao deus dos foliões [...] E foi olhando esse prisma que o governo estadual houve por bem dar um cunho oficial ao carnaval de 1933. Oficializar o carnaval é estimular o povo, é dar mais liberdade aos que apreciam os momentos de beleza e de tradição, é emprestar mais significação à sua finalidade. [...] a sua oficialização, entre nós, [...] procura proporcionar aos natalenses uma festa carnavalesca que corresponda ao *progresso e civilização* de nossa cidade.<sup>135</sup>

Se até aquela data, as contribuições e patrocínios para a realização dos festejos de Momo eram oriundas de “representantes do alto comércio com a colaboração da Companhia Força e Luz”<sup>136</sup> e outras instituições particulares afins, que costumavam passar o “livro de ouro”, angariando fundos para a festa, com a oficialização do carnaval natalense isso passaria, em tese, a ser atribuição da prefeitura e do governo do estado - o que talvez pudesse vir a imprimir um certo direcionamento aos desfiles e apresentações de grupos carnavalescos, atingindo em cheio a sua espontaneidade e diversidade. Do mesmo modo, diferentemente do que ocorria nos anos anteriores à oficialização do Carnaval – quando já existiam algumas normas de conduta para seus participantes e organizadores, que geralmente eram exibidas nas páginas dos jornais pelos próprios clubes e associações carnavalescas e não pelos poderes públicos -, a partir de 1933 as comemorações começaram a ficar restritas por uma série de regras, proibições e normas estabelecidas pelo Departamento de Segurança Pública, desta vez

---

<sup>135</sup> *A República*, 19/02 e 26/02/1933 (grifos meus).

<sup>136</sup> *Idem*, 12/01/1931, onde se lê: “Representantes do alto comércio com a colaboração da companhia Força e Luz estão empenhados para o bom êxito da festa carnavalesca deste ano.”

com “tudo no papel”, como as que foram publicadas em fevereiro de 1934 (destaco aqui apenas as mais significativas, já que na íntegra o edital é muito extenso):

1 – Nenhum clube, préstito ou cordão poderá sair à rua sem prévia licença do Delegado Auxiliar e censura deste às críticas a exibirem-se.

2 – É expressamente proibido o entrudo com água ou pó de quaisquer substâncias ofensivas à saúde.

3- São absolutamente proibidas nas ruas, alusões ofensivas quer a autoridades, a particulares, pessoas, corporação civis ou religiosas [sic], bem assim aos bons costumes e à moral pública.

4 – A todas as autoridades policiais encarregadas do serviço durante os festejos carnavalescos, recomenda-se terminantemente:

a)- Toda moderação e urbanidade no desempenho dos seus deveres, cumprindo-lhes agir pelos meios suasórios [sic] e só empregar a força quando exgotados [sic] os recursos pacíficos.

b)- Cessarem incontinenti a licença dos grupos ou cordões que alterarem a ordem pública.

[...] d) – Revistarem à saída das respectivas sedes, os indivíduos que façam parte dos grupos ou cordões, a fim de verificar se conduzem armas proibidas, e, no caso afirmativo, prender os contraventores, contra os quais procederão na forma da lei processual, nos termos do art. 377 da Consolidação das Leis Penais.

e)-No caso de conflito em que figurarem praças do Exército, Armada ou outra corporação militar, expedirem imediatamente aviso aos oficiais “de dia” dos respectivos corpos.

[...] g) - Os guardas ou praças no serviço da avenida Tavares de Lira e na avenida Nísia Floresta ficarão postados no centro e aos lados, não permitindo que o povo invada o espaço destinado ao desfile dos veículos, que descerão pela direita e subirão pela esquerda das mesmas avenidas.

[...]l) – Evitarem o encontro de grupos carnavalescos, obrigando-os a obedecerem à designação de ruas para entrada e saída, assim como que sejam inutilizadas e lançado fogo a serpentinas e confeti usados.

m) – proibirem terminantemente o uso de apitos pelos grupos, cordões e avulsos, afim de evitar confusões possíveis de socorro, feitos do mesmo modo.

[...] p) – Não consentirem que nenhuma pessoa fantasiada, isoladamente ou em grupo, a pé, a cavalo ou em veículo, use qualquer símbolo patriótico, principalmente a bandeira nacional.

q) – Não permitir que se cantem os hinos Nacional, da Independência, da República, nem canções militares ou hinos estrangeiros, bem assim trechos ofensivos a pessoas, autoridades ou corporações civis e religiosas.<sup>137</sup>

Essas medidas voltadas à reorganização/reorientação do Carnaval natalense, nos moldes do que ocorria na capital federal, sucederam-se ano após ano, modificando o trajeto das comemorações de rua e normatizando a utilização de máscaras, fantasias e lança-perfumes, além da explícita proibição do encontro – sempre muito “perigoso” - de grupos carnavalescos (conforme item “4 - letra l” do referido edital). A mudança do espaço da festa em 1936, por ordem da Prefeitura, transferindo os desfiles do bairro da Ribeira para a Avenida Rio Branco, sob a alegação de ser o “ponto central da cidade, mais espaçoso, movimentado e para o qual convergirão com facilidade maior a população da capital e os vários grupos carnavalescos”<sup>138</sup>, também significava um maior controle sobre a população pobre da cidade, que antes orgulhava-se de ver os blocos saindo de seus respectivos bairros, principalmente os das Rocas e do Alecrim, em direção à Ribeira. O que não constava nas reportagens sobre o assunto seria lembrado por alguns natalenses como decorrência do que acontecera um pouco antes de a Prefeitura decidir mudar o espaço de realização do Carnaval da cidade:

---

<sup>137</sup> *A República*, Natal, 07/02/1934. Anteriormente, competia ao chefe de polícia conceder licenças para as associações carnavalescas poderem se exhibir em público, mas não havia regras definidas oficialmente nem editais desse tipo; também eram freqüentes as “chamadas” dos clubes a seus respectivos associados, divulgadas por suas respectivas comissões organizadoras nos jornais, estabelecendo horários de bailes e saídas de “Zé Pereira”, bem como estipulando os trajes e fantasias a serem utilizados: “O carnaval no Aero Clube: no sábado de Carnaval haverá um baile à fantasia, que terá início às 22 horas. Os cavalheiros que não comparecerem fantasiados, deverão trajar casaca, smocking ou branco.” (idem, 29/01/1929).

<sup>138</sup> *A República*, Natal, 20/02/1936.

O Carnaval eu só ia olhar, era a li na Ribeira, na Tavares de Lira [...] Mas, desde o tempo que houve o encontro de briga do Exército com a Guarda Civil... eu sei que foi uma briga medonha, foi bala pra chuchu e no outro dia amanheceu lá no Distrito, eu ia trabalhar na quarta-feira de cinza, tinha quatro corpo lá estirado. Foi na época de... mais ou menos de 36, mais ou menos isso, aí tiraram o Carnaval dali e passou pra cidade. Eu penso que foi por causa disso, não é?

Só sei que teve esse derradeiro dia de Carnaval, que foi na terça, houve bala [...] e vieram dois policiais, um que ia entrar no serviço e outro que tinha deixado o serviço, eu tinha encontrado eles dois:

- Fulano, você já vem? Eu vou pra casa passar a noite em casa, vou largando agora.

- E eu vou passar a noite acordado que parece que vai haver bala, o Carnaval vai ser quente.<sup>139</sup>

Pela proximidade das datas, alguns atribuem de forma mais explícita essa mudança aos tiroteios durante a Intentona Comunista, do ano anterior, 1935:

Naquela revolução de 35, eu me lembro que nós morávamos numa casa que ficava entre a praça André de Albuquerque e havia uma descida pro rio Potengi, uma rua que descia e logo em seguida tinha o quartel da Polícia. Então, havia um tiroteio entre o pessoal que estava na praça com o contingente lá do quartel e a bala passava por cima do telhado, quebrava telha e a gente era obrigado a ficar debaixo das camas.

O velho [seu pai] tava fugido, mas não sei se ele era fichado, eu sei que ele era simpatizante, era mais intelectualizado, tal e coisa... e depois dessa revolução, ele virou pra direita, ficou contra o comunismo[...] ele era simpatizante do Partido Comunista na época, no início, então ele botou meu nome Luís Carlos Lenine.<sup>140</sup>

---

<sup>139</sup> Cornélio Campina da Silva, ex-operário e atual organizador do Araruna (Sociedade de danças folclóricas, fundada em 1954), em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>140</sup> Luís Carlos Lenine Seabra Varella, músico e filho do ex-militante comunista natalense Manoel Varella de Albuquerque, em entrevista à autora, Niterói, agosto de 2002.

Pelos jornais, o contentamento generalizado atribuído à população em relação à mudança do espaço da festa, não conseguia convencer os leitores mais atentos. Depois de constatado um certo desânimo no carnaval na Rio Branco, as reportagens resolveram abrir o jogo, dizendo apenas por alto que o motivo da mudança teria sido mesmo o tiroteio do ano anterior, na Tavares de Lira:

Desde ontem a cidade está em pleno domínio do carnaval. Não é um carnaval animado, no rigor da expressão. Mas a idéia do sr. Chefe de Polícia de localizá-lo na cidade evitou que maior fosse o retraimento. Os motivos determinantes do desânimo deixaram assim de ser irredutíveis.

Cumpre-nos, agora, constatar como o Carnaval deste ano foi diferente do do ano passado, em que, na Avenida Tavares de Lira, as gargalhadas e os risos dos circunstantes foram abruptamente transformados em esgares trágicos de dor e ritos de tristeza. Os natalenses estão bem lembrados daquele dia em que a tradicional artéria do curso foi campo de cerrado tiroteio.<sup>141</sup>

Mas, para o desgosto das autoridades que se propunham a disciplinar o Carnaval, algumas agremiações carnavalescas insistiam em percorrer os bairros periféricos da cidade, não comparecendo ao “desfile oficial” na Avenida Rio Branco:

O bloco Bambas das Rocas convida todos os blocos carnavalescos para realizarem uma parada carnavalesca nas Docas do Porto, saindo depois em passeata pelas ruas da cidade. Sede: rua Pereira Simões, 79, no bairro das Rocas.

[...] Bambas das Rocas promete fazer miséria assaltando a torto e a direito todas as residências de capitalistas da cidade: João Galvão Filho, Floriano de Sá Peixoto, Dr. Oswaldo Ribeiro, Antônio Fontes e Cap. Solon Andrade. Não resta dúvida que

os bairristas são os melhores animadores do bulício. Não fossem os foliões das Rocas, Alecrim, Petrópolis, Tirol etc. pouca, talvez, seria a graça das nossas festas carnavalescas.<sup>142</sup>

As diferentes formas de comemorar o Carnaval na cidade persistiam, portanto, apesar das tentativas de homogeneização das práticas festivas pelos poderes públicos.<sup>143</sup> O que chama a atenção é o fato de que o tom marcadamente nacionalizante, presente tanto no discurso oficial quanto nos debates intelectuais e artísticos da época, convivia com o incentivo aos desfiles de grupos carnavalescos com caracterização regionalista, apelando-se para a conservação das “nossas melhores tradições”. Um discurso onde nacionalizar implicava em ser moderno, em tornar moderna a festa tradicional.

\* \* \* \* \*

Nesta cidade marcada por tensões e diferenciações sociais internas, permeada pelos constantes embates sobre os rumos da tão sonhada “modernização”, o contato com o contingente de militares e civis estrangeiros, que encheu suas ruas em tempos de guerra, acirrou ainda mais a discussão sobre os pressupostos de nossa “identidade nacional”, onde o destaque maior foi dado ao Carnaval, eleito como o espaço ímpar de brasilidade.

---

<sup>141</sup> *A República*, Natal, 23/02/1936 e 27/02/1936.

<sup>142</sup> *Idem*, 03/02 e 05/02/1937.

<sup>143</sup> O que vem confirmar que “a vontade de inculcação de modelos culturais nunca anula o espaço próprio da sua recepção, do seu uso e da sua interpretação” – Cf. Roger Chartier, “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico” in *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, n.16, jul/dez de 1995 (p. 186).

Não que antes disso inexistisse por aqui uma crescente influência do *American way of life*, haja vista a programação cultural que se destacava nos cinemas, nas publicações de revistas, nas músicas tocadas nos bailes dos principais clubes (onde o fox-trot já se fazia presente), além dos programas de rádio que contribuíam para divulgar os modismos da América. Entretanto, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra e o estacionamento das tropas norte-americanas em Natal e outras cidades do nordeste, esse contato sócio-cultural passou a ter uma predominância cada vez maior. Esse, o assunto dos próximos capítulos.



## Capítulo 2

### Natal era só festa?

A memória, ela é objeto de disputa política muito forte.

(Brasília C. Ferreira, in *Imagem sobre Imagem*)

- Do you like drink?

- É só o que eu laico!...

(Zé Areia)

“Eu lembro que quando cheguei em Parnamirim, com meu pai e minha mãe, eu tinha quatro anos de idade. 1940, já havia um ano antes a guerra começado, em 1939. E lá se deparamos com uma verdadeira floresta de cajueiros... cajueiro de tabuleiro... e foram chegando várias famílias e tal e não se tinha do que viver. Começamos a viver sob o lixo dos americanos. Mas era uma riqueza o lixo dos americanos naquela época. Eu não sei se eles davam porque sentia falta de alimentação para a pobreza... porque era tonéis grandes de banha de porco... e os porcos eram criados numa pocilga lá em Pirangi, certo? Coisa grande, porco grande... e farinha do reino. Bastava um saquinho tá enferrujando, aquele negócio, por ali... eles botavam fora sacos e mais sacos de farinha de trigo. Carne de conserva, bastava a borda por fora da lata enferrujar um pouquinho... leite condensado, que vinha em caixas, botavam fora. Talheres de prata que às vezes escapulia pro lixo, não é? Nos tonéis e muitas coisas, caixas de chocolate, muitas coisas. Então, a pobreza num tinha

do que viver, ficou ali e todo mundo começou a chegar, chegar, chegar... Era uma festa essa feira, esse lixo virou uma festa.”<sup>1</sup>

Sobre esse contato entre os da terra e os de fora, seu Francisco lembra ainda de muitos outros acontecimentos jamais noticiados pela imprensa ou veiculados através dos programas radiofônicos daqueles anos difíceis. A convivência com os americanos e seu diferente modo de vida afetou o cotidiano de toda a população local, sem exceções, e o que chama a atenção é a discrepância entre as múltiplas percepções sobre esse momento de intenso intercâmbio sócio-cultural para os diferentes atores.

O desembarque dos soldados e oficiais americanos deu-se de forma gradual e em clima de certa tranqüilidade - “os americanos começaram a chegar em Natal não duma vez, foram chegando aos poucos, construindo a base, chegando, chegando... quando o povo de Natal deu fé, a cidade estava cheia de americanos, que chamavam de gringos, de galegos”<sup>2</sup> - mas sua permanência na cidade, que se estendeu até o final do conflito mundial, representou uma série de problemas. Afinal, em um curto intervalo de tempo, de 1941 a 1946, a afluência dos militares e civis norte-americanos coincidiu com o fluxo migratório do interior, devido à seca, para a capital, fazendo dobrar a população da cidade. A consequência imediata foi o desencadeamento de uma tremenda crise de abastecimento, acompanhada pelo aumento absurdo nos preços, especialmente no setor imobiliário.

---

<sup>1</sup> Francisco de França Filho, filho do proprietário do Café Belas Artes, em Parnamirim, na época da guerra, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>2</sup> Protásio Pinheiro de Melo, professor de português para os oficiais americanos no G.I. College, na base aérea de Parnamirim, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002. Em seu livro *Contribuição norte-americana à vida natalense*, Brasília: Gráfica do Senado, 1993, ele afirma que “era um curso para oficiais, onde eram ensinadas matérias essenciais como matemática, literatura e línguas estrangeiras. Chamava-se G.I. (como eram conhecidos os soldados do Tio Sam nos quatro cantos do mundo) College e ministrei ali aulas de português, juntamente com Nestor dos Santos Lima, hoje embaixador aposentado, residindo em Brasília.” (p. 44-45).

Esse estado de coisas, no entanto, não atingia as tropas americanas, já que havia todo um tratamento diferenciado, desde a alimentação trazida em navios dos Estados Unidos, até as plantações de milho e criações de suínos e aves especialmente destinadas ao seu abastecimento:

Tinha um tio meu que morava aqui, que era agrônomo e fez amizade com Mr. Laurence Rocha, um americano de ascendência açoriana e tinha vindo pra Natal com a missão de instalar postos de produção agropecuária, essas coisas, para as tropas americanas, que aqui não tinha estrutura alimentar pra esse pessoal, não. A comida que predominava era a comida do sertão, aí então, em convênio com o Ministério da Agricultura... por exemplo, tinha uma fazenda que era do governo chamada Jiqui – hoje em dia ainda tem esse nome – então implantaram uma criação de porcos, outra ganhou o nome de Milharal, tinha outra... quer dizer, várias fazendas assim, outra que era de aves, pra poder ter alimentação para as tropas, porque além da produção daqui ser pouca, não atendia aos hábitos alimentares deles. Aí então, esse meu tio, que se chamava Belisário, ficou amigo de Mr. Rocha e Mr. Rocha ficou amigo de papai e vez por outra ele ia conversar lá em casa e tal.<sup>3</sup>

Essa situação de racionamento generalizado, que atingia o dia-a-dia dos moradores de diferentes classes sociais, fazia-se sentir de maneira muito dolorosa principalmente pela população de baixa renda. Para Cornélio Campina da Silva, operário que se mudou da cidade de Porta Alegre, no interior do estado, para Natal em 1929, com 21 anos de idade, passando a “trabalhar no pesado”, carregando sacas de algodão “em uma firma da rua Chile, na Ribeira” e depois como “descarregador de carne nos navios americanos”, no período da guerra,

---

<sup>3</sup>Olavo de Medeiros Filho, sócio efetivo do IHGRN e estudioso do período da Capitania Real do Rio Grande, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

faltava muita coisa, era uma dificuldade medonha. Eu fui trabalhar num navio pra descarregar e dentro daqueles porão vinha carne de gado da América do Norte pra aqui, pra eles. Eu sei é que a carne vinha era da banda da América do Norte, dentro do navio. A gente entrava pra tirar a carne, passava cinco minutos... de tamanco... aí saía e subia, entrava outros três pra tirar a carne pra fora, porque não podia... era gelo demais. Passava três minutos, a gente num agüentava não, senão ficava com o sangue coalhado.<sup>4</sup>

Seu Cornélio lembra ainda que “Natal era pequena, tinha pouca gente, a cidade era até ali no Baldo [viaduto próximo ao centro] e da maré [cais do porto na Ribeira] até a [Avenida] Deodoro.” Sua vida como operário teve curta duração, pois por ser carregador diarista de sacas de algodão por dezesseis anos, acabou tendo que se aposentar por invalidez em 1944: “muito moço, me aposentei inválido.”<sup>5</sup> Outros informantes endossam essa percepção do período da guerra, de muita dificuldade e transtornos com a vinda dos americanos. Raimundo Paulo dos Anjos conta que, apesar de ter sido alfabetizado na própria base de Parnamirim, onde “deu serviço” em 1945 (fato que o deixa visivelmente orgulhoso), na verdade “era um tempo muito ruim...” Ele participou de dois acontecimentos marcantes do período final da guerra, ajudando no envio dos caixões com os corpos dos americanos enterrados no cemitério do Alecrim de volta aos Estados Unidos e no carregamento dos alimentos que sobraram nos alojamentos da base aérea norte-americana em Parnamirim:

---

<sup>4</sup> Seu Cornélio hoje é o diretor do Araruna (Sociedade de Danças Antigas e Semi-desaparecidas de Natal, fundada em 1954); entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>5</sup> Idem.

Eles falava com a gente, eles falava bom de ver... quando nós fomos trabalhar, botar o resto da comida pros avião pegar, levar pra estação passageira... trabalhemo foi muitos dias pra carregar essa comida que sobrou da guerra, era muito alojamento cheio e tudo foi recolhido.

[...] na base dos americano só tinha casa boa, alojamento bom. Lá era tudo separado, tinha a parte da América e tinha a parte do Brasil. Pois era tudo separado, os rancho era separado.

[...] Mas americano era só da sua cor por diante, eu num vi nunca lá negro americano não, se tinha eu num vi. E mesmo antes de eu vir, eles andavam muito aqui, lá em seu Vital Correia, tudo louro, cada bichão vermelho...<sup>6</sup>

Tarcísio Medeiros, historiador natalense que serviu por três anos durante a guerra como segundo tenente do Exército, e sua esposa dona Ivone, recordam-se de que “tudo ficou mais caro, tudo encareceu, principalmente nas lojas, porque eles [os americanos] compravam muito. Eles é que faziam as festas, com muita comida, as festas eram deles, que eles faziam e gastavam.”<sup>7</sup> Lembram-se também de que, como ainda não havia geladeiras na cidade, o consumo tinha que ser diário: “a empregada ia ao mercado, fazia as compras diariamente.”<sup>8</sup> Medeiros conta que, mesmo tendo vivido mais no quartel, pois era convocado de guerra, chegando a fazer um curso de minas e demolições com o Exército americano, para ele, um dos momentos mais difíceis daquele período era a hora dos *Black-outs*:

A hora mais chata do mundo era o sinal de alarme pelas sirenes, esse era o pior momento. A população era alertada pelas sirenes, já era preparada, já era

---

<sup>6</sup> Raimundo Paulo dos Anjos, ex-soldado da base de Parnamirim, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002. Outros informantes confirmam a ausência de negros nas tropas americanas estacionadas na cidade; adiante voltaremos a este assunto.

<sup>7</sup> Tarcísio e Ivone Medeiros, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>8</sup> Idem.

advertida para isso. E a população seguia à risca as instruções [...] todos colaboravam, a cooperação foi muito grande com o Exército americano.<sup>9</sup>

Esse período de contato-contrastes é também lembrado por alguns como um momento em que teriam sido os brasileiros os únicos que “se adaptaram”, não fazendo senão assimilar os costumes modernos dos estadunidenses, sem terem exercido nenhuma influência sobre os mesmos; o professor Olavo Medeiros reforça esse argumento, afirmando que

eles introduziram tomar a cerveja deles, tomar uísque, coca-cola e não aprenderam guaraná, não aprenderam coisa nenhuma. É como se a gente fosse assim lá pra Amazônia e aqueles negócios dos índios a gente não quisesse comer... A música também, era a deles que imperava, e tinha até um trecho da praia que chamavam Miami Beach.<sup>10</sup>

No entanto, em relação à alimentação especial destinada às tropas norte-americanas, sabe-se que muitos de seus soldados e marinheiros também costumavam driblar as regras que lhes eram impostas para assim poderem saborear os pratos da terra. Raimundo Nonato Brasil conta que ainda criança começou a beber com os soldados americanos, pois era ele um dos “encarregados” de trocar as refeições nos alojamentos:

Eu entrava e os soldados gostavam de mim, porque eu era pequeno e comprava bebida pra eles escondido. Almoço, eu trocava o almoço deles por carne de charque, jabá, farofa com cebola... e só quem entrava ali era eu [...] Comecei a beber desde pequeno, naquela época, ficava lá com eles bebendo.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Idem, adiante voltarei ao assunto.

<sup>10</sup> Olavo de Medeiros Filho, em entrevista já citada.

<sup>11</sup> Raimundo Nonato Brasil, organizador das Tribos de Índios do carnaval natalense (seu pai, Augusto Brasil, foi quem deu início às apresentações das Tribos nos anos 40) em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

Por sua vez, o professor Protásio Pinheiro de Melo, assíduo freqüentador das famosas festas do USO (*United Service Organization*, clubes dos militares norte-americanos, sendo um só para oficiais, no bairro de Petrópolis, e outro para praças e soldados, na Ribeira), além do saguão do Grande Hotel, o “quartel general” dos *yankees*, onde costumava tomar cerveja com seus alunos e amigos americanos, esse período “não obstante as mortes lá do outro lado do mundo, foi uma verdadeira festa em Natal”; lembrando que mesmo o “acionamento de combustíveis não atrapalhou de jeito nenhum, absolutamente” a vida da cidade. Segundo ele, a própria realização dos cursos carnavalescos não teria sofrido nenhuma alteração com o racionamento, dando continuidade às apresentações sempre muito apreciadas pelos americanos,

que aqui se fantasiavam de mulher, brincando lá no Grande Ponto, bebendo e brincando, onde é a Praça Kennedy hoje, o Grande Ponto era ali. Onde era o corso, onde se reuniam, onde funcionava o Carnaval, eles iam todos pra lá. Tanto que há um fato curioso, numa quarta-feira de cinzas, um folião desses mais animados, quando chegou lá tava tudo escuro, ele ficou horrorizado com aquilo e perguntou para um brasileiro: “Ei, amigo, por que não mais Cecília?” Cecília era aquela marcha, famosa marcha de Carnaval. Aí o camarada explicou a ele que era quarta-feira de cinzas e tal... ficou triste como o diabo! <sup>12</sup>

Uma outra versão sobre o mesmo episódio carnavalesco chegou a ser publicada em livro muitos anos depois: “Amanheciam em bandos, perambulando pelas ruas à procura dos bares e dos bailes, mas só encontravam a gente que retornava, empunhando missais, do Ofício de Cinzas. Como nos pesadelos, corriam de um lado a outro, indagando a todos que

encontravam, 'por que não mais Cecília?'... Referiam-se à marchinha carnavalesca muito popular na época, alusiva à conquista da Sicília, e que a juventude dos blocos transferiu numa homenagem à Cecília de Oliveira, a incansável e insubstituível animadora dos cordões femininos.”<sup>13</sup> Na verdade, a letra da música era de Roberto Martins e Mário Rossi e dizia o seguinte:

Pra mostrar que braço é braço  
Eu conquistei Cecília  
Enfrentei balas de aço  
Mas conquistei Cecília

Ai ai Cecília  
Ai ai Cecília  
Eu não sei amar a mais ninguém  
E tu sabes que eu te quero bem  
Ai ai Cecília  
Ai ai Cecília  
Vem comigo e tu serás feliz  
Ai ai Cecília<sup>14</sup>

Foi brincando os carnavais dessa época que Eny Medeiros de Araújo, orgulhosa de ter sido a sobrinha predileta da proprietária da Pensão Ideal, famoso cabaré no bairro da Ribeira, conheceu seus namorados americanos, e pelo que ela informa, eram eles que se esforçavam para aprender o português e conquistar as moças da cidade e não o contrário:

---

<sup>12</sup> Protásio Pinheiro de Melo, em entrevista já citada.

<sup>13</sup> Lenine Pinto, *Os americanos em Natal*, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1976 (p. 52).

<sup>14</sup> Cf. Edigar de Alencar, op. cit. (p. 309-310).

Ave Maria, no Carnaval eu brincava era muito! Tinha o Alecrim Clube aqui direto, eu num perdia era nunca os três dias. Era três lança-perfume em cada noite... Fantasia? Eu usava qualquer uma, eu queria era brincar, era dançar... Nesse tempo, eu namorei até com americano, visse? [...] Foi bacana, foi um namoro bacana, foi até o navio sair. E americano gosta muito de dar flores, num é? Trazia as caixas de flores, trazia presente também. E tive outro que era sargento aí da Base, trazia uva, que ele tomava conta do negócio da cozinha, aí trazia uva, maçã, aquelas caixa de cinco quilo, trazia era presente! Era um típico de homem. Ele falava um pouquinho assim, bem arrastadozinho, dava pra mim entender... aí foi o tempo que ele foi embora... ele perguntou se eu queria ir, eu disse que não, eu era bem novinha, num sabe?<sup>15</sup>

A necessidade de aprender a falar o português era colocada como uma prioridade para os soldados americanos, uma vez que isso podia auxiliar na conquista das moçoilas potiguaras, como atestavam várias matérias que foram publicadas no *Foreign Ferry News*, jornal interno da base aérea americana de Parnamirim, cuja coluna “So this is Brazil” dava dicas de novas frases para serem usadas com as senhoritas durante as festas e reuniões dançantes que ocorriam aos sábados na própria base, representando “the opportunity to improve their knowledge of Portuguese”: “Como se chama?”; “Alguém aqui fala inglês?”; “Não compreendo”; “Com licença”; “Espere por mim”; “Devagar/Depressa”; “Por favor, escreva-o”; “Eu me diverti muito” etc.<sup>16</sup> Além de serem divulgados horários e preços de aulas particulares de português:

---

<sup>15</sup>Eny Medeiros de Araújo, dona de casa e sobrinha da falecida Dona Nena, proprietária da Pensão Ideal, em entrevista à autora, Natal, janeiro de 2002.

<sup>16</sup>*Foreign Ferry News*, 13/06, 20/06 e 15/08/1943. (O jornal/tablóide dominical, embora tenha sido impresso na gráfica do estado, era todo em inglês, tendo circulado de maio de 1943 a maio de 1945 em *Parnamirim Field*).

USO Sponsors Portuguese Classes: Eight lessons in Portuguese twice each week, for \$2.50 with a local Brazilian teacher from the public schools as instructor is announced by Director H. V. Lucas of the USO.<sup>17</sup>

Entretanto, nem tudo eram flores, como se pode perceber por alguns depoimentos reveladores de atos de violência entre americanos e potiguares nos bares e cabarés da Ribeira e Cidade Alta, tendo sido somente alguns poucos casos noticiados pela imprensa local. Um dos pontos nevrálgicos para a afirmação das diferentes identidades encontrava-se justamente ali, na penumbra do submundo de Natal.

Desde a evocação de uma suposta cordialidade, propiciada por um clima harmonioso e pacífico existente entre brasileiros e *yankees*, geralmente enfatizada pelos jornais da época, até a constatação de tensões que culminavam em casos de polícia, esses depoimentos orais, verdadeiros exercícios de memória que são, surgem como registros os mais variados possíveis que nos encaminham para a abordagem desse período tão singular da nossa história. E, especialmente durante os momentos de comemoração das festividades carnavalescas, a busca de uma demarcação das diferenças identitárias surgia com maior intensidade, fazendo prolongar o já conhecido debate sobre a conveniência ou não de haver Carnaval em tempos de guerra.

---

<sup>17</sup> Idem, 08/08/1943.

## 1. Pródromos da ocupação

As negociações entre os governos brasileiro e norte-americano que tiveram início logo após as primeiras hostilidades na Europa – a Conferência de Lima, em 1938, e os acordos de Washington, assinados a partir de 1939, fortaleceram o comprometimento entre os dois países para a eventualidade de uma guerra. O Departamento de Estado norte-americano propôs ao conjunto dos países do centro-sul um programa geral de cooperação, em vista do fornecimento de material naval e militar para a defesa do continente:

O Brasil e os Estados Unidos acabam de concluir acordos que valem por uma afirmação eloqüente de solidariedade ativa em face de problemas da maior gravidade e premência, decorrentes da situação guerreira que abala o mundo.

Três convênios adicionais assinados, ontem, em Washington, pelos senhores Sumner Welles, representando os Estados Unidos e Artur de Sousa Costa, pelo Brasil, cuidam do aumento da produção de matérias primas estratégicas, cogitando, ao mesmo tempo, de dar ao nosso país, meios mais prontos e amplos de defesa.

É assim o Brasil, um dos primeiros países sul-americanos a firmar acordos comerciais, baseados na lei norte-americana de Empréstimos e Arrendamentos, ou seja de auxílio às Democracias.

Sabe-se que um dos acordos acima aludidos, compreende a concessão de créditos norte-americanos de compras, num total de 100 milhões de dólares.

Informa-se, ao mesmo tempo, que outros convênios serão firmados posteriormente, visando a intensificação da produção de borracha e a obtenção de ferro em grande escala, bem como o aperfeiçoamento dos meios de transportes [...] <sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> “Acordos yankee-brasileiros” - Copyright do DIP para *O Diário*, Natal, 16/03/1942.

Com isto, em troca de um crédito de 100 milhões de dólares para a compra de material bélico pelo Exército brasileiro – de acordo com as disposições do *Lend and Lease Bill* (Lei de Empréstimo e Arrendamento) -, os Estados Unidos pretendiam obter que o governo brasileiro, quando se tornasse necessário, “pusesse à disposição das Forças Armadas dos Estados Unidos portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém e Amapá; estradas de ferro e de rodagem, principalmente as que serviam àquelas regiões; rádios, cabos, telégrafos e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local”, ou seja, “todos os setores vitais da sociedade brasileira”.<sup>19</sup>

Uma outra demonstração da “solidariedade americana” já havia ocorrido em 1939, quando o governo dos Estados Unidos

deu sua aprovação para venda ao Brasil de 14 cargueiros pertencentes a uma companhia particular e ao mesmo tempo autorizou que os referidos navios naveguem com bandeira brasileira. O governo dos Estados Unidos não deu somente seu consentimento, mas também contribuiu para o financiamento da venda com 65% de abatimento do preço da compra mediante um crédito do Banco de Importações e Exportações.

[...] Segundo os entendimentos feitos em Washington e New York para vender 14 navios da Mooreimack Dormack ao Brasil, o preço é aproximadamente 2.500.000 dólares. O Brasil pagará 850.000 dólares em dinheiro e os restantes serão financiados pelo Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 (p.275), *Apud* Maria do Livramento Miranda Clementino, op. cit. (p.10).

Por seu lado, o governo brasileiro usufruiu de um certo poder de barganha frente aos Estados Unidos, na medida em que negociou a instalação das bases americanas no nordeste em troca do reequipamento bélico das forças armadas para a defesa do país e de um vultoso financiamento para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, no interior fluminense.<sup>21</sup> Ao todo, foi um período de três anos de difíceis negociações, principalmente no plano da colaboração militar, onde as iniciativas norte-americanas

continuavam esbarrando em negativas firmes do governo brasileiro, como se pode ver em documento do Cel. Miller, que historia os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada em outubro de 1940. Escrito em agosto de 1941, o texto apresenta um rosário de queixas do autor, que viu numerosas iniciativas norte-americanas serem adiadas ou simplesmente bloqueadas no interior da comissão:

1. Proposto um programa de fotografia aérea do Nordeste, os representantes brasileiros não aceitaram a presença de técnicos americanos, propondo-se a cuidar do assunto mediante o fornecimento do equipamento necessário. Tal foi feito, mas o programa não caminhou.
2. Os EUA tentaram enviar técnicos americanos para as bases do Nordeste em junho de 1941, sob pretexto de manobras conjuntas com forças brasileiras. O Ministro das Relações Exteriores alarmou-se e o Ministro da Guerra rejeitou o plano, aceitando apenas a vinda de oficiais do Estado-Maior americano para a composição da comissão mista.
3. Devido ao fracasso dessa iniciativa, o governo americano sugeriu ao brasileiro em julho do mesmo ano a ocupação conjunta da Guiana Inglesa, dos Açores e Cabo Verde para assegurar a defesa hemisférica. Novamente o Ministro da Guerra colocou-se contrário à oferta [...] Vargas então saiu pela tangente: afirmou que estava disposto a cooperar, mas atribuiu a definição da colaboração à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

---

<sup>20</sup> *A República*, Natal, 22/09/1939.

<sup>21</sup> Gerson Moura, "Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942" in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 6, n. 12, 1993.

Miller diz com razão em seu documento que “as autoridades brasileiras parecem sentir verdadeiro horror da presença de tropas americanas em território brasileiro.”<sup>22</sup>

Essa resistência inicial à “colaboração” com o governo norte-americano refletia a grande simpatia de boa parte das autoridades brasileiras (civis também, mas principalmente militares) pelo ideário nazi-fascista: “não se deve esquecer a influência do pensamento militar alemão na formação dos militares latino-americanos, graças ao envio de missões que desde há muito tempo tinham treinado exércitos e assegurado influência no ensino militar de vários países do continente [...] a admiração pela eficiência da máquina de guerra alemã era uma constante nos altos círculos militares da América Latina (e do Brasil).”<sup>23</sup> Além do que, havia o apoio explícito aos países do Eixo em determinadas negociações comerciais, como no caso do sistema de compensações oferecido pelos alemães (onde a transação era feita com a troca de produtos por produtos, sem a intermediação de moedas: os produtos estratégicos brasileiros trocados por armas e máquinas produzidas nas grandes indústrias germânicas). A situação era de uma verdadeira “autonomia na dependência”, segundo Moura, que utiliza a noção de “equidistância pragmática” como viés interpretativo desse posicionamento do Brasil frente às pressões norte-americanas e alemãs para sua entrada no conflito.<sup>24</sup> E isso, de fato, teria fundamento, pois em 1935, “[...] o governo brasileiro fez um acordo para uma compensação informal

---

<sup>22</sup> Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC-FGV, 41.08.08/2 *Apud* Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980 (p. 158-159, grifos meus).

<sup>23</sup> Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 (p.15).

<sup>24</sup> Gerson Moura, *op. cit.* (1980).

com a Alemanha, apesar de ter assinado um tratado de comércio bilateral com os Estados Unidos.”<sup>25</sup>

Enfatizando que as negociações desde seu início também previam o fluxo de materiais estratégicos para os Estados Unidos – principalmente a borracha da Amazônia, essencial para o esforço de guerra norte-americano - Leticia Pinheiro sugere que, se “já destinavam uma parcela da produção brasileira ao fornecimento de uma das partes em detrimento da outra”, não deveríamos falar em “eqüidistância”, mas em uma “condescendência” pragmática: “Até meados de 1940 não resta dúvida de que o Brasil se colocava em posição eqüidistante dos Estados Unidos e da Alemanha. A partir de então, entretanto, fica claro para o observador que a neutralidade brasileira foi por diversas vezes manipulada em favor da causa aliada, ou mais precisamente em favor dos Estados Unidos, donde o próprio conceito de neutralidade, que dirá o de eqüidistância, fica comprometido. [O que não significa] a inexistência de uma negociação do alinhamento. Sem dúvida o governo Vargas adotou uma política de barganha na sua relação com os Estados Unidos [procurando] obter compensações, algumas vezes com sucesso, pela consolidação da aproximação com Washington.”<sup>26</sup>

Esses sinais de resistência só foram enfraquecidos após o ataque japonês à base americana Pearl Harbour, no Havaí, em dezembro de 1941, que colocara fim a esse impasse e, a partir da entrada dos Estados Unidos diretamente no conflito, houve uma reviravolta na política externa e o alinhamento do Brasil com os países aliados pode se concretizar. Esse momento de definição pró-aliados é geralmente interpretado como de um “envolvimento

---

<sup>25</sup> Frank D. McCann, *The Brazilian American alliance: 1937-1945*, Princeton: Princeton University Press, 1973 (p. 153), citado em Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (p. 26).

<sup>26</sup> Leticia Pinheiro, “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial” in *Revista USP: Dossiê 50 anos de Segunda Guerra*, São Paulo: EdUSP, n. 26, 1995 (p. 110-112).

forçado”, uma “situação onde o agente [no caso, o governo brasileiro] tem, aparentemente, mas só aparentemente, liberdade de escolha, [pois] na verdade, sua escolha já está feita em face das condições externas existentes.”<sup>27</sup>

Desde janeiro do mesmo ano, seriam fechados vários acordos bilaterais, sendo o *Term of Agreement* para a criação do *Brazilian-American Joint Group of Staff Officers* aquele que obteve a autorização do governo brasileiro para o uso de bases aéreas e navais por outros países americanos, principalmente pelos Estados Unidos, recebendo ajuda material e técnica para sua construção – através desse acordo, por exemplo, pode ser criada a base naval de Natal.<sup>28</sup> Outro acordo previa a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas (Exército e Aviação) e, em abril, novo acordo concedia facilidades para a Marinha americana em operações na costa brasileira. Os estrategistas norte-americanos traçaram então um triângulo compreendendo as cidades de Natal, Recife e o arquipélago de Fernando de Noronha, como porta de entrada do estreito Natal-Dakar, chamado pelos americanos de *Trampoline to Victory*<sup>29</sup>. A base aérea norte-americana instalada em Parnamirim, a poucos quilômetros da capital norte-riograndense, criada por Vargas através do decreto-lei 4142, de 02 de março de 1942, iniciou suas atividades em agosto do mesmo ano, permitindo a partir de então que os Estados Unidos mudassem seu quartel-general do Atlântico Sul da Guiana Inglesa para Natal.

Para tratar da ameaça que o ato japonês representava para o continente, o governo dos Estados Unidos convocou uma reunião de chanceleres das Américas, ocorrida

---

<sup>27</sup> Vágner Camilo Alves, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ São Paulo: Edições Loyola, 2002 (p. 42).

<sup>28</sup> Maria do Livramento Miranda Clementino, op. cit. (p.10-11).

<sup>29</sup> Idem, ibidem. Ver também Clyde Smith Junior, op. cit., que fornece informações precisas sobre o assunto.

entre 15 e 28 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, pretendendo que esses países viessem a declarar oficialmente seu apoio à causa aliada:

O Rio viverá hoje um dos seus grandes dias. É que se instalará, nesta capital, a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. [...] A agenda da III Reunião consta de estudo de medidas para preservação da soberania e integridade territorial das Repúblicas americanas e medidas tendentes ao revigoramento da solidariedade econômica [das mesmas]. [...] Os problemas a serem debatidos em tão augusta assembléia são problemas que afetam a vida de cada povo deste Hemisfério [...] Assuntos concernentes à segurança e à defesa de cada país, bem como aqueles outros que digam respeito à sua ordem econômica e social serão debatidos para um final ajuste de pontos de vista que traduzam em verdade a solidariedade de todas as nações americanas nesta hora de incruenta provação e de incertezas por demais angustiantes que tanto ameaçam o seu patrimônio material e espiritual[...]

Este é o quadro real da hora que estamos vivendo: a poderosa nação americana reúne hoje sob a sua égide todas as suas irmãs do Continente para tratar de assunto de suma relevância na vida dos seus povos [...] O Brasil, solidário desde o primeiro momento pela voz do seu grande condutor, o sr. Getúlio Vargas, com o laborioso povo de Tio Sam, serve jubilosamente de palco das deliberações que se irão tomar em defesa da segurança das nossas fronteiras.<sup>30</sup>

Como pano de fundo ideológico dessa conferência de chanceleres encontrava-se o pan-americanismo, cujo dado mais importante apontado por Moura era que “ele transmuta a *hegemonia norte-americana* em *solidariedade e cooperação continentais* e permite à *dominação política* aparecer como *respeito à soberania nacional* das repúblicas latino-americanas [...] [cumprindo] à perfeição o papel mediador de ideologia política entre o centro hegemônico e os aliados subordinados no processo de constituição do sistema de

---

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/01/1942.

poder norte-americano.”<sup>31</sup> No entanto, não se tratava de nenhuma novidade esse apelo à solidariedade entre os países americanos, como lembrou Barbosa Lima Sobrinho em seu artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*, dias depois do encerramento da conferência dos chanceleres:

As Conferências Pan-americanas, iniciadas em 1899, em vez de reconciliar os povos e as raças das Américas, serviram apenas, até há pouco tempo, para demonstrar rivalidades e desconfianças que os dividiam. Para que se perceba a significação e a força dessas divergências, basta recordar que, há alguns lustros passados, o México não comparecia às Conferências Pan-americanas, como sinal de protesto contra a política petrolífera dos Estados Unidos. Intelectuais de grande projeção, nos países americanos, comandavam a reação contra o que se denominava a ‘diplomacia do dólar’. [...] O México e, na sua falta, a Argentina, comandavam a legião dos rebeldes.

[...] Por efeito da política do presidente Roosevelt, o partido dos rebeldes foi perdendo, pouco a pouco, popularidade e prestígio no Hemisfério.

[...] Não seria de esperar que o Brasil, que perseverara tanto tempo na defesa do pan-americanismo, batendo-se por ele desde os primeiros dias da independência nacional, fosse agora abandoná-lo [...]”<sup>32</sup>

Os aplausos ao final da reunião dos chanceleres americanos, quando da declaração de rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro com os países do Eixo, portanto, já pareciam bastante previsíveis pelo próprio histórico mencionado pelo famoso jornalista. Nessa mesma ocasião, Oswaldo Aranha foi ovacionado ao pronunciar

---

<sup>31</sup> Gerson Moura, op. cit (1980, p. 171).

<sup>32</sup> Barbosa Lima Sobrinho, “O Brasil e o pan-americanismo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/02/1942.

em seu discurso que “Conseguimos democraticamente em dez dias o que imperativamente a violência não alcançou em milênios!”<sup>33</sup>

A bandeira da “Boa Vizinhança” - que fora colocada como um dos pilares da política externa norte-americana por Roosevelt e seu subsecretário Sumner Welles, desde 1936, durante a Conferência Interamericana de Buenos Aires, “quando os Estados Unidos votaram incondicionalmente que nenhum país tinha o direito de intervir nos negócios internos de outro e, mais ainda, que a defesa do hemisfério ocidental era uma responsabilidade coletiva”<sup>34</sup> - passava a ser adotada por todos os países americanos a partir das resoluções da III Conferência. No entanto, suas origens remontam ao início dos anos 20, quando os presidentes Harding e Coolidge optaram, em alguns casos (conflitos com o México e Honduras), por negociar ao invés de intervir e, principalmente a partir da gestão do republicano Herbert Hoover, eleito em 1928, o qual chegara a empreender uma longa viagem aos países latino-americanos e usara pela primeira vez a expressão *good neighbour*: “[...] a idéia de uma Política da Boa Vizinhança, que incluía a cultura na agenda internacional, foi pensada algumas décadas antes [quando] Hoover embarcou numa viagem pela América Latina que, segundo ele, não era exatamente uma viagem de recreação. Pretendia mudar alguns aspectos importantes da política externa americana. Assim que chegou a Amapala, Honduras, Hoover fez um discurso no qual usou a expressão *good neighbour*, que seria adotada por Roosevelt em 1933.”<sup>35</sup>

Mas o difícil mesmo seria obter a aceitação pelas “outras Américas” dessa nova imagem que intentavam construir para a nação hegemônica, uma vez que, durante muito

---

<sup>33</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29/01/1942.

<sup>34</sup> Maria Ligia Coelho Prado, “Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra”, *Revista USP*, op. cit. (1995; p. 54).

<sup>35</sup> Antonio Pedro Tota, op. cit. (p.28).

tempo, imperara uma imagem desabonadora da América Latina, onde se valorizava o homem branco, protestante, condutor do progresso, superior, criando-se uma imagem oposta e negativa para os latino-americanos, que deveriam seguir o exemplo *yankee* para sair de seu estágio de “atraso” e “inferioridade”.<sup>36</sup>

A “novidade” de uma solidariedade entre as nações passava a se relacionar à adesão a uma série de princípios - “fé nas instituições republicanas, lealdade à democracia como um ideal, reverência pela liberdade, aceitação da dignidade do indivíduo e seus direitos pessoais invioláveis, crença na resolução pacífica das disputas, aversão ao uso da força como um instrumento de política nacional ou internacional, adesão aos princípios de soberania igual dos Estados e justiça sob a lei internacional, esperança de estabelecimento de uma paz duradoura para todas as nações” – que eram repetidos pelos representantes dos Estados Unidos em todas as conferências pan-americanas, embora não correspondessem à prática interna de muitas das referidas nações, nem às suas relações de poder.<sup>37</sup>

Em uma série de artigos publicados no jornal *A República*, em Natal, durante os meses de novembro a dezembro de 1943, Luís da Câmara Cascudo questionou as origens norte-americanas do conceito de pan-americanismo, fazendo longas explanações sobre

---

<sup>36</sup> Idem, *ibidem* (p.30-38). Sobre o universo intelectual dos anos 1920, o autor afirma que “nessa época, uma geração de intelectuais norte-americanos começava, em sintonia com os latino-americanos, a questionar o caráter segregacionista e materialista-consumista da sociedade americana. Criticavam, acima de tudo, as interpretações preconceituosas que vários jornais faziam de nossa singularidade cultural [...] esses intelectuais achavam que o essencial era entender exatamente aquilo que o senso comum apontava como qualidades depreciadoras: o aspecto *selvagem* e *natural* de certos grupos sociais de seu próprio país e dos povos latino-americanos [...] Muitos saíram em busca do puro e verdadeiro junto aos índios Pueblo do Novo México. Apreendendo seus costumes, suas danças, conhecendo suas comidas, suas músicas, e mesmo dormindo com eles, pretendiam criticar o *American way of life*. Ir às origens era a idéia que guiava os jovens americanos. Mary Austin, Franz Boas, John Collier, Robert Herrick, Lewis Mumford. Todos, de certa forma, entraram em contato com os índios e criticaram a cultura norte-americana, viciada, capitalista e materialista.” (p.34).

<sup>37</sup> Gerson Moura, *op. cit* (1980; p. 137). Ele acrescenta que “oficialmente, porém, as ditaduras latino-americanas eram repúblicas leais à democracia como um ideal. Em caráter privado, as autoridades norte-americanas admitiam que nem todas as nações do continente eram democráticas [...] Isso nos permite concluir que o sistema interamericano não dependia de uma identidade de regimes políticos, mas da adesão a um centro hegemônico.”

diversos países latino-americanos, abordando aspectos de sua história, seus costumes. Em “Guatemala, pioneira do Pan-americanismo”, por exemplo, ele ilustrava com o exemplo de Simón Bolívar e sua campanha pelo pan-americanismo ainda no século XIX, que tal conceito não tivera raízes norte-americanas.<sup>38</sup>

Acompanhando as declarações e propósitos pan-americanistas firmados nas conferências, foram então criadas agências governamentais norte-americanas que passaram a enfatizar todo um trabalho de persuasão ideológica, como o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), agência coordenadora de esforços subordinada ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos e entregue à direção do milionário Nelson Rockefeller, criada em 1940 para tomar uma série de medidas abrangentes (econômicas, políticas e de propaganda) no intuito de “promover a cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica”, bem como afastar as influências do Eixo no continente. Outras agências, que inclusive entrariam em conflito com o OCIAA, defendiam uma postura mais militarizada e não somente persuasiva para as questões da América Latina, como por exemplo o *Office of Strategic Services* (OSS), o *Coordinator of Information* (COI), criadas em 1941, e o *War Information* (OWI), criada em 1942 – todas elas agências de informação e espionagem sob a responsabilidade do coronel reformado William J. Donovan, mais conhecido por “Wild Bill”, por representar a linha dura da *Good Neighbour Policy*.<sup>39</sup>

Entretanto, o jeito *hard* de tratar os vizinhos latino-americanos que caracterizara a política externa norte-americana anterior, o conhecido intervencionismo político e militar do início do século XX - “Esse intervencionismo declarado foi chamado

---

<sup>38</sup> *A República*, Natal, 15/12/1943.

<sup>39</sup> Antonio Pedro Tota, op. cit. (p. 83-90).

de *big stick*, inspirado numa frase famosa do presidente Theodore Roosevelt sobre a política americana para o continente [quando] disse que, havendo no continente incidentes crônicos ou governos incapazes de manter a ordem, uma nação civilizada deveria interferir com poderes de polícia internacional para solver os problemas [...] a Doutrina Monroe impedia que governos europeus assumissem esse papel policial nas Américas; *portanto, os Estados Unidos deveriam arcar com essa responsabilidade.*”<sup>40</sup> – não mais se adequava aos novos tempos. Daí a reorientação da política externa norte-americana nos termos em que Franklin Delano Roosevelt adotou a partir de então, preferindo a “diplomacia do dólar” dos Rockefeller à utilização da força militar. O intervencionismo passava ser estrategicamente mais sutil...

O importante papel que Nelson Aldrich Rockefeller e o seu *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* desempenharam na definição e operacionalização dessa política mereceria um capítulo à parte.<sup>41</sup> Sabe-se que a multimilionária família Rockefeller era a proprietária da Standard Oil Company, empresa presente em vários países da América Latina, além do Chase National Bank, onde Nelson deu início às suas atividades propriamente econômicas, pois em âmbito cultural ele já era presidente (graças à intervenção de sua mãe) do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMa) e Conselheiro do Metropolitan Museum. Além de seu crescente tráfico de influências junto aos círculos do poder norte-americano, possibilitando sua notável projeção política, “a familiaridade com as artes foi usada com habilidade por Nelson, para navegar entre a política e os

---

<sup>40</sup> Gerson Moura, op. cit. (1995; p. 16-17, grifos meus).

<sup>41</sup> Em seu livro já citado, Antonio Pedro Tota enfatiza as relações que Nelson Rockefeller estabeleceu com o governo norte-americano, a começar pelo seu substancial apoio à reeleição do Presidente, que contou com a doação de 25 mil dólares para a campanha: “os republicanos ficaram enfraquecidos sem o apoio de nomes como Rockefeller, e Roosevelt foi reeleito com 54% dos votos.” (p.43-44).

negócios.”<sup>42</sup> Suas freqüentes viagens à América Latina - tanto devido ao seu cargo no Chase National Bank, quanto pelo seu envolvimento com as atividades da divisão internacional da Fundação Rockefeller, que desenvolvia programas de saúde em vários países do sul do continente, ou mesmo em viagens de inspeção nas áreas de exploração da Standard Oil - muito contribuíram para que Nelson passasse a defender que somente através de um intensivo trabalho de persuasão era possível transformar o sentimento anti-americanista vigente na maioria dessas populações - o que, entre outras coisas, certamente atingia seus lucrativos negócios. Foi então que, juntamente com outros empresários americanos, idealizou a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA).<sup>43</sup>

A estrutura do OCIAA ou Coordenador Interamericano, como ficou conhecido no Brasil, comportava quatro divisões: comunicações, relações culturais, saúde, comercial/financeira – cada qual subdividindo-se em várias seções, sendo orientado por uma “filosofia pan-americanista”, onde o que prevalecia era o pragmatismo de seus funcionários: “[...] a ‘filosofia’ adotada visava melhor vender os programas de ação à América Latina [...] estava em jogo uma questão de poder e não de princípios políticos.”<sup>44</sup> Em outro momento de sua análise, Moura afirma que “para atingir suas finalidades, o OCIAA desenvolveu um programa extraordinariamente complexo de persuasão ideológica e penetração cultural. Em 1940, começou a atuar com um orçamento de 3,5 milhões de dólares e, em 1942, já operava com 38 milhões de dólares. Seu raio de ação era amplo e

---

<sup>42</sup> Idem, ibidem (p. 44-45).

<sup>43</sup> “Antes da criação do Office já havia um intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e o Brasil. No plano oficial, essa política de aproximação era dirigida pela Divisão Cultural do Departamento de Estado. No plano da iniciativa privada, isso foi feito pelos grandes estúdios cinematográficos.” Idem, ibidem (p.130). No entanto, o OCIAA não era uma extensão de programas de colaboração interamericana já existentes, era uma agência ligada à segurança nacional dos Estados Unidos, segundo Moura, op. cit. (1995; p. 21).

<sup>44</sup> Gerson Moura, op.cit. (1995; p.21-25).

incluía: *imprensa* – fornecimento de artigos para jornais da América Central e do Sul sobre a solidariedade continental, a vida nos Estados Unidos etc; fornecimento de fotografias e notícias sobre a América Latina; *cinema* – eliminação da competição alemã, estímulo sobre a produção de noticiários sobre América Latina, sobre o *american way of life* e as boas relações entre EUA e o sul do continente; *intercâmbio cultural* – realização de exposições, concertos, traduções de obras literárias, viagens de pesquisadores, visitas de *scholars*, viagens de boa-vontade por artistas famosos; *assistência social* – programas sanitários, hospitalares, abastecimento de água etc. Os EUA gastaram com esse programa na América Latina muito mais do que todas as nações não-americanas em conjunto.”<sup>45</sup>

Em termos de intercâmbio cultural, o Coordenador Interamericano promovia a vinda ao Brasil de artistas, cientistas, jornalistas, diplomatas, empresários, técnicos, professores, pesquisadores de mercado, etc. em uma quantidade muito superior aos que daqui partiam aos Estados Unidos: “A própria Embaixada americana preocupava-se com o número de seus compatriotas ensinando, indagando, investigando e também gastando de uma maneira pouco comum entre os brasileiros.”<sup>46</sup> Do mesmo modo, superior também era a quantidade de publicações (principalmente de revistas como *Em Guarda* e *Seleções do Reader’s Digest*), programas de rádio e filmes “favoráveis aos Estados Unidos” que inundavam o país durante os seis anos em que a agência esteve atuando (de 1940 a 1946), o que refletia bem a idéia de que “cultura e propaganda passaram a ser consideradas materiais tão estratégicos quanto qualquer outro produto.”<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> Gerson Moura, op. cit.(1980; p. 140).

<sup>46</sup> Idem (1995; p. 49). O autor menciona nominalmente vários desses norte-americanos e brasileiros que participaram do intercâmbio e das chamadas “missões de boa vontade”, entre os quais Carmem Miranda, Walt Disney, Orson Welles, Ary Barroso, Bing Crosby, Tyrone Power, John Ford, Herskowitz, Wagley e tantos outros.

<sup>47</sup> Antonio Pedro Tota, op. cit. (p.53). (Darei especial atenção aos projetos culturais desenvolvidos pelo OCIAA, tomando como exemplos alguns acontecimentos nas cidades de Natal e Rio de Janeiro).

Mesmo assim, em se tratando de materiais estratégicos propriamente ditos, os interesses dos empresários norte-americanos envolvidos nas atividades da agência de Rockefeller não ficavam atrás, afinal os objetivos político-econômicos embasavam a maioria dos projetos da agência, que defendia uma *hemisphere economic policy*.<sup>48</sup> A Divisão de Saúde e a Divisão de Alimentação do *Office*, por exemplo, desenvolveram programas de assistência sanitária e de melhoria das condições de trabalho, em parceria com os respectivos Ministérios brasileiros (Ministério da Educação e Saúde e Ministério da Agricultura), em determinados lugares escolhidos por sua grande importância para o esforço de guerra: a Amazônia e o Nordeste.

Neste sentido, conclui-se que essa preocupação em “melhorar as condições de saúde dos brasileiros” explicava-se por interesses outros: era necessário assegurar as melhores condições de trabalho às populações nas regiões decisivas do ponto de vista do fornecimento de materiais estratégicos ao esforço de guerra, como a borracha, cristais de quartzo, ferro, manganês e outros – sendo a Amazônia e o Vale do Rio Doce as regiões beneficiadas com projetos de erradicação da malária etc; além do que, era de importância crucial assegurar a saúde das tropas americanas estacionadas nas bases nordestinas - especialmente na de maior importância estratégica, por sua proximidade ao norte da África: *Parnamirim Field*.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> “O fluxo do comércio entre os Estados Unidos e a América Latina tinha crescido notavelmente. Nesse curto período, os empréstimos do Eximbank para os países latino-americanos saltaram de 200 milhões de dólares para mais de 700 milhões.” Idem, *ibidem* (p. 53).

<sup>49</sup> O próprio Roosevelt afirmou que a base era “a encruzilhada estratégica tão importante para a realização das campanhas do Norte da África e da Sicília”, bem como o general Charles Gerard, que “disse mais: Vale a pena lembrar que a Base Aérea do Natal teve mais importância na vitória desta guerra do que qualquer outro

## 2. Deus estava em todo canto...

Dentre os países latino-americanos visitados por Nelson Rockefeller, o Brasil fora agendado para o ano de 1942, tendo por objetivo “examinar o andamento do programa e estimular suas atividades de propaganda”, aproveitando a ocasião para enfatizar que: “Precisamos virtualmente de tudo que as minas, as florestas e a agricultura tropical do Brasil podem produzir.”<sup>50</sup>

Antes disso, a União Cultural Brasil-Estados Unidos, criada em 1938, já vinha desenvolvendo projetos de intercâmbio, passando então a cooperar com o Coordenador Interamericano na programação das atividades culturais e científicas, que visavam “reforçar a colaboração hemisférica”. A divisão brasileira do Coordenador, sob a direção de Berendt Friele (um norueguês-americano, homem de confiança de Rockefeller e profundo conhecedor do país e do idioma português), atuava através de um Comitê de Coordenação composto por empresários norte-americanos (com sede no Rio, São Paulo e vários subcomitês de apoio em outras cidades, como Natal, Belém, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), com o apoio da Embaixada americana e do Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP e suas filiais estaduais, os Deips).<sup>51</sup>

---

lugar.” Citados em “From Parnamirim Field” in Luís da Câmara Cascudo, *História da Cidade do Natal*, Natal: IHGRN, 3ª edição, 1999 (p. 424).

<sup>50</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/03/1942.

<sup>51</sup> Há uma extensa e conhecida bibliografia sobre o DIP e suas atividades, destacando-se os trabalhos de Mônica Pimenta Velloso “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual” in *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; Heloísa de Jesus Paulo, “O DIP e a juventude – ideologia e propaganda estatal (1939-1945)” in *Revista Brasileira de História*, ANPUH, n.14, 1987 e Angela

Nesse trabalho de persuasão ideológica, o rádio tinha uma importância fundamental, talvez maior que o próprio cinema ou as publicações distribuídas pelo Coordenador Interamericano e o DIP, uma vez que o seu público alvo representava uma parcela quantitativamente maior da população brasileira. As doze estações norte-americanas transmissoras de ondas curtas para a América Latina, controladas por apenas seis empresas radiofônicas tornaram-se obsoletas frente às rádios européias que transmitiam para o continente no período inicial da guerra. A idéia de serem colocados programas norte-americanos em estações locais latino-americanas, além de aumentar o número das estações transmissoras nos Estados Unidos, passou então a ser uma das prioridades da Divisão de Informações da agência de Rockefeller: “Um sem-número de programas ouvidos pelos brasileiros em seus rádios provinha do Birô. Era o caso de *A marcha da guerra, Rádio teatro, Canções da América, Espírito da Vitória, Sim ou não.*”<sup>52</sup>

Além da Divisão brasileira do OCIAA ligada ao DIP ter uma sede em Natal, esses programas radiofônicos passaram a ser transmitidos em diversos horários pela programação da recém-inaugurada Rádio Educadora de Natal (REN), a primeira da cidade:

O programa das Américas na REN – A REN vem continuando brilhantemente o programa dedicado aos países americanos, instituído pelo DIP para todas as emissoras do Brasil durante o período dos trabalhos da Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro.

---

Castro Gomes sobre a publicação da revista oficial Cultura Política, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996 (especialmente os capítulos 4 e 5).

<sup>52</sup> Gerson Moura, op. cit. (1995; p.45). Aqui o autor usa “Birô” referindo-se ao Coordenador Interamericano.

A estação norte-americana NBC transmite todos os sábados das 19:45 às 20:00 horas um interessante programa denominado “A vida nos Estados Unidos”, é dedicado ao Brasil sendo seu locutor nosso patricio Valter Silva.<sup>53</sup>

Antes de sua inauguração, havia um sistema de alto-falantes do Indicador da Agência Pernambucana instalados no centro da cidade, pelo qual costumavam ser transmitidos programas da Rádio Nacional e também da *British Broadcasting Corporation* (BBC de Londres), que anunciava alguns de seus programas “para o Brasil”, mas todos “em inglês”, previamente pelos jornais.<sup>54</sup> E as primeiras notícias que falavam na necessidade de se providenciar uma rádio local datam de 1939, alegando como justificativa o interesse dos ouvintes em acompanhar “os acontecimentos da nova guerra”:

A vantagem do rádio - A situação a que chegaram os acontecimentos europeus também trouxe para a nossa capital a inquietação de acompanhar pelos jornais e pelo rádio as notícias da nova guerra. Assim como se multiplicaram os meios destruidores da humanidade, também os da informação se aperfeiçoaram. O Brasil, longe da Europa, também está em contato com ela pela voz clara dos locutores. O rádio é a grande expressão comunicativa da atualidade. Através dele tudo se transmite [...] A percentagem das pessoas que possuem rádios ainda é bem pequena em nossa capital, de maneira que o povo tem recorrido às irradiações do Indicador da Agência Pernambucana, mormente quanto aos assuntos das desavenças européias. Se o Indicador da AP vinha prestando à nossa população, sobretudo nos bairros menos afortunados, um ótimo serviço, agora muito maior é o interesse em torno das suas irradiações. [...]

Funda-se uma empresa radiodifusora em Natal – As probabilidades da próxima instalação da mesma emissora - Domingo último reuniram-se pelas 10 horas no

---

<sup>53</sup> *O Diário*, Natal, 24/01/1942 e *A República*, Natal, 21/07/1942.

<sup>54</sup> *A República*, Natal, 12/04/1939 (A programação da BBC nesse dia previa “noticias desportivas em inglês e notas sobre o mercado”, além de um “programa em inglês sobre o escritor escossês John Galt [1779-1839] arranjado por Colin Meine e Jack House, apresentação de John Gough.”)

Aero Clube diversos cavalheiros de destaque da nossa sociedade, figuras do alto comércio, da administração pública, da imprensa, com o fim de discutirem a idéia da fundação de uma empresa radiodifusora nesta capital [...] ficou assentada a fundação de uma sociedade que se denominará Rádio Educadora de Natal.<sup>55</sup>

Somando-se à construção do Grande Hotel, na Ribeira, bem como às obras do novo saneamento, “maiores realizações levadas a efeito em nossa terra”, a criação de uma rádio local representava “a conquista máxima do ano de 1940!”<sup>56</sup> O otimismo repetiu-se no ano seguinte: “[a REN] será a maior realidade do ano de 1941 [...] os transmissores, no valor de muitas dezenas de contos de réis, adquiridos na América do Norte, já chegaram e estão sendo instalados [...] o prédio está quase ultimado. Tudo agora depende da ordem do Governo Federal que está sendo esperada a todo momento, a fim de que sejam iniciadas as transmissões radiofônicas.”<sup>57</sup> Contudo, somente dois anos depois dessas primeiras reuniões e dos editoriais sempre tão otimistas, a rádio ZYB-5, REN, foi inaugurada, a 30 de novembro de 1941. Glorinha Oliveira, que participou ativamente como sua radialista e cantora por muitos anos, lembra algumas de suas principais dificuldades e do misto de respeito e preconceito que ainda havia na cidade pelo trabalho dos “cantores do rádio”:

antes não existia nenhuma emissora de rádio em Natal, a primeira foi essa, a ZYB-5, a REN. O que tinha aqui era um serviço de alto-falantes, de Luís Romão, era agência pernambucana, mas eu participei como profissional foi da Rádio Educadora de Natal, como cantora, depois da Rádio Poti, que tinha o

---

<sup>55</sup> *A República*, Natal, 25/01/1939 e 03/09/1939.

<sup>56</sup> *O Diário*, Natal, 23/01/1940; ainda se lê no “Pé de Coluna” do referido jornal que o responsável maior que “vai levando avante o projeto grandioso de dotar Natal de uma estação de rádio” era Carlos Lamas, comerciante e empresário chileno, dono de estabelecimentos na Ribeira.

<sup>57</sup> *Idem*, 01/02/1941; aqui também faz-se referência aos nomes de Carlos Lamas e Carlos Farache, “êmbulos propulsores deste movimento que visa integrar o Rio Grande do Norte no nível radiofônico das outras unidades da federação.”

programa de Rádio Teatro e eu participei como radioatriz, comediante... eram novelas de fora, cubanas, novelas. Eu fui de tudo um pouco: fui apresentadora, fui disc-jockey, comediante, fui radioatriz e fui cantora... bom, fui e ainda sou. [...] No Carnaval, nosso maestro pegava as partituras das marchinhas do Rio e passava pra gente. E tudo era ao vivo, novela era ao vivo, programa de humor era ao vivo. Todo dia eu ia pra rádio, ia de manhã fazer novela, de tarde ensaiar e de noite fazer o programa. E naquela época, ave Maria, existia um preconceito enorme mesmo com a cantora. A gente cantava ali no auditório da rádio e num saía dali pra canto nenhum. E no período de Carnaval também, mas os homens não, eles saíam pra rua, pros bailes pra cantar, a gente ficava ali, por conta da discriminação. A gente era muito olhada, muito visada. A gente fazia fantasia porque a gente se apresentava ali no auditório, que ficava super cheio.<sup>58</sup>

Entre novelas “de fora” (o programa Rádio Teatro era um dos que o Coordenador Interamericano distribuía às rádios brasileiras) e os sucessos carnavalescos trazidos do Rio, ela comenta que também havia espaço para interpretar os “compositores da terra, tinha João Araújo, os sambas de Dosinho”, citando também os nomes dos seus colegas de trabalho, como Paulo Tito, Rinaldo Calheiros, Agnaldo Rayol e suas irmãs Zilma e Marli Rayol, Rubens Cristino, Jacinto Maia, ao mesmo tempo em que enfatiza ter feito sua “carreira solo, não cantava com eles.” Sobre as tremendas dificuldades de levar uma vida como cantora e radialista, que “trabalhava os três horários”, lembra que seu marido, apesar de também ser do meio artístico, pois era músico - “tinha um grupo musical, eram cinco elementos” – mesmo assim, “ele dizia que não admitia eu estar recebendo as cartas do meu fã clube, eu tinha um fã clube.” Driblando essas dificuldades, Glorinha Oliveira criaria seus dois filhos, fazendo nome como cantora natalense que chegou a gravar em Recife e no Rio de Janeiro:

eu gravei em acetato, que era um disco de alumínio forrado de cêra virgem, aí ia pra um aparelho grande assim, a gente ficava do lado, no estúdio, onde a gente trabalhava, um microfone `desse tamanho`... e o cara pegava um... tipo um braço de toca-fita, pegava aquela agulha e enfiava ali, e à proporção que a gente ia cantando, a agulha ia rodando, ia saindo um fio daquela cêra. Quando terminava, tava gravado, era instantânea, mas era horrorosa! E tocava só naquele aparelho antigo.<sup>59</sup>

O rádio passou então a representar um mundo novo para uma sociedade em que muitos se queixavam da escassa programação cultural, como no lamento de um colunista que assinava “Maranhão” no jornal *O Diário*:

Natal é uma cidade sem vida noturna. Às 21 horas desaparece completamente o movimento de nossas artérias. Os natalenses precisam desenvolver outros divertimentos, além do cinema, para encher as noites vazias. A juventude precisa ser afastada dos “cabarets” e dos “bas-fonds”, únicos locais onde atualmente existe movimentação. Criemos clubes noturnos de difusão cultural, artística e esportiva.<sup>60</sup>

Essa situação mudaria sobremaneira com a chegada da guerra e, por extensão, da verdadeira “ocupação” que houve na cidade, com a realização diária de eventos artísticos, culturais e esportivos, muitos deles organizados pelos clubes dos militares norte-americanos, como as famosas reuniões dançantes do USO. Embora não desaparecessem os “cabarets” - chegando a haver até uma proliferação dos mesmos por motivos óbvios, uma vez que a sexualidade ainda era um assunto cercado por tabus e preconceitos<sup>61</sup> - passou a

---

<sup>58</sup> Glorinha Oliveira, em entrevista já citada.

<sup>59</sup> Idem. Glorinha Oliveira começou a trabalhar na REN em 1943.

<sup>60</sup> *O Diário*, Natal, 02/12/1939.

<sup>61</sup> Voltarei a este assunto adiante.

haver uma grande diversificação na programação cultural local. Talvez tenha surgido aí a recorrente afirmação de que “Natal era uma festa” na época da guerra.

Os primeiros concursos de músicas carnavalescas iniciaram-se também nessa época da guerra. De certa forma, esses concursos surgiram em resposta às queixas que já vinham sendo publicadas pelos jornais apontando a ausência quase absoluta de incentivo e apoio à cultura local, tanto pelos poderes públicos quanto pela iniciativa privada. E isso até mesmo no período carnavalesco, quando alguns poucos clubes particulares é que realizavam os concursos musicais e campeonatos de frevo nos intervalos de seus seletos bailes. As queixas vinham acumulando-se de ano a ano. No *reveillon* de 1939-40, por exemplo, uma leitora anônima escreveu ao colunista Danilo, do jornal *A República*, comentando a festa decepcionante do Aero Clube:

Como você sabe, o que a nossa sociedade possui de melhor lá estava, adornando o novo e luxuoso *dancing* do Aero. Mas, apesar disso, a festa decorreu fria [...] e por que assim? A explicação estava e está na boca de todos: programa musical pouco feliz. Fox, fox e mais fox.

[...] Nunca vi, mesmo noutras noitadas do Aero, programa tão fraco. Quem o organizou não se apercebeu de que há música nacional, mais agradável e alegre que o monótono fox americano.

[...] esqueceu ainda, quem organizou o programa que o Reveillon é véspera de Carnaval.<sup>62</sup>

Vindo de uma queixosa foliã granfina, esse discurso coincidia com diversos reclames de boa parte da população, que já vinha estranhando os arroubos americanistas de algumas autoridades, sendo que até os nomes das orquestras da força pública militar do

---

<sup>62</sup> *A República*, Natal, 06/01/1940.

estado refletiam essa postura: a *OK Jazz* e a *Jazz Band*.<sup>63</sup> As críticas apontavam à necessidade de se contrabalançar essa tendência quase dominante com algumas iniciativas de apoio à produção artística da terra, de onde surgiu a idéia da realização de um concurso de músicas carnavalescas na cidade, sob o patrocínio e organização da Rádio Educadora de Natal e do jornal *O Diário*:

Não podia ter sido mais desvanecido o entusiasmo com que o nosso público recebeu o grande Concurso das Marchas Carnavalescas [...] O que, sobretudo surpreende neste empreendimento, como índice de sua indiscutível consagração é, sem dúvida, o número de concorrentes inscritos, o qual se eleva a cerca de trinta. Dizemos surpreendente porque não esperávamos que Natal fosse tão fértil em compositores populares.

[...] Os sambas bonitos e inspirados de Pedro Machado, o único que se impôs à consideração do público e que já é um nome popular, não encontraram seguidores [...] Agora, o concurso de *O Diário* veio demonstrar que, se ainda não temos a nossa música popular, devemos-lo tão somente à falta de incentivo dos meios de divulgação e não à falta de compositores.<sup>64</sup>

[...] um acontecimento inédito para esta capital [...] 23 músicas inscritas a serem julgadas hoje às 20 horas no Teatro Carlos Gomes.<sup>65</sup>

O concurso de músicas carnavalescas, a partir de então, passou a se realizar todos os anos, por várias décadas. Uma das músicas classificadas no concurso de fevereiro de 1943 trazia o sugestivo nome de “Não bom!”, em uma referência explícita ao modo como os norte-americanos se expressavam caso não gostassem de algo que lhes fosse oferecido; tanto esse frevo-canção quanto o samba “Ela irá te esquecer”, foram os

---

<sup>63</sup> Idem, 25/02/1939.

<sup>64</sup> Idem, 09/02/1941.

vencedores do concurso naquele ano.<sup>66</sup> A letra de “Não bom!”, assinada pelo pseudônimo de “Ferro”, dizia o seguinte:

Carnaval chegou  
Ô...ô...ô... que bom  
Casadinho com a guerra  
Na orgia ou na luta  
Na paz ou na dor  
Juramos Brasil  
Que és tu nosso amor

Oh, moreninha  
Tua fantasia de cetim  
Faz-me lembrar  
As cores de nossa Bandeira  
Irei pra guerra  
Meu bem  
Conduzindo meu fuzil  
Eu irei defender  
Nosso querido Brasil<sup>67</sup>

Em outro interessante artigo publicado um ano antes pelo mesmo jornal, podia-se ler que “O rádio modernizou o Carnaval”:

O tabu, o lugar comum, a rotina, são cousas que precisam ser abolidas. Homens austeros que em criança usaram chambre são contra o Carnaval [...] Tudo mudou. A época do fraque passou. O preconceito perde terreno. A vida vai se tornando cada vez mais difícil [...] O carnaval é o mais humano de todos os divertimentos. O mais coletivo. O mais social porque irmanisa [sic] ricos e

---

<sup>65</sup> *O Diário*, Natal, 12/02/1941.

<sup>66</sup> *Idem*, 11/03/1943.

<sup>67</sup> *Idem*, 03/03/1943.

pobres, dando uma trégua de três dias à luta tremenda entre o capital e o trabalho, quebrando com a barreira estúpida do preconceito de cor...

Os vassalos de S.M. Momo, primeiro e único, também se instalaram nas modernas dependências da Rádio Educadora... E encontraram boa acolhida. Não foram somente os dois Carlos [Lamas e Farache] que lhes abriram as portas [...] O locutor Genar esqueceu por alguns instantes o romantismo mórbido das noites enluaradas, Paulo Lira ficou um pouco mais vermelho e suspendeu temporariamente os foxes blues. E o cenário foi se modificando. As músicas carnavalescas passaram a predominar nos programas, foi quando a REN deliberou promover um grande concurso de músicas carnavalescas em colaboração com este jornal [...] <sup>68</sup>

Percebe-se pelo artigo que, ao menos no período das comemorações carnavalescas, havia a preocupação em se fazer uma maior divulgação das músicas de compositores locais e brasileiros em geral, em detrimento dos programas radiofônicos retransmitidos de fora, principalmente dos Estados Unidos, com os seus *jazz, fox and blues*, bem ao gosto do Coordenador Interamericano. Ao lado das iniciativas para a realização dos concursos de música carnavalesca que tiveram êxito a partir de 1941, também a Federação Carnavalesca de Natal passou a promover as “batalhas de confete” em bairros populares como Alecrim e Rocas, organizando concentrações com “todos os representantes das sociedades carnavalescas” algumas semanas antes dos festejos de Momo: <sup>69</sup> O carnavalesco Rubens Pessoa, que afirma ter sido vencedor de inúmeros campeonatos de passo - onde se

---

<sup>68</sup> Idem, 11/02/1942.

<sup>69</sup> *O Diário*, Natal, 16/01/1942. As concentrações carnavalescas “fora de época”, que costumavam ser realizadas desde dezembro/janeiro, principalmente nos bairros mais populosos como Alecrim e Rocas, não foram exclusividade de Natal, ocorrendo em várias capitais do país. Sabe-se que essa prática de extrapolar o calendário festivo do “verdadeiro Carnaval” teve origens bastante remotas; em seu estudo sobre a cidade italiana de Veneza do final do século XVIII, Peter Burke afirma que “A temporada do Carnaval era muito curta para os visitantes e para todos aqueles que esperavam obter lucros de suas visitas; ela teve que ser estendida. Então, os teatros passaram a abrir em maio para o festival da Ascensão, `uma espécie de Carnaval de verão, que durava seis semanas’, e eles faziam uma terceira temporada no outono. O Carnaval verdadeiro começou a, formalmente, incorporar eventos independentes [...]” – Cf. Peter Burke, “O Carnaval de Veneza” in Maria Clementina P. Cunha (org.), op. cit., (p. 36).

dançava o frevo pernambucano à moda dos potiguares, realizados sob o patrocínio da Rádio Educadora de Natal - lembra que naquela época o grande organizador de festejos populares (e não somente os carnavalescos, mas também os reisados, fandangos, lapinhas e tantas outras manifestações folclóricas do estado) era o entusiástico secretário de cultura Djalma Maranhão:

Olha, Djalma Maranhão foi uma das maiores autoridades, um dos maiores folcloristas que o Rio Grande do Norte já teve. No Carnaval ele estava presente em todas as batalhas, que naquele tempo se chamava batalhas. Tinha a batalha do Alecrim, a batalha da Lagoa Seca, a batalha da Vila Naval, a batalha das Rocas... tinha troféu, taças...<sup>70</sup>

Também faz parte do exercício de memória de seu Rubens a afirmação de que a chegada do samba em Natal tivera como marco a Segunda Guerra, quando os soldados e marinheiros cariocas teriam trazido “o samba no pé”:

Existiam aqui os blocos de frevo, como o Andaluzia, como o Tubarões do Norte e ia atrás aquele povão... Na época da guerra, chegou aqui os navio, marinheiros do Rio de Janeiro, esse pessoal da Marinha trouxe o samba no pé. Começaram a ter as batalhas carnavalescas na Vila Naval no Alecrim, nas Quintas, nas Rocas, na própria cidade [Cidade Alta e Ribeira], que já preparavam o espírito do folião para o Carnaval.

A primeira agremiação de samba mesmo em Natal foi no Alecrim, composta pelos marinheiros e funcionários da Base Naval. Aí eles saíam de sainha, com a corda, todo mundo batendo numa lata, num tamborim, que os tamborins daquela época eram de madeira, quadrados, pegavam o couro do gato e espichavam e

---

<sup>70</sup> Rubens Pessoa, um dos ex-presidentes da Federação Carnavalesca de Natal e fundador da escola de samba Pioneiros do Samba, em entrevista à autora no vídeo-documentário *...de outros carnavais* (Natal:UFRN, 1996). Djalma Maranhão entrou para a história da cidade por suas iniciativas de apoio à cultura local e por ter sido o último prefeito eleito, sendo deposto e exilado pelo golpe militar de 1964, tendo falecido no exílio.

fazia o tamborim. Eles saíam organizados, porém não era uma agremiação grande, pra desfilar. Eles saíam assim de dia, durante os três dias de samba e o pessoal ficava assim admirado, todo mundo de tamanco... Porque as agremiações grandes eram as de frevo, então daí foram surgindo algumas escolas de samba, que eram mistas, com trombone, instrumentos de sopro dentro das escolas. E em 1939 saiu a primeira escola de samba das Rocas, o nome era *Só falta você*, mas antes já tinha samba no Alecrim.<sup>71</sup>

Algumas matérias publicadas na imprensa local, de certa forma, confirmam essa interpretação, anunciando que algumas agremiações carnavalescas passaram a executar os sambas das escolas de samba do Rio de Janeiro, a partir dessa época:

Está despertando grande interesse, entre os foliões da cidade, o bloco *Unidos da Praça Onze*, por ser todo ele composto de cariocas.<sup>72</sup>

E por que Praça Onze? Essa denominação do bloco carnavalesco natalense fazia uma referência/reverência ao “berço do samba” na capital federal: a Praça Onze de Junho e seus arredores. Como se sabe, a própria relação entre “samba carioca” e “samba baiano” reporta-se ao que aconteceu após a segunda metade do século XIX, a chamada “diáspora baiana”, que levou para a então capital do país “levas de negros alforriados ou fugitivos e de retornados da Guerra do Paraguai, que encontravam nesses bairros próximos ao porto abrigo seguro em sua chegada, com base em laços de solidariedade definidos por parentesco ou afinidades religiosas.”<sup>73</sup> Naquele contexto, as casas das “tias” baianas serviam como ponto de referência e solidariedade aos migrantes em sua luta pela

---

<sup>71</sup> Idem. Aqui eu transcrevo trechos de sua entrevista de junho de 1996, complementando as informações do vídeo-documentário já citado.

<sup>72</sup> *O Diário*, Natal, 17/02/1944.

<sup>73</sup> Maria Clementina P. Cunha, op. cit. (p. 209-210).

sobrevivência e integração à vida na capital federal, formando comunidades heterogêneas em torno de seus líderes vindos do candomblé. A atribuição da primazia do samba passava então a ser motivo de disputas entre a comunidade carioca e os recém-chegados nordestinos.<sup>74</sup> E mesmo que alguns estudiosos do assunto, desde Sílvio Romero, Guilherme de Melo e França Júnior, por exemplo, já tivessem demonstrado que os primórdios do samba estariam “no cenário da gente pobre do interior do país”, sendo mesmo considerado “um estrangeiro no Rio de Janeiro, não apenas por sua localização social na roça, que se opõe à cidade [...], mas também por sua localização geográfica no Norte (especialmente na Bahia)”, nos anos quarenta (e talvez até os dias atuais) ainda persistia todo um “folclore” em torno das origens cariocas do samba (tanto como estilo musical, quanto dança).<sup>75</sup> Daí, talvez, a homenagem tardia feita pelo bloco natalense à Praça Onze.

Por outro lado, se nomes de artistas brasileiros como Carmem Miranda, Ary Barroso, Bidu Sayão e Heitor Villa-Lobos já estavam sendo conhecidos pelo público norte-americano, através de suas viagens patrocinadas pelo programa de intercâmbio cultural organizado pelo Coordenador Interamericano com o apoio do DIP, para cá vieram em número muito maior os cantores e artistas norte-americanos, exercendo forte influência musical sobre a população, “dividida entre o *glamour* importado da alta sociedade e o submundo dos *bas-fonds*.”<sup>76</sup> Também desigual passou a ser a quantidade de transmissões

---

<sup>74</sup> Um detalhe importante é que os ranchos cariocas existentes antes da “diáspora baiana” ligavam-se ao ciclo religioso de comemorações natalinas, saindo às ruas no dia de reis (6 de janeiro) e, somente após a chegada dos baianos, passaram a sair no período do Carnaval – acredita-se que isso tenha sido por iniciativa de Hilário Jovino Ferreira, pernambucano que teria ido para Salvador ainda criança e depois de adulto migrara para o Rio de Janeiro, tornando-se “uma das figuras de proa no meio baiano”, Cf. Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1995 (p. 87-88).

<sup>75</sup> Ver a respeito Carlos Sandroni, *Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editó/UFRJ, 2001. O autor afirma que somente “a partir da década de 1870 que a palavra ‘samba’ começa a ser registrada na cidade do Rio de Janeiro. Assim fazendo, ela começa a diluir as fronteiras que se mostravam tão nítidas até aqui; e assim, pouco a pouco, o samba já não será mais só da Bahia, nem só da roça, nem só dos negros.” (p.90).

<sup>76</sup> Frase citada no vídeo-documentário *Imagem sobre Imagem*, de Josimey Costa, Natal:UFRN, 1998.

de fora em relação à exportação da música brasileira para os *broadcastings* norte-americanos. Isso de maneira muito especial em se tratando da cidade de Natal, como pode-se perceber pelo artigo “Longe do microfone”, de um jornalista que preferiu não se identificar:

Não há dúvida que o *fox* é uma música muito apreciada. Entre nós, pelo menos, a sua popularidade é um fato consumado. Possivelmente todos ou quase todos o admiram entusiasticamente [...] porque, sendo uma música estrangeira, torna-se distinto e *chic* apreciá-lo e aplaudí-lo.

De qualquer maneira, por simpatia instintiva ou por simples *snobismo* [sic], o certo é que o *fox* foi tomando conta dos salões e dos programas, numa concorrência cerrada com o samba, a marcha e outros gêneros locais. Mas que fazer, se o samba e a marcha são tão pobres de ritmo e se, o que é pior, são “santos de casa” dos tais que não obram milagres?

[...] Quem duvida que, dentro de algum tempo não teremos um Carnaval puxado a *fox*? Para Natal, pelo menos, essa inovação não será muito difícil. Basta observar o que se verifica atualmente quando, às portas do Carnaval, permanecemos enlevados com os *swings* e os *blues*, sem procurar conhecer as marchas e os frevos que começam a encher os programas das estações cariocas...<sup>77</sup>

As apresentações das orquestras norte-americanas, em praças públicas da cidade, cuja programação nunca previa executar músicas brasileiras, também exerceram uma forte influência sobre a população. Os jornais anunciavam tais eventos como exemplos de convivência pacífica e harmoniosa entre os dois povos do continente:

Em Natal, os norte-americanos estão vivendo como se em sua própria terra, recebendo as maiores atenções do nosso povo, que encontrou em cada filho da

---

<sup>77</sup> *A República*, Natal, 03/01/1942.

Norte América um amigo leal, amante da paz e do progresso. Hoje, mais uma prova dessa amizade será dada na praça Pedro Velho, quando uma orquestra da Marinha dos EEUU ali se exhibirá, numa audição especial, dedicada às autoridades, à sociedade natalense e ao povo em geral.

Ao Comandante Douglas Cook, observador naval do país amigo, cabe a iniciativa dessa demonstração de cordialidade de seus patrícios aos brasileiros da capital norte-riograndense.<sup>78</sup>

Escutar “música fina” começou a ser sinônimo de ouvir as orquestras e vozes da América, como demonstrou em seu artigo “Música para afugentar os fregueses”, Veríssimo de Melo, descontente que estava com as irradiações locais e torcedor por uma maior difusão cultural norte-americana na cidade:

A cidade está cheia de eletrolas. Raro o botequim em Natal que não tem o seu altofalantezinho para chatear o crânio da gente. Ora, vamos colocar o problema neste ponto: Por que motivo os proprietários de cafés e restaurantes instalam em seus estabelecimentos uma eletrola, um rádio, uma caixa de música qualquer?

Parece que é com o fim de atrair a freguesia. Pelo menos, essa é a tática velha usada em todo mundo. Em nossa cidade, contudo, sucede o contrário. Música nos cafés – já estou certo disso – só pode ser para afugentar os fregueses. Tal é a falta de gosto na seleção das melodias [...]

Vamos dar exemplo: num dos cafés mais freqüentados da Cidade Alta, o dono mandou pregar um alto-falante bem na porta da entrada. Quer a gente queira ou quer não queira, passando por lá tem sempre que ouvir o berreiro terrível de uma dezena de rapazes mortos de fome e que gravaram o seu estado de desespero em discos Victor, Odeon, Columbia etc.

No Alecrim há uma loja de fazendas que possui uma eletrola célebre, de um só disco. E sabem qual é? “Renúncia”... Aquele fox-canção que é, na verdade, uma “renúncia” a tudo o que é decente neste mundo [...]

E não quero multiplicar os exemplos dolorosos. Já chega.

Entretanto, vocês não vêm [sic] isso numa *casa de gringo*. Passem na rua dr. Barata e procurem ouvir o que vem lá de dentro daqueles cafés. É Bing Crosby, Jean Sablon, as orquestras maravilhosas de Artie Shaw, Benny Goodman, Tommy Dorsey e lá uma vez ou outra, pra variar, um Chico Alves, um Sílvio Caldas, uma Araci de Almeida. Nada de Orlando Silveira nem Gilberto Castro. Oh! Meus caros senhores donos de cafés e restaurantes em Natal: já que não é possível botar *música fina* em seus estabelecimentos, - *porque, em matéria de arte, o nosso povo ainda está na Idade Média*, - mandem ao menos selecionar esses discos. Peçam a opinião de pessoas entendidas no assunto. Renovem esses repertórios. Aproveitem meia dúzia desses discos e mandem tocar fogo no resto. A providência seria excelente. Garanto como a freguesia aumentaria cem por cento. [...]<sup>79</sup>

Havia, como se vê, dois tipos de discursos em relação à tomada de medidas para a melhoria da produção artístico-cultural na Natal dos anos 40: aquele que defendia, entre outras coisas, a realização de concursos de música e campeonatos de danças populares para uma maior aceitação e divulgação “do que é nosso” e, em contraposição, uma crescente preocupação por parte dos moradores dos bairros *chics* e de alguns intelectuais de classe média em construir uma imagem “moderna” (leia-se: americanizada) para a cidade, defendendo que a aproximação devia partir dos “atrasados” (pois não estaríamos ainda na Idade Média, segundo nosso colunista?) em direção aos “modernos”. E era exatamente aí que se discutia o lugar do Carnaval como verdadeiro baluarte de nossa cultura, frente aos modismos americanófilos – isso surtiria um certo efeito positivo no moral da população local, pelo menos em se tratando de uma maior divulgação de seus valores e manifestações culturais:

---

<sup>78</sup> *O Diário*, Natal, 20/01/1943.

Em 1940, 42, havia a Rádio Educadora de Natal, que foi a primeira, e tinha um programa do Genar Wanderley e ele fazia aquelas festas, campeonatos de passo, frevo, aquelas coisas e eu fui campeão muitas vezes. Desde aquele período eu comecei a gostar mais do Carnaval.<sup>80</sup>

As duras críticas feitas por Câmara Cascudo às letras dos sambas executados pelas rádios nessa época contribuíam para confundir mais ainda os indecisos a tomarem partido na polêmica. O já renomado folclorista natalense, atacando aquilo que ele denominou “literatura poética popular” do samba, de certa forma acabaria por “jogar fora a criança junto com a água da bacia”... Vale a pena conferir na íntegra a sua verve sobre o assunto:

Eu gosto do samba, diz uma canção. Também eu. Mas o samba monomania dado como característica da música brasileira, monopolizador dos *broadcastings*, rival do *football*, na consagração inferior de uma aptidão dispensável e em que muito pouco poderíamos com sua inexistência, desse sou inimigo pessoal.

Mas não é o Samba o causador dessa birra atenuada. A solene e completa implicância é com a literatura dos sambas, a letra dos poetas, a inspiração que incha as largas velas de uma poesia que merece trinta anos de Fernando de Noronha e uma surra de urtiga!

Dessa literatura poética popular partem os filtros mais nocivos para o espírito do Povo em geral e da mocidade em particular. Tudo quanto um professor ensina em doze meses, um samba acaba em três dias, naqueles três dias em que o Carnaval endoidece os mais circunspectos varões da terra pátria.

Conhecemos em folclore musical as canções tradicionais. O que cantamos é outro lamento. É uma produção moderna, atual, contemporânea do código penal ao código de menores. Essa literatura, versinhos bambos, molengos, fáceis, tão

---

<sup>79</sup> *O Diário*, Natal, 28/10/1943 (grifos meus). Veríssimo era irmão de Protásio Melo (o professor de Português aos americanos em *Parnamirim Field*).

<sup>80</sup> Cf. Rubens Pessoa, em entrevista já citada.

terrivelmente fáceis que aprendemos e decoramos sem querer, semeiam veneno sutil, perigoso, entorpecedor e de efeitos tardia ou imediatamente fatais.

Qual é o assunto do samba, da letra do samba, em sua maioria absoluta? Um malandro vive num barracão, sustentado pela mulher (sentido figurado). Dá-lhe várias coças e toca violão pela tarde. Uma noite, a mulata fugiu e o malandro se queixa da ingrata. Outro tema – a mulata sustenta o malandro e esse a deixou por outra sustentadora, apesar da paciência da primeira em receber pancadas, lavar roupas e cair em êxtases no barracão quando o malandro cantava. O centro de interesse dessa letra é o elogio da malandragem, da ociosidade criminosa, do amor venal, da preguiça inútil (há preguiças remuneradas), do que de mais baixo, de mais repelente, de mais sujo, de mais abjeto possa existir e ser mantido. Esses versos doutrinários escondem-se dentro de uma música deliciosa, contagiante, música que ondula, faísca, estremece e se irradia de nós mesmos numa antecipação de solidariedade rítmica. Todo o prestígio, todo o encanto, toda a maravilhosa popularidade do samba é a sua música. O que se deve combater é a letra, o enchimento podre que entumesce de vícios uma das modalidades mais expressivas da melodia brasileira.

Pergunta-se se a mulher brasileira, se o trabalhador brasileiro, se a população dos morros cariocas merecem essa consagração pejorativa, essa vulgaridade de lodo, universalidade de defeitos porcos como trapos...

Sabemos que esses versos são feitos nas bancas dos cafés, degradando, diminuindo, desonrando a mulher, através duma música encantadora. E essa letra cloacina [sic] passa para os lábios mais bonitos do Brasil, para a garganta de gente de alto e baixo tope. Cantam, cantamos todos...

Comparem essa versalhada com a letra dos *fox-trots* e dos *songs* e dos *blues* e dos *swings* norte-americanos. Vejam como aparece a mulher, a moça, a companheira, a namorada, todos nós sabemos perfeitamente bem que a mulher, a moça, a companheira, a esposa, a namorada brasileira não é aquele troço que chora ou é chorada dentro de um imaginário barracão. Mas o que se afirma pelas vozes crescentes das “estrelas” radiofônicas é justamente o contrário.

Por que essa música embriagadora não terá melhor destino? Por que essas letras não passam por um crivo mais estreito? Por que essa exaltação do vagabundo, da adúltera, do bêbado, do improdutivo, do relapso, do criminoso não é asfixiada nas próprias fontes?

Eu gosto de Samba. Vamos indo para o Carnaval, a letra do Samba é o que eu não topo...<sup>81</sup>

O indignado escritor não se encontrava sozinho em suas observações, mostrando-se completamente inserido em determinado pensamento da época, especialmente quanto à crítica feita ao “elogio da malandragem” supostamente contido nas letras dos sambas. Esse assunto, que já vinha merecendo a atenção de outros intelectuais igualmente preocupados com os rumos da construção de um sentido de “brasilidade”, desde meados do século XIX, mas principalmente para os integrantes da chamada “geração de 1870”, foi encampado pelos teóricos do regime político adotado no pós-1930, momento em que se forjou uma homogeneização dos diferentes discursos, presentes no debate anterior, a nível institucional, através da utilização de determinadas imagens endereçadas à totalidade do corpo social – este próprio, uma delas.<sup>82</sup>

Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Francisco Campos e Paulo de Figueiredo, entre outros, ocuparam-se em desenvolver um inédito e bastante eclético arcabouço conceitual para justificar teoricamente o Estado Novo como exemplo ímpar de uma “democracia social”, distinta tanto dos regimes fascistas europeus quanto da “tradicional” democracia liberal do século anterior.<sup>83</sup> Na defesa de uma reelaboração do conceito de cidadania, esses intelectuais porta-vozes do regime estado-novista (excetuando-se o militar

---

<sup>81</sup> *A República*, Natal, 04/01/1942.

<sup>82</sup> Ver a respeito as discussões propostas por Lúcia Lippi Oliveira, “Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade” e “Autoridade e Política: o pensamento de Azevedo Amaral” in op. cit. (1982) e *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo: Brasiliense, 1990; Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Vértice/TUPERJ, 1988; João Almino, *Os democratas autoritários*, São Paulo: Brasiliense, 1980 e Flávia de Sá Pedreira, “A construção da História Pátria” in *Caderno de História*, Natal: Editora da UFRN, vol. 2, n. 1, jan/jun de 1995.

<sup>83</sup> Azevedo Amaral, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Brasília: EdUnB / Câmara dos Deputados, 1981 ( a primeira edição foi publicada pela José Olímpio, Rio de Janeiro, em 1938) e “A revolução brasileira” in *Cultura Política*, Rio de Janeiro: DIP, n. 5, julho de 1941; Paulo de Figueiredo, *Aspectos Ideológicos do Estado Novo*, Brasília: Senado Federal, 1983 (livro que é uma coletânea de seus artigos publicados entre 1941 e 1945 pela revista *Cultura Política*).

Azevedo Amaral, que não tomou parte na atuação político-administrativa do mesmo, todos os demais exerceram algum cargo durante o seu período de vigência) elaboraram a definição de uma “nova cidadania” que prescindisse da participação política e fosse voltada à valorização do trabalho.

Em prol da “construção do homem novo”, a ausência de canais políticos democráticos passaria a ser compensada pela ideologia do trabalhismo, através da qual a cidadania não mais seria considerada pela via da representação/participação política, mas pelo pertencimento a um ofício, de onde o conceito “cidadão-trabalhador” surgiria como meta a ser atingida.

Neste sentido, importava reeducar politicamente a população brasileira nos cânones democratas autoritários, pois apesar de destituída dos direitos políticos tão caros à democracia liberal (representatividade através do voto secreto e funcionamento dos três poderes – o Congresso estava fechado desde o golpe de 37), ela teria o alento de se ver representada pelos sindicatos e corporações trabalhistas (todos vinculados ao Ministério do Trabalho, evidentemente). Daí partiram algumas de suas ferrenhas críticas ao “elogio da malandragem”, aos adeptos do “jeitinho brasileiro” e todos os seus congêneres<sup>84</sup>. E, como fica evidenciado pelo artigo de Cascudo, esse discurso oficial obteve o respaldo de boa parte da intelectualidade brasileira do período.

Ao mesmo tempo, Câmara Cascudo reafirmava a idéia de que se o samba, melodicamente perfeito e muito atraente musicalmente, fosse despido de suas letras impuras, só assim mereceria ser tomado por símbolo de nossa nacionalidade. Aqui, torna-se

---

<sup>84</sup> Os malandros seriam “pessoas que não se vinculavam formalmente ao mercado de trabalho. Boa parte deles dedicava-se à música, à composição, o que na época não era considerado trabalho, além de ser objeto da desconfiança policial.” – Rachel Soihet, “Escolas de Samba no Carnaval Carioca: origem e ascensão (1930-1945)” in *Revista Ágora*, Niterói:UFF, 1994 (p. 41). Ver também Roberto DaMatta, “O modo de navegação social: a malandragem e o jeitinho” in *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

explícita a visão do folclorista, para o qual o “popular” devia possuir autenticidade e pureza, longe dos vícios de um mundo cada vez mais urbanizado e promíscuo.<sup>85</sup>

E, num terceiro ponto, por esse artigo pode-se perceber que até mesmo Câmara Cascudo, que já se notabilizava pelos seus estudos dos costumes e folclore do “povo brasileiro”, estava embriagando-se com os valores e ritmos norte-americanos, chegando a comparar o tratamento dispensado às mulheres nos “versinhos bambos” mas muito “perigosos” da literatura poética popular dos sambas por ele criticada, ao modo como nossos “bons vizinhos” teriam por costume tratá-las em seus *fox-trots*, *swings*, *blues* e *songs* em geral. Assim como o célebre intelectual, outros tantos seres viventes na provinciana capital potiguar também embarcariam na defesa dos padrões culturais do Tio Sam.

Um exemplo pitoresco que pode servir para ilustrar a aproximação entre potiguares e americanos, encontra-se no relato sobre a vida de um certo natalense que passou a ser conhecido por um apelido *sui generis*:

Eu tenho um amigo que faz parte da história, esse camarada tá na história: Ivanildo, o filho do professor Saturnino, professor que é uma referência na Língua Portuguesa aqui na nossa cidade.

[...] e o Ivanildo era estudante na época, garoto muito esperto, era estudante do Atheneu comigo, era do pessoal do meu tempo.

Então Ivanildo entendeu de aprender inglês, muito esforçado... os professores dele eram os americanos. Se cansava de ver ele ali no Grande Ponto, onde passava o bonde, ele sentado no meio-fio: ali já era uma aula.

---

<sup>85</sup> Ver a respeito do ideário dos folcloristas brasileiros o interessante debate entre as historiadoras Martha Abreu, Angela Castro Gomes e Maria Clementina Pereira Cunha na mesa redonda “Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil”, apresentada no XIX Simpósio Nacional da ANPUH, sob o tema “História e Cidadania”, Belo Horizonte, 1997, publicado na revista *Projeto História*, São Paulo: Editora da PUC-SP, fevereiro de 1998.

Ele andava com uma gramática inglesa aqui embaixo do braço [fazendo o gesto]. Quando ele via um americano, partia pra cima, abria o livro... ele aprendeu a falar inglês na rua, com os americanos.

[...] Deixou nome... o apelido dele era Deus. O pessoal do meu tempo, todos eles sabem quem é Deus aqui em Natal, sabe por quê? Porque diz que ele tava em todo canto na mesma hora, como Deus, não é? Ele se metia em tudo quanto era buraco, solenidade, tudo, palácio do governo... são pequenos detalhes da época.<sup>86</sup>

### 3. Black-out, seca e esforço de guerra

Os exercícios contra os possíveis ataques aéreos na época da Segunda Guerra não eram exclusividade da cidade de Natal, mas sua marca registrada trazia um inconfundível sotaque: *Black-out*. Em outras localidades, como até mesmo na capital federal, essa denominação apresentava variações em português, desde o “escurecimento” ao “apagão”, sendo esta a mais utilizada, mas na província nordestina que abrigava a maior base aérea norte-americana isso não fazia nenhum eco: todos só falavam em *black-out*.

Os avisos de *black-out* pelos jornais e programas da REN, que utilizavam quase sempre um tom bastante técnico, beirando a formalidade, não conseguiam reproduzir as diferentes versões sobre os efeitos que esse inusitado acontecimento produzia sobre as pessoas que o vivenciavam:

---

<sup>86</sup> Cleantho Homem de Siqueira, em entrevista já citada.

Quando a cidade se envolveu com o problema da guerra pra valer mesmo, haja visto o número enorme de militares que tinha aqui, vinha essa preocupação dos *black-outs*, os treinamentos, o escurecimento total da cidade em determinadas horas da noite. Esses exercícios eram avisados com antecedência à população [...] de modo que a rádio anunciava e os jornais da época noticiavam: “No dia tal, às tantas horas...” Então, na hora, rigorosamente na hora tinha uma sirene aqui no Quartel General [no prédio da Maternidade, no bairro de Petrópolis], que era a sirene piloto, ela era acionada e aqui na Ribeira, parece que naquela Igreja do Bom Jesus tinha também uma sirene e ia se irradiando de repente na cidade todinha. Então, as pessoas não saíam de casa, pintavam com tinta preta ou colavam papel preto nos vidros, não podia aparecer uma restiazinha de luz...

Agora, tudo isso era fiscalizado pelo pessoal da Defesa Passiva, que era coordenada pelo escritor Luís da Câmara Cascudo. Ele tinha um grupo de funcionários públicos... eu tinha uma tia que era desse grupo. Eles usavam um braçal e iam todos pra rua pra fiscalizar, olhavam as casas pra ver se estava tudo na escuridão completa.

Era o *black-out*... aquela angústia... porque se imaginava que poderia uma incursão aérea, aviões nazistas virem bombardear Natal e isso trazia uma preocupação permanente, de modo que a população foi treinada pra enfrentar um possível, eventual ataque aéreo.<sup>87</sup>

Em fevereiro de 1942, anunciara-se pelos jornais o primeiro *black-out* em Natal, advertindo-se que “as autoridades militares e civis tomarão medidas contra pânico e desobediência às instruções” e que “ninguém deve esperar pelo estado de guerra para se aparelhar contra ela. Com essa finalidade é que as autoridades têm procurado orientar a população de Natal sobre a utilização dos abrigos anti-aéreos e de todos os instrumentos de defesa passiva contra ataques dessa natureza. Dentro de alguns dias a nossa população vai conhecer o *black-out*, que vem a ser a extinção de todas as luzes da cidade, públicas e

---

<sup>87</sup> Idem.

particulares, e paralisação de todos os transportes [...]” – o que ocorreu a dois de março daquele ano, quando

a experiência começará às 20 horas, mais ou menos, prolongando-se cerca de meia hora [...] o início será assinalado pelo alarme das sirenes, seguido das projeções luminosas e localização. Uma esquadilha de aviões sobrevoará a cidade[...]”<sup>88</sup>.

Alguns outros registros apontam para um suposto caráter nivelador e democratizante desses exercícios de escurecimento das cidades – no Rio de Janeiro, por exemplo foi publicado um artigo afirmando que a experiência do *black-out* trouxera “a estranha sensação de que também os civis são imediatamente atingidos pela guerra” e que “[essa] talvez seja a única medida que se aplica rigorosamente a todos, no mesmo grau, a única de fato niveladora. É a afirmação, por excelência, da supremacia do interesse coletivo sobre o individual. Ao mesmo tempo, destaca o dever do indivíduo. É a medida mais democrática que já existiu.”<sup>89</sup> Entretanto, sabe-se que a própria construção dos abrigos anti-aéreos públicos era em número muito inferior aos abrigos de particulares, mostrando que a medida não tinha sido assim tão democrática... Em Natal, por exemplo, havia apenas dois abrigos públicos e os demais eram obra de representantes das elites locais:

---

<sup>88</sup> *O Diário*, Natal, 25/02/1942 e 02/03/1942.

<sup>89</sup> “Black-out” in *O Diário*, Natal, 28/11/1942 – a reportagem fora transcrita do Rio de Janeiro, sob a assinatura de Barreto Leite Filho, relatando a “experiência de apagamento das luzes nos bairros marítimos do Rio”.

Tinha um abrigo onde hoje é a Catedral Nova [na avenida Deodoro da Fonseca], tinha uma praça e fizeram um abrigo, então já era pro povo que estivesse na rua ter pra onde correr. Agora, quem era rico tinha nas suas casas.<sup>90</sup>

Teve lugar domingo pelas dez horas a inauguração do abrigo que o Sr. Amaro Mesquita, chefe da firma Galvão Mesquita & Cia desta praça, mandou fazer em sua residência no bairro do Tirol. Esse abrigo é o primeiro de Natal e foi construído sob planta do major Domingos Moreira, chefe do serviço de construção do novo quartel [...] O ato da inauguração teve a presença do General Cordeiro de Farias.<sup>91</sup>

Ironicamente, ao distribuir as instruções para quando chegasse a hora do *black-out*, em março de 1942, o Comando da 2<sup>a</sup> Brigada de Infantaria de Natal teve que acrescentar a seguinte “Nota” ao final do extenso rol de determinações: “Não estando ainda construídos os abrigos anti-aéreos, todos devem permanecer em suas casas.”<sup>92</sup>

As orientações para os exercícios de *black-out* seguiram as mesmas adotadas pelo *Office of Civilian Defense* nos Estados Unidos, divulgadas no “Handbook of Civilian Defense” com o sub-título “O que todos os americanos patriotas devem fazer para ajudar os Estados Unidos a ganharem a guerra” – que foram traduzidas e publicadas “a título de confronto orientativo” pela secretaria da Diretoria Regional do S.P.D.A.A. do Rio Grande do Norte. Entre algumas dessas orientações destacavam-se as que diziam “não fume, nem acenda um fósforo ao ar livre”; “sendo ferido [...], sente-se ou recoste-se na parede mais próxima e peça a um transeunte para avisar ao guarda”; “convém lembrar sempre que mesmo uma luz de candeeiro pode ser vista do ar a milhas de distância”; “permaneça em casa!”; “não dirija seu automóvel” e muitas outras. Ao final podia-se ler que “São estas as

---

<sup>90</sup> Ivone Medeiros, esposa do historiador Tarcísio Medeiros, em entrevista já citada.

<sup>91</sup> *A República*, Natal, 03/03/1942.

<sup>92</sup> *Idem*, 01/03/1942.

ordens da CIVILIAN DEFENSE nos Estados Unidos. Nós brasileiros, possuímos a DEFESA PASSIVA, organizada sob métodos modernos e atuais. Cumpre-nos observar e fielmente executar as orientações emanadas do S.D.P. ajudando o Brasil a vencer a pirataria assassina ítalo-germânica.”<sup>93</sup>

Tudo parecia estar sob o mais absoluto controle, até que num certo dia o alarme soou inesperadamente em Natal, causando um grande transtorno e correria, deixando um rastro de pavor e pânico entre a população:

Então se dizia aí que no dia que a sirene fosse acionada sem o aviso prévio, aí era pra valer. E, lamentavelmente, um dia inadvertidamente o homem que estava aí de serviço no quartel e, não se sabe por que motivo, acionou a sirene. Foi em 43, aí as outras sirenes entraram em cadeia... eu estava no Cinema São Pedro, lá no Alecrim, tava assistindo a série de Flash Gordon no Planeta Mongo...

Mas, menina, foi uma correria, nossa! Falaram aí que tinha morrido uma pessoa do coração, mas eu não sei, os jornais não noticiaram, mas na época houve esses comentários. O fato é que houve a falha, mas foi só num dia.<sup>94</sup>

Esse acontecimento não chegou a ser noticiado pelos jornais, saindo apenas alguns escassos comentários na programação da REN, porém outros “deslizes” conseguiram escapar da censura, sendo então publicados, como o artigo assinado por “Amauri”, segundo o qual os natalenses estavam fazendo “verdadeiros Water-Closeds” dos abrigos contra ataques aéreos: “Quem passa por perto dos abrigos situados no lugar em que funcionava o Natal Clube e onde estão construindo o prédio da Policlínica do Alecrim, fica surpreso com o mau-cheiro que eles exalam.”<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> *O Diário*, Natal, 20/08/1943.

<sup>94</sup> Cleanto Homem de Siqueira, entrevista já citada.

<sup>95</sup> *O Diário*, Natal, 23/02/1943.

Algumas das primeiras medidas de racionamento na cidade foram feitas “na surdina”, sem serem avisadas nem comentadas oficialmente, devido entre outros fatores à euforia pan-americanista que, no entanto, não conseguiria esconder por muito tempo a grave crise de abastecimento em que a cidade mergulhava. Na realidade, desde o início do conflito, o próprio padrão de vida da cidade já começara a mudar, atingindo índices inacreditáveis em relação a vários aspectos como abastecimento, transportes, habitação etc. Em 1943, um artigo de *O Diário* afirmou que “a densidade demográfica cresceu cerca de 20% nestes últimos quatro anos, com elementos originários de um país de nível de vida mais elevado do mundo. Esse acréscimo trouxe inevitáveis conseqüências que pesam sobre a responsabilidade direta do governo na elevação do padrão de vida da população local e no seu próprio abastecimento”<sup>96</sup> – o contingente de militares e civis norte-americanos em Natal e Parnamirim, chegaria a 10.000 homens, segundo Câmara Cascudo.<sup>97</sup>

E a população o sabia muito bem, como ficou registrado (apesar da censura) em diversos momentos pelos jornais locais: era a enxurrada de gringos e dólares que estava tumultuando o seu cotidiano, sem a menor sombra de dúvida. O jornal do movimento católico, nesse mesmo ano, trazia a notícia de como o governo dos Estados Unidos estava solucionando a crise de abastecimento de suas tropas – exclusivamente – restando aos brasileiros apenas aguardar pacientemente a boa vontade de seus próprios governantes para o equacionamento do problema:

A instalação de importantes serviços militares em Natal [...] criou ali um grave problema de abastecimento, dado o súbito aumento da população com a

---

<sup>96</sup> Idem, 28/08/1943.

<sup>97</sup> Luís da Câmara Cascudo, op. cit. (1999; p. 422).

afluência dos milhares de componentes das unidades e dos corpos técnicos brasileiros e norte-americanos.

A intensificação em tão alta escala do consumo de carne verde está esgotando rapidamente as reservas de gado da região. Outros gêneros alimentícios igualmente escassearam, concorrendo ainda, para essa crise alimentar o desvio, no interior do Estado, de 15.000 agricultores das atividades da lavoura para os trabalhos de mineração de cheelita.

Prevenindo, aliás, o problema do abastecimento das suas tropas, o governo norte-americano determinou a fundação, nas proximidades de Natal, de um grande aviário, duma moderna montagem para criação de suínos e uma horta de proporções colossais, obras em que trabalham numerosos técnicos, mas que ainda não estão em pleno rendimento.

Da parte das autoridades brasileiras também o problema tem encontrado, na medida das nossas possibilidades, a atenção e o cuidado que merece [mas não se dizia quais...].<sup>98</sup>

As notícias a respeito da gravidade da situação eram dadas quase diariamente:

“Há falta de carne e subiu o preço do leite”; “Está grassando em Natal uma epidemia de Ações de Despejo”; “Aonde vai parar o custo da vida em Natal?” etc.<sup>99</sup> – neste último, fazia-se uma comparação entre a situação em Natal e Recife, afirmando-se que na capital pernambucana havia “punição para os exploradores do povo”, seguida da apreensão dos produtos vendidos acima do tabelamento, mas em Natal “a comissão nem ao menos se reúne para deliberar [...] Mais uma vez voltamos ao assunto, esperando uma atitude da nossa Comissão de Tabelamento. Não devemos assistir de braços cruzados à sangria da população.” Incapazes de solucionar tais problemas, os poderes públicos passaram a adotar medidas de caráter repressivo a quem ousasse tirar algum proveito dessa situação, como por

---

<sup>98</sup> “Escassez de abastecimento no Rio Grande do Norte” in *A Ordem* de 28/09/1943, transcrito pelo *O Diário*, Natal, 29/09/1943.

<sup>99</sup> *O Diário*, Natal, 05/11/1943, 12/11/1943 e 02/02/1944.

exemplo os comerciantes que não respeitassem o tabelamento oficial de gêneros de primeira necessidade e de locação de imóveis, bem como os proprietários de fazendas de gado no interior do estado que se recusassem a fornecer carne verde aos mercados públicos, forçando assim o aumento dos preços:

“Medida eficaz: Dentre as providências ultimamente determinadas pela chefia de polícia no sentido de coibir certos abusos injustificáveis, recentemente verificados nesta capital [...] e que se relacionam com a alta criminosa de preços de mercadorias vendidas a estrangeiros aqui residentes de pouco tempo ou que se encontram em trânsito [...] Aumentar deliberadamente e com fins inconfessáveis os preços dos gêneros alimentícios e de outras necessidades e até mesmo das locações de imóveis, é crime contra a economia popular e portanto punido por nossas leis penais. O governo não transigirá na execução dessas medidas reclamadas e a ação da polícia a esse respeito será pronta, severa e eficaz.”<sup>100</sup>

[...] toda uma série de fatores negativos, a começar pela dolorosa seca que estiolou os nossos sertões concorreu para que aquele problema [a escassez de carne] assumisse aspectos mais complexos do que à primeira vista se poderia supor [...] Mas daí que chegássemos às condições de incrível e quase absoluta falta de carne em que nos achamos hoje, semana após semana, nos mercados públicos, justamente quando tabelas de preços mais módicos são mandadas executar pelo Coordenador da Mobilização Econômica, é, francamente, de estranhar e exige imperiosamente as medidas em vias de aplicação.”<sup>101</sup>

A seca, que há dois anos alastrava-se pelos sertões e municípios norte-riograndenses, fazia com que milhares de migrantes se dirigissem à capital, contribuindo para agravar ainda mais a situação do verdadeiro *boom* populacional em que se encontrava.

---

<sup>100</sup> *A República*, Natal, 21/03/1942.

Uma das medidas que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho tomou em relação aos flagelados da seca que chegavam a Natal foi fazê-los “embarcar para os portos de Belém e Manaus” e para os “seringais dos estados do Pará, Amazonas e Território do Acre”.<sup>102</sup> Entretanto, esse deslocamento das populações sertanejas para as frentes de trabalho do norte do país, principalmente para a extração da borracha, também não conseguiu resolver o problema, uma vez que até o ano final da guerra os jornais continuaram a noticiar o intenso fluxo de migrantes do interior do estado para Natal e Areia Branca (município vizinho à capital).

Até mesmo o horário do comércio mudara devido a essa situação, sob o pretexto de “atenuar a crise de transporte urbano”, mas a prefeitura a esse respeito apenas divulgou uma “nota oficial relativa ao horário do fechamento do comércio”, não encerrando o assunto - ao que o jornal acrescentara: “diante disso, continuamos a enquete iniciada sábado [...]”<sup>103</sup> – pelo menos pela imprensa e sobre alguns poucos assuntos a população ainda podia ser consultada...

A crise nos transportes explicava-se porque os poucos bondes que circulavam na cidade, “pertencentes por concessão a uma empresa particular”, a companhia Força e Luz, passaram a ser insuficientes frente ao explosivo crescimento da população<sup>104</sup>. Pelos jornais multiplicavam-se as queixas e cobranças à prefeitura e governo do estado para que obrigassem a tal companhia a aumentar o reduzido número de bondes ou colocar em prática “um outro sistema auxiliar de transportes [...] uma linha de ônibus movidos a gasogênio, já

---

<sup>101</sup> *O Diário*, Natal, 12/02/1943.

<sup>102</sup> *A República*, Natal, 26/07/1942.

<sup>103</sup> *O Diário*, Natal, 02/08/1943.

<sup>104</sup> *Idem*, 09/05/1941.

que a gasolina, no momento, está restrita a limitados empregos.”<sup>105</sup> A discussão sobre esse transtorno no cotidiano natalense foi publicada e irradiada durante anos:

Cresce a população...diminuem os bondes – O aumento de população da nossa capital nos últimos dois anos seria talvez uma coisa de causar orgulho a qualquer cidade e a qualquer cidadão, desde que não acarretasse o que acarretou para a população da nossa Natal.<sup>106</sup>

Veríssimo de Melo publicou uma série de crônicas a respeito, algumas com seu característico senso de (bom) humor: “Sobe e desce, desce e sobe, sobe e desce... Graças a Deus, daqui para o ano 2000, terminará o serviço do novo desvio dos bondes, ali na Ribeira” - o autor lastimava a precariedade desse serviço dizendo haver “uma longa lista negra de sofrimentos, de prejuízos e de lágrimas”, citando casos e mais casos de pessoas que teriam perdido seus empregos pelos atrasos constantes dos bondes e até casos de “desenlace de noivados”...<sup>107</sup> No mesmo tom humorístico, outro jornalista que assinava sob o pseudônimo de “Martelo” faria o seguinte comentário: “[Natal] cresceu, ganhou fama [...] mas somente os bondes não mudaram [...] goteiras intransigentes a martelar do teto dos bondes a roupa e a paciência do freguês. [...] Coitados dos bondezinhas natalenses. Trabalham tanto, não reclamam ao ministério e dão tanto o que falar...”<sup>108</sup>

Por outro lado, era impressionante o contraste entre o noticiário sobre a precariedade dos transportes natalenses e as matérias que cobriam as inovações tecnológicas norte-americanas em termos de aviação, citando *Parnamirim Field* como seu

---

<sup>105</sup> Idem, 16/02/1943.

<sup>106</sup> *O Diário*, Natal, 09/02/1943.

<sup>107</sup> Idem, 06/02/1943.

<sup>108</sup> Idem, 08/02/1943.

exemplo máximo, ou mesmo os apelos ao consumismo de uma exposição dos últimos modelos de automóveis:

Exposição Ford – Os srs. Bezerra & Cia., representantes neste Estado da Ford Motor Oil, colocaram, hoje, em exposição os novos modelos de carros para o ano de 1941.<sup>109</sup>

O aeródromo de Parnamirim, um dos mais importantes e menos conhecidos do mundo [...] Deste aeródromo decolam dia e noite numerosos aviões destinados a aumentar o poderio das forças que lutam contra o Eixo [...] levar os aviões norte-americanos às frentes de combate e de proporcionar transporte adequado aos membros dos governos e comandos aliados que cruzam o Atlântico para atender às necessidades da guerra.

O número desses aviões de guerra constitui segredo militar, mas não é nenhuma incógnita para o inimigo que esse número atualmente ascende a muitos milhares de aparelhos.<sup>110</sup>

Esse verdadeiro deslumbramento com o progresso material da sociedade norte-americana, por sua vez, esbarrava em seu próprio contra-ponto:

Vinte e dois mil operários em greve – (Nova York, 21,UP) Vinte e dois mil trabalhadores de Detroit encontram-se em greve. Os grevistas em sua maior parte pertencem às fábricas de automóveis da cidade, hoje trabalhando para a guerra [...]<sup>111</sup>

Da mesma forma, os efeitos do racionamento de combustíveis sobre a população mostravam um enorme contraste: os poucos que possuíam automóveis na cidade reclamavam de não mais poderem utilizá-los quando bem quisessem, tendo que obedecer a

---

<sup>109</sup> Idem, 23/12/1940.

<sup>110</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 17/02/1943.

<sup>111</sup> *O Diário*, Natal, 22/05/1943.

quota de 10% do consumo mensal estipulada pelo governo, bem como a determinação dos dias e horários permitidos para seu trânsito; enquanto a queixa principal da maioria voltava-se à falta de gás de cozinha e querosene, já que muitas famílias ainda usavam lampiões, lamparinas e outros artigos semelhantes para iluminar os cômodos de seus lares, embora a luz elétrica houvesse chegado a Natal em 1911:

Naquela época, havia muito poucos automóveis aqui em Natal [...] pra você ter uma idéia, eu me lembro somente de quatro carros na praça de taxis, ali no Grande Ponto, e o nome dos motoristas: Catanda, João Paulino, Chaveta e Abel Viana [...] As limosines vieram depois, com o desenvolvimento, mas nessa época não. O primeiro ônibus eu ainda me lembro, era um ônibus da Força e Luz, que era a companhia que administrava o transporte coletivo, que eram os bondes. Então esse ônibus era um ônibus amarelo e o motorista se chamava Nepó, que era jogador do Santa Cruz.

[...] quase toda a atividade de cozinha era à lenha, os fogões eram à lenha... gasolina eu não me lembro como é que chegava por aqui...<sup>112</sup>

Pela imprensa diária e programação da REN seria noticiado o principal motivo da escassez dos combustíveis: o esforço de guerra necessário para colaborar com o nosso *Good Neighbour*. O DEIP já publicara consecutivas notas esclarecedoras a esse respeito: “Desde o alastramento da guerra ao continente americano, com a agressão japonesa aos Estados Unidos, os mercados nacionais de gasolina, óleos e demais derivados do petróleo se acham, como se sabe, seriamente agravados pela redução das quotas de exportação a que se viu obrigado aquele país, em virtude do considerável desdobramento das suas indústrias bélicas”, acrescentando que “na parte que nos toca, foram já adotadas, pela comissão competente, diversas providências de caráter proibitivo, entre as quais o fechamento dos

---

<sup>112</sup> Cleantho Homem de Siqueira, entrevista já citada.

postos de gasolina aos domingos e feriados [...] a supressão dos transportes rodoviários nas estradas servidas por trens, onde e quando isso seja possível”, e concluindo que “Tratando-se, porém de um problema cuja solução depende em grande parte do consumidor, nenhum remédio parece mais indicado do que o de uma propaganda diária e intensa, com a finalidade de educar os proprietários de veículos [...].”<sup>113</sup>

Caberia aqui indagar: para os demais natalenses, representantes de grande parte da sua população ativa, só restaria colaborar passando a comer menos e acostumando-se a viver no escuro? Isso não era sequer cogitado pelos órgãos oficiais, que ignoravam sintomaticamente a existência das desigualdades sociais, dirigindo-se à “nação brasileira” em prol do esforço de guerra.<sup>114</sup>

No Carnaval de 1941, antes mesmo do racionamento de combustíveis oficializar-se, o pretexto para a proibição do desfile do curso foi atribuído à possibilidade de haver um congestionamento no trânsito, o que não convenceu os foliões mais atentos:

Houve apenas a lastimar a falta do curso, que foi impedido pela Inspetoria de Veículos. No momento foi dado como motivo a conveniência livre do trânsito, daquela praça [a praça Gentil Ferreira, no Alecrim] e adjacências. Francamente, achamos que teria sido possível conciliar o tráfego público com o desfile de automóveis em filas de curso.<sup>115</sup>

Do ano seguinte até o final da guerra, essa parte importante dos desfiles carnavalescos passou a ser mais visada pela Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis, chegando a serem colocadas algumas restrições à sua exibição, sem no

---

<sup>113</sup> *O Diário*, Natal, 09/04/1942.

<sup>114</sup> Voltarei ao assunto adiante.

entanto ser decretada nenhuma forma de proibição propriamente dita: “Os carburantes não podem ser utilizados em cursos carnavalescos – De conformidade com instruções do Conselho Nacional de Petróleo, não podem ser usados automóveis, que usem carburantes líquidos, em cursos carnavalescos, passeios, excursões, pic-nics etc. Para conseguir obediência a essas restrições, a Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis irá agir junto à Inspetoria de Trânsito.”<sup>116</sup>

Ou seja, mesmo havendo o racionamento de combustíveis durante essa fase da guerra, o desfile do curso carnavalesco teve sua continuidade assegurada, o que justificava o entusiasmo de afirmações do tipo: “mesmo na guerra, nada parou, nada parou.”<sup>117</sup>

Foi também iniciada nessa época a utilização do gasogênio como combustível alternativo à gasolina:

Na época da guerra teve racionamento de gasolina, tanto que foi feito... adotou-se a alternativa de se fazer os motores funcionarem com gasogênio. Era uma caixa grande que era colocada atrás do carro e essa caixa produzia o gás, então os carros eram movidos a gás. Durante o período, só quem tinha gasolina era a Presidência da República, para os seus órgãos, e os governos dos estados, só.<sup>118</sup>

Talvez por uma certa ironia do destino, nessa fase de racionamento de combustíveis, seria construída a primeira estrada de asfalto de Natal, por causa da guerra: *Parnamirim Road*, um empreendimento norte-americano e que ficou conhecida simplesmente por “a Pista”, pela população local. “Articulando Parnamirim a Natal, surgiu

---

<sup>115</sup> *O Diário*, Natal, 17/02/1941.

<sup>116</sup> *A República*, Natal, 07/03/1943.

<sup>117</sup> Cf. Ivone Medeiros, em entrevista já citada.

<sup>118</sup> Hélio Vicente Vianna, ex-procurador geral do Instituto Brasileiro do Café (IBC) nos anos 40, em entrevista à autora, Rio de Janeiro, março de 2002.

uma estrada asfaltada, 20 quilômetros. Pagaram seis milhões de cruzeiros e durou seis semanas sua construção. É Parnamirim Road”, disse Câmara Cascudo em 1947, ao relembrar os fatos do evidente progresso trazido da América em contraste com a vida de sua província:

Os americanos construíram do outro lado da Base Aérea Brasileira, perto da lagoa, Parnamirim Field, o campo que mais ajudou a ganhar a guerra. Não há discurso a mais e sabotagem a menos capazes de fixar o papel exato de Parnamirim. Impossível dizer até onde este pouso foi insubstituível, inverossímil, decisivo. Foi a maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora do seu território. Mesmo relativamente ao potencial americano, Parnamirim era imenso e digno de orgulho. Pistas de dois mil metros facilitavam a descida imediata de 250 aviões. Mil e quinhentos edifícios abrigavam 10.000 homens. Todos os serviços modernos, todos os recursos da técnica, possíveis ao gênio e ao dinheiro, estavam abundantemente acumulados em Parnamirim. A gasolina, média de 100.000 litros diários, vem de um *pipe line* com 20 quilômetros de distância, recebendo-a dos navios tanques, na cidade do Natal. Custara sessenta milhões de cruzeiros e seis mil operários trabalharam dia e noite, sem parar, em mistério. A gasolina contida no *pipe line* manteria em circulação todos os veículos do Estado durante um mês.

[...]Além do campo americano, feito por ele à sua imagem e semelhança jovial, ergueu-se outra Parnamirim, não militar como a Base Aérea, mas civil e pobre, a Vila, ampla, ensolarada, com grupo escolar, iluminação elétrica, assistência, higiene, sem becos, sem travessas, sem monturos, um dos grandes trabalhos de animação e auxílio do prefeito Sylvio Piza Pedroza [...] <sup>119</sup>

Se vivo fosse, com certeza Cascudo também não escaparia do meu rol de informantes, teria sido entrevistado para enriquecer essa tentativa de reconstrução dos fatos

---

<sup>119</sup> Luís da Câmara Cascudo, op. cit (1999, p.423-424).

aqui abordados. Mas através de suas crônicas, como esta que transcrevo acima, e pelos escritos jornalísticos deixados por um Veríssimo de Melo, talvez seja possível entrever detalhes importantes daquela época. Contudo, insisto em dizer que a oralidade trouxe a esta pesquisa dados preciosos que teriam fatalmente se perdido com o tempo, inimigo número um desse tipo de registro.<sup>120</sup>

O sabor de festa encontrado pela população miserável da vila de Parnamirim no lixão dos americanos, seus vizinhos da próspera *Parnamirim Field*, por exemplo, não faria parte desta história, onde o que ficou escrito por Cascudo apenas tangencia a sua existência enquanto vila pobre, porém, “sem monturos”...

Diferentes atores e seus diferentes exercícios de memória, sendo confrontados, podem desvendar uma realidade complexa e por vezes contraditória, detentora de múltiplas formas de visibilidade e dizibilidade. Isso porque, entre outras coisas, a memória é um objeto de disputa política muito forte, como lembra a epígrafe deste capítulo.

---

<sup>120</sup> Até mesmo porque, na tentativa de localizar a documentação policial do estado, deparei-me com a ausência de um arquivo nessa instituição. A desculpa alegada pelas autoridades responsáveis foi a de que, naquela época, não havia o costume de se registrar as queixas por escrito (inexistindo os boletins de ocorrência), porque a maioria absoluta do corpo policial era analfabeta.

## Capítulo 3

### Deve ou não haver Carnaval?

Esta vida é mesmo assim  
Vou passar o Carnaval  
Soltando bomba em Berlim  
Vamos minha gente toda  
Da cidade de Natal  
Esquecer nossa tristeza  
E dançar no Carnaval

(Zé Poeta, *O Diário*, 1943)

“Durante a guerra, Zé Areia trabalhava como barbeiro no Campo de Parnamirim. Nas horas de folga, vendia sagüis, papagaios, urubus e ‘gatos por lebres’ aos norte-americanos. Um dia, Luiz Tavares o encontrou na Ribeira. Zé Areia queixou-se da concorrência desleal no negócio dos sagüis. Os americanos só queriam agora pagar dez cruzeiros por cada um. Estava em situação difícil. Vendera muitos por quarenta, cinquenta cruzeiros.

Passaram-se os meses. Inesperadamente, chega a Natal outra grande leva de soldados norte-americanos, em trânsito para a África. O negócio dos sagüis melhorou consideravelmente. Zé Areia chegou a vender a cem cruzeiros!

Foi num desses dias gloriosos que Luiz Tavares o encontrou novamente, na Av. Tavares de Lira. Zé Areia estava completamente embriagado. Luiz Tavares perguntou o que significava aquele porre, ao que ele confessou, orgulhoso:

- Alta de sagüis!”<sup>1</sup>

Personagem quase mítico da Natal daquela época, o barbeiro, boêmio e ex-Rei Momo José Antônio Areias Filho, o Zé Areia, teria algumas de suas sátiras “fatalmente orais” publicadas, pouco antes de falecer, por iniciativa do editor Carlos Lima e sugestão de Câmara Cascudo, que admirava seus rompantes e o homenageou com as seguintes palavras:

Rapazote (Zé Areia) andou estudando com Pedro Alexandrino e Clementino Câmara. Depois mergulhou no torvelinho. Barbeiro intermitente, biscateiro, não foi facadista impertinente e pedinchão. Guardava compostura na humildade e decoro na penúria como um mendigo espanhol. Infalivelmente, alvejava quem pretendesse humilhá-lo. Assim retrucou aos ricos, aos notáveis, ocasionalmente poderosos, procurando experimentá-los nos recursos defensivos dos melindres íntimos. Quase nada e raramente versava uma quadrinha, atendendo desafio.

[...] Nunca o ouvi responder senão na fulminante prosa, de efeito irrecorrível. Não se inspirava espontaneamente. Indispensável chamá-lo a terreiro no instintivo direito da Represália. Unicamente provocado, reagia, imediato, numa voz displicente e mastigada de despreocupação. Dava o golpe derrubador recaindo na apatia, o grande rosto redondo e papudo alheado e triste. Sua inspiração não seria obscena nem imoral, mas simplesmente erótica. Recorria ao processo mais comunicativo da sátira nos níveis comuns do entendimento secular. Era Povo e falava como um personagem de Gil Vicente.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Veríssimo de Melo, *Sátiras e Epigramas de Zé Areia*, Natal: Nordeste Editora Gráfica / O Potiguar, 4ª edição, 2001 (p. 69-70).

Zé Areia, morador das Rocas, não perdia um Carnaval, momento em que sua verve jocosa transformava-se em atitudes irreverentes e inesquecíveis, como no dia em que posou travestido de mulher ao lado de marujos americanos e potiguares. A “clássica” fotografia tirada por J. Alves de Melo desse episódio do carnaval de rua daquela época pode suscitar algumas impressões sobre o contato entre as diferentes nacionalidades. Se a enorme influência dos hábitos e costumes americanos foi, quantitativamente, desigual, sem no entanto chegar a se configurar como um movimento de mão única, os gringos também seriam tragados pelo turbilhão cultural que caracterizava o momento da folia momesca. Era a hora em que o lúdico e o satírico conseguiam subjugar a seriedade exigida pelo momento da guerra, era quando todos caíam no frevo, nas marchinhas e no samba, que despontava na cidade. Cenas de bebedeira, divertimento e descontração, permeadas pelas constantes confusões e tensões entre os diferentes povos que se defrontavam.

A discussão sobre a “conveniência” de ocorrerem as comemorações carnavalescas na fase mais crítica do conflito mundial, período que coincidiu com a entrada formal do Brasil na guerra, foi assunto que ocupou por várias vezes as principais páginas dos jornais natalenses. Também na capital federal essa polêmica ganhava fôlego, indicando uma preocupação por parte da população em geral e de seus expoentes intelectuais com os possíveis significados da festa pagã e sua associação ao símbolo de “maior festa popular brasileira”.<sup>3</sup> Entretanto, em Natal, essa discussão que já vinha de longa data (como se pode ver pelas implicações dos acontecimentos político-sociais que marcaram os meados dos anos 20/30 na cidade e seus arredores, quando os movimentos revolucionários da Coluna

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem* (p. 50-51).

<sup>3</sup> Também há registros dessa discussão em outras capitais, destacando-se as matérias publicadas pelo *Correio Paulistano*, onde se alertava para a ausência de “ambiente moral propício à alegria carnavalesca”, cf. Roney Cytrynowicz, *Guerra sem Guerra: o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra*, São Paulo: Geração Editorial, 2002 (p. 182).

Prestes e da Intentona Comunista, além da intranqüilidade social trazida pelos grupos de cangaceiros, deixaram suas marcas na sociedade local, dando surgimento às primeiras opiniões pró e contra a realização do Carnaval em momentos de conturbação social)<sup>4</sup>, tomou um direcionamento bem diferente.

Zé Areia teve motivos de sobra para desconfiar e discordar quando o assunto corrente nas ruas passou a ser a possibilidade de haver a suspensão dos festejos carnavalescos. Para ele e seus semelhantes, esse “bate-boca” era inútil, um verdadeiro despropósito, pois ficar sem Carnaval era algo inimaginável e digno do mais vil desprezo, nada tendo a ver com uma guerra em terras tão distantes. Para ele e muitos outros foliões natalenses, “o Carnaval é uma ducha para o pobre, porque ele esquece tudo e sai na rua brincando [...]”<sup>5</sup>

E, como dizia o editorial do vespertino natalense *O Diário*:

Não fazer carnaval porque estamos em guerra, não.

E os seus condenadores sob o rótulo falso de patriotas e filantropos, espalharam-se endemicamente. É uma idéia errônea e ridícula, sem nexos ou iniciativa original. São pachecadas.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Tratei esse assunto mais detalhadamente no primeiro capítulo, especialmente no item “Rebeliões e festas”.

<sup>5</sup> Cf. Rubens Pessoa, em entrevista já citada.

## 1. Conferência X Carnaval

Com exceção dos reclames pronunciados pelos integrantes do movimento católico em prol da proibição dos festejos momescos, sempre presentes nas páginas d'*A Ordem*, desde os anos 20, as primeiras manifestações formais contrárias à realização do Carnaval no período da guerra datam de janeiro de 1942, durante a realização da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, na capital federal, no auge da política pan-americanista<sup>7</sup>. Artigos e editoriais de vários órgãos da imprensa carioca passaram a veicular opiniões favoráveis à proibição da festa, sob a alegação de que, entre outras coisas, “o Carnaval de rua e a Conferência Continental são incompatíveis. Uma coisa exclui a outra. E, certamente, a Conferência é mais importante [...]”, pois, afinal de contas,

Que juízo poderão fazer de nós os espíritos de *élite* (é evidente que cada país se esmerará em selecionar a sua representação) que vindos de longes terras para tratar assuntos de extrema gravidade e magnitude, tiverem, na Avenida Rio Branco, ou em qualquer outra rua, os seus passos embargados por uma multidão ululante, suarenta e mal cheirosa, a berrar canções carnavalescas, que eles não entenderão; com “dançadoras” às centenas ou milhares a requebrar os vastos quadris e tremelicar as “fachadas somáticas” em ritmos de música sensual?<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> *O Diário*, Natal, 17/02/1943.

<sup>7</sup> A contextualização da referida Reunião encontra-se no capítulo anterior.

<sup>8</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/01/1942.

Criou-se a partir daí uma onda de boatos que afirmavam a interdição do Carnaval naquele ano. Interessante é perceber que a restrição dizia respeito apenas ao carnaval de rua, subvencionado pelos poderes públicos, não aos bailes dos clubes e associações particulares, que poderiam ter sua continuidade assegurada. A proibição deveria ater-se à “multidão ululante, suarenta e mal-cheirosa”...

Outro acontecimento que os defensores da proibição da festa momesca utilizaram para justificar o seu intento foi o bombardeamento de alguns navios brasileiros pelas forças do Eixo: dizia-se que, com tamanha tragédia nas costas do país, o povo não veria nenhum motivo para se alegrar naquele ano. Nesse sentido, o mais lógico seria suprimir a festa em nome das vítimas e do sofrimento de suas famílias. Em seu “O Carnaval e as afirmações cristãs”, um representante do movimento católico esbravejava:

E mui principalmente na hora em que atravessamos, o Carnaval é um crime contra Cristo e contra a Pátria. E tanto assim é que as autoridades do Brasil não tornaram oficiais os seus festejos.<sup>9</sup>

Entretanto, algumas vozes contrárias à proibição do Carnaval devido ao acirramento da guerra começaram a ter seu espaço na imprensa, como o Barão de Itararé (pseudônimo do jornalista Aparício Torelli, editor do jornal *A Manhã*), que assinava a coluna “Amanhã tem mais...” no *Diário de Notícias*. Itararé escrevia sobre o assunto da maneira mais irônica possível, sempre tentando extrair de seus leitores alguma forma de reflexão um pouco mais elaborada do que o previsto no senso comum. Ao escrever “Surpresas da guerra”, por exemplo, questionou prontamente o argumento que relacionava o bombardeio dos navios brasileiros à necessidade de se proibir o Carnaval. Dizia ele que

“não podemos perder a calma”, uma vez que “no sábado de Carnaval nenhum folião poderia imaginar que no domingo o *Buarque* fosse torpedeado e na segunda-feira magra nenhum careca poderia prever que o *Olinda* seria posto a pique na terça-feira gorda.”<sup>10</sup>

Em outro momento, Itararé escreveu que “a cidade está em polvorosa. Discute-se acaloradamente se deve ou não haver Carnaval e a população está dividida em dois fortes partidos: um a favor e outro contra o rei Momo”, concluindo satiricamente: “Há uma solução lógica para o problema, uma vez que subsista a liberdade: - os que são contra fiquem em casa, lamentando a falta de juízo desses brasileiros inconscientes que, num momento como este, em vez de colaborar no esforço de guerra, preferem saracotear e gastar as suas energias em chinfrinadas. Os que são pela folia, que formem o cordão e, por sua vez, lastimem os patrícios que só conseguem servir ao país com muita gravidade e sem direito a uma boa gargalhada. Se eu fosse Salomão, neste momento, pegaria o rei Momo pela gola do casaco e, com uma faca de açougueiro bem afiada, partiria-o pelo meio, em duas partes iguais. Depois, segurando uma metade do cadáver, entrega-lo-ia aos que querem Carnaval, dizendo: - Divirtam-se! Em seguida, empunhando a outra metade, serenamente oferecê-la-ia ao outro grupo, que não topa o samba, dizendo: - Rezem por ele!”<sup>11</sup>

Logo que o assunto passou a tomar vulto na imprensa carioca, principalmente no período de realização da Conferência Continental, em janeiro de 42, Aparício Torelli publicou o seguinte artigo, o primeiro de uma série, até o fim da guerra (e da polêmica):

---

<sup>9</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/02/1943 (C.J. de Assis Ribeiro assina o artigo).

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/02/1942.

<sup>11</sup> *Idem*, *ibidem*, 21/01/1943.

Um carnaval tolerável – O carnaval poderia, afinal, ser tolerado, num momento como este, se fosse simultaneamente imposta uma série de exigências aos que, de qualquer forma, querem cair na fuzarca.

Por exemplo: a ninguém, sob nenhum pretexto, deveria ser permitido sair à rua nos dias de carnaval, sem máscara. A máscara, porém, não poderia ser escolhida arbitrariamente pelo folião, mas seria imposta por autoridade competente. A máscara também não poderia ser confeccionada com qualquer material nem seria de qualquer feitio. Todas, sem exceção, seriam iguais, obedecendo a um tipo uniforme e de eficiência garantida. O folião, assim, compreenderia, se não fosse totalmente bronco, que o momento não é para se pensar em brincadeiras mais ou menos cretinas, mas para se começar a pensar a sério na defesa contra gases asfixiantes.

Todo o indivíduo que fosse surpreendido, fazendo uso de lança-perfumes, deveria ser compelido a pegar numa lança de verdade, dessas que têm uma bandeirola na ponta, e forçado a fazer exercícios de cavalaria ligeira, até cansar. Tirolezas ou tiroleses que andassem saracoteando pelas avenidas ou pelos salões de baile, deveriam ser recrutados a unha e mandados assim mesmo fantasiados para realizarem manobras nos morros, arrastando canhões e metralhadoras pesadas, porque só dessa maneira poderiam abrir os olhos e perceber que o momento não é para fantasias, mais ou menos frajolas, mas para tratar da dura realidade.

Os locais onde se realizassem batalhas de confete deveriam ser automaticamente transformados em campos de manobras, com a mobilização de todos os foliões, sem distinção de idade ou sexo, sem diferenciações de crença ou raça, considerando-se a todos como aptos para o serviço obrigatório, uma vez que todos estavam aptos para a farra. Os cavadores de toda ordem, aproveitadores de todas as situações, seriam aproveitados para o trabalho de cavar trincheiras.

Dessa maneira, sim, o carnaval deste ano teria justificativa, isto é, com máscara contra gases, com lanças sem perfume e com batalhas simuladas sem confete.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/02/1942.

A fina ironia do Barão de Itararé respondia ao rol de instruções impostas pela chefia de polícia para o controle do carnaval carioca daquele ano, publicadas alguns dias antes de seu artigo sair, onde quase todos os aspectos mais característicos da festa encontraram-se sob suspeição, proibindo-se desde o uso de máscaras de qualquer espécie e de determinadas fantasias até o encontro de blocos e cordões. Um “carnaval tolerável” para a polícia significava um carnaval descaracterizado e destituído de qualquer sentido de irreverência e contestação, ficando especialmente proibidos os desfiles de “grupos formados por indivíduos maltrapilhos, à guisa de blocos e empunhando latas velhas, fragmentos de madeira e outros objetos agressivos, bem como o uso de fantasias constituídas por tangas e calções de banho” e também impedindo a “organização de serpentes, trens de ferro ou tudo que redunde em correrias no seio da multidão, assim como vaias e agressões à guisa de manifestações carnavalescas” ou, ainda, não admitindo “como fantasia carnavalesca qualquer símbolo patriótico [nem] a adoção de cânticos ofensivos à moral [e] canções alusivas a corporações civis, militares e cultos religiosos.”<sup>13</sup>

O que chama a atenção é o fato de que as autoridades não proibiram propriamente a realização da festa, mas tentaram cerceá-la por todos os lados, ou, em todos os *fronts*. Pode-se presumir que essa alternativa tenha sido tomada como forma de antecipação/prevenção ao insuspeitado mal estar com o que pudesse ocorrer nas ruas, caso houvesse mesmo a tal proibição. Numa situação de tensão generalizada, a melhor tática seria não decepcionar os anseios populares e foi isso o que a prefeitura da capital federal decidiu fazer, tanto naquele ano da Conferência Continental, como no ano seguinte:

---

<sup>13</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/02/1942.

[...] o auxílio oficial será concedido, a exemplo dos anos anteriores, estando os poderes competentes interessados em facilitar o mais possível todas as iniciativas que possam contribuir para os festejos carnavalescos externos. Ruíram, pois, os boatos de que não haveria o Carnaval de rua.

Considerando que o Carnaval é motivo para festejos de tradição eminentemente popular, a Prefeitura do Distrito Federal prestará o seu apoio a iniciativas que tenham esse caráter, colaborando para o divertimento do povo em todos os setores da cidade.

No entanto, o governo municipal não tomará nenhuma iniciativa para a realização de festas de cunho oficial, deixando de promover, por isso, o baile de gala, no Teatro Municipal.<sup>14</sup>

Como se vê, o apelo aos aspectos tradicionais da festa servia como uma boa justificativa para que os poderes públicos a consentissem em meio à realização de tão importante reunião política internacional. Dessa forma, deslocava-se o enfoque da discussão para o terreno seguro e inquestionável da “tradição”, como se isso conseguisse ocultar o lado transgressor do Carnaval de rua, temido e alardeado como perigoso pelos jornais.

Através do olhar *outsider* de Yvonne Jean, estrangeira que morava há alguns anos no Rio de Janeiro, pode-se ter uma idéia de como a discussão sobre a proibição do Carnaval atingiu amplos setores da sociedade na época. Como ela própria se definia, “eu sou *outsider*, pois não faço parte do Carnaval. Ele me interessa e pode mesmo divertir-me muito, mas não sou uma parcela dele. Não é uma necessidade para mim, pois que estou mais perto da guerra européia que do carnaval carioca”, afirmava com convicção:

---

<sup>14</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/01/1942 e 15/02/1943.

Eis porque, não podendo ser suspeita de parcialidade, me permito dizer: “O povo tem necessidade de alegria, mesmo se ela atinge às vezes a histeria, pois que o senso das proporções não é uma qualidade humana.”

[...] E se é que se quer meter na cabeça do povo daqui que o momento é grave, que o espírito de sacrifício e de fraternidade é indispensável e que a pátria vem antes do indivíduo, só se conseguiria isto fazendo-o sabedor do que se passa e falando-lhe ao coração e à inteligência. Se a primeira medida fosse de suprimir o seu Carnaval, não compreenderia e somente ficaria exasperado. É que este Carnaval significa tantas coisas para ele. Ilumina e enche os meses que o precedem, e faz esquecer as dívidas, os empréstimos, os fins de mês e a mesquinhez da vida cotidiana.

[...] Evidentemente o Carnaval apresenta inconvenientes, mas estes não são novos e teria sido melhor se os tivessem combatido antes, do que levá-los à conta da guerra. Sejam honestos conosco mesmo.

[...] Faço esta defesa do Carnaval, a que assisti uma vez, porque ele me impressionou pela sua espontaneidade. E admirei, e comigo muitos estrangeiros, quanta educação e decência se escondiam debaixo de toda aquela loucura superficial e a alegria primitiva que faz tanto bem nesta época onde a supercivilização nos dotou sobretudo dos mais aperfeiçoados meios de matar.<sup>15</sup>

Nesse artigo, a autora propôs-se a defender o Carnaval no contexto de guerra, entre outras coisas, por perceber que o incômodo com a festa pagã preexistia ao conflito mundial, o que tornava improcedente a justificativa utilizada pelas autoridades e poderes constituídos, naquele momento. E acrescentava à sua argumentação que ao povo brasileiro caberia receber ao menos um esclarecimento sobre o veto à sua festa maior, já que sem isso, bem poderia haver uma coerente exasperação dos ânimos populares, de imprevisíveis conseqüências. E, por fim, ciente de ser uma espécime de outra nacionalidade, ela concluía sua argumentação defendendo-se: “Agora, se algumas pessoas me vierem dizer, num tom

---

<sup>15</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/01/1942.

de recriminação: ‘Mas por que você se mete nestas coisas? Isto não é da sua conta’, eu teria de concordar [...] A intenção era boa e apresentarei, como circunstância atenuante, que certamente apanhei o vírus carioca, sem me aperceber.”<sup>16</sup>

Nas instruções da chefia de polícia para o Carnaval de 1943, além da proibição do uso de máscaras e das canções “cujas letras ofendam à moral e ao decoro públicos, e as que se refiram ao Governo e à sua orientação político-administrativa”, o tratamento dispensado aos estrangeiros também mereceu destaque: “É vedado participar dos festejos carnavalescos aos nacionais dos países em guerra com o Brasil”, o que evidenciava o ranço de discriminação e xenofobia presente no ideário estado-novista<sup>17</sup>. Mesmo assim, os editoriais mostravam-se otimistas quanto à realização da festa, apesar de todas essas restrições:

Iniciam-se hoje os festejos carnavalescos – O Carnaval da Vitória, com desfile de Escolas de Samba, ranchos e blocos, nos três dias, na Avenida Rio Branco, nos clubes, nas sociedades etc. [...] A situação atual, imposta pela guerra, impôs algumas restrições, mas que não contribuirão absolutamente para diminuir o brilho do Carnaval de 1943. Não teremos os magníficos préstimos das tradicionais e queridas sociedades, que constituem o maior acontecimento da Terça-feira Gorda. Os blocos e ranchos não desfilarão ao som das suas lindas marchas. Não assistiremos aos trotes e às intrigas, e não ouviremos a clássica frase – *Você me conhece?*, dita com voz de falsete, porque os carnavalescos não poderão usar senão as próprias máscaras com [ilegível] vivem.

Mas tudo isso será plenamente substituído pelos grandiosos bailes, organizados pelas nossas principais sociedades e associações. E o povo cantando e dançando encherá a cidade de alegria e entusiasmo, e fará esquecer os dias de tristeza, de aperturas e atribulações que suportou durante um ano!<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>17</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 02/03/1943. Ver a respeito Elizabeth Cancelli, *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: EdUnB, 1994, especialmente o capítulo 4, sobre as medidas repressivas ensejadas pela política de imigração.

<sup>18</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06/03/1943.

Um exemplo de como a polêmica estendeu-se para além dos salões e avenidas, alcançando o âmbito das letras e artes, foi a estréia no mesmo ano da peça de teatro “Rei Momo na Guerra”, no Teatro Recreio, uma comédia com Manuel Vieira, Mary Lincoln, Derci Gonçalves e Pedro Dias nos papéis principais, e que foi considerada um verdadeiro sucesso de bilheteria.<sup>19</sup> Além disso, sob o título “O Carnaval e a Guerra”, o *Jornal do Brasil* passou a divulgar o que alguns intelectuais pensavam a respeito dessa discussão, como, por exemplo, Mário Benjamin Costalat e Barbosa Lima Sobrinho. Este último manifestou-se sobre o assunto afirmando que “Numa situação dessa [de guerra], o Carnaval teria alguma coisa duma festa de inconscientes. Enquanto o mundo pelejava e sofria, haveria um país no mundo mais preocupado com o Carnaval do que com seus deveres e com o próprio destino da humanidade”, acrescentando que o “povo que faz questão do Carnaval não é assim tão numeroso”, compondo-se principalmente “dos diretores e acionistas das companhias de transporte, dos negociantes que desejam vender as suas mercadorias”, ao que concluía categórico: “Não há nenhuma vantagem para o público. São despesas improdutivas. Representam novos gastos inúteis, para uma população onerada com o alto custo de vida do momento.”<sup>20</sup> Assim, o critério de valoração da festa adotado pelo autor perpassava uma noção de utilidade e praticidade, destoando completamente do aspecto de desperdício supostamente inerente à realização dos festejos carnavalescos.

A esse respeito, concordo com a análise desenvolvida por Jean Duvignaud sobre como a lógica da festa seria outra, uma vez que “o principal obstáculo para a compreensão da festa, em todos os seus aspectos e escalas, havia sido distorcido por uma

---

<sup>19</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07/03/1943.

percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade e, evidentemente, pelo espírito da rentabilidade que caracteriza o Ocidente industrializado [...] Nesse plano, as belas páginas de Georges Bataille sobre a festa e ao 'consumo-consumição', os estudos de Roger Caillois, as análises de Huizinga sobre o jogo parecem-me, todos eles, igualmente inspirados pela mentalidade da rentabilidade. O 'desperdício' a que aludem não reportar-se-ia à uma lógica da economia e da rentabilidade? Contudo, a meu ver, o que ressalta na festa – como também no jogo, na arte, no imaginário em seu sentido mais dilatado – é, justamente, a sua 'finalidade zero'.<sup>21</sup> Também em seu estudo sobre a cultura popular na Idade Média, Mikhail Bakhtin chegou a afirmar algo parecido, propondo uma leitura das festividades que ultrapassasse seu mero funcionalismo, pois “não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo, nem interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo [...] A sua sanção deve emanar não do mundo dos *meios* e condições indispensáveis, mas daquele dos *fins superiores* da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa.”<sup>22</sup>

Para o outro articulista do periódico carioca, Benjamin Costalat, o Carnaval estaria se transformando em um mito, levado muito a sério “como um herói nacional, respeitável como um dogma, inatingível como um tabu”. Embora não descartasse seu valor, argumentava que “o Carnaval no Brasil deve ser tratado mais esportivamente, como uma

---

<sup>20</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/01/1943.

<sup>21</sup> Jean Duvignaud, *Festas e Civilizações*, Fortaleza, UFCE; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983 (p. 22-23).

feira colorida e popular, festa para a expansão da alegria e do *bom* humor, tão necessários à saúde dos povos como dos indivíduos. E nada mais.” Concluía sua argumentação apontando para a “ingenuidade” da mentalidade popular, que “sonha mais com as calcinhas de veludo e a sua cabeleira de Príncipe de cordão, do que com os problemas nacionais e a seriedade da hora.”<sup>23</sup> Ou seja, o autor não se dizia favorável ou contrário à realização do Carnaval no momento beligerante, mas apontava o caráter extremamente ambíguo de sua transformação em mito nacional – o que sugere que não havia unanimidade quando o assunto em pauta era a escolha de “nossos símbolos”, pela intelectualidade da época.

A idéia de se comemorar o “Carnaval da Vitória”, posta em prática pela primeira vez em 1943, acompanhou essa discussão, acrescentando-lhe ingredientes cívico-patrióticos:

Estamos em pleno Carnaval [...] Hoje, amanhã e depois desfilarão lindos e artísticos préstitos cívicos, organizados pela Liga da Defesa Nacional, que o povo terá ocasião de, aplaudindo-os, dar uma demonstração do seu grande amor ao Brasil e à causa justa que ele defende, que é a defesa da nossa honra, da nossa própria soberania.<sup>24</sup>

Desde os tempos de Coelho Neto, nos anos 20, passando por algumas iniciativas do DIP no período de consolidação da ditadura Vargas, até o *Carnaval da Vitória* de 1943, a tônica era a de festejar o Carnaval, sim, mas direcionando-o ideologicamente para a afirmação da nacionalidade e, no segundo caso, visando a

---

<sup>22</sup> Mikhail Bakhtin, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Brasília, EdUnB, São Paulo, HUCITEC, 1993 (p. 7-8). Em “Os sentidos do Carnaval” pude abordar alguns desses questionamentos, op. cit. (p. 123-133).

<sup>23</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/01/1943.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, 07/03/1943.

legitimação do regime vigente<sup>25</sup>. Enquanto as grandes sociedades, os ranchos carnavalescos e alguns blocos resolveram suspender suas apresentações, as escolas de samba optaram por contribuir com a “mobilização nacional”, colocando-se à disposição da União Nacional dos Estudantes e da Liga da Defesa Nacional:

No dia 24 de janeiro de 1943, atendendo a uma convocação da primeira-dama do país, Darci Vargas, apresentavam-se no campo do glorioso C. R. Vasco da Gama, em benefício da cantina do soldado combatente, as escolas de samba Azul e Branco, Cada Ano Sai Melhor, Portela, Estação Primeira, Paz e Amor, Deixa Malhar, Lira do Amor, Depois Eu Digo, Unidos do Salgueiro, União do Sampaio, Unidos da Tijuca, Império da Tijuca e Mocidade Louca de São Cristóvão, [momento em que] a Portela adentrou o gramado de São Januário cantando um samba francamente favorável à entrada dos soldados brasileiros na guerra e com palavras nada favoráveis ao regime de falta de liberdade instituído pelo Estado Novo:

Democracia  
Palavra que nos traz felicidade  
Pois lutaremos  
Para honrar a nossa liberdade  
Brasil! Oh, meu Brasil!  
Unidas nações aliadas  
Para o *front* eu vou de coração  
Abaixo o Eixo  
Eles amolecem o queixo  
A vitória está em nossa mão<sup>26</sup>

Por outro lado, a Prefeitura dava prosseguimento à sua abstinência carnavalesca, o que significava a retirada do já minguado auxílio aos préstimos

---

<sup>25</sup> No primeiro capítulo deste trabalho já foram abordados alguns dos propósitos de Coelho Netto, bem como a oficialização do Carnaval, no regime pós-30.

<sup>26</sup> Sérgio Cabral, *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lumiar Editora, 1996 (p.137-138).

carnavalescos e ao baile do Teatro Municipal – atitude que perdurou até o final da guerra: “este ano também a Prefeitura não mandará ornamentar e nem iluminar os logradouros públicos, como vinha acontecendo até o ano de 1942, por ocasião dos festejos de Carnaval [...] *As razões justíssimas que determinaram as medidas em apreço dispensam comentários.* Todavia, para não deixar que a Capital da República apresente o seu aspecto normal nos três dias do faustoso Reinado de Momo, bem podiam os clubes, as sociedades e os particulares tomar a si este encargo.”<sup>27</sup>

Tanto a LDN quanto a UNE empenharam-se na organização do “Carnaval de exaltação patriótica” em 1943, realizando o “Préstimo Cívico nas noites de Domingo, Segunda e Terça-feira, pela Av. Rio Branco”<sup>28</sup>, contando para isso com o integral apoio do Ministério da Fazenda:

A fim de concentrar medidas para o Carnaval da Vitória, e particularmente para tratar de desenvolver ao máximo nas camadas populares, durante os folguedos carnavalescos, a propaganda das obrigações de guerra, esteve na sede da LDN o sr. Romero Estelita, diretor da Fazenda Nacional [...]

Colabore na Luta contra o Eixo, mesmo dançando – Do programa do Carnaval da Vitória, consta a realização de bailes no clube dos Caiçaras, em benefício de nossas obrigações de guerra.<sup>29</sup>

Outro exemplo do ardor patriótico que supostamente teria tomado de assalto os festejos carnavalescos desse ano, foi noticiado sob o título “Patriotas acima de tudo”:

---

<sup>27</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/02/1944 (grifos meus).

<sup>28</sup> *Idem*, *ibidem*, 11/03/1943.

<sup>29</sup> *A República*, Natal, 05/03/1943 (a reportagem é sobre o carnaval da capital federal).

É um erro pensar que os carnavalescos só cuidam dos festejos de Momo [...] Ainda há dias tivemos um exemplo. A União Geral das Escolas de Samba, num gesto nobre e que teve larga repercussão, realizou com absoluto sucesso uma parada de melodias, em benefício da Cantina do Soldado. É preciso dizer mais? A espontaneidade da atitude assumida e a finalidade da festa que teve a solidariedade do público servem para desmentir os que ainda não compreenderam que acima do espírito carnavalesco, colocam todos o sentimento de brasilidade.<sup>30</sup>

E como teria respondido a população foliã a esse arremedo de Carnaval? Para o desgosto dessas instituições, a grande maioria da população carioca que se envolvia de corpo e alma nos festejos carnavalescos não apresentou a receptividade que era esperada. Apesar da propaganda ufanista alardear pelos jornais que “encerrou-se, afinal, na terça-feira o *Carnaval da Vitória* com um grande préstito organizado pela UNE, constante de alegorias patrióticas, em propaganda das obrigações de guerra e de críticas ao nazi-fascismo e ao integralismo [e que] as charges, por meio de cartazes ou representadas por estudantes, contra Hitler, Mussolini, Hirohito e a Quinta Coluna nacional obtiveram grande êxito [havendo] momentos de extraordinária vibração da massa popular”<sup>31</sup>, também foi feito um balanço geral das comemorações carnavalescas na capital federal, cujo resultado apontava uma considerável diminuição no entusiasmo e participação da população, valendo-se de alguns dados estatísticos:

O povo carioca, como deve ter acontecido em todo o país, retraiu-se, em grande parte, das expansões carnavalescas, pela consciência do grave momento que está vivendo o mundo, particularmente o Brasil.

---

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/02/1943.

<sup>31</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/03/1943.

[...] A ausência dos préstimos dos grandes clubes, que constituem sempre a nota empolgante do último dia do Carnaval, também concorreu para essa frieza, compensada, embora, em parte, pelos desfiles de caráter cívico, organizados sob os auspícios da Liga da Defesa Nacional e da União Nacional dos Estudantes, para utilizar a oportunidade dos festejos carnavalescos no sentido de uma ampla propaganda do nosso esforço de guerra.

O decréscimo de movimento nas ruas refletiu-se no comércio, inclusive o de bebidas, que sofreu um declínio sensível em relação aos carnavais anteriores.

Também se verificou grande decréscimo no movimento dos trens da Central do Brasil. Passaram pelos torniquetes da Estação D. Pedro II 261.206 passageiros – número que apresenta uma diferença para menos, em relação ao movimento do carnaval de 1942, de [ilegível] passageiros. A renda dos trens no penúltimo carnaval foi de Cr\$ 93.672,00 e a do carnaval deste ano não passou de Cr\$ 62.524,00, havendo, portanto, uma diferença para menos de Cr\$ 31.148,00.”<sup>32</sup>

Sem dúvida, os números apontam para um decréscimo na participação da população no Carnaval carioca daquele ano em comparação aos anteriores. Além do que, na mesma página pode-se ler que o “grande entusiasmo” teve lugar nos clubes particulares, em contraste ao “Carnaval externo [que] esteve fraco”.<sup>33</sup> Chegou-se a mencionar que estaria mesmo havendo um caso de “sabotagem” do Carnaval, de onde partiria o seu doloroso fracasso naquele ano:

[...] O fato é que pensei tanto no mundo do carnaval, que acabei não podendo pensar em outra coisa e achando o próprio carnaval, realizado, uma decepção. *Porque não há espetáculo mais triste do que um carnaval em plena sabotagem.* Então pensei e repensei a cada momento no que o carnaval representa para a tradição do povo, para a definição nacional dos costumes, do espírito folclórico, da imaginação, dos ritos do povo [...] Glorioso é o povo que tem ritos de alegria

---

<sup>32</sup> Idem, ibidem.

<sup>33</sup> Idem, ibidem.

como o nosso. Que pode transbordar em tanta beleza e poesia a seiva que lhe vem das raízes da terra.<sup>34</sup>

É provável que esse desânimo generalizado estivesse refletindo a própria descaracterização do Carnaval daquele ano, devida à imposição das “instruções” policiais, contribuindo para o esvaziamento das ruas e avenidas. Nesse sentido, o Barão de Itararé acertava mais uma vez nas suas profecias burlescas: “Enfim, está decidido que teremos carnaval este ano, com guerra e tudo. O carnaval deste ano, porém, será completamente diferente dos outros carnavais, porque será um carnaval sem máscaras, sem lança-perfumes e sem bagunça. O indivíduo que conseguir se divertir nessas condições, isto é, brincar de carnaval, sem nada na cara, sem poder espirrar os jatos de éter perfumado no olho dos incautos e desfilar pelas ruas cantando em surdina, não poderá ser considerado, a rigor, como um folião, mas deverá ser canonizado como um verdadeiro taumaturgo, por ter conseguido realizar o grande milagre de fazer carnaval sem lançar mão de nenhum elemento essencial ou indispensável para o carnaval”; ao final, concluía seu raciocínio fazendo uma sugestiva analogia:

Hitler, há tempos, baixou um decreto, proibindo que os judeus cuspissem no chão, sob pena de prisão perpétua. Aos judeus, entretanto, era concedida a graça de cuspir no lenço. No dia seguinte, era publicado outro decreto, proibindo expressamente aos judeus, sob pena de fuzilamento, o uso de lenços. [...] O carnaval é uma festa de mascarados, que jogam lança-perfumes, fazendo algazarra. Carnavalesco sem máscaras, sem lança-perfumes e sem direito a

---

<sup>34</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/03/1943 (Ruben Navarra assina o artigo; grifos meus). A idéia de sabotagem no Carnaval foi retomada em 1945, no samba de Haroldo Lobo e Wilson Batista:

“Sabotagem no morro

Eu quase que chorei quando alguém me falou

O Salgueiro não sai

Encontrei tamborim de cuíca em pedaços jogado no chão [...]”, *apud* Roney Cytrynowicz, *op. cit.* (p. 184).

berrar, como um desesperado, é como judeu na Alemanha, sem lenço e com vontade de cuspir.<sup>35</sup>

No penúltimo ano da guerra, os jornais anunciaram que “não haverá Carnaval externo: como no ano passado, a Prefeitura não subvencionará a organização de prêmios nem promoverá o baile de gala do Municipal. Atendendo a que o país se encontra em estado de guerra e que persistem, por isso, os motivos que levaram a Prefeitura a não promover, no ano passado, os festejos carnavalescos, o prefeito resolveu que aquela deliberação seja mantida também este ano”.<sup>36</sup> Além dessas deliberações, também houve a regulamentação de horários e modalidades de festejos, como no caso dos banhos de mar à fantasia, realização de bailes e outros folguedos, pela chefia de polícia da capital federal:

Os banhos de mar à fantasia começarão às oito horas e terminarão, impreterivelmente, às treze horas; os bailes carnavalescos terão início às 21 horas, encerrando-se sempre às 4 horas [...] A realização de ensaios dos ranchos, blocos, cordões e outros agrupamentos carnavalescos, não poderá ultrapassar das 24 horas [sic]; [...] Os agrupamentos carnavalescos [...] só poderão exhibir estandartes ou insígnias quando devidamente legalizados perante o Departamento de Imprensa e Propaganda; [...] os agrupamentos carnavalescos [estão] autorizados a fazer suas evoluções unicamente no Campo de São Cristóvão, sendo-lhes, porém, vedado o trânsito pelas calçadas das ruas do centro da cidade, bem como penetrar em *bars* e casas comerciais [...]<sup>37</sup>

Mais uma vez, portanto, a polícia permitiu a realização do Carnaval, condicionando-o às restrições que já vinham sendo colocadas em prática. Uma festa sem o

---

<sup>35</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 02/03/1943.

<sup>36</sup> *Idem*, *ibidem*, 05/01/1944.

“apoio das autoridades administrativas”, sob a já conhecida alegação de que “o esforço de guerra exige nesta hora todas as nossas energias [...] não é este o clima para o júbilo e expansões próprias para os festejos carnavalescos. Marte e Momo não se casam bem. Aquele domina nesta hora, este deve recolher-se, aguardando a alvorada da paz.”<sup>38</sup> Ao lado dessa ausência de subsídios oficiais à realização da folia, outro fator teria contribuído para que o Carnaval desse ano fosse considerado fraco: “a falta de escrúpulo de grande parte do comércio está concorrendo para o declínio da nossa festa popular”, na medida em que “tubos de lança-perfume que, o ano passado, custavam, por exemplo, 10 a 15 cruzeiros, estão agora por 40 a 60 cruzeiros [...] uma demonstração de espírito de ganância revoltante, provocando o quase total desaparecimento desses brinquedos típicos.”<sup>39</sup>

Como reflexo desse estado de coisas, detectava-se uma transformação na festa, que começara a se evidenciar desde 1942, ou seja, o declínio do carnaval de rua e o fortalecimento do carnaval interno:

A perda sensível da vibração no Carnaval externo é, aliás, compensada pela crescente concorrência aos bailes, em alguns dos quais vêm se registrando um entusiasmo e uma freqüência incomuns.<sup>40</sup>

Todas as medidas restritivas aos festejos de rua que foram sendo adotadas progressivamente ao longo desses anos de guerra, culminaram com a proibição da venda de bebidas alcoólicas e das exhibições do frevo, em 1945:

---

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, 28/01/1944.

<sup>38</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07/01/1944.

<sup>39</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/02/1944.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

Em portaria recente, o chefe de polícia proibiu a venda de bebidas alcoólicas durante os festejos carnavalescos, a partir das 12 horas de hoje. Serão permitidos apenas o *chopp*, a cerveja e o *champagne* até às 2 horas da manhã. Os restaurantes poderão servir vinho por ocasião das refeições.

[...] O chefe de polícia resolveu proibir as exibições do frevo pernambucano nos bailes. Essa proibição, entretanto, não se estende aos clubes sociais, mas *somente nos bailes de carácter popular, onde, pelo seu ritmo, a dança poderá dar margem a excessos e incidentes.*<sup>41</sup>

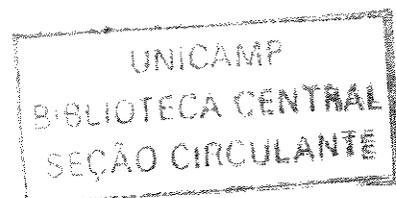
É interessante notar como de um ano a outro houve uma reviravolta em se tratando dos bailes de frevo. O *Jornal do Brasil* anunciara que “segundo está sendo propalado, o Carnaval de 1944 será bem animado pelos conjuntos de frevo existentes nesta capital. Bola de Ouro, Batutas da Cidade Maravilhosa, Mixto Vassourinhas e Pás Douradas, os mais conhecidos [farão] uma grande exibição das famosas músicas e danças do Nordeste nos dias consagrados aos maiores festejos populares do Brasil.”<sup>42</sup> Em outra matéria, lia-se que “sem a participação das sociedades que representam o Carnaval carioca, a música e a dança do Nordeste irão aproveitar a oportunidade para uma exibição portentosa, monumental [...] O Frevo, convém salientar, aqui chegou e venceu, mas venceu depois de enfrentar mil dificuldades com extraordinária dedicação e persistência dos seus introdutores na Cidade Maravilhosa.”<sup>43</sup>

Ou seja, se o intento das autoridades empenhadas em colocar restrições quase insuportáveis às comemorações carnavalescas era, em última instância, o de fazer esvaziar as ruas da capital federal, as exibições dos grupos nordestinos que divulgavam o frevo surgiam como algo muito perigoso, dada a enorme quantidade de pessoas que

<sup>41</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/02/1945 (grifos meus).

<sup>42</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 08/01/1944.

<sup>43</sup> *Idem*, *ibidem*, 26/01/1944.



arregimentava com seu ritmo e acrobacias alucinantes. Sendo assim, já no ano seguinte, o entusiasmo com que a população carioca aplaudira de início a febre do “passo”, passou então a ser boicotado através de mais um edital policial:

Proibido o frevo nos bailes públicos – O Chefe de Polícia resolveu proibir as demonstrações de frevo nos bailes de caráter público sob o fundamento de que tal dança, sob o seu ritmo vertiginoso pode dar lugar a excessos e incidentes.<sup>44</sup>

A essa “medida preventiva” da polícia da capital federal, um dos grupos de frevo já bastante conhecido, o Pás Douradas, “representante do frevo entre nós”, resolveu manifestar o seu protesto de forma bem criativa, isto é, fazendo um desfile-passeata em homenagem à imprensa: “[...] a diretoria do Pás Douradas [...] resolveu dedicar a passeata da tarde de hoje à Imprensa Carioca, cujas redações serão saudadas pelo cortejo do frevo. A saída está marcada para as 16 horas, da rua do Propósito, 40, na Saúde. Na terça-feira às 16 horas desfilará novamente o Pás Douradas afim de saudar os seus associados de honra, percorrendo também as ruas centrais.”<sup>45</sup>

Neste caso, o excessivo zelo da chefia de polícia dizia muito sobre o próprio frevo e suas origens: “Afinal, os primeiros criadores do frevo saíram da patuléia; de associações de classe, a exemplo do Clube Míxto Vassourinhas, fundado por varredores de rua, os garis [...] O frevo é um amálgama dos gêneros musicais ouvidos no Recife no final do século XIX e início do XX. Mescla de elementos de maxixe, polca, dobrado, modinha, quadrilha. Do passo não se tem dúvidas: surgiu de capoeiristas que acompanhavam as

---

<sup>44</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/02/1945.

<sup>45</sup> *Idem*, *ibidem*.

bandas de música pelas ruas do Recife, fazendo suas evoluções diante delas.”<sup>46</sup> O preconceito tornava-se explícito, uma vez que somente a esse tipo de dança/música carnavalesca nordestina a polícia preocupou-se em proibir, pois às escolas de samba cariocas ainda restava a “alternativa” de desenvolver enredos de cunho cívico-patriótico, o que seria risível em se tratando do frevo.

O Barão de Itararé, mais uma vez, manteve-se atento aos altos e baixos da polêmica sobre a comemoração do Carnaval nesses últimos anos de guerra, chegando à conclusão de que “o Carnaval é, depois do sr. Aaulfo de Paiva, a coisa mais séria do Brasil. Só quem não sabe disso é que se atreve a perguntar se deve ou não deve haver carnaval este ano.”<sup>47</sup> Do mesmo modo, em 1945, dizia ele que a Prefeitura quando consultada se deveria ou não proibir o Carnaval, “lavou as mãos como Pilatos ou qualquer outro cidadão que tenha certa consideração pela higiene, acrescentando que não auxiliaria nem impediria as iniciativas carnavalescas”, ao que ironicamente acrescentava: “Ligando os fatos, agora, podemos recompor a situação da seguinte forma: vai haver Carnaval e não vai haver. Isto é, os clubes não gastarão um cupro-níquel com a decoração interna, mas, naturalmente, cobrarão entrada de todas as pessoas que quiserem se divertir com ‘elegante moderação’. Os mascarados poderão comparecer a caráter e as pessoas de caráter terão liberdade para deixar o caráter na chapelaria.”<sup>48</sup>

Nesse último ano da guerra, uma analogia entre as comemorações carnavalescas e a situação dos soldados no *front*, publicada sob o título de “Depoimento sobre o Carnaval”, trazia a seguinte reflexão:

---

<sup>46</sup> Cf. José Teles, *Do Frevo ao Mangubeat*. São Paulo, Editora 34, 2000. Ver também a dissertação de Rita de Cássia Barbosa de Araújo, op. cit.

<sup>47</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/02/1944.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, 16/01/1945.

Por que será que os americanos organizam “shows” para os soldados até na linha de frente? O soldado que no dia seguinte marchará para o ataque, bebe, canta e dança na véspera. Como admitir então que o povo, longe do “front”, não possa divertir-se livremente?<sup>49</sup>

De fato, muitos programas de rádio foram transmitidos pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro na Itália, contribuindo para a animação dos soldados: “Chega ao *front* italiano o Carnaval brasileiro [...] nos bailes no campo de repouso em Ferris”.<sup>50</sup>

Em Natal, da mesma forma, as tropas bem que se divertiam, tanto nas festas organizadas nos moldes norte-americanos dos clubes do USO, quanto no Carnaval de rua e outros festejos da sociedade local. Qual teria sido, então, a repercussão dessa polêmica sobre a proibição da festa pagã, eleita como um dos nossos caros símbolos nacionais, na distante capital potiguar?

## 2. Do *off limits* ao *dollar line*

Meio displicente o cronista entrou no café.

[...] Exclamações joviais, gestos desempenados, tipos de uma outra raça, a que a uniformidade das fardas caquis emprestava um tom militar, enchiam as mesas.

[...] A algaravia que se falava era estranha... Aqui e ali entravam e saíam marinheiros. Sobre a fala de alguns “quepis”, o brasão de Suas Majestades

---

<sup>49</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04/02/1945.

<sup>50</sup> *O Diário*, Natal, 16/02/1945.

Britânicas, ou as iniciais simbólicas da RAF canadense. A maioria, porém, era de gente da América, ianques louros do norte, fisionomias enérgicas de sulistas, rostos expansivos e cordiais, do Texas...

O cronista olhou para os lados, curioso. Brasileiro, ele apenas. Sim, também as pequenas `garçonnettes`, numa fardasinha algo esquisita...

No entanto, aquele era um simples e muito nortista `café` da rua Dr. Barata, por mais que a paisagem humana se mesclasse de exemplares de terras diferentes...

Oh! a guerra...<sup>51</sup>

A narrativa do espantado cronista natalense aponta vários aspectos da transformação no cotidiano da cidade com a chegada da guerra. Em suas observações, é visível a ênfase dada à distinção étnica dos americanos: “ianques louros do norte”. Essa característica também fica evidenciada em outros registros, o que permite a suposição de que realmente não teriam vindo soldados negros americanos, “salvo um ou outro esporádico marinheiro”.<sup>52</sup> Essa restrição, de cunho explicitamente racista, teria sido negociada extra-oficialmente pelos altos escalões militares brasileiros e norte-americanos, uma vez que “a Marinha americana dispusera de marinheiros negros no Brasil, mas nem o ATC [Comando de Transporte Aéreo] nem o Quartel-General importou-se em usá-los. Suspeitava-se que o General Walsh tinha prometido às autoridades brasileiras que não traria soldados pretos para o Brasil [...] Uma meia dúzia de razões foram dadas com relação à proibição da vinda de soldados pretos para o nordeste do Brasil e esses argumentos foram, aparentemente, considerados favoráveis [...]”<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> *O Diário*, Natal, 18/02/1944.

<sup>52</sup> Lenine Pinto, op. cit. ( p. 144).

<sup>53</sup> Clyde Smith, op. cit. (p. 186). O general Walsh, além de comandar a Força Aérea do Exército norte-americano no nordeste, era também o seu representante na Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, daí ter sido encaminhada a negociação (se é que houve) por seu intermédio. O autor, entretanto, não fornece informações sobre quais seriam os “argumentos favoráveis” à dita proibição. Sabe-se que as restrições impostas pela política de colonização e imigração do Estado Novo apresentavam aspectos nitidamente

Por outro lado, a rua citada pelo cronista, situada na Ribeira, era então um dos principais pontos de referência aos transeuntes estrangeiros que buscavam divertimento na cidade. Seus cafés, lojas, pensões alegres (como se chamavam os cabarés àquela época), hotéis e restaurantes tornaram-se palco de inúmeros casos de desavenças entre os diferentes personagens que os freqüentavam, apesar do tão propalado caráter harmonioso e pacífico supostamente presente no contato entre potiguares e “gringos”, muito alardeado pela imprensa local. Quanto à referência às garçonetes, sua atenção coincidia com as chamadas pelos jornais para que os poderes públicos tomassem providências contra o abuso e exploração de menores de dezoito anos “do qual são culpados os donos e donas desses bares e cafés [...] urge uma providência da polícia e das autoridades judiciárias.”<sup>54</sup>

Sucessivas matérias começaram a indicar o surgimento de uma

nova espécie de lenocínio: bares, restaurantes e cafés mobilizam mocinhas como chamarizes – Um apelo ao Dr. Juiz de Menores afim de que se exerça rigorosa fiscalização sobre a malícia e alcovitice dos donos de cafés [...] Desde que as contingências da guerra trouxeram a Natal uma superpopulação flutuante [...] os cafés, bares e restaurantes se multiplicaram por toda a cidade. Somente o bairro da Ribeira, que até 1941 contava com apenas 2 ou 3 cafés (inclusive o tradicional Cova da Onça[...]) viu surgir em cada esquina [...] mais outro café. A rua Dr. Barata é hoje uma pequena Broadway esquisita e rumorosa [...] o ponto alto da freqüência é gente que prefere o gin, a cerveja, o “whiskey” e outras “perfumarias”.

Meninas para agradar os fregueses – [...] mal pagas, mal alimentadas, coagidas a trabalhar a toda hora [...] são verdadeiras “escravas brancas” [...]<sup>55</sup>

---

xenófobos e racistas (principalmente contra japoneses e alemães), mas esse veto à entrada de negros americanos ainda representa uma lacuna nas pesquisas acadêmicas.

<sup>54</sup> *O Diário*, Natal, 10/07/1944.

Ao mesmo tempo, registravam-se constantes queixas sobre um provável aumento no número de menores abandonados nas ruas da cidade, que estariam perseguindo os estrangeiros, num misto de fascínio e contestação: “[...] a malta de crianças desocupadas [...] meninos que procuram imitar façanhas de *gangsters* e de heróis do *Far West*, estão perturbando de tal modo o sossego público que se faz necessária uma providência da polícia [...] [Ficam] insultando passantes, apedrejando casas, construindo para eles próprios um lastimável futuro.”<sup>56</sup> Entre a ficção dos filmes hollywoodianos e a ação dos gringos que transitavam pelas ruas da cidade, os meninos se espelhavam no modelo americano, desde a comunicação (oral, gestual e mesmo corporal) até a recriação de brincadeiras:

Garotos desocupados – Há pela cidade muitos garotos desocupados, cujo passatempo consiste em dirigir pilhérias aos transeuntes. Dentre esses, são preferidos os americanos [...] Nada justifica um comportamento assim, que depõe contra a nossa tradição de povo hospitaleiro, cortez e amigo [...] Palavras da gíria, num misto de português e inglês, servem a esses meninos, merecedores de uma enérgica repressão por parte das autoridades.

Cenas de Far-West – Na rua Professor Zuza, os garotos voltaram a agir [...] provocando distúrbios e inquietando as famílias [...]

Há necessidade de uma campanha enérgica e sem trégua contra o vício e travessuras desses meninos desocupados. Dentre os hábitos mais dignos de censura, salienta-se o de viver a meninada pedindo cigarro e dinheiro aos americanos e morcegando os bondes da Companhia Força e Luz.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, 13/04/1944.

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, 24/07/1944.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*, 24/07/1943, 05/10/1944 e 01/03/1943.

Foi se constituindo um séquito de meninos em torno dos americanos também nos bairros de classes média e alta, onde o que imperava era a ânsia pela imitação de seus gestos, sua fala, suas práticas desportivas etc. Os estrangeiros andavam geralmente em grupos e a molecada os seguia admirando e pregando peças, como no episódio lembrado por Olavo Medeiros em que um deles estava a se exercitar nas barras e argolas de ferro em uma praça no centro da cidade (onde hoje é a Praça Cívica) e começou a se exhibir para os seus pequenos e atentos observadores (Olavo era um deles, com seus oito anos de idade) e, de repente, numa de suas flexões, caíram várias moedas de seus bolsos, momento em que “a meninada pegou tudo e correu. Num segundo não ficou mais nem uma moeda no chão.”<sup>58</sup>

Ainda segundo Medeiros, algumas brincadeiras infantis também foram influenciadas pelos americanos, pois durante a construção da famosa pista *Parnamirim Road*, que ligava Natal à base aérea americana em Parnamirim, grupos de crianças que moravam nos arredores esperavam chegar o final da tarde, quando os trabalhos eram interrompidos, e aproveitavam para “roubar” asfalto para construir suas próprias pistas, seus “campos de aviação no quintal”:

Aí então a meninada, cada um com sua latinha... a gente ia tirar asfalto da ruma dos americanos pra fazer nossos campos de aviação no quintal. A gente aplainava assim o chão, molhava... fazia assim um campinho de metro quadrado todo niveladozinho de asfalto fresco e a gente passava uma tábua assim...<sup>59</sup>

Um verdadeiro incômodo com a presença dos estrangeiros na cidade começou a se tornar explícito: a competição por mulheres. Há relatos de cenas antológicas de ciúme

---

<sup>58</sup> Cf. Olavo de Medeiros Filho, em entrevista já citada.

por parte dos natalenses em relação ao fascínio que os norte-americanos exerciam sobre a população feminina: “os rapazes ficavam enciumados, porque as moças num queriam mais namorar com os rapazes brasileiros [...] só quando eles foram embora.”<sup>60</sup> No seu “É preciso sorrir, meus amigos!”, Veríssimo de Melo mostrou-se bastante irônico para tratar do assunto, inserindo-o num rol de problemas enfrentados no cotidiano:

[...] Na verdade, eu tenho motivo de sobra para sorrir...

A empregada passa a noite na porta do Mercado e chega de manhã com esta frase: - O marchante mandou dizer que o senhor “comece a Tabela”.

Saio um pouco chateado. Defronte `a Igreja Presbiteriana (deve ter sido um castigo de Lutero) espero duas horas pelo bonde...

Na Ribeira, procuro cigarros. Não há. Compro uma carteira de “mata-rato” e saio tossindo como um doido...

Mas isso não é nada. Vou fazer uma farsa:

- Uma cerveja, por favor! Alcoolizado acho essa vida uma maravilha... Peço a conta. Uma cerveja está custando, em toda cidade de Natal, quatro cruzeiros e cinquenta centavos. Lanço o meu protesto:

- Eu vou deixar de beber, seu explorador, mas garanto que você não enriquece às minhas custas!

Chateadíssimo, penso na amada: afinal de contas, eu ainda tenho Faustina! Minha filha... Meu amor...

Na primeira esquina, que surpresa desagradável, encontro a danada dormindo no ombro de um americano...

Furioso, penso comigo: É. Na verdade, não falta motivo para sorrir...

[...] Uma doce paz envolve o mundo... Há fartura de tudo...

É preciso sorrir, meus amigos!<sup>61</sup>

Consultando os cartórios da cidade, pode-se ver que a quantificação de casamentos entre estrangeiros e brasileiras nesse período foi bastante expressiva.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Cf. Protásio Melo, em entrevista já citada.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, 13/02/1943.

Aqui foi assassinado um americano, não era das forças armadas, era um embarcadiço, sujeito que trabalha em navios estrangeiros. Ele tava na zona, um camarada veio com uma faca e ele levantou os braços assim... mas matou estupidamente.<sup>66</sup>

Os americanos tinham muita participação aqui no antigo Wander Bar, inclusive jogaram dois americanos pra fora, lá pra maré, uma briga que houve... assim era aqui em Natal, um bocado de militar, um bocado de civil...<sup>67</sup>

Alguns casos chegaram a ser registrados judicialmente, como a autuação de Roscino de Azevedo, acusado de ter empurrado do alto de uma escada do salão de dança do Wander Bar o senhor Lourival da Silva: “o queixoso disse que Roscino o empurrou só porque ele chamou uma mulher, conhecida por Belinha, para dançar e a mesma o rejeitou. Quando, ao aproximar-se dela mais uma vez, Roscino lhe empurrou e depois de caído ainda levou um soco.”<sup>68</sup>

As inúmeras brigas e confusões geralmente acabavam em lutas corporais ou mesmo em “peixeiradas”, muitas vezes originadas por motivos aparentemente sem nenhuma importância: casos de provocações através de chistes e piadas, olhares arrevesados, insinuações de duplo sentido, cenas de ciúmes, enfim, uma série de atos sem muita gravidade para que deles se chegasse “às vias de fato”. Um inquérito policial datado de 1940, por exemplo, relata a prisão do civil José Vieira do Nascimento por um sargento da polícia, por ter desferido golpes de faca em outro indivíduo que estava armado com uma foice, sendo que o motivo alegado foi “por este ter lhe soltado pilhérias.”<sup>69</sup> No mesmo ano, encontra-se o registro de que “José Soares é acusado de esfaquear Rodrigues de tal, por este

---

<sup>66</sup> Cf. Protásio Melo, em entrevista já citada.

<sup>67</sup> Cf. Francisco de França Filho, em entrevista já citada.

<sup>68</sup> Cx. C. 41, 3ª Vara Criminal, 1941 (Arquivo Geral da Justiça de Primeira Instância da Comarca de Natal).

ter lhe empurrado”; o fato aconteceu na Great Western e os testemunhos afirmavam que o acusado seria “um elemento perigoso”.<sup>70</sup>

Do mesmo modo, a conclusão a que chegou o processo criminal que indiciou Hermenegildo Teixeira da Silva por ter produzido ferimentos à faca em Paulo Xavier, foi a de que “não havia motivos para tal crime.”<sup>71</sup> Adiante pode-se ver a denúncia de que Maria Emília da Silva teria ferido à faca a Maria Xavier da Silva, “por motivo de ciúmes”, pela suspeita de que “a vítima mantinha amizade amorosa com o marido da agressora.”<sup>72</sup> Também Jonas Dantas de Queiroz chegou a ser indiciado criminalmente, pois “por motivos de nenhuma importância desfechou violento murro em João Modesto, causando-lhe lesões corporais.”<sup>73</sup>

Esses relatos podem representar indícios de que a população vivia com os ânimos exaltados pela turbulência do cotidiano de guerra, multiplicando-se casos de agressão gratuita, esfaqueamentos e tiros à queima-roupa. E nem sempre as ocorrências se restringiam a locais clandestinos da cidade, havendo também relatos de crimes diversos em praças e mercados públicos e até mesmo nas bases aéreas. Um exemplo disto foi a “tentativa de assassinato no Campo de Parnamirim, onde Antônio Campos de Oliveira armado com uma peixeira produziu ferimentos em Salatiel Laci de Oliveira, por motivos de discussão”<sup>74</sup>; ou a denúncia contra Adauto André Bezerra, “brasileiro, solteiro, militar, com 22 anos de idade, residente na Base Aérea de Parnamirim, por ter o mesmo no dia 19 de janeiro de 1946, mais ou menos às 18 horas, na Vila de Parnamirim, desta comarca,

---

<sup>69</sup> Cx. IPO 25-49, Inquérito Policial, 1940 (AGJPIN).

<sup>70</sup> Cx. C. 41, 3ª. Vara Criminal, 1940 (AGJPIN). A Great Western of Brazil Railway Company foi uma empresa inglesa que arrendou várias estradas de ferro no país, dentre as quais a ferrovia Natal-Nova Cruz, inaugurada em 1904.

<sup>71</sup> Cx. C. 50, 2º. Juízo, Processo Criminal, 1942 (AGJPIN).

<sup>72</sup> Cx. C.50, 2º Juízo, Processo Criminal, 1942 (AGJPIN).

<sup>73</sup> Cx. C.47, 1º Juízo, Processo Criminal, 1945 (AGJPIN).

entrado em discussão, por motivo de família de Joana Rosa da Conceição. Em conseqüência da discussão houve luta corporal e em seguida armou-se o denunciado com um tamborete com o qual feriu a sua antagonista, tendo também ficado ferida a mãe da vítima, quando procurava acalmar os ânimos.”<sup>75</sup>

No mundo da clandestinidade, contudo, esses delitos se proliferavam com maior freqüência, como se pode perceber pela avalanche de processos criminais onde são mencionados como palco das agressões e confusões de toda espécie, além do já citado Wander Bar, o Bar Quitandinha, na Praça Gentil Ferreira no Alecrim, o Beco da Quarentena, o Grande Ponto, vários casos nas Rocas e na Ribeira, localidades muito freqüentadas pelos militares estrangeiros e brasileiros de baixa patente.

A alta oficialidade, querendo preservar sua posição hierárquica mesmo fora dos quartéis, buscava suas horas de lazer no famoso cabaré de luxo de Maria Oliveira de Barros, mais conhecida como a “Maria Boa”,

com mulheres caras e que ela servia aos visitantes ilustres, às altas patentes, e essas altas patentes levavam os amigos políticos. Eu vi muita gente do governo lá e era cheinho de americano, era caro como o diabo! As bebidas todas mais caras, as mulheres todas mais caras.

Ela era uma mulher bonita, o namorado era um médico de vista, amigo nosso, de família muito boa, o Dr. Manoel Vilar, que chamavam de Bardéu, apelido dele.

A sessão *chic* do cine REX começava às oito horas em ponto, pois cinco minutos pras oito, ela entrava igual à rainha da Inglaterra, com pagens femininos de um lado e de outro, de chapéu, bacana, não olhava pra ninguém nem dava cabimento a ninguém. Mas ela não participava do Carnaval, de curso nem nada, o Carnaval era lá na casa dela, tinha o Carnaval de Maria Boa.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> Cx. C.49, 1º Juízo, Processo Criminal, 1943 (AGJPIN).

<sup>75</sup> Cx. C.47, 1º Juízo, Processo Criminal, 1946 (AGJPIN).

<sup>76</sup> Cf. Protásio Melo, em entrevista já citada.

O que passava a imperar na zona era a busca pelas notas verdes americanas, os dólares, o que acabava por dificultar mais ainda o acesso dos clientes brasileiros aos prazeres clandestinos – era o que chamavam “dollar line”, em uma clara referência ao conhecido “color line”, linha divisória utilizada para separar o espaço dos soldados brancos e negros americanos. Aqui, a linha era demarcada pelo valor do dinheiro americano. A proprietária do cabaré Pensão Ideal, conhecida por Dona Nena, enriqueceu sobremaneira nesse período, chegando a comprar seis imóveis na cidade, deixando um deles como herança à sua sobrinha Eny Medeiros, que se lembra de pormenores daqueles “anos de prosperidade”:

Minha tia tinha pensão, a Pensão Ideal, ela era a dona. Seu nome era Olímpia, mas chamavam ela de Dona Nena [...] No tempo dos americanos que minha tia fez foi dinheiro! Com uísque, ela vendia era só mais uísque. Da casa dela tinha comunicação com a pensão, aí eu ia era muito lá, visse? As mulheres gostavam muito de mim, era assim como... eu tinha uns doze ou menos, eu sei que eu vivia lá. A pensão era grande, freqüentava muito aquele pessoal da Marinha, que era dos navio que vinha, aí ia tudo pra lá. Minha tia dançava muito bem a valsa, todo mundo ficava assim arrodado e ela dançando com os sargentos, ela era muito alegre.

Já o meu pai trabalhava na Ribeira também, trabalhava em negócio do jogo do bicho. A vida dele era essa. Mas eu sei é que minha tia fez foi muito dinheiro, vendia muito uísque: o empregado dela, que era o pianista, falsificava uísque, visse? Foi por isso que ela enricou. Ela tinha seis casas: uma ela deixou pra aquele leprozo, construiu ali na cidade, porque ela tinha pena.... Deixou essa pra mim, uma pra meu pai e três ela deixou pro filho único. Acho que o filho dela já vendeu tudinho...<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Cf. Eny Medeiros, em entrevista já citada.

Criou-se uma situação de enriquecimento ilícito propiciada pela vida no submundo natalense: o contrabando, jogos de azar e a prostituição grassaram no rastro dos dólares. Há relatos de que também algumas autoridades militares viram-se envolvidas nessas práticas ilegais, como no caso do terceiro sargento Moacir Alves da Costa, do 16º RI, que “exorbitando das suas atribuições” e supostamente “levado por informações tendenciosas e dadas de má fé, determinou a reabertura de uma casa de jogo [...] que estava fechada por ordem de autoridade policial local [...]”<sup>78</sup>

Até o horário de permanência dos habituais freqüentadores da zona também foi colocado dentro de limites: era o “off limits”, que ao pé da letra significava zona interdita, ou seja, havia um limite de horário em que os americanos poderiam permanecer nos cabarés, até às 21 horas. Havia um policiamento próprio dos americanos, os Military Police (MP), com cacetetes e sem armas, para recolher os soldados que insistissem em permanecer na rua após esse horário, transportando-os a seus alojamentos. “O cumprimento do *off limits* era rigorosamente policiado por duplas de MPs e SPs. Faziam a ronda a pé ou em jeeps, trajando uniformes de vincos impecáveis (pareciam passados à goma), e embora portassem apenas cassetete agiam na maior moral. Retiravam oficiais de qualquer patente que cometessem excessos em festas, ou que passassem, por exemplo, do horário estabelecido para freqüentarem o Cassino de Bianchi [...] eram os MPs especialmente severos com os soldados embriagados.”<sup>79</sup>

Era pra policiar os estrangeiros, os colegas, os americanos. Tinha nada com o Brasil, eles policiavam os americanos só. Eles tinham uma seção lá no Grande Hotel, onde os americanos se reuniam pra beber e eles tinham lá um posto e um

---

<sup>78</sup> Boletim Diário do Exército número 171, Guarnição de Natal, 27/07/1943.

<sup>79</sup> Lenine Pinto, op. cit. (p. 143).

jeep. Usavam uma faixa aqui [no braço]. Aqueles bichões de dois metros de altura os MPs, chegavam com aqueles cacetes, falavam no ouvidos dos soldados assim... levavam e se acabava a farra.<sup>80</sup>

Na verdade, como conclui outro informante, “tudo era motivo de briga”, sendo que ele próprio teve a oportunidade de presenciar algumas delas:

Lá na Ribeira, a praça da igreja das Rocas era o local onde ocorria a festa dos Reis Magos e tudo era motivo de briga. Eu estava de serviço como oficial de regimento e então às tantas da madrugada chegou reforço que veio pedir para eu mandar pra turma para apaziguar a briga que...das Rocas, da igreja... briga feia e dois soldados foram mortos, por bebida. Ele deve ser hoje general, foi meu colega, Cerqueira César, ainda deve ser vivo, mas não tive mais notícia. Eu tava de serviço com ele, houve esse charivari lá nas Rocas... a gente chama charivari a briga, a confusão. Aí ele disse: “ - Tarcísio, eu vou e você fica.” E eu disse: “- Não, não faça isso não, você não tem experiência.” Eu era da reserva convocado e disse a ele pra não ir, que eu ia e resolvia, mas ele foi. Era tão difícil a situação que eles brigavam entre si e Cerqueira César para impor a autoridade chamou atenção, não escutaram e um deles disse:“-Ah, aspirantezinho de merda, vá se embora daqui.” Aí ele puxou a arma e matou dois. E eu no pátio da igreja: “- E então, César, correu tudo bem?” Ele olhou pra mim e disse assim: “ – Tarcísio, pode me dar ordem de prisão. Eu matei dois.” O comandante, Oliveira Sucupira mandou transferir pra ele não ser preso. Foi para o Rio e do Rio foi pra FEB, na Itália. Era assim naquele tempo.<sup>81</sup>

O estado de guerra propiciava, de certa maneira, um afrouxamento nas punições às transgressões de oficiais das forças armadas, como no caso citado acima. O que mais se comentava era que os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que em sua maioria seguiam de

---

<sup>80</sup> Cf. Protásio Melo, em entrevista já citada.

Natal para Recife ou para o Rio de Janeiro, acabavam sendo arquivados, assim como havia transferências aleatórias de soldados entre os regimentos, expulsões e outras práticas que se viam acentuadas nesse período de exceção. Em um dos boletins diários do Exército, encontra-se uma crítica a como estavam sendo feitos e encaminhados de forma bastante irregular os IPMs:

Recomendação aos comandantes de corpos e chefes de estabelecimentos:

Grande número de IPMs enviados a este QGR contém muitos erros, todos decorrentes da pouca atenção dedicada às questões de justiça, quer por parte de alguns comandantes de corpos ou chefes de estabelecimentos, quer pelos próprios encarregados de Inquérito. Entre as numerosas falhas observadas salientam-se as seguintes:

- a) a solução, peça integrante do Inquérito não tem sido dada dentro do prazo previsto no parágrafo 4º do artigo 115 do CJM;
- b) quando há transgressão disciplinar as punições não têm sido aplicadas conforme o parágrafo primeiro do artigo 45 do RDE;
- c) em caso de transgressão disciplinar, quando o indiciado não está sob a jurisdição do chefe que determinou a abertura do Inquérito, em lugar de ser remetida a cópia do relatório e da solução à autoridade competente, tem sido enviado o próprio Inquérito;
- d) relatórios a que não são organizados em duas partes, expositiva e conclusiva, como prescreve o artigo 117 do CJM;
- e) certos encarregados de Inquérito, ao elaborarem um relatório, em vez de apresentarem comentários elucidativos e conclusões lógicas, fazem em linguagem imprópria crítica apaixonada, reveladora de falta de serenidade, predicado tão necessário ao militar em geral e ao encarregado do Inquérito em particular;
- f) a rubrica do encarregado do Inquérito figura no alto das folhas, quando deveria ser lançada nas margens;

---

<sup>81</sup> Cf. Tarcísio Medeiros, em entrevista já citada.

g) oficiais da reserva como encarregados de Inquéritos assinam documentos sem observar o aviso ministerial número 3161 de 02 de dezembro de 1942. Em consequência do exposto, recomendo aos comandantes de corpos e chefes de estabelecimentos que providenciem para que sejam tratados com mais interesse tais assuntos de modo que desapareçam, em casos futuros, as irregularidades ora observadas.<sup>82</sup>

Além das irregularidades apontadas acima, havia ainda a prática de evitar a abertura de determinados IPMs, como no caso do atropelamento de um estudante do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), Ítalo Fasanaro, por um caminhão do Exército americano, tendo o rapaz falecido momentos depois no Hospital Militar de Natal. O referido caminhão ia para *Parnamirim Field* e estaria sendo guiado por um motorista brasileiro, Raimundo Moreira de Sousa, que teria fugido sem prestar socorro à vítima. O motorista acusado chegou a ser indiciado criminalmente por “não ter habilitação para dirigir.” O tenente coronel da 4ª Delegacia de Natal, comandante Hermes de Melo Portela, tratou o assunto como um “crime de natureza civil, em via pública”, evitando abrir Inquérito Policial Militar<sup>83</sup>. O mais estranho nesse relato é o fato de que justamente um motorista brasileiro e sem habilitação poderia estar dirigindo um caminhão do Exército americano...

Em se tratando de praças e soldados de baixa patente, verifica-se a ocorrência de muitos casos de detenção por seu afastamento dos quartéis, durante o expediente, “sem consentimento de autoridade competente”, cujas punições variavam entre 48 horas até 15 dias de prisão, além dos chamados “castigos disciplinares”, como no caso do soldado João Remígio da Cunha, do 16º Regimento de Infantaria (RI), que pegou quatro dias de detenção

“por ter utilizado um jeep para entrega de telegramas, fugindo ao percurso normal dos destinatários, dando voltas por outras ruas, já em companhia de amigos seus, contrariando regras do trânsito com excesso de velocidade”.<sup>84</sup>

As proibições eram muitas, desde o uso de trajes civis (tanto para oficiais quanto para os praças, ficando permitido somente aos domingos e feriados), passando pela limitação do trânsito de praças pelas ruas da cidade até às 21 horas, até à interdição de sua presença em determinados lugares “não apropriados”:

Não convindo à disciplina reinante neste destacamento a freqüência de oficiais ao Wander Bar desta cidade, onde promiscuidade de freqüentadores é constante, principalmente por parte de marinheiros de nações estrangeiras, proíbo que oficiais deste destacamento e em trânsito por esta cidade freqüentem o referido estabelecimento. O oficial de ronda tome as providências nos casos ocorrentes.  
(General de Brigada e Comandante do Destacamento de Natal, Mário Ramos)<sup>85</sup>

Alguns entreveros entre militares americanos e brasileiros, ocorridos nos ambientes clandestinos da cidade e suas respectivas punições, encontram-se registrados nos boletins do Exército, mas curiosamente com referência somente aos nomes dos últimos. Na Pensão Ideal, o caso de embriaguez (talvez pelo consumo do uísque falsificado por aquele pianista da Dona Nena...) do terceiro sargento Hudson Carlos de Carvalho e do cabo Geraldo Magela Ferreira do 16º RI, que teriam deixado o acantonamento de Areia Preta, “sem estarem autorizados e armados, o primeiro com um revólver Smith and Wesson,

---

<sup>82</sup> Boletim Diário do Exército número 180 de 31/08/1944 do Destacamento de Natal.

<sup>83</sup> Portaria da 4ª Delegacia de Natal, 03/11/1944; Cx. C. 47, Processo Criminal, 1944 (AGJPIN).

<sup>84</sup> Boletim Interno do Exército, Brigada Felipe Camarão, Natal, 05/02/1943.

<sup>85</sup> Boletim Diário número 241, Destacamento de Natal, 14/11/1944.

calibre 45 e o segundo com sabre, provocaram desordem na noite de 22 de julho, entre 23 e 23:30 horas” terminou provocando uma “grande repercussão envolvendo americanos” e, “se não teve mais graves conseqüências, deve-se à chegada de um oficial da Força Policial que, acendendo as luzes, provocou a evasão dos dois perturbadores da ordem”, ocasionando uma punição de trinta dias de prisão para os infratores.<sup>86</sup>

Punição semelhante teve o cabo Marcílio Dias, do 7º Batalhão do Exército, acusado de ter “tomado em uma reunião dançante atitude de desregramento não compatível com pessoas de bons costumes”, o que foi interpretado como uma “transgressão grave”, levando-o a ficar preso por trinta dias. O documento não explicita o fato ocorrido, apenas conclui que “é lamentável que um graduado que se vale de uma concessão especial para comparecer a um baile ao qual estão presentes o que há de mais representativo na sociedade natalense e seus superiores hierárquicos tenha tido uma atitude tão reprovável, que não deve ser imitada por seus companheiros, pois não está de acordo com as constantes recomendações do Comando à Guarnição, nem com o exemplo de seus superiores.”<sup>87</sup>

Nessas reuniões dançantes sempre estavam presentes militares estrangeiros e nacionais, como na comemoração do dia do soldado do ano de 1944, quando foi organizada “uma grande festa na Cantina do Combatente, em Natal, na qual tomavam parte elementos brasileiros e americanos”, ou quando o sargento José Cavalcanti de Melo promoveu o “churrasco da amizade, festa de conagração que reuniu os militares da Marinha e do Exército brasileiros e americanos”.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Boletim Diário número 170, 7ª Região Militar, 14ª Divisão de Infantaria, Guarnição de Natal, 26/07/1943.

<sup>87</sup> Boletim Diário número 56, Guarnição de Natal, 08/03/1943.

<sup>88</sup> Livro número 1 de Alterações de Praças, Guarnição de Natal, 12/12/1944. (Nesse documento, o referido sargento recebe uma referência elogiosa feita pelo Comandante do Corpo Aéreo do Atlântico Sul, Cel. Thomas D. Ferguson, pelos seus esforços no sentido de promover eventos para o “estreitamento das relações de amizade entre americanos e brasileiros das forças da Marinha e da Aeronáutica, por meio de provas esportivas e pequenas festas.”)

Outras formas de punição se referiam ao fato de cabos e soldados estarem “perambulando pelas ruas da cidade depois das 22 horas, sem permissão por escrito da autoridade competente”, ou mesmo por encontrarem-se “em visível estado de embriaguez” o que acarretava de quinze a trinta dias de prisão.<sup>89</sup>

Em 1943, saiu publicado em boletim interno do Exército uma interessante “recomendação às unidades”, que trazia medidas a serem tomadas para erradicar o consumo da maconha entre as tropas estacionadas em Natal:

Tendo chegado ao conhecimento desta diretoria que é comum encontrar-se indivíduos viciados no uso da maconha, também chamada liamba, diamba, neconha etc. nas regiões nordestinas, onde se acham acantonadas as tropas em operações e com o objetivo de evitar que o vício tão nocivo se propague no meio militar, solicito se digne vossa excelência a aconselhar o Comando das Regiões Militares sediadas no norte e no nordeste do país, a execução das seguintes medidas:

- a) a severa vigilância por todos os meios disponíveis sobre todos os militares que usem cachimbo, pois as folhas de liamba podem ser usadas em vez de tabaco;
- b) realização de palestras em língua acessível pelos médicos das FSR, sobre os perigos a que se expõem os viciados, quer fumando, quer mastigando as referidas folhas;
- c) entendimento com as autoridades locais no sentido de promover a destruição das plantações nas zonas limítrofes ao Teatro [de operações do] Nordeste e de exercer fiscalização rigorosa sobre a venda ilícita da erva, punindo os disseminadores do vício.<sup>90</sup>

A vigilância e o controle das práticas comuns aos homens acantonados abrangia desde os seus vícios (maconha, embriaguez etc), modos de vestir, comportamento em reuniões sociais e locais públicos até a contenção de suas despesas particulares, ficando proibidas “manifestações internas ou externas (banquetes, reuniões etc) desde que

---

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>90</sup> Boletim Interno da Brigada Felipe Camarão, Natal, 05/01/1943.

importem em despesas exageradas para os oficiais e praças e sejam ainda passíveis de exploração em qualquer meio (civil e militar) sendo permitidas apenas as de caráter oficial ou as reguladas pelos respectivos chefes oficiais gerais, sempre com o interesse da economia privada de cada um.”<sup>91</sup> No *Foreign Ferry News*, jornal da base aérea americana, também foram publicadas algumas medidas para a contenção de despesas dos seus soldados:

Soldiers Deposits: If you want to save your money conveniently and without risk, the Army offers you an opportunity to do so through its Soldiers Deposits program, a savings plan available to all Enlisted Men. Through the Post Finance Office, which server as your “bank” [...]”<sup>92</sup>

Há registro de várias prisões por motivo de utilização inadequada de traje civil, como a do “soldado Orlando Ferreira Neto do 4º GADO à disposição do QG de Natal [que por] ter sido encontrado trajando civilmente, ficou detido por oito dias.”<sup>93</sup> Quanto à expulsão dos praças, sargentos, cabos e soldados, quase sempre a alegação se referia a um comportamento de “incapacidade moral”, sendo os transgressores encaminhados ao arquipélago de Fernando de Noronha, para serem “empregados em trabalhos forçados, enquanto durar a presente guerra.”<sup>94</sup> O procedimento de expulsão obedecia a um verdadeiro ritual, segundo a descrição de um ex-soldado da base de Parnamirim:

---

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*, 23/01/1943.

<sup>92</sup> *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 20/06/1943.

<sup>93</sup> Boletim Diário do Exército número 62, Destacamento de Natal, 16/03/1943.

<sup>94</sup> Boletim Diário número 61, Guarnição de Natal, 15/03/1943.

A expulsão é bonita, visse? É a música tocando e o tambor tam-tam-tam-tam e ele [o expulso] na frente... Aí quando chega no portão a polícia já tá ali. Aí o comandante vai e grita pra gente: “Meia volta, volver!” A gente se vira e ele sai, a polícia pega ele. Aí o comandante grita de novo e a gente se vira e não vê mais ninguém, não vê mais ele e num vê mais nada. É uma coisa de cortar o coração...<sup>95</sup>

Muitos casos de desavenças e conflitos entre americanos e potiguares aconteceram durante o Carnaval, e isto serviu para ensejar a proliferação de argumentos favoráveis à proibição de qualquer tipo de manifestação cultural de cunho popular, especialmente em se tratando das comemorações carnavalescas, no período da guerra. A própria prática dos “assaltos”, tão característica desses dias dedicados a Momo, começou a ser apontada como um verdadeiro perigo para a “boa sociedade” pelas autoridades policiais, uma vez que podia se confundir com a ocorrência de assaltos propriamente ditos.

No inquérito policial referente ao “roubo de jóias, acontecido na última noite de Carnaval, na residência de dona Zulmira Xavier Figueiredo, quando esta preparava-se para uma batalha [de confete]”, ficou registrado que a realização de um “assalto” (festivo) acontecera momentos antes da proprietária ter se dado conta do assalto (roubo), tendo isso provavelmente contribuído para a consumação do mesmo.<sup>96</sup>

Mas, ao contrário do que aparentemente esse tipo de associação possa indicar, em Natal o Carnaval não foi proibido em nenhum dos anos de guerra, sofrendo apenas algumas restrições da polícia e, mesmo assim, somente anos depois de terem sido adotadas medidas semelhantes pela polícia da capital federal em relação ao Carnaval carioca. Neste

---

<sup>95</sup> Cf. Raimundo Paulo dos Anjos, em entrevista já citada.

<sup>96</sup> Inquérito Policial, caixa IPO 25-49, 1940 (AGJPIN).

sentido, pode-se questionar sobre quais motivos teriam levado a essa visível ambigüidade no Carnaval natalense.

### **3. Potiguares, cariocas e americanos na folia**

Enquanto na capital federal a discussão sobre a realização ou não dos festejos carnavalescos ganhava força, desde o seu início em janeiro de 1942, em Natal isso se deu de forma diferente, devido ao próprio momento de contato/confronto entre os diferentes povos que aqui passaram a conviver devido à guerra. Nesse ano inicial da polêmica, por exemplo, nada foi publicado pelos jornais locais a respeito, havendo, ao contrário, a divulgação da idéia de serem prolongados os festejos carnavalescos a algumas semanas anteriores à data oficial:

Esteve reunida a Federação Carnavalesca – Ficou deliberado que uma semana antes do Carnaval sejam realizadas duas grandes concentrações no bairro do Alecrim, [estando] convocados para participarem da mesma os representantes de todas as sociedades carnavalescas desta capital.<sup>97</sup>

Desde o ano anterior, quando tiveram início os concursos de músicas carnavalescas, promovidos pela Rádio Educadora de Natal e o jornal *O Diário*, o assunto em voga não era nenhuma proibição da festa, mas sim a sua melhor organização e maior

---

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, 16/01/1942.

divulgação, afirmando-se que em 1942 “decorreram com brilhantismo os festejos carnavalescos.”<sup>98</sup> Ao lado da Federação Carnavalesca, foi criada a Federação dos Folgedos Tradicionais, com sede no Alecrim e que se ocupava da “organização dos pastoris, fandangos, festas novenáveis de São Pedro”<sup>99</sup> etc. Isso, em parte, dava-se como resposta aos arroubos americanófilos que cresciam entre as camadas média e alta da sociedade natalense, em seu deslumbramento com o *American way of life* e suas cada vez mais atuantes orquestras americanas que visitavam a cidade para o entretenimento das tropas aqui estacionadas, bem como as bandas das corporações militares do estado que adotavam nomes em inglês, como a *Jazz Band* e a *OK*, e que privilegiavam a execução de músicas norte-americanas, em detrimento da produção musical nacional.

Era como se a população potiguar tivesse que se opor às influências exógenas armando-se nas trincheiras das manifestações culturais locais/nacionais. Entendo que, em decorrência disso, o Carnaval passou a ser a festa escolhida para melhor resguardar o *locus* da cultura brasileira naquele momento. O que pode esclarecer que as proibições contidas nas instruções da polícia da capital federal não tenham sido sequer aventadas em Natal, a não ser a partir de 1943. Antes disso, houve até a premiação dos blocos que mais consumissem lança-perfumes e não se falava em proibir o uso de máscaras nem de determinadas fantasias, como na capital da República já ficara explícito, bem antes, pelos jornais:

---

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*, 19/02/1942.

<sup>99</sup> *O Diário*, Natal, 14/03/1942.

Somente a Cia. Rhodia, por intermédio de seu representante nesta capital, ofertará uma taça para o bloco que consumir maior quantidade de lança-perfumes.<sup>100</sup>

A exemplo dos demais anos, os festejos carnavalescos, nesta capital, decorreram bastante animados [...] Durante o tríduo dedicado a Momo nada se registrou de anormal, quer entre os foliões de rua, quer entre os diversos conjuntos que se apresentaram, dando vida e brilhantismo a nossa urbes.

[...] Muitos foram os conjuntos carnavalescos que se exibiram nos três dias gordos, alguns dos quais em veículos vistosamente fantasiados [...]

Merecem também destaque especial os blocos Lindas Holandesas, que conquistou a taça Rhodia, oferta da companhia de igual nome ao conjunto que consumisse maior quantidade de lança-perfume, e o Cidade-Menina, composto por distintas senhoritas da sociedade natalense, o Vamos Começar de Novo, o Tubarões do Norte, maior troça carnavalesca da cidade, Índios Guaranis, do Alecrim e das Rocas, os Remadores, Estrela do Mar, Charanga Paz e Harmonia, Salton no Frevo, E o Vento Levou, Anumará, Dragão do Norte, Pega no Arranco, Rede Rasgada, o Demônio em Folia, Não Sei Dizer Adeus, Elétrico Magnético, Amigos do Batuque e muitos outros.

O curso também foi muito animado, com veículos extremamente ornamentados e famílias fantasiadas.

Suntuosos bailes foram realizados no Aero Clube [...] no Teatro Carlos Gomes os quatro bailes que os professores Alcides Cicco e Ivanaldo Lopes proporcionaram à população e à sociedade natalense se revestiram de extraordinária animação [...] numerosos blocos e troças se apresentaram ali em trajes característicos, podendo dizer-se que alcançaram brilhantismo não atingido nos anos anteriores.<sup>101</sup>

A guerra sequer foi mencionada e o carnaval natalense seguiu “revestindo-se de brilho e alegria”, dando-se o mesmo no noticiário de 1942, que dizia: “a cidade encontra-se

---

<sup>100</sup> *A República*, Natal, 23/02/1941.

<sup>101</sup> *Idem*, *ibidem*, 27/02/1941 (grifos meus).

sob o domínio de Momo.”<sup>102</sup> O tema “Carnaval e Guerra” só apareceu nas manchetes dos jornais natalenses em 1943, embora isso tenha se dado de uma forma bem menos chamativa que na imprensa carioca. Aliás, deve-se atentar para o fato de que, enquanto na capital federal a ênfase recaía sobre a “necessidade” de haver restrição a determinados aspectos característicos da festa, o que terminava por empobrecer o carnaval de rua e favorecer a exuberância dos bailes de clubes e associações particulares, em Natal falava-se na possibilidade de se juntar esforços da iniciativa privada com a Federação Carnavalesca para que houvesse um carnaval de rua à altura do que merecia sua população menos abastada:

O povo humilde, que não pode freqüentar os clubes luxuosos estava triste. A situação internacional e as dificuldades tremendas da época presente obrigaram ao Governo do nosso Estado a não fornecer por conta dos cofres públicos o necessário numerário para a iluminação da Avenida Rio Branco, local onde se realizam os principais festejos carnavalescos da cidade. Assim sendo, o Carnaval de rua praticamente não seria levado a efeito [...] Uma comissão da Federação Carnavalesca [...] entrou em entendimento com a Cia. Força e Luz, encontrando a máxima boa vontade do ilustre e operoso gerente daquela empresa, dr. Martins dos Santos, assim como do sr. Jack Romanguera, da alta administração da Tramways, atualmente nesta capital [...]<sup>103</sup>

Em pleno Domingo Gordo, as “providências para o período carnavalesco” tomadas pelo chefe de polícia do estado, coronel André Fernandes, o diretor do DEIP, dr. Edilson Varela, o delegado da ordem social, dr. José Ildefonso Emerenciano e pelo comandante da guarnição de Natal, general Gustavo Cordeiro de Farias, foram divulgadas pela imprensa, alertando-se que tais providências deviam ser “contra os que, de qualquer

---

<sup>102</sup> *O Diário*, Natal, 14 e 19/02/1942.

maneira, seja por meio de oratória, alegorias carnavalescas ou crítica disfarçada, pretendam fazer propaganda de idéias extremistas ou fazer alusões incompatíveis com o momento.”<sup>104</sup> Mas isto não significava nenhuma proibição do carnaval nas ruas da cidade e, no ano seguinte, *A República* divulgava notícias do carnaval carioca e do carnaval natalense, acentuando-se a impressão de que a guerra estaria prejudicando exclusivamente o de lá:

O prefeito carioca, como já fez no ano passado, suspendeu a subvenção que vinha sendo concedida aos clubes carnavalescos locais. Motivou a tal medida o fato de encontrar-se o Brasil em guerra. Não haverá carnaval externo no Rio de Janeiro.

[...] Os foliões da cidade já estão em preparativos para a arrancada dos festejos de Momo. Hoje a Rádio Educadora de Natal vai dar o grito de carnaval, iniciando às 19 horas um programa carnavalesco com marchas, frevos e sambas.<sup>105</sup>

A inauguração do Cassino Natal, nesse mesmo ano, veio reforçar essa idéia, uma vez que, sem se tocar no inconveniente de um acontecimento desse porte em pleno período de guerra, os jornais estampavam em suas manchetes que o Cassino “vem sendo aguardado ansiosamente pela sociedade natalense [e que] vai ser uma coisa louca e deslumbrante as decorações do luxuoso e novo salão que será inaugurado no sábado de Carnaval no Teatro Carlos Gomes.”<sup>106</sup> Por esse novo espaço destinado à folia, inclusive, registrou-se a passagem de várias personalidades estrangeiras e brasileiras, alguns astros de Hollywood,— “[...] em companhia do cel. Wallace Ford e de outras autoridades militares e

---

<sup>103</sup> *A República*, Natal, 27/02/1943.

<sup>104</sup> *A República*, Natal, 07/03/1943.

<sup>105</sup> *Idem*, *ibidem*, 06/01 e 05/02/1944.

<sup>106</sup> *A República*, Natal, 12/02/1944.

civis, Humphrey Bogart esteve ontem no Cassino Natal”<sup>107</sup> – assim como “grandes artistas do cinema e rádio americanos, Jack Benny, Larry Adams, Ann Lee e Winnie Shaw [que] tiveram a oportunidade de apresentar o espetáculo interessante e variado dedicado às forças do Tio Sam, que lutam pela causa da liberdade além-fronteira”<sup>108</sup>.

Também há registro n’*O Diário* da inauguração de um “café cantante [...] possuidor de orquestra própria” com o seguinte nome: *Bar America-Seven Eleven Tavern*, afirmando que o mesmo “condiz perfeitamente com o progresso de nossa capital, primando pela luxuosidade e higiene”<sup>109</sup>; além de várias apresentações de cantores que vinham do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, para o entretenimento das tropas:

O Show da Vitória hoje em Parnamirim – [...] a patriótica iniciativa dos Diários Associados em cooperação com o Cassino da Urca e a Cruzeiro do Sul [...] o show da Vitória será realizado hoje, às 20 horas, na base de Parnamirim, tomando parte do festival, além de outros, Cristina Maristany, Linda Batista, Pedro Celestino, Dorival Caymmi, Ary Barroso, o Trio de Ouro, Alvarenga e Ranchinho, Madalene Rosay e Grande Otelo [que] proporcionarão aos combatentes brasileiros e americanos momentos de grande prazer.<sup>110</sup>

Assim, o clima de festa espalhava-se pela cidade, com a realização de eventos os mais diversos, como o “show da alegria” na base de Parnamirim, regado a “música e dança do nordeste e sul do país para os americanos, um empreendimento do seu distinto empresário sr. Rosalvo Mota, em cooperação com os distintos oficiais americanos cel.

---

<sup>107</sup> *O Diário*, Natal, 01/12/1943.

<sup>108</sup> *A República*, Natal, 23/07/1943.

<sup>109</sup> *O Diário*, Natal, 29/03/1944.

<sup>110</sup> *Idem*, *ibidem*, 03/07/1943.

Ford, comandante da referida base, e seus assistentes tte. Baker e tte. Tegu [...]”<sup>111</sup>; ou as apresentações de artistas famosos no Teatro Carlos Gomes e nos clubes do USO, com seus “espetáculos dedicados às forças armadas brasileiras e norte-americanas”.<sup>112</sup> O lema era que se fizesse a alegria da soldadesca, da marujada, da gente comum, dos bem-nascidos, enfim, de “todos” e que se abrissem alas ao tríduo momesco. A guerra até podia servir como tema para enredos das escolas de samba, blocos e troças carnavalescas, mas nunca chegaria a impedir a comemoração do Carnaval em Natal:

[...] o reinado da alegria se aproxima. Os foliões estão a postos, prontos para tudo [...] O Carnaval deste ano, como o do ano passado, será essencialmente um carnaval de coloração diferente. Será um carnaval de guerra, um carnaval político. Um carnaval contra o nazi-fascismo, porque o Carnaval é uma festa do povo. Uma festa de confraternização. Festa de humildes e de potentados. Festa democrática, sem hipocrisia, sem convenções absurdas [...]”<sup>113</sup>

Com a denominação de *Gigantes da Vitória*, um verdadeiro “séquito carnavalesco” saiu às ruas apresentando como carro alegórico um grande “Palhaço Teuto com cara de porco nazista”, enquanto o bloco *O Diabo na Quadriga*, “com Manuel Andrade à frente”, mostrou seu principal carro alegórico sob o tema “Adolfo na situação em que o destino, fatalmente, o arrastará”, cujo enredo/canção dizia o seguinte

Adolfo sonhava ser  
O dunga internacional  
Mas eu o vou converter  
Em bufão de Carnaval

---

<sup>111</sup> *O Diário*, Natal, 13/08/1943.

<sup>112</sup> *Idem*, *ibidem*, 28/12/1944.

[...] Bancaste, é certo, Adolfinho  
O Gengis-Khan, não sei como  
Agora espera um pouquinho  
Em teu lugar reina o Momo!<sup>114</sup>

Como balanço final do Carnaval desse ano, o jornal anunciou que “felizmente, foi sob uma atmosfera tranqüila que decorreu o Carnaval [...] das alegorias que saíram à rua é interessante salientar a que simbolizava Hitler arrastado pela morte... o famigerado *fuher* vestia uma ampla túnica branca de condenado.”<sup>115</sup> Até o final da guerra, o Carnaval se revestiu de sátiras políticas, como se pode perceber por este conclave assinado sob o pseudônimo de Chico Folia:

Precisamos fazer este ano um Carnaval de guerra [...] Ridicularizemos com caricaturas grotescas, Hitler, Mussolini, Hiroito, Plínio Salgado e outros invertidos sexuais. Cantemos nas letras dos sambas as vitórias dos bravos soldados da Democracia.

Deve haver Carnaval? Sim. Nós não comemos? Nós não amamos? Não continuamos ganhando e perdendo dinheiro? [...] Não é com tristeza que vamos derrotar os inimigos da humanidade.<sup>116</sup>

Essas manifestações carnavalescas de cunho explicitamente político deram-se ao mesmo tempo em que acontecia um comício pela comemoração do segundo aniversário do rompimento do Brasil com o Eixo, organizado pelo DIP, Liga de Defesa Nacional, Associação Norte-riograndense de Imprensa, Cruz Vermelha, Legião Brasileira de

---

<sup>113</sup> *O Diário*, Natal, 14/01/1944.

<sup>114</sup> *O Diário*, Natal, 26 e 31/01/1944.

<sup>115</sup> *Idem*, *ibidem*, 23/02/1944.

Assistência, Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Departamento de Educação.<sup>117</sup>

Dentro desse espírito carnavalesco-político que dominava a cidade, uma troça apareceu com o sugestivo nome de “Patrulha da Cidade”, como uma clara referência ao policiamento feito pelo pessoal da Defesa Civil durante os constantes exercícios de *black-out* aos quais já se acostumara a população natalense.<sup>118</sup> Da mesma forma, um edital humorístico do Brasil Clube, fez as seguintes “recomendações” aos adeptos da folia:

Brasil Clube – Decreto n. 1944, que dispõe sobre o Carnaval: Momo, “Interventor do Carnaval”, usando das atribuições que lhe confere o artigo imaginário das diversões, etc, etc.

- a) Considerando que alegria é o maior tônico que depura, fortalece engorda;
- b) Considerando que o mundo está perto do “fim do mundo”;
- c) Considerando que a vida é curta e a morte é certa;
- d) Considerando que todos os demais considerandos, em face destes, considerandos não serão considerados considerandos consideráveis:

DECRETA: Artigo Único – Ficam todos os associados do Brasil Clube e exmas. famílias, “intimados” a comparecer “fardados” de Colombos e Colombinas, aos bailes carnavalescos que esta Sociedade promoverá nas noites de 19, 20, 21 e 22 do corrente [...]

Palácio da Alegria, 1º de fevereiro de 1944.<sup>119</sup>

Por sua vez, ao lado das alegorias com temas políticos, que culminaram na realização do “Baile da Vitória” no Teatro Carlos Gomes, o noticiário evidenciava que “os índios mantiveram, sem qualquer quebra de brilho, as suas esplêndidas ‘performances’ [...]”, lembrando que o recém-chegado samba estava esquentando a cidade com os blocos

---

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, 20/01/1945.

<sup>117</sup> *O Diário*, Natal, 29/01/1944.

<sup>118</sup> Idem, *ibidem*, 05/03/1943.

“Bambas do Morro e Amigos do Batuque, ao compasso sonoro dos tamborins, cuícas e pentacórdios”<sup>120</sup> – sabe-se que as primeiras escolas de samba da cidade originaram-se a partir dos antigos blocos, que “iam pra avenida, mas não contavam uma história, não tinham um enredo.”<sup>121</sup>

Também Câmara Cascudo, em um de seus célebres artigos para a *Acta Diurna*<sup>122</sup> d’*A República*, intitulado “Dez sambas, duas marchas e um artigo”, deixou registrado o que se passara durante o carnaval de 1944, e que o perturbara tanto em seus momentos de inspiração como escritor:

*A Manhã*, do Rio de Janeiro, solicita-me um artigo sobre a República Dominicana. A 27 deste Fevereiro é o primeiro centenário de sua independência. Uma das muitas independências. Desta vez sacudiu o jugo do Haiti. Ponho papel na máquina. Alinho. Equilíbrio. Faço mentalmente a bibliografia do que devo consultar. Que possuirei nesse assunto? Sobre a República Dominicana?

Um rádio, aberto em pleno volume de voz, berra, atordoador:

“Pra mostrar que braço é braço

Eu conquisteeeei

Sicília!”

Essa Sicília não é a ilha italiana e sim uma mulata. Os títulos vão aparecendo. Tenho um exemplar da *Revista Musical* que se publica em Ciudad Trujillo e onde há exemplos da dança tradicional, merengue. Há também o volume de R.

---

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*, 03/02/1944.

<sup>120</sup> *O Diário*, Natal, 24/02/1944.

<sup>121</sup> Cf. Francisca de Fátima Cavalcanti (Quinha), filha do carnavalesco natalense Antônio Melé, no vídeo-documentário “...de outros carnavais”, Natal:TVU-UFRN/DEH, 1996.

<sup>122</sup> Cascudo explicou o porque da sua escolha do título *Acta Diurna*: “Perguntam a mim por que dei semelhante título a esta seção. [...] *Acta Diurna* era uma espécie de jornal diário, uma folha onde os acontecimentos do dia eram fixados pelas autoridades de Roma para conhecimento do povo. Pregavam-na a uma parede num dos edificios do Fórum. [...] *Acta* significa, no latim, ações, obras, feitos, façanhas. *Diurna* é o que se pratica sob o sol no espaço de tempo de um dia, ou diariamente. [...] A minha é uma *Acta Diurna* que recorda o pensamento que presidiu meu dia. Fixo a minha impressão diária sobre um livro, uma figura ou um episódio atual ou antigo. Dei-lhe batismo latino porque a intenção cultural é honrar o Passado nas suas lutas, alegrias, tragédias e curiosidades.” - *A República*, Natal, 03/08/1943.

Emilio Jiménez, *La Pátria em la Canción*. Há o livro de Sócrates Nolasco, *Viejas Memórias*. E a conferência de Rafael Damiron, *De nuestro sur remoto*.

“Com pandeiro, ou sem pandeiro!

Trá-lá-lá-lááá

Eu... brinco!”

Cinco rádios estão cantando a mesma canção que se populariza. O canto coletivo, que passa nos automóveis ou caminhões, é lógico. O rádio, entretanto, é fixo, impassível, sem as gradações que a distância empresta ao som. Vamos ao trabalho. Que tenho mais? Sim! Os contos populares de Miguel Angel Monclus, *Escenas criollas*. E uma coleção de anedotas de Yoryi Lockward, *Acucheme Uté*.

“Com dinheiro ou sem dinheiro

Trá-lá-lá-lá...

Eu.....briiiiiiiiiinco!”

E deve brincar, se pode. Com pandeiro e sem dinheiro brinca-se, mas preciso escrever hoje. Vamos ao apelo. Que devo consultar? O estudo de Emilio Rodriguez Demorizi, *Poesia Popular Dominicana* e sua conferência “El cantor del Niágara en Santo Domingo.” Junto os livros. Disponho-os a mão. Vou começar.

“O passo do caruá

á-á-á-á!”

Os dedos dançam no teclado da máquina. O pensamento esvoaça indeciso. O vocabulário fica desmilingüido. A República Dominicana não pode fixar-se na minha atenção. Agora são marchas-frevo arrepiando nervos. Fecha-se a máquina. Sem dinheiro, sem pandeiro, sem vontade, eu paro...<sup>123</sup>

O Carnaval de rua de Natal, portanto, não perdeu o fulgor dos anos anteriores ao período da guerra, como ocorreu ao Carnaval carioca. Aqui, ao contrário, a palavra de ordem (literalmente, já que o próprio prefeito Gentil Ferreira era o presidente da Federação Carnavalesca) foi incentivar a realização de prévias carnavalescas ou batalhas de confete, promover a divulgação do trabalho dos compositores locais através de concursos de

músicas, inaugurar novos espaços para bailes e concursos de frevo, enfim, fazer do Carnaval o baluarte da nossa “identidade nacional”, frente à crescente influência cultural norte-americana.

Essas medidas de alguma forma contribuíram para que houvesse uma maior reciprocidade em termos de influências entre americanos e potiguares, contrabalançando a frequência aos bailes e festas promovidas pelo *United Service Organization* com uma maior participação dos estrangeiros nos festejos e concursos do “passo”, como informam alguns contemporâneos:

O Carnaval pra animar era o frevo, que era o auge naquele tempo. O concurso era na Tavares de Lira, depois subiu pro Grande Ponto, onde é a Praça Kennedy. Aqui os americanos se fantasiavam de mulher, brincando lá no Grande Ponto, eles gostavam muito, alguns bebiam e tentavam fazer o “passo”... o frevo era uma coisa louca!<sup>124</sup>

Melo afirma ainda que “eu fui um desses que ensinei a vários americanos que trabalhavam aqui. Porque não tinha só militares, tinha o que chamavam esse pessoal civil, *civilian personal*, eram ligados aos americanos e andavam todos à paisana. E também gostavam muito do Carnaval, aquilo tudo era muito animado... o sujeito pra não gostar de Carnaval, deve logo se deitar e mandar cobrir a tampa do caixão.”<sup>125</sup> O seu primo e jornalista Veríssimo de Melo também dizia em seus artigos que

---

<sup>123</sup> *A República*, Natal, 09/02/1944.

<sup>124</sup> Cf. Protásio Melo, em entrevista já citada.

<sup>125</sup> *Idem*.

a participação desses nossos amigos [americanos] no Carnaval que passou, foi sem dúvida um dos acontecimentos mais curiosos. De braço com a nossa rapaziada [...] eles caíram no frevo. E se o Carnaval deixou saudade em todos nós [...] estou certo que eles também sentiram e muita.<sup>126</sup>

Em defesa do carnaval local, entretanto, Veríssimo de Melo entrou em uma polêmica com o sargento Augusto Fernandes, da base aérea de Natal, quanto à prática do travestimento recém-adotada pelos foliões natalenses, o que lhe pareceu estranho e descabido, dizendo ser esta “a transplantação de uma moda eminentemente sulista – a fantasia de mulher – para o nosso ambiente, francamente nordestino. O rapaz que caiu de sainha no carnaval e não admite a menor reação por parte do povo de Natal – desculpe – deve passar os olhos num compêndio elementar de Sociologia e ir criando vergonha. O Brasil é um mundo. Aquele uso que no Rio de Janeiro é de aceitação geral, no Rio Grande do Norte às vezes pode ser censurável e no território do Acre – o diabo é quem duvida – talvez seja um crime de lesa-majestade!”<sup>127</sup> A esse argumento, o referido sargento contrapunha-se, afirmando que

O carnaval de 1944 [...] foi abafante, cheio de alegria. E deve-se isso ao grande número de rapazes – verdadeiros foliões – que vieram do sul ou que por lá passaram. Estes, juntamente com grande número de bons foliões natalenses, fizeram o bonito [...] Se nós nos fantasiámos de mulher é porque achamos nisso um motivo para divertir os outros e divertir a nós mesmos. Infelizmente, muitos daqui de Natal [...] acham que o sujeito, por brincar o carnaval dessa maneira, tem tendência de parecer Julieta, Dulcinéia ou Maria Fumaça... Ó, mentalidade retrógrada!<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> *O Diário*, Natal, 29/02/1944.

<sup>127</sup> *Idem*, *ibidem*, 26/02/1944.

<sup>128</sup> *Idem*, *ibidem*.

Essa inovação nos hábitos dos foliões natalenses foi atribuída à influência carioca nos festejos locais, assim como a introdução das primeiras escolas de samba. Mas, como a prática do travestimento na folia, que embora tivesse sua origem na corte dos tempos coloniais, ainda não fosse conhecida em terras potiguares, tornou-se o pivô de uma celeuma. Em seu “Um confetti do Carnaval...”, Câmara Cascudo também manifestou-se sobre a inversão de papéis sexuais na folia, invocando Freud e apontando um curioso acesso de masculinidade em um desses foliões que se travestiram para brincar o Carnaval natalense:

Com pandeiro ou sem pandeiro!...

Ôôôô!

Não brinco!

Com dinheiro ou sem dinheiro!

Ôôôô!

Não brinco!

E não brinquei. Mas andei olhando o carnaval, sublimador de todos os recalques, alegria irresponsável, esplendor popular, três dias fraternais de camaradagem espontânea.

Há, porém, uma nota que vale um simples confetti. Um leve reparo no turbilhão que passou.

Espantoso o número de homens fantasiados de mulher!... Uma maioria absoluta dos foliões dentro de saiotas, saias, *soutiens*, calçotas, chapéus, seios e ancas de mulambo, fingindo, imitando, representando a mulher.

[...] mestre Freud e seus discípulos em pansexualismo, com as pesquisas psicanalíticas, dizem muita coisa complicada, explicando essa predileção masculina pela roupa do sexo aliado.

Num carnaval carioca, num banho de mar de fantasia, o registro dará o mesmo. Maioria de homens vestindo toilletas femininas, com os gestos, ondulações, falsetes, passinhos e trepidações que não constituem características masculinas.

O que desnortearia Freud é que os nossos foliões, enrolados nas roupagens transparentes, são furiosamente, ciumentamente, estridentemente devotos do próprio sentimento da superioridade máscula.

No domingo de carnaval, perto do “Grande Ponto”, pela manhã, um sólido morenã, de braços atléticos, vestido de mulher, pintado de branco, com brincos, com *baton* e *rouge*, estava gritando, com voz zangada, indignado contra um moleque que lhe faltava com o respeito.

E berrava, agitando os punhos: - Estou vestido de mulher, mas sou homem! Está ouvindo? Quebro-lhe a cara! Eu sou é homem!

E o deixei naquela sonora e tempestuosa afirmação de masculinidade, numa cólera sincera e magnífica contra quem, muito logicamente, o julgara ser o que justamente e com tanto trabalho e despesa, conseguira parecer: - uma mulher!...<sup>129</sup>

Além do contagiante frevo, da grande popularidade das marchinhas locais e do samba recém chegado à cidade, trazido pelos marinheiros cariocas, outros aspectos do carnaval natalense faziam encher as ruas e avenidas (e as páginas dos jornais), como as apresentações das tribos de índios e a entrega da chave da cidade ao rei Momo – esta, uma cena que se transformara em um verdadeiro ritual:

Ficou finalmente resolvido ontem, pela comissão dos festejos carnavalescos, que o Rei Momo desembarcará precisamente às 19 horas pela escadaria da rampa da avenida Tavares de Lira. Com o patrocínio do vespertino *O Diário*, a ZYB-5 fará a transmissão do desembarque de S. Majestade com o microfone colocado no pátio do Grande Hotel, das 19 às 20 horas, e será feita a retransmissão pelo serviço de alto-falante. Todos os clubes, blocos, ranchos e cordões formarão em toda a extensão da av. Tavares de Lira até o Grande Hotel, onde S. Majestade Rei Momo ocupará o microfone da emissora dos Diários Associados, falando a todos os foliões da cidade [...] Às 19:45, o Rei Momo em carro aberto,

caprichosamente ornamentado, desfilará pelas ruas da cidade, acompanhado de um cortejo de automóveis, e por todos os clubes, ranchos e cordões, percorrendo o seguinte itinerário: rua Junqueira Aires, rua Ulisses Caldas, av. Rio Branco, rua João Pessoa, praça Pio X, praça Pedro Velho, contornando toda a praça, av. Deodoro até o Grande Ponto, onde será dissolvido o cortejo.

[...] Assim que S. Majestade recebeu os cumprimentos da comissão, soaram os toques de clarins, anunciando ao povo a sua chegada [...] As últimas palavras de sua majestade foram delirantemente aclamadas pela enorme multidão que estacionava em todas as dependências do hotel [...] formando o cortejo, que obedeceu o itinerário já anunciado, sua majestade foi delirantemente aclamado pela enorme multidão que se comprimia em toda a extensão da av. Rio Branco até a rua João Pessoa.<sup>130</sup>

As apresentações das tribos de índios no carnaval natalense também atraíam a atenção dos visitantes, tanto que faziam convites para que elas se apresentassem até mesmo fora do período carnavalesco. Isso ocorreu, por exemplo, quando os americanos de *Parnamirim Field* chamaram os índios organizados por Augusto Brasil, um paraibano que teria sido o primeiro incentivador das tribos aqui na cidade, segundo informa seu filho Raimundo Nonato Brasil, para que fizessem uma espécie de filmagem com a participação de seus componentes, devidamente caracterizados, junto aos soldados da base americana:

Meu pai trabalhava como barbeiro lá na Ribeira e gostava muito de Carnaval, ele tinha um bloco, a Lira Ideal, que ele deixou pra fazer os índios.

[...] Naquela época, os americanos que tinha aqui em Parnamirim mandaram chamar os índios pra uma filmagem lá. A gente fomo, chegemo lá, entramo num avião, sendo filmado, depois saímo do avião, saímo com os oficiais e os

---

<sup>129</sup> *A República*, Natal, 24/02/1944. (Note-se que este é o segundo artigo onde o escritor potiguar utiliza a mesma marchinha carnavalesca...)

<sup>130</sup> *A República*, Natal, 18/02 e 20/02/1944.

soldados tudo amarrado de dentro. A gente com as metralhadora assim, dentro dos mato, saímo do avião e prendemo eles dentro dos mato vizinho. Era a história que eles inventaram lá, num sabe?

Lá em Parnamirim tem um morro muito grande, nós subimo no morro e aí os americanos descia lá do morro lutando com os índios, agarrado um com o outro. A gente furava eles de flecha assim... atirava flecha neles... ficou bonito o negócio lá, os cara filmando assim... Prenderam a gente no avião, levantaram vô e depois voltou pro mesmo canto, naquele aviãozão de guerra.

Mas era fora de época de Carnaval, foi de 44 pra 45, se eu num me engano. Eles levaram a gente pro Grande Hotel, filmaram a gente ali também. Foi os carrão americano tudo que levou a gente pra lá, os caminhãozão grande e pagaram a gente muito bem.<sup>131</sup>

Da mesma forma, as tribos foram convidadas para se apresentarem em algumas festas dos clubes do USO, tendo sido registradas pelo *Foreign Ferry News* como resultado de uma programação de três dias de comemorações do “famous Brazilian Carnival” no Town Club (na Ribeira) e no Beach Club (em Petrópolis), oferecendo como destaque a “Tribo dos Índios Potiguares – a group of popular carnival dancers and musicians.”<sup>132</sup> Assim como as orquestras americanas tomavam conta das praças da cidade, o Carnaval tomava conta dos clubes americanos, mesmo que para estes isso fosse confundido com “coisa de circo”:

USO Schedules Circus Night for Town Club – [...] GI’s have had a chance to see the Brazilian Carnival and they are now eager to show the Brazilian girls who have been attending the USO dances what an American circus is like. Every

---

<sup>131</sup> Cf. Raimundo Brasil, em entrevista já citada.

<sup>132</sup> *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 11/02/1945.

attempt is being made to approximate the real thing – with “wild animals”, ring shows, clowns, et al.<sup>133</sup>

Ao que tudo indica, dentre as especificidades do Carnaval natalense, o que os americanos mais apreciavam era exatamente seu lado “exótico”, “primitivo”, de onde o grande interesse pelas performances das tribos de índios com seus animais (apresentavam-se levando cobras, sagüís, papagaios etc) e o batuque cadenciado que era sua marca registrada. Além disso, havia o interesse pela música e dança alucinante do frevo, que os tirava da posição de espectadores para a de participantes da folia. Houve até algumas ocasiões em que os clubes do USO realizaram eventos consentindo que orquestras brasileiras executassem músicas carnavalescas em suas festas, como na “Valentine Carnival Dance”<sup>134</sup>, e algumas que tentaram imitar o Carnaval brasileiro:

With the Brazilian Carnival Season just around the corner, the USO is making plans now to be “friendly neighbours” and frolic when the local citizens do. The first USO carnival event will be a Masked Costume Ball on Jan. 25 from 9 p.m. to midnight. Of course, regulation GI must be “de rigor” for the men.<sup>135</sup>

Sem dúvida, nesse período de guerra em Natal, houve uma reciprocidade de influências entre a população nativa e os estrangeiros, em se tratando de manifestações culturais. A própria denominação das festas que os americanos faziam e que abriam à

---

<sup>133</sup> Idem, ibidem, 05/03/1944.

<sup>134</sup> *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 06/02/1944 - onde se lê: “Music for the dance will be furnished by a Brazilian band.”

<sup>135</sup> Idem, ibidem, 23/01/1944.

participação de todos, conhecidas por *for all*, possivelmente tenha dado origem ao conhecido forró nordestino:

[...] música e dança surgida por volta da segunda metade do século XX, com a migração de nordestinos para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo [...] o forró tem sua origem explicada também nos bailes que os “gringos” radicados no Nordeste do país promoviam *for all*, ou seja, para todos, nos quais era permitida a presença da população local.<sup>136</sup>

Contudo, isso não significa que o ideário do pan-americanismo, de harmonização e cooperação entre os diferentes povos, sob a batuta do Tio Sam, chegasse a representar um ponto pacífico para brasileiros e americanos, na realidade de seu conturbado cotidiano de guerra. Os inúmeros exemplos de desavenças e até mesmo a ocorrência de crimes eram comuns em todos os espaços da cidade, desde os clandestinos aos mais notáveis salões de baile.

#### **4. Identidades e ambigüidades**

Ao mesmo tempo em que a Rádio Educadora de Natal e o jornal *O Diário* premiavam os vencedores dos concursos de músicas carnavalescas, com valores que iam de

---

<sup>136</sup> Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo, Global Editora, 10ª edição, 2001 (p. 249-250).

1000 a 1400 cruzeiros para as categorias sambas e marchas<sup>137</sup>, também dedicavam uma programação específica à divulgação do ideário pan-americanista. Isso, aparentemente, nada tinha de contraditório, pois apesar da programação oficial estar voltada à seriedade do momento político, a prefeitura defendia a realização do Carnaval, incentivando tais concursos e eventos afins, sem que isso fosse considerado inoportuno, ao contrário do que ocorria na capital da República.

Enquanto acontecia a Conferência Continental no Rio de Janeiro, em Natal realizavam-se as comemorações do Dia Pan-Americano, com direito a “festividades nos estabelecimentos de ensino e instituições culturais”, além de uma palestra de Luís da Câmara Cascudo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, abordando o tema “Folclore, aproximador continental”.<sup>138</sup> Entretanto, assim como ele, outros intelectuais natalenses ficaram inicialmente sem querer se manifestar sobre a questão do pan-americanismo, ou mesmo chegaram a ignorar o assunto por algum tempo até se decidirem a abordá-lo, e mesmo assim com algumas ressalvas.

Veríssimo de Melo, por exemplo, evitou tocar no assunto, preferindo acentuar em seus artigos jornalísticos que a situação na cidade, após a chegada dos milhares de estrangeiros, estava tornando-se insustentável, por vários motivos. Ocupou-se em tratar de assuntos como a falta de carne verde, a precariedade dos bondes, a carestia da vida, a alta dos preços da cerveja e dos cigarros, a escassez de moças que ainda se interessassem em namorar os rapazes brasileiros, enfim, fez de sua coluna “Boa tarde!” um espaço para colocar suas impressões sobre o delicado momento em que se encontrava; provavelmente via como uma grande perda de tempo ficar elogiando as façanhas das forças armadas

---

<sup>137</sup> *O Diário*, Natal, 17/03/1943.

<sup>138</sup> *O Diário*, Natal, 14/04/1942.

brasileiras e americanas, com tantos problemas a enfrentar no cotidiano. A escassez de alimentos, por exemplo, fez com que Melo chegasse a escrever : “Eu sonhei comendo um bife!”, concluindo que “a gente sonha cada coisa impossível!...”<sup>139</sup> Assim como se queixou da alta do preço de um artigo que lhe parecia essencial:

Quem não gosta de cerveja não leia essa nota. [...] exploração no preço da cerveja. O carioca está tomando todos os dias a sua cervejinha por dois cruzeiros ou pouca coisa. Bichos felizes. Em Natal, contudo, ela subiu a um preço escandaloso: sete, oito cruzeiros! [...] Eu quero avisá-los que o Café Majestic, da Cidade Alta, é o único em Natal que está vendendo cerveja quase de graça: seis cruzeiros a garrafinha! [...] Em que tempo estamos vivendo! [...] Só a gente tomando mesmo uma cerveja p’ra esquecer essas coisas...<sup>140</sup>

Entretanto, Melo era um dos maiores defensores da difusão de músicas norte-americanas através dos programas de rádio.<sup>141</sup> Seria isso a evidência de uma contradição no pensamento do jornalista potiguar?

Câmara Cascudo, por sua vez, que já se manifestara politicamente pró-aliados, colocando definitivamente uma pedra sobre a sua atuação como integralista na juventude<sup>142</sup>, escreveu um artigo sobre o professor americano Ralph Steele Boggs, apontando-o como exemplo número um do “good neighbour”, mas como um exemplo extra-oficial e, por isso mesmo, mais eficiente do que muitas ações do pan-americanismo institucionalizado, na sua opinião:

---

<sup>139</sup> Idem, *ibidem*, 18/02/1943.

<sup>140</sup> *O Diário*, Natal, 29/09/1943. (Outros de seus artigos já foram citados e comentados no segundo capítulo deste trabalho).

<sup>141</sup> Cf. alguns artigos seus, comentados no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>142</sup> “Suas opções teóricas e políticas foram marcadas por um recorte conservador, do monarquismo explícito dos anos de 1920 e 1930 à liderança integralista no Rio Grande do Norte, ao longo da última década, desdobrando-se no convívio cordial com o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar dos anos 1960-1980.” *Apud* Marcos Silva (org.) op. cit. (p. XIII-XIV, Nota Preliminar).

Ralph Steele Boggs, professor na Universidade de North Carolina, é a maior autoridade norte-americana na bibliografia folclórica. Conhece todos os livros, jornais e revistas publicados da Argentina ao Canadá. Amavelmente divulga essas fontes [...] Possui amigos em toda parte. Escreve, manda livros, informações, sugestões [...] Noventa por cento dos assuntos culturais latino-americanos relativo ao intercâmbio de etnógrafos e folcloristas com os Estados Unidos, o informador, orientador, animador, é Ralph Steele Boggs [...] o Bom Vizinho, veterano da *Good Policy*, animador entusiasta, um dos mais prestigiosos e reais executores de uma campanha de aproximação e de amizade continental.

[...] Não sei se o Presidente Roosevelt sabe quanto está sendo ajudado pelos professores das Universidades dos Estados Unidos nessa tarefa de ajustamento psicológico de entendimento cultural, de compreensão científica. O auxílio é bem mais profundo e eficiente que muitas missões e visitas oficiais, porque atuam nos setores mais recuados e silenciosos do estudo, da pesquisa e da meditação.<sup>143</sup>

Em outro momento, Cascudo elogiou a iniciativa de uma certa senhora americana que, após visitar o Brasil, levou um pé de laranja de umbigo da cidade de Salvador, Bahia, para plantá-lo em terras californianas. O resultado foi que “dezenas de arbustos nasceram dela, crescendo o laranjal que se espalhou. Primeiro, era fruta saboreada pelos moradores das redondezas. Depois, a produção vultosa justificou industrialização. A laranja da Califórnia foi conquistando mercados, por todos os Estados da União Americana. A origem vem daquela plantinha que viajou, há setenta anos, nos cuidados de uma senhora norte-americana [...] Ainda está vivendo, resistente e bonita, essa árvore brasileira, naturalizada *yankee*. Cercaram-na com um gradil artístico, sobre base de concreto [...]” – e colocaram-lhe uma placa de bronze, com os seguintes dizeres: “Em honra e louvor da

senhora Elisha Tibbets e pela sua boa ação plantando em Riverside, em 1873, as primeiras laranjeiras de umbigo na Califórnia. Procedência: Bahia, Brasil. Considerada como a mais valiosa fruta jamais introduzida nos Estados Unidos, pelo Ministro da Agricultura, erigido em 1920.” Ao que ele concluía: “Nesse clima de *boa vizinhança*, aí está um elemento, brasileiríssimo, que, antes dos diplomatas, começou a política real de uma aproximação...”<sup>144</sup>

Ao escrever “O exemplo norte-americano!”, ele ateve-se ao alto nível de desenvolvimento cultural daquele país, afirmando que “deveríamos compreender a grandeza dos Estados Unidos pela sua visão geral de todas as atividades humanas. Nada parece inferior, indigno de auxílio. Todos os empreendimentos são divulgados e há ambiente econômico para um arquiteto, como há para um barítono, um pianista, um pintor, um químico e um etnógrafo” - chegava a esta conclusão após refletir sobre a seguinte situação:

Se uma associação me comissionasse para eu ir a Portugal ouvir e juntar histórias de Trancoso, certamente muita gente ficaria zangada com o desperdício.

Mandar uma pessoa à Europa para ouvir histórias populares? Nos Estados Unidos há dessas coisas. O Professor Aurélio M. Espinosa, da Universidade de Standford, na Califórnia, foi comissionado para ir à Espanha ouvir e juntar histórias do povo, histórias das nossas, iguais, de mãe e de pai.

O Professor Espinosa viajou confortavelmente, passou quase um ano percorrendo a Espanha e publicou três volumes... de histórias de Trancoso, dessas que ouvimos em meninos.

[...] Não sei se atinam com a utilidade dessa publicação num país que julgamos exclusivamente preocupado em parques industriais e vitória financeira.

---

<sup>143</sup> *A República*, Natal, 19/11/1943.

<sup>144</sup> *O Diário*, Natal, 09/09/1943.

[...] Aquele povo sabe viver. Realmente sabe. E sabe viver pondo o ouro em serviço de todas as idéias. Há romantismo, lirismo, poesia e encanto em meio da floresta das usinas e das fábricas monstruosas.<sup>145</sup>

E, ainda, com o seu olhar de folclorista, aproveitou o momento de guerra para fazer uma comparação inusitada: o Gremlin norte-americano equivaleria ao nosso brasileiríssimo Saci Pererê:

A guerra revelou o Gremlin. Deu-lhe popularidade e prestígio. É atualmente o mais ilustre diabinho dos Estados Unidos. Dedicaram-lhe páginas especiais as revistas mais famosas. O Gremlin dominador da aviação norte-americana, está avançando também na Royal Air Force inglesa [...] É um camaradinho de uns vinte centímetros, branco, dolicocefalo, sem barbas, sem vergonha, maluco para atrapalhar a vida e o trabalho alheio. Tem todas as habilidades e manias do Saci Pererê, com a vantagem de possuir ambas as pernas e ser freqüentador indispensável dos aviões militares.

[...] Que faz o Gremlin? Faz todas as coisas e é o responsável lógico por todos os contratempos e contrariedades no vôo e fora dele. Desloca a mira e entope o cano das metralhadoras. Suja o vidro da torre dianteira dos bombardeiros. Alfineta o piloto nos momentos mais difíceis, fura os flutuadores dos hidroaviões.

[...] Julgava-se que somente os aviadores viam os Gremlins, *only aviators see Gremlins*, mas é engano manifesto. Uma porção de gente sisuda apareceu escrevendo à *Life*, com pormenores e explicações competentes.

[...] Assim, o Gremlin está para os Estados Unidos vivendo as aventuras do nosso Saci Pererê. Apenas o Saci nunca viu uma *flying fortress* espalhando a morte e ganhando a vitória em todos os ventos desse mundo...<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> *A República*, Natal, 11/07/1943.

<sup>146</sup> *Idem*, 14/02/1943.

Mesmo após essas observações, Cascudo foi instigado a se manifestar sobre os acontecimentos políticos e militares que estavam ocorrendo na sua provinciana Natal, culminando com a instalação da base aérea americana - mas que ele sequer mencionava em suas crônicas diárias na imprensa local ou mesmo nos periódicos cariocas e paulistas onde trabalhava como colaborador - através de uma “Carta aberta a Cascudinho”, assinada por um certo Cel. Guerreiro, publicada n’*A República*, dizendo, entre outras coisas, o seguinte:

[...] Aguardo sempre com ansiedade a *República* para ver se você escreveu algo sobre a Base Aérea de Parnamirim. Parece que o bom amigo ainda não colheu os dados necessários para escrever com as cores próprias de sua magistral pena a história do velho “Tabuleiro de ninguém” [...] Quem como eu passou infinitas vezes por aquelas paragens, a cavalo ou de trem [...] jamais pensaria em vê-lo transformado em tão curto período de tempo numa cidade maravilhosa de notáveis edifícios e completos campos de aterrissagem, talvez os melhores do mundo [...]<sup>147</sup>

Três dias depois, Cascudo respondeu à carta com um artigo intitulado “Parnamirim”, onde apontou a origem do nome e os primeiros vôos que ali aterrissaram<sup>148</sup>, sem no entanto, ocupar-se em comentar sobre *Parnamirim Field* propriamente dito. Isso seria publicado logo depois, não por sua autoria, mas como matéria transcrita do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, intitulada “Parnamirim, a Base da Vitória”, que havia sido editada um mês antes, fazendo uma cobertura completa sobre sua criação, organização e funcionamento – tudo o que o coronel havia insinuado que Cascudo fizesse...

O que ele fez, em seguida, foi uma série de artigos jornalísticos sobre a origem do pan-americanismo, ainda no século XIX e em terras latino-americanas, com destaque à

---

<sup>147</sup> Idem, 03/10/1943.

figura de Simón Bolívar, contariando o que se estava afirmando na época da Segunda Guerra, que teria surgido como mais uma realização dos norte-americanos. Somente após a guerra, Cascudo escreveu sobre a base americana, numa abordagem sucinta transformada em capítulo “From Parnamirim Field” do seu livro *História da Cidade do Natal*, de 1947.

Ao que parece, as possíveis explicações para essa recusa dos intelectuais potiguares em se manifestar sobre *Parnamirim Field* e o próprio ideário do pan-americanismo “oficial” relacionam-se ao que estava sendo vivenciado de paradoxal em seu cotidiano. Elogiar o desenvolvimento tecnológico da magnífica base aérea americana e seus feitos estatisticamente comprovados como insuperáveis mundialmente, pode ter parecido-lhes óbvio por demais. Restava-lhes o espaço da crítica aos percalços e transtornos de toda ordem que encontravam no correr dos dias, ao defrontarem-se a todos os instantes com americanos “de carne-e-osso”. E isso foi o que fizeram, chegando a questionar hábitos os mais corriqueiros, que já estavam se instalando entre a população local.

Cascudo, por exemplo (só mais um...), criticou o que já se tornava um verdadeiro “vício” na cidade: mascar chicletes. No início de seu argumento, tentou até parecer compreensivo, afirmando que “há certa explicação no uso em determinadas ocasiões”, mas, logo em seguida, disparou:

Mas uma criatura ruminando, interminavelmente, um pedaço de borracha, não pode, na melhor lógica aparentar modernismo ou educação. Nenhuma civilização pode ser representada pelo *chicle Wrigley*.

[...] Que um norte-americano, não todos os norte-americanos, mastiguem [sic] o *chicle*, entende-se que é hábito, popular hábito, muito combatido pelos médicos dos Estados Unidos, mas enfim, é um legítimo *usus* na terra ilustre do Tio Sam.

---

<sup>148</sup> Cascudo já havia publicado *No Caminho do Avião*, em 1933, “sobre a passagem de alguns pioneiros da aviação por Natal” *apud* Marcos Silva (org.) op. cit.

Mas um nosso brasileiro, gente daqui, nordestino, bronzado, muito bom mestiço, com outra educação, hábitos, tendências e mentalidade, atirar-se como gato aos bofes em cima do *chicle* e não ter medida nem juízo para deter a mastigação, em todos os momentos, triturando, sem fim, a borracha, porque um amigo estrangeiro o faz igualmente, então, é caso positivo de subalternidade moral visível, um índice que daria dois zeros num teste de equilíbrio racional psicológico.”<sup>149</sup>

Além da “borracha açucarada”, o consumo exagerado de Coca-cola também virou mania em Natal, principalmente nos clubes dos americanos, onde seu preço chegou a aumentar de “quinze *cents* para um *dollar*, nas mãos do diretor do USO” - a escassez do produto na cidade foi usada como justificativa para o aumento, o que levou a queixas do tipo: “Boy, oh, boy! [...] I don’t believe it! This is my first Coke in twenty months!”<sup>150</sup>, denunciando a grande demora no fornecimento da indústria americana ao comércio local. Mas na sua base aérea, os americanos podiam usufruir dos serviços extras criados para a venda do produto, especialmente para os *Enlisted Men*:

“Coca-cola” plant now ready PX to sell cokes all day – Parnamirim Field’s own “Coca-cola” Bottling Plant is ready for production, and “Coca-cola” is now on sale at the Post-Exchange on an all-out basis.<sup>151</sup>

Esse tratamento diferenciado que os americanos recebiam, desde sua comida vinda de fora ou das fazendas especialmente criadas para o abastecimento das tropas, passando pela exclusividade em receber alguns produtos que escasseavam na cidade, como a Coca-cola e os cigarros americanos, até o cuidado em “higienizar” as prostitutas - estas

---

<sup>149</sup> *O Diário*, Natal, 11/12/1943.

<sup>150</sup> *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 22/08/1943.

tinham que passar por tratamento médico e apresentar seus cartões de identificação, apelidados ironicamente de “passaportes do amor”, que eram emitidos pelo posto de saúde do comando da base, para só assim poderem manter relações sexuais com os clientes estrangeiros<sup>152</sup> - tudo isso contribuía para aumentar o incômodo e a irritação em relação aos mesmos pela população local.

Por outro lado, alguns casos servem para ilustrar como os potiguares também conseguiam driblar essas desigualdades, tirando proveito da situação. Como, por exemplo, no caso de uma encomenda de um par de botas de um americano a um sapateiro natalense, que acabou por levá-lo a “uma filial para venda em Parnamirim [onde] outros concorrentes surgiram. Deram-lhes, os próprios americanos, um nome: “botas Natal.”<sup>153</sup> Também ficaram conhecidas por *flying boots*, “botas voadoras”, por seu peso levíssimo em comparação aos coturnos americanos e também pelo baixo preço que custavam, em torno de cinco dólares, e que viraram produto de exportação:

“Flying boots” of Brazil reach corners of world – [...] the product is a native creation of light weight and sells around but never over five bucks.<sup>154</sup>

Da mesma forma, podia-se ler n’*O Diário*, que “Natal está cheia de forasteiros e muitos deles demonstram grande liberalidade monetária. Há poucos dias um pai de família, que possuía um papagaio de grande estima, vendeu-o por Cr\$150,00 e comprou

---

<sup>151</sup> Idem, *ibidem*, 23/07/1944.

<sup>152</sup> “[...] em virtude da pouca eficiência dos antibióticos, ainda no seu início, começou a graçar uma onda de doenças venéreas entre soldados, marinheiros e civis dos Estados Unidos. O Comando da Base, então, montou um Posto de Saúde, onde as mulheres eram tratadas e recebiam um cartão de identidade” – in Protásio Melo, *op. cit.* (p.103).

<sup>153</sup> *O Diário*, Natal, 23/11/1943.

uma lata de querosene por Cr\$100,00. E ganhou 250 cruzeiros no negócio, pois, no dia seguinte, o 'louro' voltava ao lar paterno..."<sup>155</sup>

Zé Areia, que certa vez saíra fantasiado de mulher no Carnaval, "carregando às costas um saco de cabaços, tendo embaixo um cartaz, com os dizeres: - Quem tirar um, vai preso!"<sup>156</sup>, também aproveitou essa situação de convívio forçado com os gringos, tentando se dar bem sempre que fosse possível:

Um dos melhores trocadilhos de Zé Areia foi aquele a respeito de dez dólares. Durante a guerra, ele vendia também galinhas aos norte-americanos. A um soldado, Zé Areia conseguiu vender uma delas por dez dólares, - o que era um furto, na época. A galinha custava quatro, cinco mil réis.

No dia seguinte, um dos côsules foi procurar Zé Areia e fez queixa:

- Senhor vendeu galinha soldado por dez dólares?

Zé Areia contestou:

- Não senhor, quando o americano chegou aqui, me perguntou:

- How much?

Eu indaguei:

- Tem dólares?

Aí ele me deu uma nota de dez dólares pela galinha...<sup>157</sup>

\*\*\*\*\*

---

<sup>154</sup> *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 16/05/1943.

<sup>155</sup> *O Diário*, Natal, 08/02/1943. Note-se que o querosene era artigo de luxo naqueles tempos de racionamento de combustíveis.

<sup>156</sup> Cf. Veríssimo de Melo, op. cit. (p. 108).

Assim, atentos ao que os cercava, na vida real e não no mundo das supostas boas intenções pan-americanistas, os potiguares tentavam extravasar suas opiniões, por vezes também contraditórias, sobre a ocupação física e cultural de sua província. Seu embevecimento com a modernidade pautada no *American way of life* era, portanto, bastante ambíguo, limitado pelo contato-confronto diário com os novos transeuntes das ruas natalenses. Os bons momentos lúdicos e prazerosos proporcionados pelo Carnaval, nessas mesmas ruas, também faziam parte desse cotidiano de guerra, representando um espaço privilegiado para a afirmação das diferenças identitárias.

Com isto, a questão de se proibir ou não o Carnaval em prol dos esforços de guerra suscitava estranhamento em uma população que precisava agarrar-se aos seus valores culturais, na tentativa de não sucumbir de vez aos modismos da América. Com isto, a perseguição aos festejos carnavalescos “não pegou” em Natal e a alegria passou a ser apontada como elemento de vitória:

Li que em certos transportes aéreos para a Nova Guiné iam pequenos pianos para alegrar os soldados norte-americanos. Parece uma pilhéria ocupar-se o precioso espaço no bojo do avião com um piano, em vez de mais homens ou de metralhadoras. O americano sabe muito bem o que significa bom-humor, alegria para o elemento humano. Seus psicólogos já evidenciaram em testes o que vale o riso na fisiologia e o mal irreparável de uma cólera envenenadora do cérebro, origem de cem desgraças.

[...] Tristeza é predisposição da derrota. Alegria é elemento de vitória. De todos os animais, apenas o homem ri, por isso Rabelais mandava rir, porque era próprio do homem: “Riez, riez, car le rire est le propre de l’homme.”<sup>158</sup>

---

<sup>157</sup> Idem, *ibidem* (p.109).

<sup>158</sup> Câmara Cascudo, “Acta Diurna: Alegria, elemento de vitória” in *A República*, Natal, 24/12/1943.

## Considerações finais

Quando o ator e cineasta norte-americano Orson Welles veio ao Brasil dar início às filmagens de seu longa *It's all true*, no início dos anos 40, o então diretor do DIP, Lourival Fontes, sugeriu que se realizasse um filme sobre o Carnaval. Entretanto, o protótipo de Carnaval que podia ser mostrado na película devia ser, de preferência, o de características cívico-patrióticas, com escolas de samba desfilando sob temas nacionalistas e em prol do esforço de guerra, desfiles que eram organizados pela União Nacional dos Estudantes e pela Liga da Defesa Nacional. Welles, que afirmava ser “um cidadão sem território fixo, salvo o da arte”, e ficara extasiado com as performances do Carnaval da então capital federal, com seus improvisos, batuques e ritmos, não achou muito interessante essa idéia, passando a registrar tudo que fizesse parte do universo carnavalesco.

Optando por fazer filmagens sobre as favelas cariocas e seus habitantes, o berço do samba, ao invés de registrar lindas e bucólicas paisagens mostrando as belezas naturais do país tropical, sua atuação começou a desagradar tanto as autoridades brasileiras quanto os diretores da RKO, produtora americana de cinema da qual Nelson Rockefeller possuía ações. Passaram a vê-lo com desconfiança: “[...] ele quis fazer filme sociológico antes do neo-realismo, cinema verdade e do cinema moderno, demasiado revolucionário para a RKO – aí começaram as rupturas e os destratos”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. Rogério Sganzerla, *Nem tudo é verdade*, Rio de Janeiro, Vídeo Interamericana Ltda, 1983. Sganzerla também aborda o mesmo assunto em *Tudo é Brasil*, Rio de Janeiro, Riofilme, 1997, onde mostra fotos e gravações em que Welles canta ao lado de Carmen Miranda e trechos do filme *It's all true*, que ficaria inconcluso.

Da mesma forma, *It's all true* também passou a ser perseguido até o cancelamento oficial de suas filmagens – afinal, o Brasil que o ideário do pan-americanismo queria mostrar ao mundo não tinha lugar para gente pobre de cara sofrida, como os protagonistas do filme, jangadeiros cearenses liderados por Jacaré, que enfrentavam com suas reivindicações e ameaças de greve os interesses das companhias pesqueiras do Nordeste. Orson Welles pretendia fazer um épico sobre essa história bastante real, mas após o acidente que vitimou o líder dos jangadeiros, seu projeto foi proscrito e o material já rodado apreendido: “[...] encontrado nos porões da Paramount [Pictures], lá estava o filme que custara a carreira de Welles [...] Teria sido um filme decisivo e revelador”.<sup>2</sup>

Pode-se perceber como a trajetória do cineasta americano, que veio ao Brasil “em missão oficial a convite do governo brasileiro”, mas foi mandado de volta, devido ao caráter revolucionário de suas filmagens para a época, ou pelo menos para os padrões de Hollywood (de onde ele dizia se considerar “um pária”, “um outsider”), acabou ilustrando algumas das obscuras facetas da “Política da Boa Vizinhança”. E, note-se, Welles encontrava-se no auge da carreira após o estrondoso sucesso de *Cidadão Kane* (1941), sendo considerado um gênio na arte cinematográfica, embora politicamente revelasse uma certa ingenuidade - dirigindo-se ao ditador, por exemplo, chegou a afirmar: “Meus cumprimentos ao presidente Getúlio Vargas. Não sou embaixador do meu país, nem brasileiro, mas amigo do Brasil, o que muito me distingue.”<sup>3</sup>

Apesar do seu fascínio por “todas as coisas do Brasil”, cedo Welles dirigiu um interesse especial ao samba, que para ele “não [era] só uma variedade do jazz” e, por

---

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*. Sganzerla exhibe as gravações originais de Welles, mas aqui transcrevo as versões legendadas.

extensão, ao Carnaval, o ponto alto da cultura nativa na sua interpretação: “No portal da alegria tropical, de raízes latinas e africanas, impera o Carnaval nas ruas”, sempre enfatizando “os contrastes: [...] da cobertura dos edifícios avistamos os morros, súbito nos deparamos com a selva carioca.”<sup>4</sup>

Essa percepção da festa, inserida no contexto social que a produz, não era vista com bons olhos pelos defensores do pan-americanismo, para quem falar em clivagens sociais e econômicas era tocar em um assunto tabu. No entanto, tudo apontava para isso, apesar da exacerbação do discurso nacionalista do período. Como se viu, o próprio racionamento de combustíveis devido ao esforço de guerra empreendido pela “nação brasileira”, descortinava uma sociedade desigual e injusta: enquanto os poucos proprietários de automóveis queixavam-se da obrigatoriedade de um consumo mensal reduzido a 10%, o reclame da grande maioria da população dirigia-se à falta de gás de cozinha e querosene, produtos imprescindíveis às suas necessidades básicas. Do mesmo modo, em nome de uma propalada “necessidade nacional”, foi empreendida uma superexploração do trabalho:

Numa situação especial, a imagem [do nacional] chama o esforço de todos e deblatera em nome do geral, mas os sacrifícios atingem especificamente o trabalho, contrapartida do ganho do capital. Sejam vistos os objetivos ‘nacionais’ de uma economia de guerra que levaram o governo, em 1942, a aumentar novamente a jornada de trabalho para 10 horas, o que batia com as aspirações dos empresários ainda não conformados com a sua regulamentação. Horas extras, trabalho noturno das mulheres também passavam a receber um tratamento mais flexível, atendendo-se à necessidade ‘nacional’ de se exportar mais, principalmente têxteis, em condições favoráveis no mercado internacional. Ainda em 1942 o direito de férias foi sustado nas indústrias consideradas

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

militarmente essenciais [...]. Novo decreto proibiu a mobilidade dos trabalhadores nas chamadas 'indústrias de guerra'; eles não poderiam se demitir ou empregar em outras indústrias, nem sequer, faltar ao trabalho. Seriam tomados como desertores, no caso de serem brasileiros, e sabotadores, se estrangeiros.”<sup>5</sup>

Neste sentido, são muito pertinentes as formulações de Benedict Anderson, para quem “a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.”<sup>6</sup>

Em Natal, a ponte que se estabeleceu entre a questão de resguardar a nossa “identidade nacional” e a continuidade da realização das festividades carnavalescas, principalmente no período mais crítico da guerra, também apoiou-se nesse discurso homogeneizador da sociedade local frente aos estrangeiros e seu *yankee lifestyle*. Enquanto a imprensa alardeava a colaboração harmoniosa e pacífica entre os diferentes povos que aqui se defrontavam, havia uma luta surda entre os mesmos por seus valores e manifestações culturais, mas que, ao meu ver, ultrapassava a questão de uma mera distinção entre nacionalidades.

A idéia de que àquela época “Natal era uma festa” também pode ser posta nesse mesmo diapasão: era uma festa para quem, cara-pálida? Importa perscrutar o que os diferentes atores sociais pensavam sobre isso, através de suas vivências completamente conflitantes em uma mesma realidade. Em cima desse raciocínio, dediquei boa parte desta

---

<sup>5</sup> Alcir Lenharo, op. cit. (p. 28-29).

<sup>6</sup> Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989 (p. 16).

pesquisa à coleta de informações orais que extrapolassem os registros impressos sobre o assunto. Depoimentos que serviram para mostrar como para muitos potiguares a festa relacionava-se à sobrevivência sob o lixo dos americanos, enquanto outros queixaram-se da crueza do trabalho para a retirada dos alimentos dos navios estrangeiros, trazidos especialmente para abastecer as tropas *yankees* aqui estacionadas; outros tantos lembraram-se das constantes brigas e desavenças de toda espécie que aconteciam não apenas nos espaços clandestinos da cidade, mas também por todo canto e a qualquer hora do dia, envolvendo gringos e potiguares, civis e militares de baixa e alta patentes, cujos IPMs não iam adiante, tendo como justificativa as imprecisões de um “momento de exceção”. Alguns outros, por sua vez, contaram seus ganhos num mundo de facilidades, quase sempre advindos de práticas ilícitas, como a contravenção, prostituição e falsificação de bebidas – práticas corriqueiras no universo escuro do “dollar line”; enquanto professores de português esmeravam-se em ensinar aos americanos como se comportar com as senhoritas da “boa sociedade”, com quem muitos deles contraíram matrimônio, deixando como saldo uma geração de “filhos da guerra”, que até hoje se orgulha de sua ascendência estrangeira; sem esquecer dos ex-combatentes da FEB, que rememoram suas tragédias pessoais cheios de orgulho e medalhas. Enfim, uma enorme variedade de depoimentos que ora se complementam, ora se confrontam, sobre tempos tão confusos.

Por outro lado, acompanhando as crônicas de alguns intelectuais natalenses, percebi a configuração de uma ambigüidade: a apologia que faziam ao *American way of life* e todo o seu senso de modernidade, que tanto os fascinava, contrapunha-se às suas duras críticas aos transtornos presentes em seu cotidiano de guerra. Situação paradoxal que, em última instância, espelhava a própria contradição entre as concepções de moderno e tradicional, oriunda dos embates intelectuais e artísticos que atravessaram os anos 20/30,

quando Câmara Cascudo acendia uma vela ao modernismo de Mário e outra ao tradicionalismo regionalista mesclado a uma estética não menos modernista proposto por Freyre. E, como bem lembra um estudioso do assunto:

Interessa [...] o ponto de vista do sujeito que reflete sobre a Modernidade, uma “força fatal” desmistificadora que, no entanto, encontra na tradição dos costumes enraizados na memória uma resistência. É a tensão presente na maioria [de suas] crônicas.<sup>7</sup>

A própria oficialização do Carnaval, empreendida pelos poderes públicos em 1932 na capital da República e um ano depois em Natal, situou-se nesse debate, onde o que importava era “tornar moderna a festa tradicional” - uma fórmula que também mostrava-se ambígua, pois ao lado dos múltiplos aspectos que marcavam as especificidades dos festejos locais, houve a tentativa de “disciplinar” o Carnaval, nos moldes das escolas de samba cariocas, impondo-lhes restrições e reorganizando-o em “desfiles oficiais”. Na década seguinte, nas ruas festivas de Natal, as tensões sociais que perpassaram o contato-confronto entre americanos e brasileiros, recolocaram o Carnaval no centro do debate sobre a afirmação da nossa pretensa identidade nacional.

\*\*\*\*\*

---

<sup>7</sup> Cf. Humberto Hermenegildo de Araújo, “Joio” in Marcos Silva (org.), op. cit. (p. 149).

Por fim, Rogério Sganzerla, num golpe de mestre, soube recriar o clima delicioso que também fez parte dessa história de encontros e desencontros entre os dois povos, ao exibir imagens de Carmen Miranda e Orson Welles cantando animadamente um samba - valendo-se, para isso, de fotografias da época e de suas vozes gravadas para um programa radiofônico, pois eles não chegaram a ser filmados juntos nessa ocasião:

- Do you know, Orson?
- Yes...
- Why don't you sing a little bit of Samba with me?
- Oh, no, no...
- Why no?
- No, I don't know sing... please... OK, so: "*No tabuleiro dô baiana tem...*"
- All right, again!
- "*No tabuleiro dô baiana tem...*"
- "*Vatapá, oi, caruru, mungunzá, oi, tem umbu pra iôio...*"
- [Juntos:] "*Se eu pedir você me dá o seu coração seu amor de iaiá...*"
- "*E no coração da baiana também tem...*"
- [Juntos:] "*Sedução, oi, cangerê, ilusão, oi, candomblé, pra você...*"

**The End**



## FONTES:

### 1 – Manuscritas:

Correspondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade (Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP).

Certidões de Casamentos, Óbitos e Nascimentos (1942-1946) do 4º Cartório de Offícios de Notas, Natal-RN.

### 2 – Impressas:

*A República*, Natal-RN, 1920 a 1945;

*O Diário*, Natal-RN, 1920 a 1945;

*Foreign Ferry News*, (*Parnamirim Field*), Natal-RN, 1943-1945;

*A Ordem*, Natal-RN, 1935-1936;

*A Manhã*, Rio de Janeiro-RJ, 1935;

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro-RJ, 1942-1945;

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro-RJ, 1942-1945;

*O Globo Expedicionário*, Rio de Janeiro-RJ, 1943-1944;

*Diário Nacional*, Rio de Janeiro, 1931.

*Cultura Política*, (DIP), Rio de Janeiro-RJ, 1941-1945.

*Folhetos avulsos de músicas carnavalescas* (sem paginação). Rio de Janeiro, Divisão de Música da Biblioteca Nacional, 1933 e 1936.

*Boletins Internos do Exército*, Natal, 1943 a 1946.

*Processos Judiciários / Inquéritos Policiais*, Arquivo Geral da Justiça de Primeira Instância da Comarca de Natal, 1940 a 1946.

### 3– Orais:

(Entrevistas realizadas entre janeiro e julho de 1996:)

Claudomiro Batista de Oliveira (Dosinho), compositor de músicas carnavalescas;

Glorinha Oliveira, cantora e ex-radialista;

Grácio Barbalho, médico, colecionador de discos de 78 rotações;

Francisca de Fátima Cavalcanti (Quinha), filha de Antônio Melé, carnavalesco da escola de samba Malandros do Samba, do bairro das Rocas;

Dorinha, viúva de Lucarino Roberto de Souza, carnavalesco da escola de samba Balanço do Morro, do bairro das Rocas;

Rubens Pessoa, folião natalense fundador da escola de samba Pioneiros do Samba;

João Alfredo Lima, ex-Rei Momo natalense.

(Entrevistas realizadas em julho de 2002:)

Cleantho Homem de Siqueira, ex-capitão do Exército, veterano da FEB;

Cornélio Campina da Silva, ex-operário e atual diretor do Araruna (Sociedade de Danças Antigas e Semi-desaparecidas de Natal);

Eny Medeiros de Araújo, sobrinha da falecida Dona Nena, proprietária da Pensão Ideal, antigo cabaré da Ribeira;

Francisco de França Filho, filho do dono do Café Belas Artes, que se localizava próximo à base da Aeronáutica em Parnamirim;

Hélio Vicente Viana, ex-procurador do Instituto Brasileiro do Café (IBC), no Rio de Janeiro;

Luís Carlos Lenine Seabra Varella, músico e filho do ex-militante comunista natalense Manoel Varela de Albuquerque;

Olavo de Medeiros Filho, sócio efetivo do IHGRN e pesquisador do período colonial do Rio Grande do Norte;

Protásio Pinheiro de Melo, ex-professor de Português para militares americanos da base aérea *Parnamirim Field*;

Raimundo Nonato Brasil, filho de Augusto Brasil, primeiro organizador das Tribos de Índios do Carnaval natalense;

Raimundo Paulo dos Anjos, ex-soldado da base aérea de Parnamirim;

Tarcísio Medeiros, ex-tenente do Exército, professor aposentado da UFRN, historiador natalense, e sua esposa Ivone Medeiros.

#### 4 – Fílmicas:

##### (em curta-metragem:)

COSTA, Josimey e FURTADO, Petras (direção/roteiro). *Imagem sobre Imagem: a Segunda Guerra em Natal*, Vídeo-documentário VHS (23'44'' duração). Natal, GRECOM-CCHLA – TV-Universitária – UFRN, 1998.

PEDREIRA, Flávia de Sá (direção/roteiro). “...de outros carnavais.”, Vídeo-documentário VHS (12'57'' duração). Natal, DEH-CCHLA – TV-Universitária - UFRN, 1996.

SILVA, Francisca Margareth da, PINTO, Margareth Ferreira e CRUZ, Maria Núbia da. (roteiro e direção) *Os filhos da Guerra*, Vídeo-documentário VHS. Natal, TV Cabuji, s/d.

##### (em longa-metragem:)

LACERDA, Luiz Carlos e FERRAZ, Buza (direção/roteiro). *Forall*, Rio de Janeiro, Bigdeni Filmes do Brasil, 1997.

SGANZERLA, Rogério (direção/roteiro). *Nem tudo é verdade*, Rio de Janeiro, Vídeo Iteramericana Ltda., s/d.

----- (direção/roteiro). *Tudo é Brasil*, Rio de Janeiro, Rio Filme, 1997.



## BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife, Editora Massananga/Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo, Cortez Editora, 1999.
- . "História: a arte de inventar o passado" in *Caderno de História*, Natal, CCHLA/Editora da UFRN, vol. 2, n.1, jan/jun 1995.
- ALENCAR, Edigar de. *O carnaval carioca através da música*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa, A União, 1980.
- ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro, Editora da PUC/São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- AMARAL, Azevedo. "A revolução brasileira" in *Cultura Política*, n.5, Rio de Janeiro, DIP, jul 1941.
- . *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília, EdUnB/Câmara dos Deputados, 1981.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. "Modernidade e Revolução" in *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.14, fev 1986.
- ANDRADE, Almir de. *Aspectos da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Schimidt Editora, 1939.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Villa Rica Editoras Reunidas, 1991.
- . *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1978.
- ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Roteiro para Estudo da História do Rio Grande do Norte*. Natal, Nossa Editora, 1984.

- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal, Editora da UFRN, 1995.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo (Entrudo, Mascarada e Frevo no Carnaval do Recife)*. Recife, UFPE (dissertação de Mestrado), 1992.
- ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal, Editora da UFRN, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/EdUnB, 1993.
- BARROSO, Gustavo. *Almas de lama e aço: Lampião e outros cangaceiros*. São Paulo, Melhoramentos, 1930.
- . *Heróis e bandidos: os cangaceiros no Nordeste*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1982.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ (Dissertação de Mestrado), 1988.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- . *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Lumiar Editora, 1996;
- . “Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira” in *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, Editora Inúbia, 1975.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. Niterói, UFF (dissertação de Mestrado) 1985.
- CANCELLI, Elizabeth. *Estratégia para o flagelo*. Campinas, Unicamp (dissertação de Mestrado), 1984.
- . *O Mundo da Violência: a Polícia na Era Vargas*. Brasília, EdUnB, 1993.

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- CARVALHO, José Jorge de. “Imperialismo cultural hoje: uma questão silenciada” in *Revista USP – Dossiê Sociedade de Massa e Identidade*. São Paulo, USP (32), dez/fev 1996-1997.
- CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas” in *Antropolítica*, Niterói, UFF, n. 1, jan/jun 1995.
- CASCUDO, Luís da Câmara. “Festas Tradicionais, Folguedos e Bailes” in *Folclore do Brasil*. Natal, Fundação José Augusto, 1980.
- . *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Global Editora, 10ª edição, 2001.
- . *História da Cidade do Natal*. Natal, IHG/RN, 1999.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC/Funarte, 1994.
- . *O rito e o tempo: ensaios sobre o Carnaval*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1955.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico” in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, n.16, jul/dez 1995;
- . *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- . “O Mundo como Representação” in *Estudos Avançados*, n.11(05), 1991.
- CHEDIAK, Almir. *Noel Rosa – Songbook Noel*. Rio de Janeiro, Lumiar Discos, 1991.
- CITRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Geração Editorial, 2002.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Impacto urbano de uma Base Militar: a mobilização militar em Natal durante a 2ª Grande Guerra*, Natal, Cooperativa Cultural da UFRN, 1995.

COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. Natal, Cooperativa Cultural da UFRN / São Paulo: Ensaio, 1995.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de História Social da Cultura*. Campinas, Unicamp/Cecult, 2002.

----- . *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880-1920*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

----- . “Folcloristas e historiadores no Brasil: pontos para um debate” in *Projeto História*. São Paulo, Educ-PUC, (16), fev. 1998.

----- . “Você me conhece?” – Significados do carnaval na belle époque carioca” in *Projeto História* (n. 13) São Paulo, EDUC / PUC, jun.1996.

DECCA, Edgar de. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983;

----- . *Conta de Mentiroso: sete ensaios de Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

----- . *Ensaio de Antropologia Estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1977;

----- . *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

----- . “A mensagem das festas: reflexões em torno do sistema ritual e da Identidade Nacional” in *Sexta Feira – Antropologia, Artes e Humanidades*. (vol. Festas, n. 2), São Paulo, Pletora Ltda, abril/1998.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza, UFCe, 1983.

ECO, Umberto. *Carnaval! México*, Fondo de Cultura Económica, 1989.

EFEGÊ, Jota. *Carnaval carioca*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

----- . *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

- FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: Nordeste em tempos de Vargas*. Natal, Cooperativa Cultural UFRN/ Estudos e Edições Ad Hominem, 1997.
- FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília, Senado Federal, 1983.
- FREYRE, Gilberto. “A condição de provinciano no Brasil” in *Cultura Política*, n. 15, Rio de Janeiro, DIP, maio 1942.
- . *Manifesto Regionalista*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, 1955.
- GAIGNEBET, Claude et Marie-Claude Florentin. *Le Carnaval: essais de mythologie populaire*. Paris, Payot, 1974.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GOLDWASSER, Maria Júlia. *O palácio do samba: estudo antropológico da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- . (org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982;
- . *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/ IUPERJ, 1988.
- . *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GUERRA, Abílio. “Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda” in *Revista de História*, n.1, São Paulo, USP, 1989.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- HEERS, Jacques. *Fêtes des Fous et Carnavals*. Paris, Fayard, 1983.
- HERNANDES, Norma Mamede. *Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo*. Brasília, UnB (Dissertação de Mestrado), 1989.

- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- INOJOSA, Joaquim. *Um "movimento" imaginário: resposta a Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro, Gráfica Tupy Editora, 1972.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le Carnaval de Romans*. Paris, Gallimard, 1979.
- . *Entre los historiadores*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- LAMARTINE, Oswaldo. *Cangaço e coiteiros*. Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, série B, n. 1296, Co-edição com EFRN/UNED de Mossoró e Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado do RN, ago 1995.
- LAZZARI, Alexandre. "*Certas coisas não são para que o povo as faça*": *Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1998 (publicada pela Editora da Unicamp/Cecult, 2001).
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo, Editora da UNICAMP/Papiros, 1986.
- LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LIMA, Luís Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.
- LOBATO, Monteiro. *América*. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, UNESP, 1999.
- LUÍS CARLOS PRESTES E MOSSORÓ – Coletânea da Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, série C, vol. 866, EFRN/UNED de Mossoró e Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do RN, set 1995.
- MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, s/d.
- MEDEIROS, Tarcísio. *Estudos de História do Rio Grande do Norte*. Natal, Tipografia Santa Cruz, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Carnaval, carnavais*. São Paulo, Ática, 1986;

- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- MELO, Protásio Pinheiro de. *Contribuição norte-americana à vida natalense*. Brasília, [?], 1993.
- MELO, Veríssimo de. *Sátiras e epigramas de Zé Areia*. Natal, Nordeste Editora/ O Potiguar, 2001.
- MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de Estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- MEYER, Marlyse. *Caminhos do Imaginário no Brasil*. São Paulo, EdUSP, 1993.
- MICELI, Sergio, *Nacional Estrangeiro: História social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- MONTELEONE, Joana. “Gilberto Freyre e os modernistas” in *Gazeta Mercantil* (Leitura de Fim de Semana). São Paulo, 16 e 17 de maio de 1998.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.  
 -----, “Modernismo revisitado” in *Estudos Históricos*, vol.1, n.2, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.  
 -----, *Brazilian Foreign Relations 1939-1950: the changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War*. London, University of London (Tese de Doutorado), 1982.  
 -----, “Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942” in *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, Rio de Janeiro, 1993.  
 -----, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- MOURA, Roberto. *Carnaval: da Redentora à Praça do Apocalipse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.  
 -----, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- OLIVEIRA, José Luiz de. *Uma estratégia de controle: a relação do poder do Estado com as escolas de samba do Rio de Janeiro no período de 1930 a 1985*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS (dissertação de Mestrado), 1989.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.
- . *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- . “Repensando a tradição” in *Ciência Hoje*, vol. 7/38, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 1987.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *A Consciência Fragmentada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980;
- . *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PATRIOTA, Nelson (org.) *A estrela conta: memórias de Glorinha Oliveira*. Natal, A.S. Editores, 2003.
- PAULO, Heloísa Helena de Jesus. “O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal” in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol.7, n.14, mar/ago 1987.
- PEDREIRA, Flávia de Sá. “A construção da história pátria” in *Caderno de História*. Natal, Editora Universitária/CCHLA-UFRN, vol.2, n.1, jan/jun 1995.
- . “Os sentidos do Carnaval” in *Vivência – Dossiê A Festa*, Natal, CCHLA/UFRN, vol. 13, n.1, jan/jun 1999.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. *Nas barbas de Momo: os sentidos da presença feminina das “Grandes Sociedades” nos últimos anos do século XIX*. Campinas, IFCH/Unicamp (Monografia de Graduação), 1995.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, Divisão de Editoração, 1994.
- PINHEIRO, Leticia. “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial” in *Revista USP – Dossiê 50 Anos de Segunda Guerra*, São Paulo, USP (26), jun/ago 1995.

- PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal*. Brasília, Senado Federal, 1976.
- . *Natal, USA*. Brasília, Senado Federal, s/d.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. “Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra” in *Revista USP – Dossiê 50 Anos de Segunda Guerra*. São Paulo, USP (26), jun/ago 1995.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: do vivido ao mito*. São Paulo, Brasiliense, 1992;
- . “A ordem carnavalesca” in *Tempo Social*. São Paulo, USP, vol.6, n.1-2, jun. 1995.
- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, FUNDARPE, 1997.
- A REVOLUÇÃO DE 30: Seminário Internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, EdUnB, 1983.
- RIBEIRO, Ronaldo. “Guerra e Paz: a boa vida dos militares norte-americanos em Natal (RN), a principal base aérea dos Aliados no hemisfério sul” in *National Geographic-Brasil*. São Paulo, jun 2001.
- ROSADO, Laíre. *Depoimento sobre Lampião em Mossoró*. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, série B, n. 674, 1989.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/UFRJ, 2001.
- SANTOS, Maureli da Costa. *Folia de Rei: uma sociologia da vida e da morte do cangaço*, Recife, UFPE (Dissertação de Mestrado), 1984.
- SANTOS, Rafael José dos. “Globalização e americanidade: o caso da publicidade no Brasil dos anos 30” in *Revista USP – Dossiê Sociedade de Massa e Identidade*. São Paulo, USP (32) dez/fev 1996-1997.
- SENNA, Homero. *República das Letras*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica editora, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . *Orfeu extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

- (org.) *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. *Raízes do Brasil: figuras para nossa história*. Brasília, UnB (Dissertação de Mestrado), 1996.
- SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- SILVA, Josimey Costa da. *A palavra sobreposta: imagens contemporâneas da Segunda Guerra em Natal*. Natal, UFRN (dissertação de Mestrado), 1998.
- SILVA, Marconi et alii. *A economia norte-riograndense e a crise de 29*. Natal, Editora da UFRN, 1986.
- SILVA, Marcos Antônio da. *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo, Editora Marco Zero / ANPUH, 1990.
- . “Rir do despoer – Zé Povo em Fon-Fon! In *Projeto História*. São Paulo, Editora da PUC-SP, (8/9), março de 1992.
- (org.) *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003.
- SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. *Coca-cola, cinema e black-out: Fortaleza nos anos 40*. Fortaleza: UFC (mimeo), 1996.
- SIMSON, Olga Rodrigues von. *Branco e negro no carnaval popular paulistano (1914-1988)*. São Paulo, FFLCH/USP (tese de Doutorado), 1989.
- SIQUEIRA, Cleantho Homem de. *Guerreiros Potiguares: o Rio Grande do Norte na Segunda Guerra Mundial*. Natal, Editora da UFRN, 2001.
- SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a Vitória*. Natal, Editora da UFRN, 1993.
- SOIHET, Rachel. “Escolas de Samba no Carnaval Carioca: origem e ascensão (1930-1945)” in *Revista Ágora*. Niterói, 1994.
- . *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUZA, Ilda Ribeiro de. *Sila: Memórias de guerra e paz*. Recife, UFRPE, 1995.
- SÚSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SWAIN, Tânia Navarro (org.) *História no plural*. Brasília, EdUnB, 1994.
- TELES, José. *Do frevo ao Manguebeat*. São Paulo, Editora 34, 2000.

- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- TRAVASSOS, Elizabeth. *Modernismo e Música Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- TRINDAD, Socorro (org.) *Grande Ponto: laboratório de criatividade*. Natal, Editora da UFRN, 1981.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo, Hucitec/História Social, USP, 1997.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro, Zahar Editor/UFRJ, 1995.



**ANEXOS:**

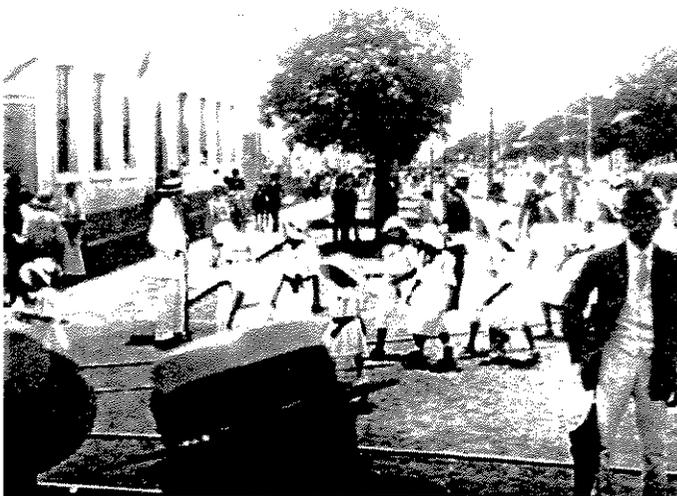


1. Obras de saneamento, nas proximidades do rio Baldo, Natal, 1938.

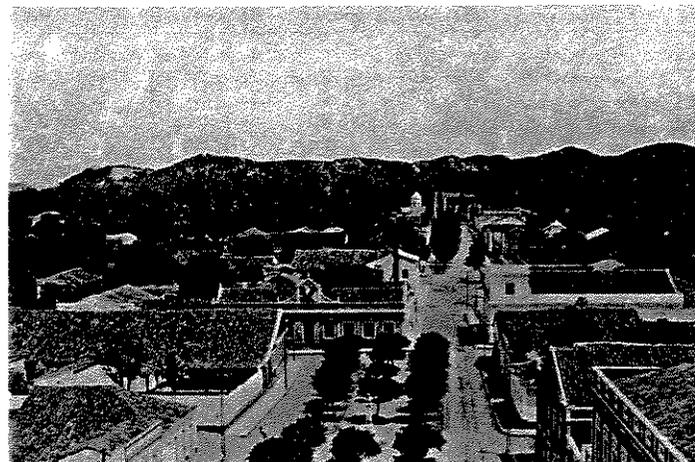




2. Panorama de Natal, início do século XX.



3. Centro da cidade, anos 20.



4. Vista da Cidade Alta.





5. Avenida Tavares de Lira, Ribeira, espaço dos carnavais natalenses, até 1936.

**Carnaval 1939!**

Lança-perfumes

*Lança Perfume DE LUXO*

**RODO**

**VLAN**

e

**RIGOLETTO**

Confetti

e

**Serpentinas**

Os melhores preços da praça com descontos para revendedores tem

**VIANNA & CIA.**  
Rua Dr. Barata, 235  
— NATAL —

Distribuidores da CIA RHODIA BRASILEIRA



6. Anúncio de artigos carnavalescos, *A República*.

7. Bloco Pinto Pelado, 1936.





8. Zé Areia e marujos americanos no Carnaval natalense.



9. Soldados americanos na praia de Ponta Negra.





10. Encontro de Vargas e Roosevelt, Natal, 1943.





11. Glorinha Oliveira, cantora natalense.



12. Carmen Miranda, voltando dos EUA.



13. Orson Welles, entre Oswaldo Aranha e Lourival Fontes.

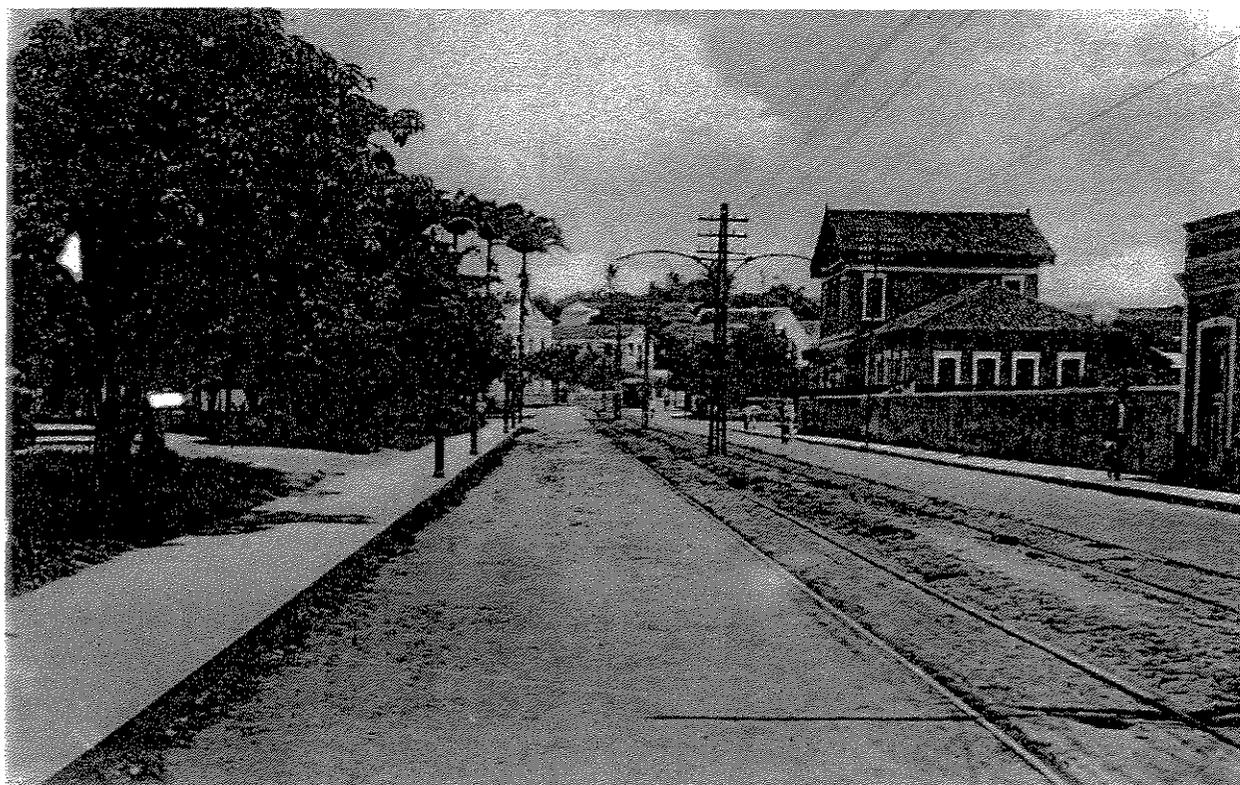




14. Prefeitura Municipal, anos 30.

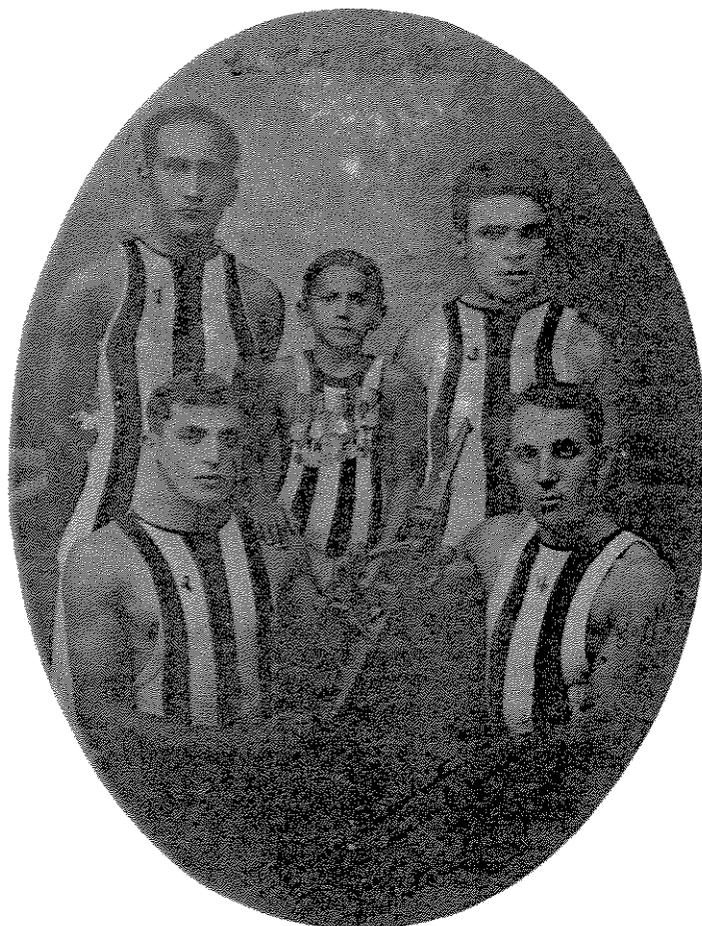


15. Rua do Comércio (actual rua Chile).

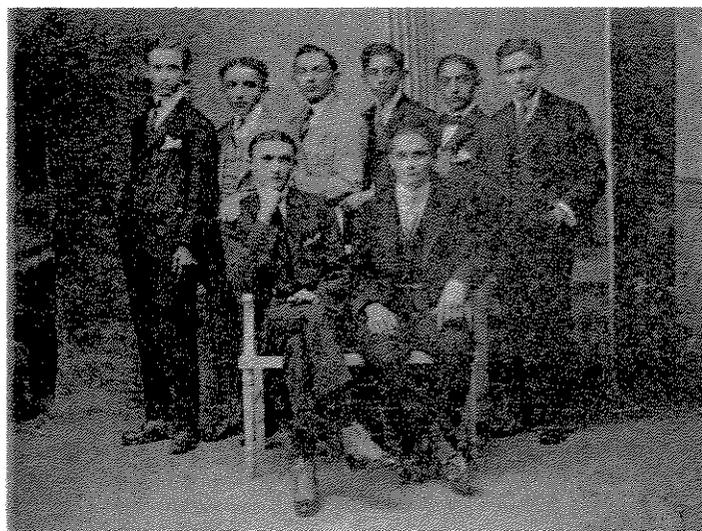


16. Estação Great Western, Ribeira.



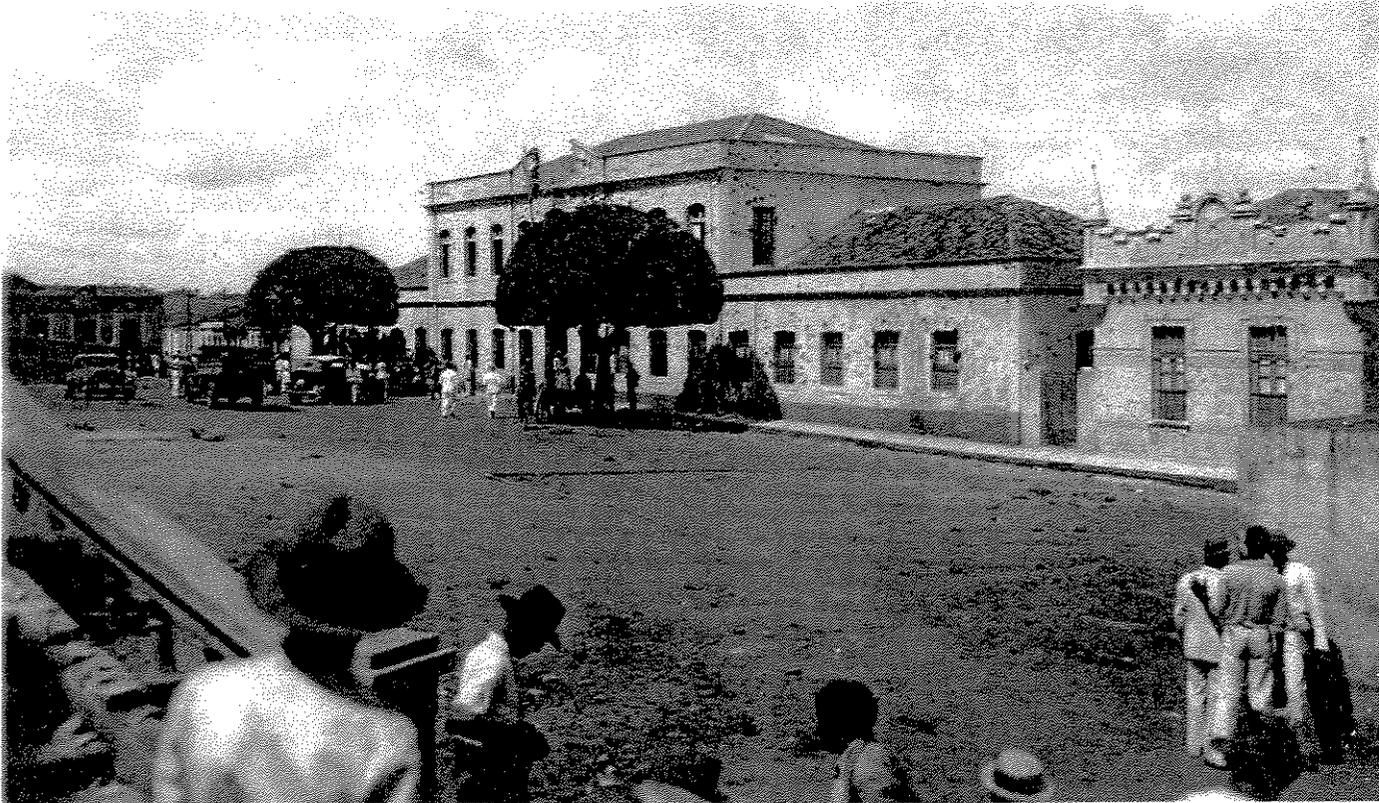
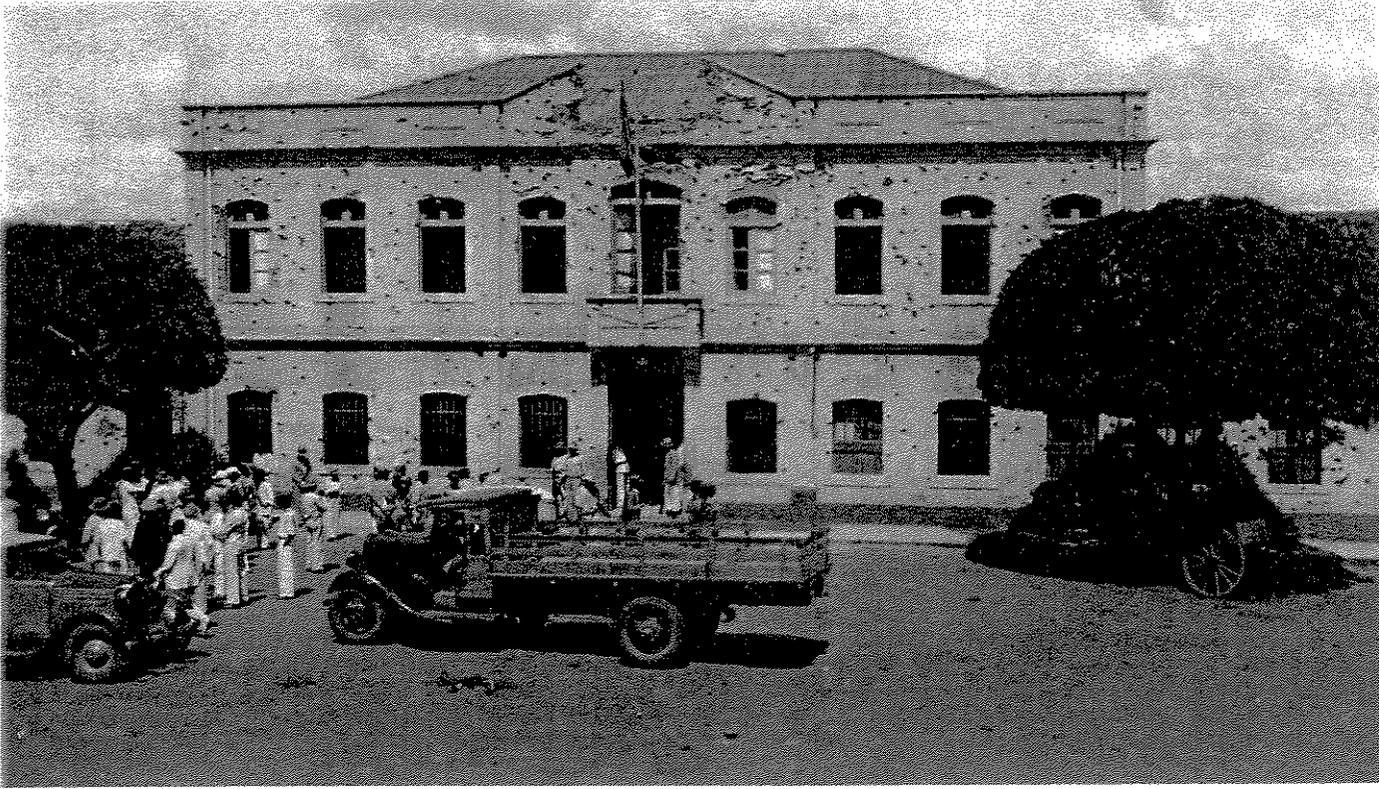


17. Atletas de regatas, Natal, anos 20.



18. Representantes da “boa sociedade” natalense, anos 20.





19. Quartel da Polícia de Natal, após tiroteio em 1935 (atual Casa do Estudante).

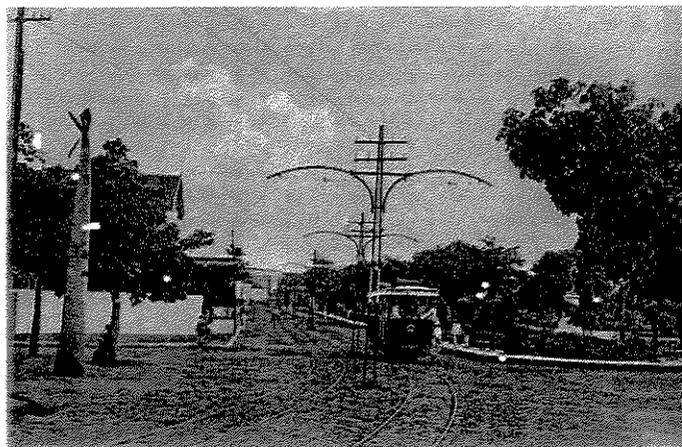




20. Ribeira, Natal, anos 1920.

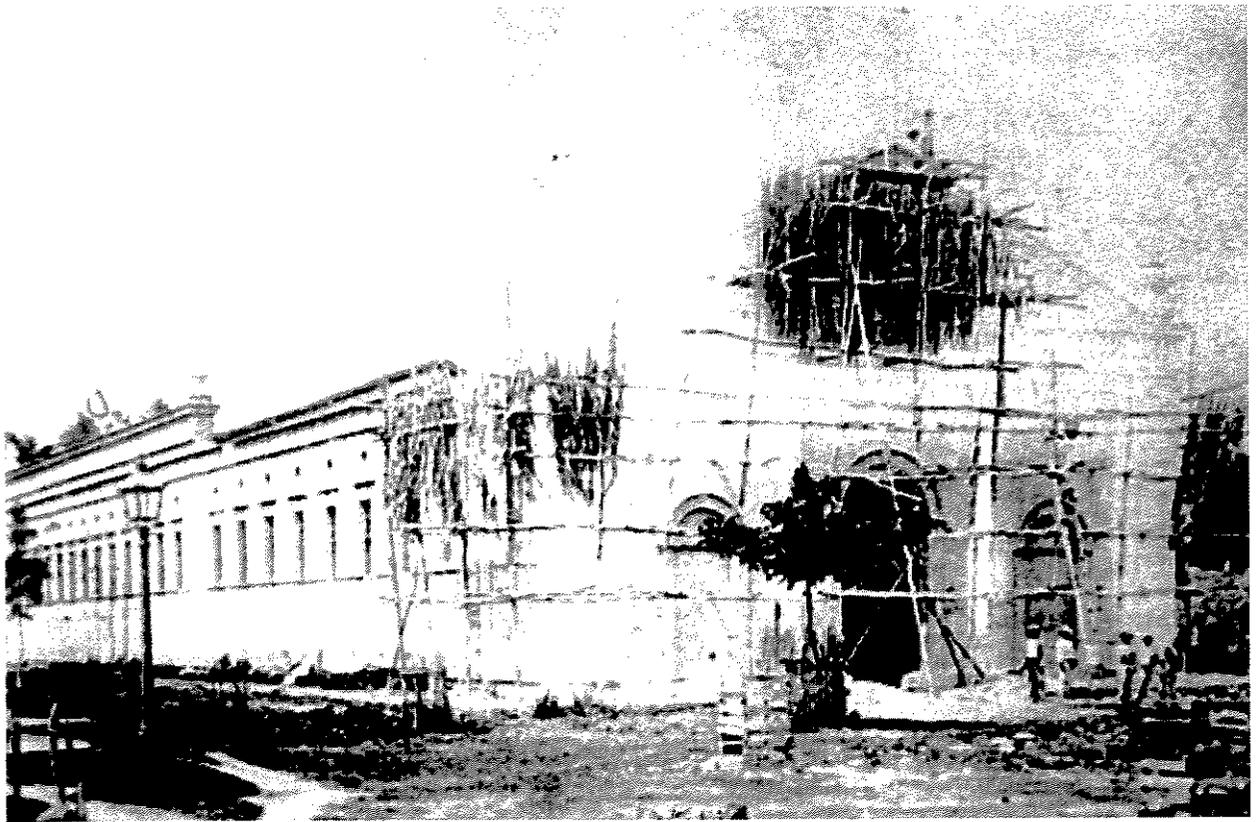


21. Beco da Quarentena, Ribeira.



22. Praça Augusto Severo, Ribeira.





23. Construção do Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão).



## Créditos das fotos:

- Fotos 1, 4, 5, 14, 15, 16, 19 e 22: CD-ROM “Natal em Perfil” do acervo de Fernando Mineiro;
- Fotos 2, 3, 10, 20, 21 e 23(a): CD-ROM “Natal 400 Anos” da Microservice - Microfilmagens e Reproduções Técnicas Ltda. Zona Franca de Manaus;
- Fotos 17 e 18(b): Laboratório de Restauração (LABRE) do Departamento de História da UFRN;
- Fotos 7 e 18(a): Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte;
- Foto 6: acervo do jornal *A República*;
- Foto 8: MELO, Veríssimo de. *Sátiras e Epigramas de Zé Areia*. Natal, Nordeste Editora / O Potiguar, 2001 (contra-capas);
- Foto 9: *National Geographic – Brasil*. São Paulo, jun 2001 (p. 47);
- Foto 11: PATRIOTA, Nelson (org.) *A estrela conta: memórias de Glorinha Oliveira*. Natal, AS Editores, 2003 (p. 92);
- Foto 12: MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro, editora Record, 1999 (s/p);
- Foto 13: TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 (s/p);
- Foto 23(b): acervo do Teatro Alberto Maranhão, Natal-RN.

